

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MAURÍCIO GONÇALVES MARGALHO

ESTADO, EMPRESÁRIOS E POLÍTICA: A HEGEMONIA EM CONSTRUÇÃO (1930-
1945)

Orientadora: Prof^a Dr^a SONIA REGINA DE MENDONÇA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal Fluminense, para a Defesa junto à Banca Examinadora, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História Social.

Niterói/RJ, Brasil

Março de 2015

MAURÍCIO GONÇALVES MARGALHO

ESTADO, EMPRESÁRIOS E POLÍTICA: A HEGEMONIA EM CONSTRUÇÃO (1930-
1945)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal Fluminense, para a Defesa junto à Banca Examinadora, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a SONIA REGINA DE MENDONÇA

Niterói

2015

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

M327 Margalho, Maurício Gonçalves.

Estado, empresários e política: a hegemonia em construção (1930-1945)/ Maurício Gonçalves Margalho. – 2015.

268 f.

Orientadora: Sônia Regina de Mendonça.

Tese (Doutorado)– Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2015.

Bibliografia: 237-252.

1. Estado. 2. Empresário. 3. Intelectual brasileiro. 4. Política.
5. Hegemonia. I. Mendonça, Sônia Regina. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 330.981

MAURÍCIO GONÇALVES MARGALHO

**ESTADO, EMPRESÁRIOS E POLÍTICA: A HEGEMONIA EM CONSTRUÇÃO
(1930-1945)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, da Universidade Federal Fluminense, para a Defesa junto à Banca Examinadora, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História Social.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Sônia Regina de Mendonça (UFF) – orientadora

Prof.^o Dr. Bernardo Kocher (UFF)

Prof.^o Dr. Cezar Teixeira Honorato (UFF/UERJ)

Prof.^a Dr.^a Esther Kuperman (Colégio Pedro II)

Prof.^o Dr. Gelsom Rozentino de Almeida (FFP-UERJ)

Niterói

2015

Resumo

Apesar do recorte cronológico da pesquisa priorizar o período correspondente ao Primeiro Governo Vargas, para compreender a formação social desses dois empresários foi necessário fazer um recuo e com isso analisar suas origens durante a Primeira República, ressaltando os aspectos de suas distintas formações e trajetórias sociais. A tese analisa a economia capitalista brasileira durante o período de 1930 a 1945, considerando a luta e a participação política do empresariado industrial e comercial no Estado capitalista brasileiro. A metodologia utilizada para conduzir a pesquisa consistiu na realização do mapeamento das relações sociais de lideranças do empresariado industrial e comercial nas agências do Estado, considerado de acordo com a matriz teórica gramsciana. Tendo em vista esse propósito, demos ênfase aos empresários Euvaldo Lodi e Valentim Bouças. Em suas atribuições de representantes de grupos empresariais distintos, ambos foram intelectuais orgânicos que, atuando na sociedade civil, educavam e direcionavam a ação coletiva das frações do capital por eles representadas com a finalidade de consubstanciar seus interesses nas agências da sociedade política. Assim sendo, a pesquisa buscou explorar as interconexões entre política e economia na luta pela hegemonia entre as frações do capital. Palavras-chave: Estado, empresários, intelectuais, política, construção da hegemonia (1930-1945).

Abstract

Despite the chronological excerpt of the study prioritize the period of the First Government Vargas, to understand the social formation of these two entrepreneurs had to make a retreat and thus analyze their origins during the First Republic, emphasizing aspects of their different backgrounds and social trajectories. The thesis analyzes the Brazilian capitalist economy during the period from 1930 to 1945, considering the fight and the political participation of industrial and commercial entrepreneurs in the Brazilian capitalist state. The methodology used to conduct the procedures consisted of mapping the social relations of the industrial and commercial business community leaders in state agencies, considered according to Gramsci's theoretical matrix. Towards this purpose, we focus to entrepreneurs Euvaldo Lodi and Valentine Bouças. In its role as representatives of various business groups, both were organic intellectuals who, acting in civil society, educated and drove the collective action of fractions of capital they represent in order to substantiate its interests in the agencies of political society. Therefore, the research sought to explore the interconnections between politics and economics in the struggle for hegemony between fractions of capital.

Keywords: State, businessmen, intellectuals, policy, construction of hegemony (1930-1945).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar forças para suportar as adversidades e por me conceder a lucidez típica de quem desperta após um longo sono em que, sonhando, acreditava estar acordado.

A parte que corresponde aos agradecimentos pessoais será uma das mais difíceis de escrever nessa tese. Muitas são as pessoas que contribuíram para que eu tivesse força para cumprir essa árdua jornada de quatro anos.

Agradeço à Professora Dr^a Sônia Regina de Mendonça, minha Orientadora, pela amizade, pelo comprometimento acadêmico, e por compartilhar comigo sua erudição. As suas leituras críticas contribuíram muito para o meu amadurecimento – não apenas como profissional, mas também, como pessoa.

Aos professores que compuseram minha Banca Examinadora: Prof.^o Dr. Bernardo Kocher, Prof.^o Dr. Cezar Teixeira Honorato, Prof.^a Dr.^a Esther Kuperman e Prof.^o Dr. Gelsom Rozentino de Almeida. Suas críticas e reflexões contribuíram muito para o enriquecimento dessa tese.

Aos arguidores de minha Banca de Qualificação: Prof^o Dr^o Carlos Gabriel Guimarães e ao Prof^o Dr. Cezar Teixeira Honorato – pelas valiosas críticas, sugestões e indagações.

À Prof^a Dr^a Dilma Andrade de Paula, pelo incentivo e oportunidade à minha produção acadêmica em história social de empresas. MUITÍSSIMO OBRIGADO.

Escrever uma tese conduziu-me a uma travessia longa e solitária em muitos momentos. Conciliando meu doutorado com minhas atribuições – como docente na rede pública estadual – boa parte do meu tempo ocioso foi dedicado às atividades acadêmicas: estudo, pesquisa, produção, publicação e apresentação de trabalhos. Isso seria difícil de suportar sem a família e os amigos que, no dizer de Oscar Wilde, são a família que escolhemos.

Ao meu amado avô Lindolpho Antunes Gonçalves Filho – *In Memoriam*. Estamos unidos por um laço de amor que jamais se desfará.

À minha amada esposa, Cristina Lima de S. Margalho, por tudo que passamos ao longo desses onze anos de casados. Atravessamos juntos as tempestades e as calmarias no imprevisível oceano da vida. Sou grato pelo amor e companheirismo que compartilhamos todos os dias. Fazemos do amor uma reinvenção e redescoberta cotidiana.

Aos meus pais, Raimundo Nonato Margalho da Cunha e Elenice Gonçalves Margalho, por estarem em minha vida, pelo amor incondicional compartilhado, pelo incentivo e por tudo o que representam para mim.

Aos meus amados irmãos: Fábio Gonçalves Margalho – por sua força, generosidade e grandeza espiritual; Márlon Gonçalves Margalho – por seu generoso humanismo e admirável solidariedade, pelas agradáveis conversas e recepção sempre calorosa e acolhedora em sua casa. Amo muito vocês dois.

Às cunhadas Gláucia Couto Margalho – pela gentileza, carinho e hospitalidade; à Renata Manhães – pela ternura e fraternidade nos momentos difíceis e sombrios da vida e à Maria Helena Moreira da Silva e ao cunhado Francisco José L. de Siqueira pela amizade, carinho, acolhimento e torcida.

À vitalidade e ternura da nova geração, as sobrinhas Ana Júlia Couto Margalho e Nathália Couto Margalho e ao carinho dos sobrinhos Mariana Siqueira e Matheus Siqueira.

Às minhas amadas avó Jurema Pinto Gonçalves – pelo amor de uma vida – e à vovó Nazareth Bisa, que me acolheu como neto, e à tia-avó Nilza Pinto Mamede, uma fã incondicional.

À tia Helena Aura Gonçalves, à prima Marceley Mesquita e à querida afilhada Camile Mesquita pelo carinho e amor de sempre.

Aos sogros queridos Cinéa Lima de Siqueira e Francisco Sodré de Siqueira por me amarem como a um filho.

Aos colegas do **Núcleo de Pesquisas Sobre Estado e Poder no Brasil**, coordenado pela professora Sônia Mendonça. Os debates, críticas e sugestões resultantes desses quatro anos de atividades muito contribuíram ao amadurecimento dos meus estudos. Aos colegas do núcleo, um agradecimento especial e fraterno: a Pedro Cassiano Farias de Oliveira – pela ajuda na formatação nos momentos de sufoco, a André Pereira Guiot, à Melissa Miranda Natividade, à Fernanda Ayala, à Nathalia dos Santos Nicolau e sua inseparável amiga Camila Fernandes Pinheiro, à Carolina Ramos, à Sonia Ribeiro de Souza e a Antonio Rabello.

Às funcionárias e funcionários do Programa de Pós Graduação em História Social da UFF.

Aos funcionários e funcionárias dos acervos e bibliotecas visitadas ao longo da pesquisa – um agradecimento especial aos da Biblioteca do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro.

Infelizmente, o espaço reservado aos agradecimentos jamais fará justiça a todos. Várias pessoas não foram agraciadas com os meus agradecimentos, não importando o grau de colaboração e/ou torcida. Estas palavras são o modo que encontrei de fazer-lhes justiça: muito obrigado.

Epígrafe

“Permitem a uma pessoa coisas surpreendentes, desde que tenha dinheiro. Sócrates, pobre, é apenas um fazedor de frases, estúpido e pernicioso, sendo tolerado unicamente no teatro, porque apraz ainda ao burguês ver a virtude em cena. Este burguês é uma pessoa estranha: proclama francamente que o dinheiro constitui a suprema virtude e a obrigação humana, e ao mesmo tempo, gosta terrivelmente de aparentar também a mais elevada nobreza de caráter. (...)

A Liberdade, igual para todos, de fazer o que bem se entender, dentro dos limites da lei. Mas quando é que se pode fazer o que bem entender? Quando se possui um milhão. A liberdade concede acaso um milhão a cada um? Não. O que é um homem desprovido de milhão? O homem desprovido de milhão não é aquele que faz o que bem entende, mas aquele com quem fazem o que bem entendem.”

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Ensaio sobre o burguês*. 2000. pp. 128-129.

SUMÁRIO

Siglas Utilizadas	p. 01
Índice de Quadros	p. 03
Introdução	p. 04
Capítulo I: Organização Política do Empresariado na 1ª República	p. 12
1.1. A trajetória social de Valentim Fernandes Bouças.....	p. 13
1.2. A segunda geração de intelectuais orgânicos da indústria.....	p. 22
1.3. A trajetória social de Euvaldo Lodi e sua atuação no grupo Lage & Irmãos.....	p. 25
Capítulo II: Empresários Comercial-Financeiros e Política, 1930-1936	p. 34
2.1. A Grande Depressão Econômica do Entreguerras.....	p. 34
2.2. A “Revolução” de 1930: aspectos econômico-sociais.....	p. 39
2.3. Diplomacia e altas finanças.....	p. 46
2.4. Intelectual orgânico e ação político-econômica: o caso de Valentim Bouças.....	p. 51
2.5. A Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros de Estados e Municípios.....	p. 73
2.6. A grande política do Governo Provisório no círculo financeiro nova-iorquino.....	p. 84
Capítulo III: Empresários Industriais e Política, 1930-1936	p. 99
3.1. Política Externa, Política Interna e os industriais brasileiros.....	p. 99
3.2. A Conferência Monetária e Econômica de Londres.....	p. 106
3.3. Industriais e ação coletiva.....	p. 113
3.4. A sociedade civil como espaço organizativo da ação política.....	p. 121
3.5. Os estatutos da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro: regras de conduta e fundamentos da integração orgânica de empresariado industrial.....	p. 134
3.6. Princípios morais da participação política nos Estatutos da FIRJ.....	p. 141
3.7. A Federação Industrial do Rio de Janeiro como <i>locus</i> organizativo da ação coletiva do empresariado.....	p. 143
3.8. Interesses econômicos e conflitos políticos nas trajetórias de Euvaldo Lodi e Valentim Bouças.....	p. 149
Capítulo IV: Frações do capital em disputa no Estado Novo	p. 156
4.1. Empresariado industrial e política.....	p. 156
4.2. O empresariado industrial na luta política pós-1937.....	p. 158
4.3. A Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal.....	p. 170
4.4. Industriais e luta política.....	p. 175
4.5. O Centro Industrial do Rio de Janeiro.....	p. 179
4.6. As lideranças industriais e os órgãos técnicos e consultivos.....	p. 183

Capítulo V: Estratégias de ação político-empresarial sob o Estado Novo.....	p. 187
5.1. A economia de guerra no Brasil segundo Valentim Bouças.....	p. 187
5.2. O bloco burguês industrial no poder.....	p. 190
5.3. O Banco do Brasil e a economia brasileira na primeira metade dos anos 1940.....	p. 192
5.4. O capital industrial e a formulação da grande política.....	p. 202
5.5. Intelectuais orgânicos e ação política.....	p. 206
5.6. A Coordenação da Mobilização Econômica: política e economia em tempos de guerra.....	p. 214
5.7. Os intelectuais orgânicos industriais como agentes de Estado.....	p. 217
5.8. A crise do Estado Novo: novas perspectivas para os empresários industriais representados por Euvaldo Lodi e Valentim Bouças.....	p. 219
6. Conclusão.....	p. 232
Bibliografia e Fontes.....	p. 237

SIGLAS UTILIZADAS

- ACRJ** – Associação Comercial do Rio de Janeiro
- ARBED** – Aciéries Réunies de Burbac-Esch-Dudelange
- BCB** – Banco de Crédito da Borracha
- CEFEM** – Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros dos Estados e Municípios
- CFCE** – Conselho Federal do Comércio Exterior
- CIB** – Centro Industrial do Brasil
- CiB** – Confederação Industrial do Brasil
- CIESP** – Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
- CIFTA-RJ** – Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro
- CIFTA-SP** – Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão de São Paulo
- CIRJ** – Centro das Indústrias do Rio de Janeiro
- CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho
- CME** – Coordenação da Mobilização Econômica
- CNI** – Confederação Nacional de Indústria
- CREAI** – Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil
- CSH** – Companhia Serviços Hollerith
- CSN** – Companhia Siderúrgica Nacional
- CTEF** – Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda –
- CTR** – Computing Tabulating Recording Company
- DASP** – Departamento Administrativo do Serviço Público
- DHBB** – Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro
- DIP** – Departamento de Imprensa e Propaganda
- DPEx** – Dívidas Públicas Externas
- EMOP** – Escola de Minas de Ouro Preto
- FIRJ** – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
- FSIDF** – Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal
- HGCB** – História Geral da Civilização Brasileira
- IBM** – International Business Machines Co. of Delaware
- IRF Matarazzo** – Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo
- NCRC** – National Cash Register Company
- PCB** – Partido Comunista do Brasil

PSD – Partido Social Democrático

SPI – Setor de Produção Industrial

UDN – União Democrática Nacional

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO I: Indústrias Metalomecânicas até a década de 1930.....	p. 24
QUADRO II: Dívida Pública Externa, exposição referente ao triênio de 1930-1933.....	p 47
QUADRO III: Dívidas, valores a pagar em 1930.....	p. 48
QUADRO IV: Capitais investidos nos títulos das Dívidas Públicas Externas até outubro de 1930.....	p. 48
QUADRO V: Proposta de pagamento do sindicato dos banqueiros de Londres.....	p. 82
QUADRO VI: Atividades das Bolsas na década de 1930 (em 1.000 contos de réis).....	p. 86
QUADRO VII: Bolsas de Títulos, 1929 a 1932.....	p. 86
QUADRO VIII: Bolsa do Distrito Federal, 1929 a 1932.....	p. 87
QUADRO IX: Sindicatos e seus representantes na FIRJ, 1934 a 1936.....	p. 146
QUADRO X: Empresários e conglomerados econômicos.....	p. 152
QUADRO XI: Filiados a Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal em 1941.....	p. 176
QUADRO XII: Navios brasileiros afundados por submarinos na II Guerra.....	p. 180
QUADRO XIII: Importações brasileiras em 1939 e 1940.....	p. 194
QUADRO XIV: Exportação Brasileira de ferro gusa, 1937 a 1940.....	p. 200
QUADRO XV: Exportação brasileira de ferro gusa, por países de destino (1939 e 1940).....	p. 200
QUADRO XVI: Diretoria da <i>Federação das Indústrias do Rio de Janeiro</i> eleita para ano de 1943.....	p. 204
QUADRO XVII: <i>Federação Industrial do Rio de Janeiro</i> , Conselho Fiscal eleito para o ano de 1943.....	p. 204
QUADRO XVIII: Sindicatos filiados a <i>Federação das Indústrias do Rio de Janeiro</i> ano de 1943.....	p. 204
QUADRO XIX: Siderúrgicas Paulistas, 1943.....	p. 216

INTRODUÇÃO

1. Apresentando o problema

Este trabalho visa contribuir para a análise da economia capitalista no Brasil, com enfoque especial para as disputas intraclasses burguesa no *Estado Ampliado*, aqui, compreendido, segundo a matriz conceitual gramsciana. Também chamado de Estado Integral. Por essa chave conceitual, o Estado ampliado é formado pelo conjunto de agências privadas e da sociedade política. Em nosso entender, trata-se de um complexo superestrutural formado por agências da sociedade civil e política.

De um modo geral, pode-se dizer que se trata de um estudo sobre o poder político e suas várias formas de manifestação em relação à economia capitalista. Em outros termos, trata-se de uma história sócio-política da economia capitalista no Brasil que terá como fio condutor a relação entre *Estado, empresários e política* no Brasil, no período compreendido entre 1930 e 1945. Propomos, como esse recorte, formular uma maior integração entre as dimensões econômica, social e política da história do país no período recortado. Algumas perguntas básicas são importantes: 1) Qual a validade de uma pesquisa sobre o Estado na economia?; 2) Que papel teria desempenhado o empresariado industrial na luta pela afirmação de sua hegemonia?; 3) De que hegemonia estamos falando?

Antes de responder à primeira questão, algumas constatações são importantes. O conjunto de evidências encontradas no decorrer do processo de pesquisa permite concluir não existir uma separação estanque entre economia e política. Na economia capitalista, dá-se a coexistência e interconexão entre o mundo da produção, o do trabalho e a ação social de seus agentes junto ao Estado Restrito. Como o demonstrou Paul Baran, ao longo de toda a história da economia capitalista, o Estado-governo exerceu essencial papel junto às atividades econômicas. Ele financiou a construção de ferrovias, promoveu “os interesses econômicos dos capitalistas nacionais” no estrangeiro e impôs, sempre que necessário, tarifas alfandegárias que protegessem os empresários nacionais da agressividade das megacorporações que, não raro, formavam cartéis com a finalidade de controlar o mercado global (BARAN, 1972, p. 155).

Logo, o Estado tornou-se o grande regulador das diretrizes políticas que formaram as bases do desenvolvimento da economia capitalista. Trataremos, portanto, da formulação de um projeto político-empresarial que orientou e direcionou os rumos da economia.

Decisões que implicavam investir mais em determinados setores e menos (ou não investir) em outros. Proteção aduaneira para quais setores, facilitando ou dificultando a entrada no país de bens de capital e bens intermediários. O Estado restrito contribuiu sensivelmente na “determinação da direção e da velocidade do desenvolvimento econômico na era capitalista” (BARAN, 1972, p. 155). Ao abordar “a importância do poder estatal nos processos econômicos”, Immanuel Wallerstein também chamou a atenção para o direito legal do Estado-governo formular leis “que governam as relações sociais de produção no interior de sua jurisdição territorial” (WALLERSTEIN, 2001, pp. 42,44). Legislação que, igualmente, favoreceria alguns setores em detrimento de outros. Isso significa que inexistia disjunção entre a economia e a política. Todos os fatores acima indicados demonstram que o estudo do Estado faz-se imprescindível em pesquisas sobre a economia capitalista.

A resposta à segunda questão passa pela negação total da absurda proposição liberal de que, no Brasil, as classes – sobretudo suas frações industriais – tiveram uma posição passiva junto ao Estado brasileiro. Certamente por padecer de miopia teórica, o teorema filosófico de sociólogos, economistas e historiadores de matriz liberal põe as classes em geral e suas frações industriais, em particular, em posição subalterna junto ao Estado, não as enxergando como agentes que participaram da formulação das diretrizes políticas que estabeleceram os fundamentos do processo produtivo de base urbano-industrial brasileiro. Os intelectuais orgânicos da indústria participaram, sim, e de modo efetivo, da formulação das políticas públicas que culminaram com a dinâmica da expansão industrial incentivada por agências da sociedade política.

Embora não fosse ainda hegemônico, o empresariado industrial brasileiro se mobilizou para concretizar seus projetos junto a diversas agências do Estado Restrito, o que isso implicou numa “guerra de posições” cuja finalidade seria ocupar espaços estratégicos para a representação de seus interesses, tanto no âmbito da sociedade civil, quanto no da sociedade política. Nessa luta, empresários industriais como, por exemplo, Roberto Sinonsen, Euvaldo Lodi, Valentim Bouças, Horácio Lafer e Wolff Klabin, exerceram papel de organizadores da ação política coletiva das frações do capital industrial por eles representados.

Abordaremos, de forma mais específica, o papel do Estado Integral como *locus* organizativo das classes ou suas frações em luta política tendo por finalidade a construção da hegemonia. É conveniente esclarecer o papel das associações de classe, aqui compreendidas como aparelhos privados de hegemonia, dentro do arcabouço teórico formulado por Antônio Gramsci. Para os fins a que nos propomos, esse quadro teórico é o que nos parece oferecer

as ferramentas mais completas para compreender o papel do Estado na formação social capitalista brasileira.

O *Estado Ampliado*, formado pelo complexo superestrutural integrado por agências da sociedade civil e da sociedade política, é o espaço onde ocorrem as disputas pela hegemonia. Uma análise da economia capitalista não pode prescindir da política, posto existir uma conexão inseparável entre interesses econômicos e políticos no interior do Estado capitalista. É preciso compreender que o Estado não é uma força extra-humana, nem tampouco um bloco de poder monolítico que paira “acima das classes”. Conforme alerta Nicos Poulantzas, é essencial evitar a armadilha conceitual do Estado-Coisa ou do Estado-Sujeito. Devemos pensá-lo como resultado de relações sociais: o Estado-relação. Portanto, um complexo superestrutural onde ocorrem lutas de classe pela hegemonia (POULANTZAS, 1977).

Antes de prosseguir é preciso esclarecer de que hegemonia estamos tratando. Tomamos como norma que um estudo sobre a economia capitalista não pode secundarizar a análise do Estado como estrutura social intimamente conectada tanto à economia, quanto à sociedade e à política. A partir dessa constatação, uma discussão teórica a respeito do Estado e de sua função na economia capitalista, direcionada mais especificamente para a realidade brasileira, é essencial. É preciso deixar claro o que compreendemos como o social e sua relação com a História. Para tanto, recorreremos à conferência pronunciada por Lucien Febvre, em 1941, na *École Normale Supérieure*

repito, (...), não há história econômica e social. Há somente história, em sua unidade. A história que é, por definição, absolutamente social. Em minha opinião a história é o estudo cientificamente elaborado das várias atividades e das diversas criações dos homens de outros tempos, captadas em sua data, no marco de sociedades extremamente diferentes e, no entanto, comparáveis umas as outras (o postulado é da sociologia); atividades e criações com que cobriram a superfície da terra e a sucessão das eras (FEBVRE apud CARDOSO & BRIGNOLI, 2002, pp. 348-349).

2. O objeto de pesquisa

Propomo-nos a desenvolver um estudo sobre *Estado, empresários e política* durante o período 1930-1945 assumindo que os empresários instituíram-se em agentes políticos que, através de seus intelectuais orgânicos, lutaram para inscrever seus projetos de classe junto ao complexo institucional do Estado Restrito. Para isso priorizamos o papel desempenhado por lideranças orgânicas da burguesia industrial nesse processo.

Em nossa Dissertação de Mestrado, pesquisamos o grupo industrial Klabin-Lafer, analisando as estratégias utilizadas para a construção de seu projeto com pretensões hegemônicas junto ao complexo institucional que configura o Estado Integral. Partindo de um estudo de caso, investigamos as relações sociais construídas pelos industriais Wolff Klabin e Horácio Lafer no período de 1930 a 1951, considerando sua atuação junto a agências do Estado Restrito. Assim o fizemos porque, em nosso entendimento, um estudo de história social de empresas não pode menosprezar quer a ação política dos empresários, quer as formas de inscrição de seus interesses junto à ossatura material da sociedade política. Pesquisamos também a disputa travada entre a *Klabin Irmãos e Cia* (lideradas por Horácio Lafer e Wolff Klabin), e as *Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo* (liderada por Francisco Matarazzo).¹

No Doutorado ampliamos a esfera de nossa análise, levando em conta a atuação de outros grupos empresariais no processo de luta por sua inserção no Estado capitalista. Para tanto, pesquisamos outros intelectuais orgânicos de frações burguesas: a industrial e a comercial. Mapeando a trajetória social desses intelectuais nos foi possível entender o papel do empresariado junto à sociedade civil e à sociedade política, enfim, junto ao Estado Ampliado. As chaves de leitura fornecidas por Gramsci são fundamentais para a sócioanálise dos intelectuais orgânicos selecionados para estudo. Cumpre enfatizar que, longe de apresentar uma homogeneidade, as frações burguesas tinham distintos projetos políticos, resultando, assim, em conflitos intraclasse.

Para efeito de análise, elegemos os empresários Euvaldo Lodi e Valentim Fernandes Bouças, posto terem detido poder e influência como atores políticos e intelectuais representantes de suas respectivas frações da classe burguesa. Neste caso, interessa-nos explorar as diferentes posições por ambos assumidas nos campos político e empresarial.

Enquanto Lodi fazia restrições à participação do capital estrangeiro no país, defendendo sua subordinação aos interesses do país que o recebia, por exemplo, Bouças, por sua vez, mantinha vínculos bastante estreitos com o capital estadunidense, posto representar no Brasil firmas como a *Coca Cola Refrescos S/A* e a *International Business Machines*, tendo exercido também a função de representante IBM no país, entre 1917 e 1949.

Pretendemos explorar o conflito de interesses representado por Bouças e por Lodi uma vez que a disputa abre perspectivas para analisarmos os diferentes projetos políticos das frações burguesas que, atuando no aparelho de Estado, lutavam para ascender a uma posição

¹ Após a morte do conde Francisco Matarazzo, em 1937, o controle acionário das *IRF Matarazzo* passou ao quinto filho, conde Francisco Matarazzo II.

que lhes permitisse tornar-se hegemônicas também na sociedade política. Esse processo de luta entre frações da classe dominante empresariais por sua inscrição junto a instituições estratégicas do Estado Restrito nos permite perceber que a burguesia industrial e a comercial-financeira exerciam, através de seus representantes, expressiva força política, pressionando o conjunto dos grupos dirigentes no Estado para o atendimento de suas demandas, o que seria ainda mais decisivo no pós-1930.

Analisar a trajetória desses dois empresários, destacando como se deu a participação deles – tanto na sociedade civil, quanto no aparelho de Estado –, permite demonstrar a força política da burguesia como agente que exerceu papel decisivo no processo de industrialização e na política econômica estatal. A atuação de lideranças vinculadas aos interesses da burguesia industrial, na condição de agentes políticos igualmente nos permite afirmar que, diferentemente do que supõem o paradigma desenvolvimentista e seus herdeiros, a burguesia brasileira nada teve de frágil. Permite-nos, ainda, desmistificar o “dogma historiográfico” segundo o qual teria cabido ao “Estado esclarecido” o mérito de conduzir o processo de industrialização.

Com efeito, constitui um equívoco interpretar a burguesia industrial e seus porta-vozes como frações de classe meramente subordinadas aos desígnios do Estado que, através de medidas como barreiras alfandegárias, financiamentos e controle da mão de obra fabril viabilizou a industrialização no país. Pensar assim é atribuir ao Estado uma coerência ultraracional como se este fosse uma entidade sobre-humana dotada de vontade própria – o Estado-Sujeito tão criticado por Poulantzas.

Estudaremos o conflito de interesses entre Valentim Bouças, Euvaldo Lodi e seus desdobramentos junto ao Estado Restrito, partindo da análise dos vínculos institucionais mantidos por eles no âmbito da sociedade civil. Para tanto levaremos em conta as disputas políticas entre eles travada, assim como a forma assumida pela correlação de forças junto à qual se inseriram, uma vez enterdemos que a luta pelo poder político e político-estatal assumia estratégias bastante multiformes. Nesse caso, analisaremos os vínculos por eles estabelecidos com pessoas influentes e demais grupos empresariais nas sociedades civil e política. O caso de Valentim Bouças é exemplar, nesse sentido uma vez que, além de assessorar a Presidência na condição de orientador financeiro pessoal de Vargas, fora seu contumaz parceiro de golf no *Itanhangá Golf Club*, conforme relato de Vargas em várias passagens de seu diário (vol. II).

Assim como esse empresário, muitas outras lideranças industriais aproximavam-se da sociedade política não apenas através da participação direta em organismos

governamentais, mas, também, valendo-se do capital social por elas amealhado na sociedade civil como estratégia para firmar alianças com o propósito de construir um projeto que viabilizasse a conquista de postos avançados no aparelho de Estado.

Com essa pesquisa sobre os grupos burgueses representados por Bouças e Lodi analisaremos os conflitos e contradições inerentes ao processo de industrialização e à disputa entre frações da classe dominante burguesa pela inscrição de seus projetos junto a agências da sociedade política.

Por certo, em nossa análise, o conceito de intelectual orgânico assume papel fundamental, sendo a partir dessa chave conceitual que abordaremos a trajetória social das lideranças empresariais selecionadas para estudo industrial (GRAMSCI, 2011b, p. 25).

Além da bibliografia, a metodologia usada consistiu na análise, confrontação e cruzamento de dados de fontes oficiais e documentos produzidos por agências privadas dos grupos empresariais pesquisados. Atas de Reunião, correspondências, diários, discursos, estatutos, pareceres, periódicos e relatórios foram utilizados para traçar o curso e avaliar a dimensão da ação política do empresariado. Com isso, formulamos uma análise das relações de força entre classes e frações dominantes em disputa pela hegemonia.

Antes de prosseguir penso ser fundamental indicar as hipóteses que orientaram nossa pesquisa:

1. Na condição de mediador entre os interesses do capital estadunidense e aqueles presentes no Estado brasileiro, coube a Valentim Bouças atuar junto ao novo governo, mormente em uma conjuntura de depressão econômica e, posteriormente, Guerra Mundial;
2. Os conflitos de interesse entre Euvaldo Lodi e Valentim Bouças representavam projetos políticos emanados de distintas frações burguesas em luta pela construção de sua hegemonia;
3. A crise do liberalismo favoreceu a ascensão da burguesia industrial como classe também no plano político, uma vez que passou a participar ativamente da sociedade política brasileira no pós-1930;
4. A organização do empresariado na própria sociedade civil, através da criação de aparelhos privados de hegemonia, foi a estratégia utilizada por Bouças e Lodi enquanto intelectuais orgânicos empenhados em organizar a vontade coletiva dos segmentos representados, visando à afirmação política dos projetos por cada um deles defendidos.

No primeiro capítulo analisaremos a organização do empresariado industrial e comercial durante a Primeira República. Assim procedemos porque embora o eixo

cronológico central da pesquisa seja o Primeiro Governo Vargas, julgamos relevante mapear a origem das trajetórias sociais dos empresários Euvaldo Lodi e Valentim Bouças. Aborda, ainda, as inversões de setores do capital estrangeiro no Brasil nesse período. Com isso, tratamos do princípio e desdobramento das disputas das potências imperialistas na República brasileira. Consideramos, ainda, a sociogênese político empresarial da formação da primeira geração dos intelectuais orgânicos da indústria no Brasil – e sua organização nas agências da sociedade civil.

O foco central do segundo capítulo consiste analisar os empresários comercial-financeiros representados pelo empresário Valentim Fernandes Bouças e suas conexões políticas no período de 1930 a 1936. Nesse capítulo tratamos da Depressão Econômica do Entreguerras e da sua consequência sobre o pagamento dos serviços de pagamento das dívidas públicas externas da União, Estados e Municípios do Brasil. Disso resultou a análise do processo de formulação de uma política externa do Governo Federal especificamente voltada para a renegociação dos termos de pagamento dos credores, junto aos principais centros financeiros internacionais. Bouças exerceu, como representante do governo Vargas, papel estratégico na renegociação do pagamento das DPEX com setores do capital financeiro. Consideramos, ainda, a política externa do governo Vargas em um contexto geopolítico marcado pela luta entre Alemanha e Estados Unidos em sua condição de potências capitalistas que disputavam a hegemonia no cenário mundial.

O terceiro capítulo aborda os empresários industriais e a política no período de 1930 a 1936. Damos maior ênfase ao industrial Euvaldo Lodi, em sua condição de representante e porta-voz de setores do capital industrial por ele representados, organizados e mobilizados no Estado brasileiro. O capítulo prossegue na análise da política externa do governo Vargas com os banqueiros de Nova Iorque no que tange ao pagamento dos serviços das dívidas externas através do câmbio ouro/dólar – conforme havia sido estabelecido em contrato. Tratamos, ainda, da Conferência Monetária e Econômica de Londres, e das negociações que dela decorreram tendo Valentim Bouças como intermediário. Outro aspecto abordado no capítulo se refere a organização/ação coletiva dos industriais nas agências das sociedades civil e política para representar seus interesses no Estado.

No quarto capítulo tratamos das disputas de frações do capital no Estado Novo. Procuramos demonstrar que o empresariado não deixou de participar ativamente das agências da sociedade política características do período. Demonstramos que, através de suas lideranças orgânicas, as frações do capital industrial e comercial, organizadas junto em seus aparelhos privados, participaram como assessores do Governo Federal junto aos órgãos

técnicos e consultivos dotados de papel estratégico dentre as agências do Estado-governo. O presente capítulo trata, ainda, da organização/mobilização executada pelos intelectuais orgânicos do comércio e da indústria para impor limites ao projeto corporativista do Estado Novo.

No quinto e último capítulo tratamos das estratégias de ação político-empresarial sob o Estado Novo. O capítulo prioriza as relações sociais de Euvaldo Lodi e Valentim Bouças no Estado Vargas e o modo como articularam uma guerra de posição tendo como finalidade a ocupação de espaços estratégicos no Estado capitalista brasileiro – a formação de um bloco burguês industrial no poder. A economia de guerra no Brasil foi outro aspecto de que trata o capítulo, articulando isso com a participação do empresariado, liderado por Bouças e Lodi, na formulação das diretrizes que orientaram a grande política do Estado Novo. A influência que o final da Segunda Guerra teve para o fim da ditadura Vargas e as posições do empresariado sobre o fim do regime.

CAPÍTULO I

ORGANIZAÇÃO POLITICA DO EMPRESARIADO NA 1ª REPÚBLICA

Segundo Décio Saes, o Estado brasileiro é capitalista desde a “Revolução política antiescravista² de 1888-1891. Em seu *modus operandi*, esse Estado cria diversos mecanismos para assegurar a estabilidade na correlação de forças nele vigente, de modo a garantir a reprodução das relações sociais de produção capitalistas. O Estado organiza a hegemonia da classe ou fração de classe dominante no interior do bloco no poder. Outro papel relevante do Estado capitalista consiste em desorganizar, junto às classes dominadas, as forças sociais “capazes de compor um bloco revolucionário” (SAES, 2001, p. 49). Se, por um lado, as relações das agências do Estado com as forças sociais oriundas do “mundo” do trabalho assumem formas mais repressoras, o mesmo não ocorre em sua relação com as diferentes frações do capital e seus representantes.

Durante a Primeira República, o país passou por um processo de modernização que resultou na expansão urbano-industrial, livre dos entraves impostos pelo Império escravocrata. As manufaturas desenvolveram-se e encontraram condições de atender a uma parte significativa do mercado consumidor brasileiro. É importante ressaltar que a indústria e o comércio nacional, expandidos neste período, não estavam desvinculados dos lucros provenientes da cafeicultura. A grande burguesia cafeeira paulista contava com um portfólio de investimentos que ia além dos domínios de sua fazenda. Segundo Warren Dean,

² Para Saes, tal revolução teve caráter jurídico, posto que suprimiu o direito escravista, que não tratava igualmente os desiguais e tampouco reconhecia que todos os homens eram dotados de capacidade jurídica – independente de sua condição socioeconômica. As relações sociais de caráter capitalista no Brasil não surgiram na República, (por certo existiam no Império), mas seu pleno desenvolvimento estava limitado pela superestrutura jurídico-política escravista do Império. A revolução antiescravista a qual o autor se refere tratou-se de uma ação política que resultou na derrocada do Estado Escravista Moderno Imperial. A Abolição da escravidão, em 1888, significou o final da força de trabalho e do direito que fundamentava o regime escravista. A Proclamação da República (1899) e a Assembleia Constituinte (1891), por sua vez, abriu o aparelho de Estado a todos os homens, concedendo-os status jurídico de cidadãos. O que implicava estar submetidos, como classe subalterna e força de trabalho, ao mesmo sistema legal. A partir do Golpe de República o capital tornou Estado-governo. Concordamos com o argumento do autor quanto ao caráter capitalista – portanto burguês – do Estado que se formou no Brasil durante a Primeira República. Conforme ele ressaltou, tal Estado desempenhava “a função-limite de frustrar, mediante o exercício da força, a revolução social anticapitalista.” Essa função de repressão é desempenhada de forma regular e contínua, e não tão somente diante de situações revolucionárias. Quando as classes e frações dirigentes no Estado capitalista deixam de aplicar a força física, ao menos ostentam seu poder coercitivo, “produzindo desse modo efeitos intimidatórios sobre as forças sociais potencialmente revolucionárias.” Além disso, as forças sociais do capital nas agências do Estado se empenham em desorganizar, nas classes e frações dominadas, as forças sociais “potencialmente capazes de compor um bloco revolucionário.” Por todos esses fatores, o Golpe Militar que depôs a Monarquia deu uma República ao capital, formando um Estado burguês. Para maiores detalhes, vide SAES, 2001, pp. 49, 99-101. Segundo Luiz Werneck Vianna, com o surgimento da República, “o homem mercantil [sairia] afinal da zona da sombra onde se ocultava para ocupar os lugares mais evidentes no cenário social” (VIANNA, 1978, p. 92).

Os cafeicultores de São Paulo, quase todos nativos, investiam em estradas de ferro e docas, bancos e sociedades comerciais, necessários à expansão dos seus negócios. Tais empresas geraram novos lucros, que puderam ser empregados na compra de maquinismos (DEAN, In: FAUSTO, 2006, Tom. 3, Vol. 8, pp. 278-279).

É pertinente ressaltar que o capital, oriundo do setor agromercantil exportador, não foi o único investido em serviços e obras demandados pela grande burguesia cafeeira. Segundo Francisco de Oliveira, “a base de infraestrutura necessária para a expansão das culturas de exportação – ferrovias e portos – requeria também doses incrementadas de moeda externa (...)” (OLIVEIRA, 1989, p. 13). O capital estrangeiro igualmente atuou como financiador do setor de serviços e de infraestrutura, dos quais se beneficiaram tanto o empresariado industrial, quanto o agroindustrial. Segundo Dean, a penetração do capital estrangeiro fez com que passasse a controlar a exportação do café e, ainda, as firmas bancárias e de seguros, além de parte significativa de rede ferroviária e de serviços de utilidade pública. Norte-americanos e europeus fizeram investimentos razoáveis na indústria (DEAN, In: FAUSTO, 2006, Tom. 3, Vol. 8, p. 301).

Foi nesse contexto, em que firmas estrangeiras investiam no Brasil e o processo de industrialização assumia maior dinamismo, que se desenrolaram as trajetórias econômicas e político-sociais de Valentim Bouças e Euvaldo Lodi. Convém reiterar que o primeiro iniciou sua atividade profissional com o grupo *Gaffrée-Guinle* e o segundo, como funcionário do grupo *Lage & Irmãos*. Outro ponto relevante a ser mencionado é a posição de destaque que o Rio de Janeiro, sede da Capital Federal, ocupava, até então, junto à dinâmica do capitalismo brasileiro. Se São Paulo começava a despontar no setor industrial, o Rio de Janeiro destacava-se como área de afirmação das finanças e comércio. Daí sua importância para o estudo das trajetórias de ambos os empresários pesquisados e para o mapeamento das redes de sociabilidade nas quais se inseriam

1.1. A trajetória social de Valentim Fernandes Bouças durante a Primeira República

Começamos com uma breve digressão sobre a trajetória sócio-profissional de Valentim Fernandes Bouças³ durante a Primeira República. Aos 13 anos Bouças, filho de um antigo funcionário da *Cia Docas de Santos*, foi trabalhar como *office-boy* no Escritório

³ Nascido em Santos, SP, em 01 de setembro de 1891. Faleceu no Rio de Janeiro, em 02 de dezembro de 1964. Foi casado com Djanira Coelho, falecida em 1946. Em 10 de julho de 1948, Bouças casou-se com Maria Blanca Antony. Do primeiro matrimônio, teve cinco filhos: Marina, Odete, Iolanda, Vitor e Jorge. Vide no DHBB o verbete biográfico de Valentim Bouças – escrito por Sônia Dias. As referências bibliográficas completas serão arroladas na bibliografia, evitando repetição desnecessária em notas de rodapé.

Técnico da empresa em 01 de junho de 1905. Em 1906, o jovem recebeu autorização de Cândido Gaffrée para matricular-se na Academia de Comércio de Santos, onde se formou em contabilidade (BOUÇAS, 1953, p. 06). É muito relevante mencionar que, no campo das relações sociais vigentes no mundo empresarial brasileiro, o jovem Bouças tenha trabalhado no grupo Gaffrée-Guinle.⁴ Este fator nos permite melhor aferir a diferença existente entre o empresário santista e o industrial Euvaldo Lodi, formado pelo grupo *Lage & Irmãos*.

O vínculo de Valentim Bouças com o capital estrangeiro na qualidade de representante comercial começou, ao que tudo indica, em 1912 /1913, quando se tornou vendedor da *National Cash Register Company*⁵, tendo trabalhado para essa firma até 1915. No período de 1915 a 1916, passou a representar a *Boston Belting Company*. Tratava-se de uma firma industrial voltada à produção de artigos tendo a borracha como matéria-prima. A data provável de sua fundação é de 1828. Localizava-se em Massachusetts, Boston, EUA.

A IBM surgiu no Brasil em 1917, ainda funcionando com a razão social de *Computing Tabulating Recording Company*, da qual Bouças atuou como representante, firmando o primeiro contrato para a prestação de serviços na área de estatística comercial e no processamento de pagamentos. Nessa época, as máquinas eram: 1) perfuradoras mecânicas; 2) separadoras verticais; 3) tabuladoras standard.

Segundo Delia Beatriz Espina, o período correspondente à I Guerra Mundial caracterizou-se pelo estreitamento dos vínculos financeiros e comerciais dos EUA “com os países de América do Sul” (ESPINA, 1998, p. 45). A atividade comercial internacional acelerou-se com o final da guerra, criando condições favoráveis

a entrada das empresas americanas nos países sul-americanos. A profunda transformação experimentada pelo Brasil durante as décadas de 1910 e 1920, converteu o país em ponto de atração para a expansão das atividades da CTR (ESPINA, 1998, p. 45).

Ainda segundo Espina, foi Bouças quem teria convencido Thomas Watson, presidente da CTR, a fundar uma subsidiária da empresa no país, após viagem aos Estados

⁴ Para maiores detalhes sobre o grupo Guinle e a *Cia Docas de Santos* vide o livro escrito pelo professor Cezar Teixeira Honorato.

⁵ Empresa fundada em 1884, por John Henry Patterson. Localizava-se em Dayton, Ohio, EUA. A firma atuava na fabricação e comercialização de caixas registradoras mecânicas – uma novidade tecnológica da época. Por volta de 1914, a *National Cash Register Company* tinha registrado produção anual de 110 mil caixas registradoras. Em 1906, a firma produziu a primeira caixa registradora elétrica. John Patterson faleceu em 02 de maio de 1922. O controle da firma passou, então, ao filho Frederick B. Patterson. Os negócios se ampliaram, passando a empresa a fabricar outras máquinas. Durante as duas Grandes Guerras Mundiais, a NCRC atendeu a demanda da economia estadunidense por máquinas e utensílios tecnológicos para fins militares. Para maiores detalhes sobre a referida empresa e a biografia de seu fundador, vide os links do Ohio History Center.

Unidos onde se reuniu com Watson. De volta ao Brasil o empresário santista negociou com representantes do governo a contratação da empresa para realizar o Censo Demográfico a ser realizado em 1920 (ESPINA, 1998, pp. 46 - 47).

O governo brasileiro, interessado nessa avançada tecnologia contratou os serviços da CTR para efetuar estudos demográficos. As primeiras máquinas impressoras chegaram ao Brasil ainda em 1920, com a finalidade de processar o Censo Demográfico de 1920, então sob a incumbência do Ministério da Agricultura. A antiga CTR, já sob a razão social de IBM, passou a prestar serviços de processamento de informações referentes ao pagamento de pessoal e outras despesas. Segundo depoimento de Suzana Bouças Velloso, neta do empresário:

[Foi ele quem] trouxe a Hollerith para o Brasil. A empresa ocupava um prédio inteiro da Avenida Graça Aranha, no Rio. As máquinas, hoje chamadas de computador, ficavam numa sala. Seu dever era executar esses papéis perfurados, que nada mais eram que contas de telefone, de luz, de gás, boletos bancários, faturas e, é claro, contracheques. Mais tarde, (...) a convite de Mr. Watson, empresário e dono da IBM, [Valentim Bouças] acabou com a Hollerith e passou a ser o primeiro representante de computadores do país.⁶

Contudo, foi somente em 1924, sob a gestão do Presidente Arthur Bernardes, que a IBM estabeleceu-se oficialmente no Brasil como prestadora de serviços para o Governo Federal – por meio de um decreto que mencionava a *International Business Machines Co. of Delaware*. Para Isabella Vasconcelos, Valentim Bouças, representante da firma, “estendeu suas atividades a diversas e importantes organizações privadas da Indústria e do comércio.”⁷

Não satisfeito em limitar sua atuação empresarial ao setor privado, Bouças buscou clientes com poder econômico e político de maior fôlego: as instituições do Estado Restrito⁸. Para concretizar esse objetivo, fundou em 1917 a *Companhia Serviços Hollerith*, objetivando prestar serviços por meio do aluguel de equipamentos da IBM a órgãos governamentais. Ainda em 1916, João Pandiá Calógeras, então ministro da Fazenda, aprovou a introdução de novos métodos na coleta e apuração de dados voltados à Estatística Comercial.

Em relatório da *Cia Serviços Hollerith S/A*, publicado no *Diário Oficial da União* de 06 de fevereiro de 1950, Bouças datou de 1917 seu contato com o presidente da referida

⁶ O Globo. Quarta-feira, 29 de julho de 2009. Segundo Caderno. Seção: Arthur Xexeo. p. 10.

⁷ Caso IBM. Disponível em < http://www.strategia.com.br/Casos/casos_corpo_ibm.htm > Acesso em 28/11/2011.

⁸ Também denominado de Sociedade Política. Dela fazem parte as agências oficiais do Estado, divididas em Executivo, Legislativo e Judiciário. Os órgãos técnicos e consultivos vinculados a essas agências governamentais também fazem parte da sociedade política.

corporação estadunidense, Thomas J. Watson, em Nova Iorque, visando solicitar a representação comercial da empresa americana no Brasil.⁹ Como correspondente da IBM, Bouças receberia 2% de comissão sobre os aluguéis dos equipamentos da empresa no país. O primeiro contrato de prestação de serviços da CSH com o Tesouro Nacional foi registrado em 1923 mas, ainda como representante da CTR, Bouças envolveu-se em contratos muito lucrativos com diversas firmas e agências do Estado brasileiro. Novamente as palavras de Delia Beatriz Espina são bastante elucidativas

Como representante da CTR, V. Bouças negociou operações muito lucrativas, para a empresa, sobretudo através de contratos com o governo brasileiro, o que lhe garantiu a rapidíssima expansão no país. Em 1917, a empresa iniciava suas operações, depois de assinar um contrato com a Diretoria de Estatística Comercial Brasileira, para a realização do Censo de 1920. Desde 1917 começaram a chegar no Brasil as modernas máquinas Hollerith. Em 1920, foram introduzidas as impressoras, que serviram para agilizar e aperfeiçoar a contagem dos dados do censo. Em 1922 (...) a CTR estendia suas atividades a importantes órgãos públicos e privados da indústria e do comércio brasileiros (ESPINA, 1998, pp. 46 - 47).

Segundo Maria Bárbara Levy, a presença de investidores estrangeiros no Brasil remonta a 1850, tendo como instrumentos as Sociedades Anônimas de capital estrangeiro. Os bancos ingleses foram os primeiros a se fixarem em solo brasileiro. Neste período aumentou a procura, na Bolsa de Londres, por títulos da “dívida dos governos latino-americanos”, sendo que “o Brasil desfrutava de um lugar importante entre [os] países [da América Latina], com 22,4% do total em 1840 e 25% em 1865” (LEVY, 1994, p. 80).

No começo da República aumentou o interesse do capital internacional em estabelecer casas bancárias no Brasil, verificando-se um surto bancário sem precedentes até então, contando com empresas formadas por meio de sociedades anônimas. Segundo Benedito Ribeiro e Mário Mazzei Guimarães, “do total do capital das sociedades anônimas constituídas e existentes em maio de 1888, apenas 29% representavam a parcela dos bancos.

⁹ Valentim Bouças aportou em Nova Iorque em 1915, com a finalidade de encontrar-se com Thomas Watson, de modo a convencê-lo a abrir uma representação comercial da empresa no Brasil – mais especificamente na capital federal. Cômico o interesse do governo brasileiro em contratar serviços de método estatístico para agilizar o processamento informações e pagamentos, Bouças informou ao Presidente de IBM que não dispunha de capital para investir, contudo, conhecia muita gente. Ao dizer que era representante da *Boston Belting Company*, Thomas Watson revelou que já havia trabalhado para a empresa. Segundo Bouças, Watson disse-lhe o seguinte: “Rapaz eu confio em você, mas como não temos muito capital para ir em aventuras estrangeiras, vou dar-lhe a agência das minhas máquinas, se você puder obter clientes para pagar os aluguéis, com um ano de antecedência (Tabulating Machines), além de embalagem, frete e seguro”. O empresário santista tinha o cliente perfeito em potencial, as agências do Estado brasileiro. Sua rede de contatos e clientes no Brasil foi argumento suficiente para persuadir o Presidente da IBM a dar-lhe a representação comercial no país. Convém ressaltar que traduzimos o texto entre aspas do original em inglês. Portanto, julgamos conveniente apresentar a seguir o original traduzido. “Young man I trust you but as we have not very capital to go on foreign adventures, I will give you the agency of my machines if you can obtain clients to pay for the rentals, one year in advance (Tabulating Machines), plus packing, freight and insurance” (BOUÇAS, 1955, pp. 63-64).

Já em fim de 1890, a parcela dos bancos ascendia a 42%” (RIBEIRO & GUIMARÃES, 1967, p. 117). Esses dados deixam transparecer que o capital privado aumentava sensivelmente suas inversões junto ao setor bancário. Dentre os principais bancos privados então surgidos temos, por exemplo, *Banco do Comércio e Indústria* (1889), *Banco Comercial*, *Banco da Lavoura*, *Banco Predial*, *Banco Boavista*, *Banco Português*, *Banco Industrial e Comercial* e o *Banco Nacional do Comércio*.¹⁰

Wilson Cano menciona que a década de 1920 não trouxe apenas crises e retração no setor exportador. Ocorreram também, neste período, mudanças que incentivaram o desenvolvimento de um setor bancário nacional. Segundo o autor, “os bancos de capital nacional atingem maior desenvoltura, sobrepassando, a partir da Primeira Guerra Mundial, os de capital estrangeiro instalados no país” (CANO, 2002, p. 91). Depreendemos que o decorrer da guerra e os problemas decorrentes no imediato pós-1918 podem, sim, ter favorecido o crescimento de uma rede bancária nacional, uma vez que os competidores estrangeiros estavam temporariamente limitados em sua capacidade de investimento.

Como o demonstraram Santos e Carli, sob a administração do Prefeito Pereira Passos (1902-1906), a Capital Federal passou por obras de infraestrutura que demandaram maior investimento, sendo subsidiadas pelo governo federal por meio de empréstimos contraídos junto a banqueiros estrangeiros. O capital inglês tomado com o grupo Rothschild¹¹ financiou as obras e até mesmo a campanha sanitária liderada por Oswaldo Cruz. Na Primeira República as inversões de capital estrangeiro, principalmente europeu, ocorreram em diversos setores da economia brasileira. Conforme observaram Santos e Carli,

Convencidos da estabilidade do regime republicano, depois dos agitados anos de transição política, os banqueiros europeus estreitavam seus laços com a economia brasileira. O capital estrangeiro expandiu o controle sobre as exportações de café e os principais serviços públicos, a malha ferroviária, os estabelecimentos bancários e as empresas de seguros. A presença do capital externo, operado por compatriotas dos gerentes financeiros, também abarcou a indústria, por meio seja da instalação de agências bancárias, seja de investimentos informais (SANTOS & CARLI, 2011, p. 31).

A década de 1920 assistiu ao ápice da pujança econômica da “República dos Fazendeiros” baseada, principalmente, na produção de gêneros agrícolas destinados à exportação. No campo político, a fração da grande burguesia cafeeira paulista manteve sua

¹⁰ Para maiores detalhes, ler o livro escrito por Benedito Ribeiro e Mário Mazzei Guimarães.

¹¹ Segundo demonstrou Steven C. Topik, o grupo Rothschild foi “o único agente financeiro do governo brasileiro por mais de quarenta anos.” Insatisfeito com a queda do Império, o referido grupo cortou “o crédito estrangeiro ao Tesouro Brasileiro”, fator que influenciou “outros investidores estrangeiros” a se afastarem do Brasil. Esse afastamento dos grupos financeiros influenciados pela casa Rothschild favoreceu a aproximação do governo da I República do Brasil com os Estados Unidos (TOPIK, 2009, pp. 119, 120, 287).

hegemonia, influenciando no rumo das políticas econômicas estatais. Como ressaltou Celso Furtado, “os cafeicultores reforçaram o seu poder e por mais de um quarto de século – isto é, até 1930 – lograram submeter o governo central aos objetivos de sua política econômica” (FURTADO, 2000, p. 194).

Todavia, a mesma atividade econômica que fizera a força e fortuna da grande burguesia agromercantil cafeeira paulista também respondeu por seu enfraquecimento. Sendo dependente do mercado exterior que absorvia a maior parte do café produzido no Brasil, com a contração advinda da crise capitalista mundial ficava evidente não haver mais possibilidades de expansão das lavouras cafeeiras, nem tampouco para a manutenção de sua condição como economia essencialmente agroexportadora. Era preciso uma política de intervenção do Estado Restrito de modo a reorientar as forças produtivas. Os setores financeiro e agromercantil exportador eram, num primeiro momento, prioridade do Estado Restrito.

Paul Singer escreveu expressiva contribuição acerca da rivalidade entre grandes potências imperialistas, ressaltando o quanto esta contribuiu para a eclosão da Primeira Guerra Mundial. A conjuntura aberta no pós-1918 marcou a disputa entre conglomerados econômicos com a finalidade de assegurar e/ou conquistar sua hegemonia em territórios localizados em outros países. Conforme Singer, uma das principais armas usadas em tais disputas foi a inversão¹² de capitais feitas pelos “países industrializados nos países não desenvolvidos” (SINGER, In: FAUSTO, 2006, Tom. 3, Vol. 8, pp. 380, 395).

Essas inversões teriam dupla finalidade: i) assegurar ao capital taxas de lucro mais elevadas e ii) garantir condições necessárias ao domínio dos mercados internos de economias “coloniais”. Singer aponta que os empréstimos concedidos a governos de países estrangeiros dispostos a arcar com as elevadas taxas de juros e o capital invertido na construção de obras públicas tais como ramais ferroviários, por exemplo, eram estratégias das grandes potências imperialistas para viabilizar suas inversões de capitais. O compromisso do Estado que recebia as inversões em pagar os juros fixados em contrato minimizava os riscos do investimento. Outra etapa desse estratagema do capital seria

atingida mediante o estabelecimento de subsidiárias – ferrovias, companhias de navegação, de bondes, de eletricidade e gás etc. – que naturalmente preferiam importar equipamentos, combustível, etc., do país em que se situava a sua matriz (SINGER, In: FAUSTO, 2006, Tom. 3, Vol. 8, pp. 395, 396).

¹² Aplicado em economia, o conceito de *inversão* significa investimento. Conforme ressaltou Paulo Sandroni, deriva de uma palavra em espanhol: *inversion*, a qual foi traduzida para o português como inversão. Vide SANDRONI, 1999, p. 308.

Cumprer ressaltar que já “em 1919, o *National City Bank*, o primeiro banco multinacional dos Estados Unidos, possuía quarenta e duas filiais em nove repúblicas latino-americanas” (BULMER-THOMAS, In: BETHELL, 2009, p. 21. Vol. VI). O eixo financeiro internacional deslocava-se de Londres para Nova Iorque e os EUA superavam a Inglaterra como comprador dos nossos produtos. Isso refletia o alcance da política externa dos Estados Unidos no Brasil, como consequência da consolidação de sua posição como potência capitalista hegemônica, exportadora de capital. Segundo Bulmer-Thomas,

O excedente que os Estados Unidos passaram a contabilizar em seu comércio de bens e serviços com a América Latina refletia sua ascensão como exportador de capital. Depois da [Primeira Guerra Mundial, 1914-1918], New York ocupou o lugar de Londres como principal centro financeiro internacional e as repúblicas latino-americanas passaram, progressivamente, a procurar o mercado norte-americano para o lançamento de títulos do governo, para empréstimos do setor público e para a atração de investimentos externos diretos (BULMER-THOMAS, In: BETHELL, 2009, p. 25. Vol. VI).

É relevante acrescentar que, segundo Giovanni Arrighi, o ciclo sistêmico de acumulação britânico não suportou a pressão provocada pela intensidade da competição intercapitalista, dando lugar ao ciclo sistêmico de acumulação liderado pelos EUA (ARRIGHI, 1996, p. 277). Já no primeiro pós-guerra

os destinos dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha foram substancialmente invertidos, mas isso não deve ser exagerado. As reservas de ouro em Londres eram maiores na década de 1920 do que antes da guerra e pareceram justificar o retorno da libra esterlina ao padrão ouro, em 1926, com sua paridade do pré-guerra. (...). (ARRIGHI, 1996, p. 279).

No que se relaciona à dinâmica histórico-social brasileira, o início da organização empresarial do comércio e da indústria em agências da sociedade civil remonta ao século XIX, quando foi fundada, em 1894, a *Associação Comercial de São Paulo*. Os industriais paulistas, em seu conjunto, filiavam-se a ela, tendo dela participado até 1928¹³. Cabe ressaltar que, até o período em questão, a sociedade civil era hegemônica pela burguesia comercial. Hardman e Leonardi assinalaram “o grau incipiente das associações classistas [dos industriais no Brasil] criadas no início do século XX” em comparação com as do proletariado que, em 1904, já contavam com mais de uma década de experiência (HARDMAN & LEONARDI, In: MENDES JR & MARANHÃO, 1989, p. 62. Vol. 4).

¹³ Com a fundação do *Centro das Indústrias do Estado de São Paulo*, em 28 de março de 1928, o empresariado industrial passou a concentrar, cada vez mais, sua organização nesse aparelho privado de hegemonia da classe industrial – vide no DHBB verbete biográfico do CIESP – escrito por Vera Calicchio. O livro de Maria Antonieta P. Leopoldi sobre as associações industriais é uma rica fonte de informação.

Tal argumento explica a formação de aparelhos privados de hegemonia dos industriais como uma resposta ao fortalecimento de associações do proletariado, seu “inimigo histórico”. Leopoldi, ao abordar a formação das primeiras associações industriais no Rio de Janeiro, entre o final do século XIX e início do XX, também aponta o movimento operário como “importante fator de mobilização e agregação dos industriais, especialmente após 1890” (LEOPOLDI, 2000, pp. 60 - 61). Além da necessidade de organizar contramedidas à luta política operária por melhores condições de vida, os industriais buscaram multiplicar suas entidades na sociedade civil como forma de pressionar e canalizar suas demandas para agências da sociedade política de modo a vê-las atendidas, como no caso da proteção tarifária devido às oscilações cambiais e ao setor importador.

A organização dos empresários em associações ia também de encontro a uma estratégia que visava fortalecê-los politicamente numa economia ainda predominantemente agrária. Assim,

Entidades com sede no Rio de Janeiro, como a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* – SAIN (especialmente nos anos de 1870 a 1880), a *Associação Industrial* (1881), o *Centro Industrial* (1890-1892) e o *Centro de Indústrias de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro* (1902-1904), foram marcos simbólicos na luta da indústria para sobreviver e crescer numa economia agroexportadora na qual se reafirmava constantemente a vocação agrária e importadora de bens de consumo do país (LEOPOLDI, 2000, p. 61).

A fundação do *Centro da Indústria de Fiação e Tecelagem de São Paulo* (1921) e do *Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro* (1919) aconteceu em meio a uma conjuntura marcada por greves operárias e pela luta dos industriais por proteção tarifária. Davam-se, ainda, conflitos e tensões no interior de antigas agremiações classistas, resultando num cisma do qual derivariam outras entidades patronais industriais. Ainda segundo Leopoldi,

A formação do CIFTA-RJ teve ainda a circunstância da ruptura dos empresários têxteis com o [*Centro Industrial do Brasil*], presidido por Jorge Street. Em São Paulo, a grande indústria têxtil se organizava em torno do [*Centro da Indústria de Fiação e Tecelagem de São Paulo*], presidido por Francisco Matarazzo até 1926, quando o carioca Jorge Street assumiu a presidência da entidade paulista (LEOPOLDI, 2000, p. 70).

Também o setor fabril de papel tratou de organizar-se na sociedade civil¹⁴ de modo a proteger seus interesses econômicos desde as duas primeiras décadas do século passado.

¹⁴ Em nossa dissertação de mestrado fizemos um estudo de caso do grupo econômico Klabin-Lafer, industriais com significativas inversões de capital no setor produtivo de papel e celulose. Mapeando a trajetória social dos empresários industriais Wolff Klabin e Horácio Lafer nas agências da sociedade civil, constatamos que o

No período, as firmas importadoras beneficiavam-se das baixas tarifas alfandegárias para importarem papel. A medida, prejudicial às fábricas brasileiras, fez com que seus portavozes se agremiassem em entidades associativas formando grupos de pressão para atuarem junto a determinadas agências do Estado Restrito.

Em 1926, o *Centro de Fabricantes Nacionais de Papel* apresentou memorial ao Presidente de República Arthur Bernardes (1922-1926), congratulando-o por ter sancionado uma Lei que orçava a receita para o ano de 1926 e que encerrava com um dispositivo legal que, buscando incentivar empresas jornalísticas na importação de papel imprensa, acabava favorecendo o contrabando de papel (CAMPANATO, 2004, p. 38). A experiência da organização de aparelhos privados de hegemonia do setor fabril algodoeiro nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro (DF) mostrou-se eficaz para que essa fração industrial reivindicasse, junto ao Estado Restrito, o maior atendimento de suas demandas.

Outras frações do capital industrial igualmente organizaram-se em associações setoriais. Em 1928, por exemplo, após romperem com a *Associação Comercial de São Paulo*¹⁵, os industriais fundaram o *Centro das Indústrias do Estado de São Paulo* (HARDMAN & LEONARDI, In: MARANHÃO et all, 1989, p.62. Vol. 4). No Distrito Federal, havia o *Centro Industrial do Brasil*¹⁶, aparelho privado pioneiro, fundado em 1904 com o propósito de organizar os industriais na luta por seus interesses, como o combate às greves operárias e a realização de campanhas em prol da proteção tarifária e creditícia para a indústria (LEOPOLDI, 2000, p. 23).

primeiro participou ativamente da *Federação Industrial do Rio de Janeiro* e do *Sindicato dos Industriais do Papel* do Rio de Janeiro, o segundo, por seu turno, atuou no *Centro das Indústrias do Estado de São Paulo*, na *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*. Para maiores detalhes, vide a dissertação ou o artigo que escrevemos sobre o grupo Klabin-Lafer.

¹⁵ Segundo Maria Antonieta P. Leopoldi, a crescente divergência e conflito de interesses entre empresários comerciais e industriais rompeu a “ampla coalizão de interesses econômicos [que existia até então]. Cada setor tinha reivindicações próprias a fazer ao governo e se organizava para dar voz a estas demandas.” (LEOPOLDI, 2000, p. 63). Com a finalidade de se organizar politicamente na sociedade civil para atender seus interesses econômicos específicos, os empresários industriais começaram a fundar seus próprios aparelhos privados de hegemonia, nos quais formariam seus intelectuais orgânicos – educadores da vontade coletiva da classe industrial e suas frações [grifos Maurício Margalho].

¹⁶ A criação do *Centro Industrial do Brasil* constituiu um momento importante para a organização política da burguesia industrial. O CIB originou-se a partir da fusão de duas associações de classe: a *Sociedade Auxiliadora de Indústria Nacional* (1827-1904) e o *Centro de Fiação e Tecelagem do Algodão* (1902-1904). O CIB foi a primeira associação de classe industrial a adquirir um “caráter permanente” em sua organização, sem estar sujeito a “interferência estatal.” Ele permaneceu ativo até 1931, quando a legislação sindical daquele ano impôs a organização corporativa, surgindo daí a *Federação das Indústrias do Rio de Janeiro* (LEOPOLDI, 2000, pp. 62; 64).

1.2. A segunda geração de intelectuais orgânicos da indústria

A partir da década de 1920, surgiu uma segunda geração de intelectuais orgânicos do empresariado industrial brasileiro. Destacamos, entre seus principais expoentes, nomes como Octávio Pupo Nogueira, Roberto C. Simonsen, João Daudt d'Oliveira, Wolff Klabin, Horácio Lafer, Carmelo D'Agostini, Euvaldo Lodi, Guilherme Guinle, José Ermírio de Morais e Francisco de Assis Chateaubriand¹⁷, por exemplo. Esses intelectuais surgiram “sob a égide de organismos centralizados do Distrito Federal, a partir da Primeira Guerra Mundial” (CARONE, 1977, p. 06), assistindo e colaborando com a multiplicação do número de agências da sociedade civil que assumiram função estratégica na organização da ação da burguesia industrial, funcionando como efetivos partidos, na acepção gramsciana do termo¹⁸.

O setor produtivo industrial vivenciou significativa expansão nos anos 1920. Segundo Maria Barbara Levy, esse período teve na diversificação dos investimentos sua característica mais marcante, resultante no “crescimento do mercado interno”, que estimulou a realização de

investimentos cada vez mais orientados para o setor de produção de bens intermediários, não só como cimento, ferro e aço, produtos químicos, fertilizantes, papel e celulose, mas também bens de capital, incluindo máquinas e equipamentos (LEVY, 1994, p. 192).

Wilson Cano assinala que, embora “suas principais implantações” tenham sido posteriores a 1886, a indústria mostrou-se atividade muito dinâmica “desde a primeira década do século XX”. Apesar das crises e percalços provocados pela política econômica, a década de 1920 “possibilitou uma nova e elevada investida no aumento de sua capacidade industrial” (CANO, 2002, pp.68 - 69). Convém fazer a contextualização socioeconômica

¹⁷ Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo era empresário do setor de imprensa, proprietário dos *Diários Associados*, maior conglomerado de empresas jornalísticas da época. No auge, esse complexo empresarial teve 36 jornais, 18 revistas, 36 rádios e 18 emissoras de TV. Um dos periódicos do grupo, *O Cruzeiro*, bateu recordes de tiragem. Apesar de não termos ciência do investimento de Chateaubriand no setor industrial, o apoio que ele deu ao projeto de grupos industriais como, por exemplo, o Klabin-Lafer, faz com que o consideremos como intelectual orgânico que apoiava, também, empresários industriais dos quais era aliado. Para maiores detalhes, vide a biografia de Chateaubriand escrita por Fernando Morais. A biografia de Wolff Klabin, escrita por Carlos Heitor Cony em parceria com Sergio Lamarão também oferece dados interessantes sobre o grupo Klabin e sua relação com Chateaubriand.

¹⁸ Segundo Antônio Gramsci, conceito de partido político vai além da perspectiva liberal que os compreende como organizações de grupos políticos que se organizam para disputar eleições aos cargos públicos no Legislativo e Executivo. Para o marxista sardo, partido é qualquer agência pela qual um determinado grupo social se organiza para lutar defesa de seus interesses. De acordo com esse eixo conceitual, sindicatos, jornais, associações e demais agências da sociedade civil são partidos políticos. Vide Caderno do Cárcere, Vol. 03. Especificamente pp. 87-88, pp. 309-310 e pp. 343-344.

que marcou essa conjuntura e a perda da preponderância do Rio de Janeiro para São Paulo no campo da produção industrial.

Um excelente indicador para mensurarmos o crescimento da industrialização é o setor produtivo formado pelas indústrias metalomecânicas. Segundo Suzigan, o trabalho em metais foi uma atividade econômica que se desenvolveu muito cedo no Brasil, produzindo implementos agrícolas, ferramentas e outros utensílios. Já na segunda metade do século XIX, o crescimento de uma economia agrícola, sobretudo aquela vinculada ao projeto agromercantil exportador, ao setor de transportes e a algumas poucas indústrias de transformação, estimulou o aumento da procura por produtos de metal.

O crescimento da demanda no mercado interno contribuiu para o desenvolvimento de estabelecimentos fabris voltados à produção de máquinas agrícolas simples, ao beneficiamento dos produtos, peças para bondes, vagões ferroviários e pequenas embarcações a vapor ou a vela, além de moinhos de cana (SUZIGAN, 2000, pp. 244-245). Geraldo Beauclair ressaltou que em 1839, no Rio de Janeiro, fundia-se na ferraria do Arsenal de Marinha, ferro para pequenas peças navais. Destacou, ainda, o investimento de Irineu Evangelista de Sousa – barão de Mauá – na *Cia da Ponta d'Areia*, atuando na fundição de metais para máquinas e caldeiras a vapor, ferro fundido e peças de artilharia cujo calibre fosse até 36 (BEAUCLAIR, 1992, pp. 93, 154, 156, 157).

Ainda para Suzigan, o escasso desenvolvimento do setor siderúrgico no Brasil anteriormente à década de 1920 não impediu o precoce desenvolvimento das indústrias metalomecânicas. Evidentemente, as importações de aço, ferro e demais metais supriram a demanda por matéria-prima. Isenções de direitos de importação ou alíquotas¹⁹ baixas permitiram que os industriais do setor importassem a matéria-prima.

Tais medidas funcionaram bem até o período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. Contudo, foi a partir da década de 1920 e, em especial, do final da década de 1930 em diante – quando se começou a fabricar e desenvolver máquinas agrícolas pesadas, aparelhos elétricos, elevadores, equipamentos de construção, máquinas industriais e equipamentos de transporte - que o setor produtivo metalomecânico deu seu salto qualitativo (SUZIGAN, 2000, pp. 245, 258-259). O quadro I ilustra nossas afirmativas.

¹⁹ No direito tributário, chama-se **alíquota** o percentual ou valor fixo aplicado sobre a base de cálculo, para calcular o valor de um tributo.

QUADRO I
Indústrias Metalomecânicas até a década de 1930

Indústrias Metalomecânicas	Período
Cinco fábricas.....	Século XIX
Dezenove fábricas.....	Antes de 1914
Cinco fábricas.....	1914 – 1918
Vinte e sete fábricas.....	1918 – 1929
Quarenta e duas fábricas.....	Década de 1930

FONTE: SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. SP, Brasiliense, 2000. p. 294, nota 85.

É interessante observar que foi justamente durante o período marcado pela depressão da economia capitalista que o setor teve seu *take-off* no Brasil. Essa expansão do capital industrial com vistas ao atendimento do mercado interno se fez acompanhar por sua organização sociopolítica e sociocultural, sob o comando de intelectuais oriundos das próprias frações da classe industrial, mediante a criação de aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil.

Na década de 1920, foi quando se consolidaram duas das mais proeminentes agremiações industriais: o *Centro Industrial do Brasil* e o *Centro das Indústrias do Estado de São Paulo*, que se tornariam, cada vez mais, partidos estratégicos para as frações do empresariado industrial interessadas em inserir suas demandas no Estado Restrito.

Contudo, também seria incorreto limitar a origem e organização político-associativa do empresariado industrial no Brasil apenas aos anos 1920, uma vez que, desde fins do século XIX, por meio da criação de entidades como o *Clube de Engenharia* – fundado na cidade do Rio de Janeiro em 24 de dezembro de 1880 – os empresários industriais buscavam construir espaços próprios para organizarem-se como atores políticos (MARGALHO, 2008, p. 32). Portanto, o surgimento da sociedade civil do empresariado brasileiro antecede o século XX. Segundo Leandro Konder, foi, na segunda metade do século XIX, que a sociedade civil burguesa “alcançou uma figura relativamente clara de sua identidade” (KONDER, 2010, p. 109).

Quando, em janeiro de 1929, os industriais do setor têxtil obtiveram do Congresso os aumentos tarifários solicitados, enfrentaram a oposição da *Associação Comercial do Rio de Janeiro*, da *Federação das Associações Rurais* e da *Sociedade Rural Brasileira*, esta última comandada pela grande burguesia cafeeira paulista. Essas associações empresariais das classes comerciais e agrárias eram contrárias à concessão de medidas protecionistas à indústria (LEOPOLDI, 2000, p. 109). Não é demais elucidar que Valentim Bouças vinculava-se à ACRJ sendo, portanto, opositor do protecionismo tarifário para o setor fabril.

Quando Getúlio Vargas chegou ao poder na condição de Chefe do Governo Provisório em outubro de 1930, encontrou a burguesia industrial organizada “em associações setoriais e regionais nos principais centros industriais brasileiros: Rio de Janeiro, São Paulo, Juiz de Fora e Rio Grande do Sul” (LEOPOLDI, 2000, pp. 74-75). Ainda segundo a autora,

O Rio de Janeiro contava com o *Centro Industrial do Brasil* (1904); São Paulo, com o CIESP (1928); Minas Gerais, com o *Centro Industrial de Juiz de Fora* (1926); e o Rio Grande do Sul, com o *Centro de Indústria Fabril do Rio Grande do Sul* (1930) (LEOPOLDI, 2000, p. 75 / nota 21).

O capital financiava a expansão de todo um complexo superestrutural formado por agências de sociedade civil, que ampliariam o poder do Estado capitalista. No caso específico do capital industrial, tratava-se de criar melhores condições para a formulação de projetos capazes de inserir seus representantes junto a agências da sociedade política. Isso demandava uma rede de entidades privadas a partir das quais a vontade coletiva das frações industriais fosse organizada de modo a converter-se em ação política. Mais do que blocos de pressão organizados para interferir no Estado Restrito, tais associações faziam-se agências estatais, na medida em que se imbricavam e interconectavam com ele compondo assim um Estado Integral.

1.3. A trajetória social de Euvaldo Lodi e sua atuação no grupo Lage & Irmãos

Nascido em Ouro Preto (MG) em 09 de março de 1896, segundo filho de um casal de imigrantes italianos, tinha como pai um negociante da cidade que frequentemente viajava até o Distrito Federal para renovar seus estoques e estabelecer novos compromissos mercantis. Em uma dessas viagens, de passagem por Barbacena, conheceu Annunciata, casando-se com ela. Luigi²⁰ – cujo nome foi aportuguesado para Luís – e Annunciata²¹ Lodi tiveram muitos filhos, investindo na educação de todos.²²

²⁰ Luigi Lodi chegou a Capital Federal em 1889. Posteriormente fixou-se “em Ouro Preto, então capital de Minas Gerais” (MOURÃO, 1992, p. 19).

²¹ Annunciata aportou no Brasil com os pais em 1887. Primeiramente residiram na cidade de Paraty, transferindo-se, em 1888, para Barbacena – MG (MOURÃO, 1992, p. 19).

²² No que se relaciona a formação e trajetória profissional dos filhos do casal sabemos que Alda, Yolanda Maria e Helena Lodi – professoras da Universidade Federal de Minas Gerais; Luís Adelmo Lodi – professor catedrático da Escola de Medicina; Jurandir Lodi – diretor do Departamento de Ensino Superior do Ministério da Educação; Paulina Filomena Lodi – chefe do setor de Contabilidade da *Companhia Industrial de Ferro*; Hélio Lodi – advogado e industrial, diretor da *Companhia Industrial de Ferro*; Euvaldo Lodi – engenheiro, industrial e Presidente de Confederação Nacional da Indústria (MOURÃO, 1992, p. 26).

Não obstante tenha cursado humanidades no Ginásio Mineiro, Euvaldo Lodi optou por graduar-se em engenharia pela Escola de Minas de Ouro Preto. Mudando-se para esta cidade, o jovem Euvaldo estabeleceu-se na casa dos tios. Vicente Rodrigues, seu tio, era funcionário na Coletoria Federal e conseguiu para o sobrinho uma atividade que consistia em anotar, todas as noites, a temperatura e a umidade do ar, “registradas em um aparelho colocado estrategicamente no alto de um morro” (MOURÃO, 1992, pp. 34, 36).

Assim que concluiu o preparatório e o primeiro ano de engenharia, Lodi passou a ministrar aulas de reforço, prática que manteve até o final de seu curso. Além disso, as aulas que tomou na Escola Livre de Música, quando criança, auxiliaram-no a obter fonte de renda adicional. Por sua habilidade no violino foi convidado “para, junto a um pianista, animar as sessões de cinema mudo da cidade, o que lhe rendia, igualmente, uns bons trocados.” Em 19 de junho de 1920, Euvaldo Lodi²³ graduou-se pela EMOP em *engenharia civil e de minas* (MOURÃO, 1992, pp. 36, 38).

Lodi começou sua vida profissional na *Companhia de Mineração e Siderurgia do Gandarela*, uma das empresas do conglomerado econômico²⁴ de Henrique Lage²⁵, sediada em Rio Acima, Minas Gerais. Ele era responsável pelo desenvolvimento de atividades na área de minas e engenharia civil. Quando Lage decidiu investir na construção de “uma linha férrea ligando a Cia Gandarela à Central do Brasil”, com a finalidade de escoar o minério extraído, atribuiu a “uma equipe de engenheiros” a responsabilidade pela elaboração de “todos os possíveis traçados” que tornassem o projeto exequível. Lage outorgou o comando da equipe e a coordenação dos trabalhos a Euvaldo Lodi. Ele chefiou a obra que, após concluída, “tornou-se a principal via de circulação dos minérios, resolvendo o grave problema do transporte” (MOURÃO, 1992, p. 42).

²³ Casou-se com Alvarina de Castro Oliveira, que conheceu em Ouro Preto. A jovem era vizinha do Euvaldo Lodi (MOURÃO, 1992, p. 38).

²⁴ Conglomerado Econômico. Trata-se de uma forma organização das empresas que fazem parte da mesma Holding. O conglomerado se caracteriza pela diversidade. Nesse tipo de organização empresarial nenhuma empresa pertencente ao conglomerado fornece produtos para abastecer o(s) setor(es) de produção das demais que compõem a sua holding. A diversificação das inversões de capital tem como finalidade assegurar a holding “uma taxa média de lucratividade.” Principalmente durante períodos “de crise e recessão econômica, em que alguns setores são menos atingidos que outros” (SANDRONI, 1999, p. 121).

²⁵ Já naquela época Lage era proprietário da *Companhia de Navegação Costeira*, a maior empresa de navegação do período. Montou estaleiros na Ilha do Vianna e, por seus feitos, o governo brasileiro o agraciou com a ‘Ordem do Mérito Naval’. As empresas do conglomerado econômico Lage “espalharam-se por todos os Estados.” Foram fundadas “indústrias de cerâmica e óleos, desenvolvendo interesses nos ramos da construção civil e da hidráulica.” Lage “possuía, ainda, minas de carvão em Santa Catarina.” (MOURÃO, 1992, p. 40). Em 1907 o grupo econômico Lage tinha investimento no setor naval. Nos estaleiros do grupo, na Ilha do Vianna, localizada na Baía de Guanabara, próximo à Ilha do Mocanguê, trabalhavam 1.500 operários (LEOPOLDI, 2000, p. 52). Para maiores detalhes sobre o empresário industrial Henrique Lage, vide a tese de Carlos Alberto Campello Ribeiro.

Desde novembro de 1921 Lodi desempenhava as funções de técnico e diretor-presidente da *Cia de Minas e Siderurgia do Gandarela*, trabalhando, ainda, como consultor da empresa *Cia Lage & Irmãos*. O potencial de Euvaldo Lodi foi reconhecido e aproveitado pelos dirigentes do grupo Lage. Henrique Lage transferiu-o para outra firma do grupo, no Rio de Janeiro e, com isso, Euvaldo Lodi mudou-se para o Distrito Federal com o propósito de atuar na *Companhia de Navegação Costeira* (MOURÃO, 1992, p. 42).

Em 1925, Lodi fundou uma empresa em sociedade com dois amigos, o ouro-pretano José da Silva Brandão – também formado em engenharia pela Escola de Minas de Ouro Preto – e o português Abílio Figueiredo, estabelecido em Belo Horizonte onde fundou a empresa *Abílio & Cia Ltda* em 1919, especializada no comércio de ferragens. Muito embora não fosse do ramo da siderurgia, Figueiredo, movido por interesse empresarial, uniu-se aos engenheiros para investir em outra firma. Assim surgiu a *J. S. Brandão & Cia*²⁶, com a finalidade de investir na construção de uma usina siderúrgica na cidade mineira de Caeté (MOURÃO, 1992, p. 57).

Segundo Eliana Mourão, a *Usina Gorceix*²⁷ foi inaugurada em 1927, contando com dois altos-fornos²⁸ capazes de produzir 25 toneladas diárias de ferro-gusa. Dispunha também de uma “instalação térmica com uma caldeira Bobcock and Wilcox”, aquecedores de ar do tipo Glendon. O capital desta indústria era “constituído com cada sócio entrando com cem contos de réis e Luiz Adelmo Lodi, irmão mais velho de Euvaldo e médico de profissão, com a quantia de vinte contos de réis” (MOURÃO, 1992, p. 59). Evidências sugerem uma produção mensal de duas mil e quinhentas toneladas de ferro-gusa.

²⁶ Segundo José Carlos Vargens Tambasco, essa firma “foi criada em 30 de abril de 1925” e estava sediada em Belo Horizonte e tinha uma usina em Caeté (TAMBASCO, 2003, p. 120).

²⁷ Nome dado em homenagem ao geólogo francês Claude Henri Gorceix, por seu papel na fundação da EMOP e seus feitos em favor do campo siderúrgico no Brasil (MOURÃO, 1992, p. 57).

²⁸ Na siderurgia chama-se alto-forno a construção de tamanho variável, externamente revestido por metal e internamente com material refratário, onde é fundido o minério de ferro, a fim de transformá-lo em ferro-gusa.



Fonte: Disponível em https://www.google.com.br/search?q=companhia+ferro+brasileiro&espv=2&biw=1366&bih=643&tbm=isch&imgil=NfnDabDskQrWdM%253A%253B5txdnlHrzyUkjM%253Bhttp%25253A%25252F%25252Fwww.esta.coesferroviarias.com.br%25252Fefcb_mg_ramais%25252Fjbrandao.htm&source=iu&pf=m&fir=NfnDabDskQrWdM%253A%252C5txdnlHrzyUkjM%252C&usg=__YYhzBMTcwk8uv9wi0tN9JG2cnvE%3D&ved=0CDkQyjc&ei=BDwYVaDiMImiNoKlg8gP#imgrc=NfnDabDskQrWdM%253A%253B5txdnlHrzyUkjM%253Bhttp%253A%252F%252Fwww.estacoesferroviarias.com.br%252Fefcb_mg_ramais%252Ffotos%252Fjbrandao9351.jpg%253Bhttp%253A%252F%252Fwww.estacoesferroviarias.com.br%252Fefcb_mg_ramais%252Fjbrandao.htm%253B450%253B343 > Acessado em 29/março/2015.

O investimento destinava-se a fabricar ferro-gusa para o mercado interno. No entanto, em sua tese de doutorado, José Carlos Tambasco traz informações que contradizem as de Mourão. Segundo Tambasco, essa siderúrgica fora projetada para ter dois altos-fornos com capacidade para produzir 25 toneladas por dia mas, devido ao pequeno capital do grupo, foi realizada “com apenas um dos altos-fornos projetados” (TAMBASCO, 2003, p. 120).

Segundo Suzigan, foi entre as décadas de 1920 e 1930 que “a fundição de ferro e a fabricação de aço” começaram a alcançar nível industrial no Brasil. Todavia, o desenvolvimento atingido no curso desse período seria ainda limitado, como fica evidente ao contarmos, no final da década de 1930, que “a produção interna só conseguia satisfazer pequena parcela da demanda crescente de ferro e aço”²⁹ (SUZIGAN, 2000, pp. 271-272).

Suzigan ressalta, ainda, a contribuição das pesquisas realizadas por geólogos e engenheiros da EMOP como fator relevante “no desenvolvimento da indústria siderúrgica

²⁹ O setor produtivo de ferro e aço foi o único da indústria siderúrgica que se desenvolveu no Brasil até 1939. O setor metalúrgico dos não-ferrosos (especialmente alumínio, cobre, estanho e zinco) não teve desenvolvimento significativo antes da década de 1960 (cf. SUZIGAN, 2000, p. 271 / nota 27).

brasileira [que] teve início no fim da década de 1900” (SUZIGAN, 2000, p. 275). Tais pesquisas evidenciavam que o Brasil dispunha de reservas de minério de ferro de elevado valor econômico. O tamanho das reservas de minério de ferro brasileiro foi apresentado em 1910, em Estocolmo, na conferência internacional sobre reservas mundiais do produto. Disso decorreu “uma corrida dos grandes grupos siderúrgicos internacionais para adquirir reservas de minério de ferro no Brasil” (SUZIGAN, 2000, p. 275).

Quando Euvaldo Lodi associou-se a empresários do setor, ingressou em um meio muito competitivo. Convém destacar a figura do empresário estadunidense Percival Farquhar, proprietário da *Itabira Iron Ore Company Limited*,³⁰ que tinha planos de exportar o minério de ferro obtido em suas reservas, provocando forte oposição de grupos “nacionalistas” (SUZIGAN, 2000, p. 278). Tendo como finalidade a organização política para lutar por seus interesses de classe, “os produtores mineiros do ferro-gusa criaram um organismo sindical-patronal que ficou conhecido como o ‘cartel mineiro do gusa’³¹, formado” por uma associação de empresas do setor – provavelmente em 1927, quando eclodiu uma crise de preços no mercado guseiro³² (TAMBASCO, Jul./Set. 2008, p. 196). O conceito de cartel, contudo, não é apropriado para esse caso já que se tratava, na verdade, de

³⁰ A empresa assim como suas reservas ficava no estado de Minas Gerais.

³¹ Em linhas gerais, o conceito *cartel* refere-se a uma associação de grandes empresas de um mesmo setor que, mantendo sua autonomia, se unem com a finalidade de dividir entre si os mercados consumidores, evitar a concorrência e determinar os preços de produtos e salários. O **Novíssimo Dicionário de Economia**, organizado pelo economista Paulo Sandroni, apresenta uma síntese mais completa do conceito. *Cartel* é um “Grupo de empresas independentes que formalizam um acordo para sua atuação coordenada, com vistas a interesses comuns. O tipo mais frequente de cartel é o de empresas que produzem artigos semelhantes, de forma a constituir um monopólio de mercado. O termo ‘cartel’ refere-se em geral ao mercado internacional – onde chegam a existir cartéis de países –, enquanto se prefere utilizar termos como *truste* e *sindicato* para os mercados regionais. Os objetivos mais comuns dos cartéis são: 1) controle do nível de produção e das condições de venda; 2) fixação e controle de preços; 3) controle das fronteiras de matéria-prima (cartel de compradores); 4) fixação de margens de lucros e divisão de territórios de operação. As empresas que formam um cartel mantêm sua independência e individualidade, mas devem respeitar as regras aceitas pelo grupo, como a divisão do mercado e a manutenção dos preços combinados. Em geral, formam um fundo comum que serve de reserva orçamentária ao cartel. Esse fundo é utilizado para punir as empresas do grupo não respeitarem o acordo e também para impedir que outras empresas penetrem em mercados já dominados. Na maioria dos países, a formação de cartéis que atuem internamente é proibida, por configurar uma situação de monopólio. No entanto, a cartelização é fenômeno normal nas economias capitalistas, tanto as desenvolvidas quanto as subdesenvolvidas. A atuação dos cartéis elimina a concorrência; os consumidores podem ser lesados por preços construídos artificialmente e por produtos obsoletos; as fontes de matérias-primas ficam submetidas a compradores que fixam condições de compra, preços etc. para o mercado externo, entretanto, alguns países chegam a estimular a cartelização como forma de constituir grupos para organizar racionalmente a produção e competir em igualdade de condições nesse mercado” (SANDRONI, 1999, p. 84). Julgamos pertinente apresentar a explicação de Lênin – em seu clássico *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* – a respeito do *modus operandi* dos cartéis e trustes na economia capitalista. Segundo o marxista russo, “os cartéis estabelecem entre si acordo sobre as condições de venda, os prazos de pagamento, etc. Partilham os mercados de venda. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem os preços. Distribuem os lucros entre as diferentes empresas. (...) ‘A superioridade dos trustes sobre os seus competidores baseia-se nas grandes proporções das suas empresas e no seu excelente equipamento técnico’” (LÊNIN, 1975, pp. 35-38).

³² Vide ainda TAMBASCO, 2003, p. 133.

um *truste* e não de um cartel. O conceito *truste*³³ define de forma mais apropriada tal tipo de organização liderada por Euvaldo Lodi, posto ser sua atuação apenas regional.

Dentre as empresas integrantes do *truste* mineiro do ferro-gusa, destacamos *Companhia Ferro Brasileiro*³⁴ (com usina na cidade de Caeté), *Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas* (com usina em Barão de Cocais), *Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira* (com usina na cidade de Sabará) e *Queiroz Júnior S/A* (com usina na cidade de Itabirito). Euvaldo Lodi destacou-se na liderança desse *truste* e, por isso, assumiu a presidência da organização. Ademais, Lodi era o principal acionista da *Companhia Ferro Brasileiro*, da qual também era presidente (TAMBASCO, Jul./Set. 2008, p. 196).

Ao abordar o discurso nacionalista empregado na documentação, o historiador precisa ter cuidado para não se tornar refém da retórica presente na fonte analisada. Uma das firmas que compunham o *truste* mineiro do ferro-gusa liderado por Lodi era a *Cia Siderúrgica Belgo-Mineira*, formada em associação com o capital belga-luxemburguês. A empresa surgiu em 11 de dezembro de 1921, da associação entre a *Companhia Siderúrgica Mineira* e o grupo belga-luxemburguês *Aciéries Réunies de Burbac-Esch-Dudelange*.³⁵ Convém destacar, ainda, que Henrique Lage também tinha interesses no setor siderúrgico.

O êxito do projeto da *Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira* deveu-se à política da empresa de traçar seus planos levando em conta os objetivos e interesses de industriais brasileiros dos setores produtivos do ferro e aço, que lutavam para expandir-se no mercado nacional. Ao contrário de Farquhar e sua *Itabira Iron*, os controladores da *Belgo-Mineira* estavam mais interessados em produzir aço do que em exportar minério de ferro, apesar de possuírem reservas de vulto considerável. No início dos anos 1930, o grupo ARBED

³³ Por *truste* entende-se um “tipo de estrutura empresarial na qual várias empresas, já detendo a maior parte de um mercado, combinam-se ou fundem-se para assegurar esse controle, estabelecendo preços elevados que lhes garantam elevadas margens de lucro. Os *trustes* têm sido proibidos em vários países, mas a eficiência dessa proibição não é muito grande” (SANDRONI, 1999, p. 616).

³⁴ Em dezembro de 1940, a *Cia Ferro Brasileiro S/A* tinha sede social em Caeté – MG, onde também estavam suas usinas. Contudo, seu escritório Administrativo e Comercial ficava na Capital do Federal – localizada na Avenida Graça Aranha, 326. Consta que, nessa época, possuía um capital de Cr\$ 60.000.000,00. Produzia tubos de ferro fundido de 50 a 600 m/m, com 6 metros de comprimento. Vide A Iniciativa Privada na Siderurgia. In: O Observador Econômico e Financeiro. Ano V. Dezembro de 1940, Nº 59. p. 121. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

³⁵ Consta que da Bélgica, Alberto I, veio ao Brasil em visita oficial em 1920. Arthur Bernardes, Presidente do Estado de Minas Gerais, fazia oposição ao projeto empresarial da *Itabira Iron Ore Company*, organizado pelo estadunidense Percival Farquhar. Passada a estadia do monarca na capital federal, Bernardes o convidou para ir a Belo Horizonte. “Pouco tempo depois da visita de Alberto I, o grupo industrial belga-luxemburguês ARBED enviou missão técnica a Minas Gerais, que constatou a possibilidade do grupo se associar a uma empresa brasileira já existente e a partir daí ampliar o negócio.” Vide **Surge e Belgo-Mineira**, disponível em < https://www.belgo.com.br/conglomerado/historico/historia_belgo/surge_belgo_mineira/surge_belgo_mineira.a_sp > Acessado em 14/10/2013.

associou-se a empresas siderúrgicas mineiras, lideradas por Euvaldo Lodi (conforme veremos adiante).

Segundo John Wirth, o empresário Henrique Lage, “magnata do carvão e da frota mercante”, também se interessou em atuar no setor siderúrgico. Com o propósito de obter apoio do Presidente Arthur Bernardes, em agosto de 1923, Lage enviou-lhe “um memorando em que expunha um plano para a formação de um consórcio nacional de aço, integrado por cinco companhias do seu grupo industrial.” Lage propôs a construção de duas usinas siderúrgicas, uma localizada em Gandarela (Santa Bárbara, Minas Gerais), com capacidade de produção de 120 mil toneladas de laminados; e outra em Niterói (Rio de Janeiro), destinada a produzir 30 mil toneladas de aço especial. Em troca, o governo forneceria subsídios, ficando o Tesouro obrigado a modernizar as instalações carboníferas de Lage sediadas em Santa Catarina – e que abasteceriam com carvão a ambas as usinas. Esse ambicioso projeto foi por ele denominado como “carvão-minério-navios.” Assim como o conglomerado industrial ARBED, o Lage pretendia que fundos federais fossem empregados em ferrovias que atendessem sua demanda por transporte de carga (WIRTH, 1973, p. 69). Convém lembrar que Euvaldo Lodi trabalhava para Lage como técnico e diretor da *Companhia Gandarela*, estando a par dos projetos no setor.

O projeto de Henrique Lage não foi exitoso, posto seus argumentos não terem convencido o Presidente Arthur Bernardes. De acordo com Wirth, o fracasso aconteceu porque os planos do empresário não estavam “bem fundamentados do ponto de vista econômico, baseando-se em carvão de teor desconhecido, dispondo de capital insuficiente e dependendo de ferrovias precárias.” Acrescenta que os minérios existentes na região do Gandarela não haviam sido analisados e sequer ocorrera um levantamento adequado. Os investimentos do grupo Lage nos setores carbonífero e de navios mercantes eram subsidiados, ao que cabe acrescentar que “as minas de Gandarela e todo o seu império industrial estavam fortemente hipotecados pelo Banco do Brasil” (WIRTH, 1973, p. 70).

O fator indicado explica, parcialmente, a preferência do governo Bernardes em apoiar o projeto da ARBED. É preciso considerar que representantes dos industriais belga-luxemburgueses tinham feito contato com Bernardes já em 1921, quando ele ainda era Presidente do Estado de Minas Gerais, informando “que seria possível fundar em Minas uma grande usina à base de carvão vegetal” (WIRTH, 1973, p. 70).

Tambasco destaca a presença do capital belga-luxemburguês no Brasil, representado pelo grupo industrial ARBED. Suas inversões de capital em minas, o levou a adquirir, no quadrilátero ferrífero (MG), importantes jazidas de minérios de ferro situadas na

Serra do Curral. A pujança dessas jazidas somente “era inferior àquelas de propriedade da Itabira Iron.” Tal como o grupo Itabira de Farquhar, a ARBED “pretendia explorar o minério de ferro extraído – não tendo plano real de investir no “desenvolvimento siderúrgico a coque, no Brasil.” No entanto, obteve o controle acionário da *Companhia Siderúrgica Mineira* e, em dezembro de 1921, mudou sua razão social para *Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira* (TAMBASCO, 2003, p. 54). Ao se associar a grupos industriais liderados por Euvaldo Lodi, a Belgo-Mineira deixou de dar preferência à exportação de minério de ferro, dedicando-se à produção de aço.

No que tange à luta entre capital e trabalho, os intelectuais orgânicos dos industriais começaram a construir seu projeto de hegemonia desde 1904, por meio da formação do *Centro Industrial do Brasil*, sediado na Capital Federal. Segundo Hardman e Leonardi, quando o CIB foi fundado “o proletariado já vinha tentando, há mais de dez anos, [se] organizar em partido político próprio, possuindo, já, expressiva organização no plano sindical” (HARDMAN & LEONARDI, In: MENDES JÚNIOR & MARANHÃO, 1989, p. 62. Vol. 4).

Aos intelectuais orgânicos competia organizar, educar e dirigir os anseios das classes ou frações das quais se tornam representantes, consolidando sua vontade coletiva. Eles transformam a alteridade multicultural em consenso e ação política, dando-lhes a coesão social-cultural capaz de compor um projeto que oriente a luta pela hegemonia. Em outras palavras, desempenham uma função político-pedagógica junto àqueles de que são dirigentes, com a finalidade de criar condições para a ocupação de postos avançados no Estado restrito.

Convém lembrar, ainda, que para Boris Fausto, o Rio de Janeiro reuniu, por muitos anos, “a maior concentração operária do país, sendo superado pela capital de São Paulo, em algum momento entre 1920 e 1938” (FAUSTO, 2000, p. 14). Segundo Hardman e Leonardi, foi com o propósito de lutar contra a agitação operária, que cada vez mais se convertia em realidade, ao longo das duas primeiras décadas do século passado, que a burguesia industrial organizou-se na sociedade civil. Ademais, a fundação de aparelhos privados próprios da classe industrial veio de encontro à sua necessidade de romper com as associações comerciais, sob “hegemonia da burguesia comercial” (HARDMAN & LEONARDI, In: MENDES JÚNIOR & MARANHÃO, 1989, p. 62. Vol. 4).

O capital temia a organização do trabalho e sua consequente polarização em prol da superação do modo de produção capitalista. Rosa Luxemburgo percebeu com profunda lucidez essa contradição entre democracia liberal e a participação política das classes

populares na democracia burguesa. Para as frações burguesas, a democracia tornou-se supérflua e incômoda nos anos 1930.

Nas relações políticas, o desenvolvimento da democracia, na medida em que encontra terreno favorável, conduz à participação de todas as camadas populares na vida política e portanto, de certo modo, ao 'Estado popular'. Mas isso sob a forma do parlamentarismo burguês, o qual, longe de suprimir, os antagonismos das classes, a dominação de classe, patenteiam-se, ao contrário, a olhos vistos. É por mover-se o desenvolvimento capitalista através de contradições que o proletariado, para extrair de seu invólucro capitalista a semente da sociedade socialista, deve apossar-se do poder político e suprimir completamente o sistema capitalista (LUXEMBURGO, 2010, p. 103).

Esses partidos políticos contavam com a participação de intelectuais orgânicos da classe industrial na condição de agentes formadores e disciplinadores de sua vontade coletiva e de suas frações, funcionando, além disso, como centros de formação de novas gerações de intelectuais orgânicos, muito embora o empresariado industrial brasileiro aparecesse

com maior nitidez frente a seu principal inimigo histórico, era com grande dificuldade que se conseguia diferenciá-lo no plano das organizações econômico-corporativas e político-partidárias. Aí, os contornos de classe da burguesia industrial eram menos nítidos e se confundiam, muitas vezes, com as formas de organização dos demais setores das classes dominantes: burguesia agrária cafeeira, oligarquias rurais, setores do grande comércio e grupos financeiros internacionais. E isto não por acaso, mas determinado pelas relações de dependência histórica e de subordinação política da burguesia industrial ao latifúndio (pelo menos até 1930) e ao imperialismo (HARDMAN & LEONARDI, In: MENDES JR & MARANHÃO, 1989, pp. 62-63.Vol. 4).

No início do século XX, os primeiros industriais brasileiros contavam com uma organização de classe ainda bastante limitada, como se percebe

ao se levantar o grau incipiente das associações classistas criadas no início do século. No plano político-partidário, mais ainda, inexistia qualquer esboço de programa ou de expressão representativa própria (HARDMAN & LEONARDI, In: MENDES JR & MARANHÃO, 1989, p. 62. Vol. 4).

Durante este período a classe industrial ainda estava formando seus intelectuais orgânicos, posto que tal processo demandava tempo e investimento. Assim, foi durante os dois primeiros decênios do século XX que as frações do capital industrial prepararam seus próprios intelectuais orgânicos os quais, durante os anos 1930 e 1940, tornar-se-iam proeminentes lideranças políticas como, por exemplo, Euvaldo Lodi, Horácio Lafer, Guilherme Guinle, Roberto Simonsen e Wolff Klabin.

CAPÍTULO II

EMPRESÁRIOS COMERCIAL-FINANCEIROS E POLÍTICA, 1930-1936

2.1. A Grande Depressão Econômica do Entreguerras

Muito embora nosso objetivo não seja fazer uma longa análise da crise de 1929 e da depressão econômica que a ela se seguiu, não podemos deixar de formular algumas considerações a respeito. Eric Hobsbawm, sem dúvida um dos grandes expoentes do marxismo inglês, apresentou análise bastante elucidativa a respeito das consequências econômico-sociais da depressão. A crise do liberalismo e a ascensão de regimes políticos fascistas nos anos 1930 tem relação visceral com a Grande Depressão. No Brasil seus efeitos no campo da política resultaram no fim da chamada República Oligárquica (1899 – 1930), sendo Getúlio Vargas conduzido ao poder, destacando-se na história do país por vinte anos (HOBSBAWM, 1995, p. 110).

O governo Vargas provocou alterações tão significativas na estrutura econômica, política, social e cultural que esse período ficou conhecido como “Era Vargas”. No Brasil, o final dos anos 1920 pôs o capitalismo liberal diante de sucessivos impasses, até sua derrocada em 1937. Segundo Luiz Werneck Vianna, a década de 1920 se encerrou

sob o impacto de uma crise que se [revestiu] de pelo menos três grandes dimensões: econômica, marcada pela lenta e gradual decadência dos negócios da agroexportação do café, que a crise cíclica do capitalismo em [1929 acelerou]; política, pelo acirramento das dissidências intraoligárquicas e pelo levantamento em armas da juventude militar contra o sistema da ordem prevalecente; social, com o início da organização político-ideológica das classes subalternas, especialmente o proletariado – a constituição do Bloco Operário e Camponês indica a gravidade do fenômeno – que [passaram] a postular uma estruturação alternativa para a sociedade, para não se falar no banditismo rural, que já demonstra a debilidade do coronelato em controlar como antes as massas rurais (VIANNA, 1978, p. 87).

Karl Polanyi também percebeu a conexão existente entre a formação dos governos totalitários dos anos 1930 e a necessidade dos Estados capitalistas conterem os efeitos da crise econômica. Para ele, o fascismo³⁶ foi a solução encontrada para resolver o “impasse

³⁶ Em linhas gerais, o fascismo foi um regime político ditatorial implantado primeiramente na Itália, sob a liderança de Benito Mussolini, que permaneceu no governo de 1922 a 1943. O conceito de fascismo também costuma ser usado para definir governos autoritários de ultradireita. O **Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos**, escrito por Antônio Carlos do Amaral AZEVEDO, oferece uma definição mais completa do conceito. Segundo Azevedo, fascismo era um regime totalitário baseado no culto ao chefe “do partido e do Estado e na obediência ao líder.” Em seu projeto de poder, o fascismo é militarista, ultranacionalista, anticomunista, antissocialista e antiliberal (AZEVEDO, 1999, pp. 194-195). Antônio GRAMSCI também apresentou análise do fascismo italiano. Para o marxista sardo, tratou-se de um “movimento de reação armada” das classes dirigentes, com a finalidade de desorganizar e imobilizar a classe trabalhadora. O fascismo inscreve-se, portanto, na “luta do capitalismo contra a classe operária” (GRAMSCI,

atingido pelo capitalismo liberal.” Tal solução, que se propunha “salvar” o sistema econômico, inclusive de uma ruptura, conforme afirmavam alguns, dar-se-ia às custas de “uma reforma da economia de mercado, alcançada ao preço da extinção de todas as instituições democráticas, tanto no campo industrial como no político.” Essa intervenção do Estado-governo na sociedade aplicou-se ao nível sociocultural, uma vez que o seu projeto buscava ainda reeducar o indivíduo de modo a incapacitá-lo de “funcionar como unidade responsável do corpo político” (POLANYI, 2000, p. 276). A revitalização do sistema econômico dependeria da reeducação social orquestrada pela sociedade política que poderia, sempre que necessário, aplicar métodos mais persuasivos aos recalcitrantes da ordem econômica e social.

Não obstante as ondas de choque provenientes do cataclismo econômico tenham indubitavelmente atingido todo o mundo capitalista, seus efeitos foram mais dramáticos nas potências capitalistas, pois nelas residia o epicentro da crise. O que não significa, obviamente, que os países periféricos – dependentes – não fossem abalados pela turbulência econômico-financeira. As receitas advindas do comércio externo provinham da exportação de produtos primários que compunham a maior parte da pauta de exportações dos países dependentes. Como resultado da depressão econômica do entreguerras, os países centrais precisaram redefinir as diretrizes de sua pauta de importações, resultando na drástica restrição aos produtos não essenciais. Portanto, havia choques de interesses econômicos entre as grandes potências industriais e os interesses das economias dependentes. Segundo Eric Hobsbawm,

Pela primeira vez, os interesses de economias dependentes e metropolitanas entraram claramente em choque, inclusive porque os preços dos produtos primários, dos quais dependia o Terceiro Mundo, caíram muito mais drasticamente que os dos bens manufaturados que eles compravam do Ocidente (HOBSBAWM, 1995, p. 211).

Para Maurice Dobb, os efeitos drásticos da depressão dos anos 1930 fizeram dela um acontecimento sem paralelo, mesmo se comparada à Grande Depressão das décadas de 1870 e 1880. Analisando comparativamente os efeitos da retração econômica dos anos trinta na taxa de desemprego na Grã-Bretanha, Dobb percebeu que, durante a década de 1920, o desemprego manteve-se “num nível médio de 12%”, passando a uma cifra próxima dos 03

2004, p. 331 e segs). Devido aos limites impostos pelo objeto de nossa pesquisa, não temos condições de aprofundar a complexa discussão conceitual sobre o fascismo e o seu desenvolvimento em outros países. Aos interessados, como ponto de partida recomendamos o livro **História das Ideias Políticas**, escrito por François CHÂTELET, Olivier DUHAMEL e Evelyne PISIER-KOUCHNER.

milhões nos primeiros anos do decênio de 1930. Estimativas apontavam um total de treze milhões de desempregados, ou mais na América Latina (DOBB, 1980, pp. 230, 233, 234).

No caso do Brasil estima-se que nas cidades, em decorrência da “redução da atividade econômica”, havia 02 milhões de pessoas “desempregadas e ‘semidesempregadas’³⁷”. Calcula-se que, somente na cidade de São Paulo, o número de desempregados chegasse a 100 mil. “Muitas fábricas fecharam suas portas e outras trabalhavam apenas três dias por semana” (CORSI, 2000, p. 37).

Não obstante a crise econômica eclodida em 1929 se tivesse universalizado no mundo capitalista, seus efeitos não tiveram o mesmo impacto na economia brasileira, ainda que, obviamente, tenha ela se ressentido da retração. É preciso cautela na comparação com países centrais. Segundo Celso Furtado, no Brasil, entre 1929 e 1933, “a redução da renda monetária se situa entre 25 e 30 por cento, sendo, portanto, relativamente pequena se comparada com a de outros países. Nos EUA, por exemplo, essa redução excedeu a 50 por cento” (FURTADO, 2000, p. 204). Eric Hobsbawm também percebeu que os efeitos da depressão dos anos 1930 foram mais toleráveis para um Brasil esmagadoramente rural do que as crises econômicas que afligiram o país nos anos 1980. Segundo o marxista inglês,

O Brasil tornou-se um símbolo do desperdício do capitalismo e da seriedade da Depressão, pois seus cafeicultores tentaram em desespero impedir o colapso dos preços queimando café em vez de carvão em suas locomotivas a vapor. (Entre dois terços e três quartos do café vendido no mundo vinham [do Brasil]) Apesar disso, a Grande Depressão foi muito mais tolerável para os brasileiros ainda em sua grande maioria rurais que os cataclismos econômicos dos anos 1980 (HOBSBAWM, 1995, p 97).

Entre os resultados dramáticos da depressão no país estava a questão dos pagamentos dos títulos das dívidas públicas externas do Brasil, decorrente da drástica queda do fluxo de capital internacional. Os empréstimos internacionais sofreram queda de mais de 90 por cento entre 1927 e 1933 (HOBSBAWM, 1995, p. 93). O governo Vargas precisou estabelecer uma política externa de renegociação com os credores internacionais, uma vez que os devedores, União, Estados, e Municípios, viram-se incapacitados de pagarem de modo satisfatório os serviços das dívidas (como o veremos no item a seguir).

Segundo Victor Bulmer-Thomas, embora se costume associar a Depressão de 1929 ao *crash* da Bolsa de Valores em Nova Iorque, ocorrida em outubro do mesmo ano, no que tange “à América Latina, os primeiros sinais de advertência chegaram bem mais cedo. Em

³⁷ Francisco Luiz Corsi não especificou o significado do conceito. Supomos que se refere a pessoas que, quando tinham oportunidade, exerciam uma atividade de caráter informal e temporária para assegurar a sobrevivência. Por praticar um trabalho informal e transitório, o profissional foi classificado como semidesempregado.

muitos casos, os preços das *commodities*³⁸ atingiam seu ponto mais alto antes de 1929. Quando a oferta (...) tendeu a superar a demanda.” O preço do café brasileiro, por exemplo, atingiu seu pico em março de 1929 (BULMER-THOMAS, In: BETHELL, 2009, p. 31. Vol. VI). A Grande Depressão de 1930 foi um “divisor de águas” para a economia brasileira, forçando as classes dominantes a reorientarem o projeto agromercantil exportador e a organização do padrão de acumulação capitalista. Conforme ressaltou Mendonça, disso resultou a

primeira ruptura no que diz respeito ao avanço da acumulação capitalista no país, no sentido da implantação de um núcleo básico de indústrias de bens de produção, bem como da redefinição do papel do Estado em matéria econômica, visando tornar o polo urbano-industrial o eixo dinâmico da economia (MENDONÇA, 1985, p. 13).

Em outras palavras, era preciso mudar o *modus operandi* da economia capitalista no Brasil, o que, inevitavelmente, implicaria em reordenamentos no perfil e papel do Estado restrito, que assumiria uma função mais regulatória. Conforme resalta Paul Baran, “a depressão da década de 1930 comprometeu, irrecuperavelmente, o conceito de automaticidade do mercado.” No campo político da democracia burguesa, a ‘equação’ socioeconômica que lastreava tal conceito, era a crença da “não interferência do Estado nas forças de mercado” – ou seja, que o mesmo não “tomasse partido” na disputa entre classes capitalistas (BARAN, 1972, pp. 156 - 159). A conjuntura dos anos 1930 evidenciou, para todos os Estados capitalistas, a necessidade de romper com esse paradigma.

A interrupção dos fluxos de capital estrangeiro mostrou-se deveras desastrosa, uma vez que interferiu na capacidade de pagamento dos serviços das dívidas públicas externas. Segundo Francisco Corsi, outro grave problema era a redução do preço do café no mercado internacional, acarretando “drástica queda na entrada de divisas³⁹.” Além desse fator, o autor resalta que, ao tentar manter uma “política de estabilidade cambial (calcada na Caixa de

³⁸ Cabe aqui uma breve explicação do que é uma *commodity*, evitando assim os transtornos causados pelo economês. O termo em inglês significa “mercadoria”, literalmente. Dentro das relações comerciais internacionais, *commodity* denomina um determinado produto primário de relevância comercial como, por exemplo, algodão, chá, café, soja, juta ou lã, minério de ferro, cobre e etc. Os centros financeiros são os mercados onde as *commodities* são negociadas. Devido sua importância no comércio internacional, seus preços normalmente são determinados em função das cotações dos principais mercados: Nova Iorque, Chicago e Londres. Segundo Paulo Sandroni, “a grande maioria dos negócios é realizada a termo, isto é, acerta-se o preço para pagamento e entrega da mercadoria em data futura” (SANDRONI, 1999, pp. 112-113, 381).

³⁹ Divisas são ativos como, por exemplo, cheques, ordens de pagamento, letras e etc. – que podem ser convertidos em moedas estrangeiras. As moedas estrangeiras de que um país dispõe, em poder de seus órgãos públicos ou privados, também fazem parte de suas divisas (SANDRONI, 1999, p. 181).

Estabilização⁴⁰)”, o governo Washington Luís causou “um profundo desequilíbrio nas contas externas, que acabou por refletir-se sobre o conjunto da economia.” Essas medidas do governo resultaram em fuga de capitais (CORSI, 2000, p. 37). Cabe elucidar que o Ministro da Fazenda de Washington Luís era Getúlio Vargas, em exercício na Pasta de 15 de novembro de 1926 a 17 de dezembro de 1928. Vargas tinha, portanto, experiência de mais de dois anos na gestão de políticas econômicas e financeiras.

No que se relaciona à percepção que os quadros do Ministério da Fazenda tinham da depressão econômica de 1929, o relatório apresentado pelo Ministro Oswaldo Aranha ao Presidente Vargas referente ao triênio de 03 de novembro de 1930 a 15 de dezembro de 1933, demonstra preocupação com o panorama econômico, mas, também, revela certo otimismo de que o Brasil se recuperasse antes que outros países. O ministro apresentava ao Presidente a seguinte conclusão:

O mundo está agitado por uma tempestade que ameaça os próprios alicerces das mais antigas e sólidas construções econômicas, financeiras e políticas. Não têm as nações forças para evitar esse temporal nem seus malefícios. Mas, em meio desse cataclisma universal superior aos poderes humanos, é possível e é dever supremo, ditado pelo instinto de conservação nacional, manter em ordem a nossa vida, resguardando-a para, passada a crise que assola as nações, retomamos a senda dos nossos destinos. (...) Temos a certeza de que o Brasil sairá, antes que qualquer outro país, como previu Sir Oto Niemeyer, para dias melhores e maiores (ARANHA, 1933, pp. 126-127).

A queda nas exportações ao comprometer a receita brasileira, tornava ainda mais oneroso o pagamento dos serviços das dívidas públicas externas. Segundo Eduardo Escorel, as exportações brasileiras haviam caído de 96 milhões para 65 milhões de libras esterlinas entre 1928 e 1930. Como o projeto da chamada “revolução” de 1930 visava limitar o poder dos “barões do café” sem, contudo, restringir a pujança econômica do nosso principal artigo de exportação, o governo Provisório nomeou o paulista José Maria Whitaker, ligado aos negócios do café, para a Pasta da Fazenda (ESCOREL, 1992, disco 02).

⁴⁰ Instituição financeira criada pelo no governo Washington Luís, pelo Decreto nº 5.108, de 18 de dezembro de 1926. A Caixa de Estabilização tinha a finalidade de recolher o ouro em barra ou amodado, efetuando a troca por notas de igual valor ao metal recebido. Vide Decreto nº 5. 108, de 18 de dezembro de 1926. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5108-18-dezembro-1926-564612-republicacao-88572-pl.html> > Acesso em 05/fevereiro/2014. Segundo o site Memória Re feita Federal, a Caixa de Estabilização foi criada com a finalidade “de promover a reforma do sistema monetário, através da adoção do ‘Cruzeiro Ouro’. Deveria efetuar a troca das notas em ouro e deste em notas. Era superintendida pelo Ministro da Fazenda. Foi extinta pelo Decreto nº 19. 423, de 1930.” Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/1822a1970/caixas.asp>. Acesso em 05/julho/2014.

2.2. A “Revolução” de 1930: aspectos econômico-sociais

Uma tese sobre Estado, Empresários e Política no Brasil no período de 1930 a 1945 não poderia deixar de abordar a assim chamada “Revolução” de 1930. O sentido histórico desse acontecimento, assim como a amplitude das mudanças por ela suscitadas nos campos da economia, política e cultura estão inseridos no processo de transformação que marcou, de forma indelével, a formação social brasileira no curso dos anos subsequentes.

Consideramos que, em qualquer que seja o período histórico estudado, a análise de sua estrutura social não pode prescindir das múltiplas conexões socioculturais, político-sociais e econômico-sociais que asseguraram sua historicidade própria. Logo, buscaremos formular uma análise abrangente do movimento de 1930 sem, contudo, perder de foco o que efetivamente nos interessa: a relação visceral entre economia e política no processo de industrialização. O próprio significado do movimento de outubro de 1930 como um ‘divisor de águas’ na história contemporânea brasileira já mostra a sua relevância para pensar o Brasil.

Segundo Luciano Martins, tornou-se tradição na Sociologia Política e na historiografia considerar a “revolução” de 1930 “como um marco da história contemporânea do país.” Em função desta perspectiva “ela passou a ser amplamente aceita como referente para a periodização da evolução econômica, social e política do Brasil” (MARTINS, c1982, p. 671). Outro ponto importante para a compreensão do período reside em seus efeitos sobre a sociedade e as instituições da época e da concepção do sentido de mudança histórica resultante da ‘revolução’ – ainda que no plano da utopia.

Conforme assinalou José Honório Rodrigues, “o efeito mais profundo da Revolução sobre a personalidade humana é a confiança ilimitada, utópica das possibilidades de mudança históricas”. Rodrigues não caracteriza o acontecimento que levou Getúlio Vargas ao poder como uma revolução. Pare ele, tratou-se do “Movimento Rebelde de 1930”. Não obstante tenha sido “o único movimento político armado vitorioso no Brasil”, não pode ser caracterizado como uma revolução no sentido histórico que atribuímos ao conceito (RODRIGUES, 1981, pp. 11, 17).

Para compreender o sentido da ‘revolução’ de 1930 é imprescindível analisar o pensamento social dos políticos e empresários que ocuparam cargos nas agências que formavam o complexo superestrutural do Estado ampliado. Na leitura do próprio Vargas tratou-se de medida extrema, salvadora do Brasil, uma vez que o país enfrentava muitos problemas de ordem administrativa, política e econômica. Em suas palavras,

O estado de anarquia política e administrativa em que se debatia o país, decaído pela falsidade partidária dos oligarcas, pela mentira financeira, pelo artificialismo econômico e pela desonestidade no emprego dos dinheiros públicos, impunha, para salvá-lo, resoluções extremas (VARGAS, 1938, p. 82).

O empresário Valentim Bouças, por sua vez, compreendia a revolução de 1930 como uma etapa rumo ao progresso – entenda-se, do desenvolvimento econômico calcado na industrialização – e à formação de um Estado Nacionalista (BOUÇAS, 1942, p. 67). No que tange ao fortalecimento do Estado capitalista após outubro de 1930, as forças articuladoras da Aliança Liberal⁴¹ contribuíram decisivamente para a crise de hegemonia do projeto agromercantil exportador sobre o urbano-industrial voltado ao mercado interno.

Segundo Pedro Dutra Fonseca, na medida que tal articulação crescia, a hegemonia da grande burguesia cafeeira paulista agonizava. O autor sinaliza um pertinente indicativo desse desgaste no campo político-social. “O sistema eleitoral ‘viciado’”, característico da República dos Coronéis, nunca tinha sido “motivo de controvérsia em tão grandes proporções.” Contudo, a força dos acontecimentos tornara-lhe “o pivô da crise” (FONSECA, 1999, pp. 130-131). Durante a realização das eleições, normalmente aconteciam irregularidades envolvendo os candidatos envolvidos no pleito. Destacamos novamente as palavras de Dutra Fonseca,

Os resultados viciados [das eleições] ocorriam para os dois lados e nunca haviam sido motivo para apelos às forças armadas. Mas em 1930 mesmo estas estavam divididas, e se a campanha da Aliança Liberal apenas despertava simpatia de parte dos militares, a opção ‘revolucionária’ contou com a decisiva participação de alguns de seus segmentos (FONSECA, 1999, p. 131).

Em termos gramscianos, o movimento de 1930 consistiu em uma solução cesarista para a crise de hegemonia enunciada desde a década de 1920. Ele, todavia, não implicou no abandono dos interesses econômicos dos setores rurais – sobretudo o projeto agromercantil exportador – posto que as divisas provenientes da agroexportação representassem boa parte das receitas obtidas. Sonia Mendonça ressalta que “no processo de ‘modernização conservadora’ em curso a partir da década de 1930, deve ser privilegiada a vertente da mudança, no lugar daquela da continuidade” (MENDONÇA, 1985, p. 23).

No que concerne à baixa participação dos intelectuais orgânicos do empresariado industrial no movimento – com exceção de Euvaldo Lodi, que dele participou ativamente –, Mendonça ressalta que, conquanto os industriais brasileiros não detivessem a hegemonia “no

⁴¹ Composta principalmente, mas não exclusivamente, por militares, burguesias agromercantis e líderes políticos dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba.

processo inaugurado em 1930”, seriam os principais beneficiários “das mudanças políticas e econômicas que se processaram”. Da mesma forma, quando consideramos a participação de representantes das frações de classe agrárias tradicionais “nos núcleos decisórios do Estado, (...) isto não significa que elas tivessem uma postura antimodernizante ou anti-industrialista.” Fundamentada nessa conjugação de fatores, Mendonça ressalta “que é difícil supor uma industrialização a revelia do empresariado industrial” (MENDONÇA, 1985, pp. 21-22).

Segundo Gláucio Dillon Soares, a revolução de 1930 “não foi um movimento puramente oligárquico”, na medida em que teve apoio de outras classes sociais e, inclusive, porque “as [suas] consequências não se limitaram à transferência do poder de um grupo oligárquico para outro.” Soares destaca que as forças não oligárquicas cobraram seu ‘preço’ pelo apoio dado a “revolução”. O resultado dessa cobrança foi “o estabelecimento de um corpo judicial independente [a Justiça Eleitoral, com a finalidade de coibir os abusos e fraudes típicos da República dos Coronéis], bem como outras medidas tendentes a moralizar as eleições”, como, por exemplo, o voto secreto, a expansão da cidadania⁴² e “o fim da fraude e da corrupção eleitorais.” Soares afirma ainda que “a extensão da cidadania, a moralização eleitoral e o fortalecimento do Estado nacional não interessavam a nenhuma das facções oligárquicas em pugna” (SOARES, 2001, p. 25).

A Grande Depressão Econômica do Entreguerras constitui fator de profunda relevância para analisarmos as mudanças econômicas, sociais, e políticas ocorridas no Brasil pós 30. A evidente debilidade que uma economia primário-exportadora apresentava em face das constantes oscilações do capitalismo internacional, criou condições políticas e econômicas para que o Estado capitalista em gestação no pós-1930 redefinisse sua atuação na economia, procurando fazer com que o polo produtivo “urbano-industrial” se tornasse o novo eixo dinâmico. De acordo com Francisco de Oliveira, a Revolução de 1930 marcou o final “de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial” –

⁴² O voto feminino está inserido nesse processo de expandir a cidadania. Foi através do decreto 21.076 de 1932, do Código Eleitoral Provisório, que foi garantido às mulheres o direito a escolher seus representantes. Isso aconteceu devido a uma forte campanha nacional. Inicialmente, tal conquista refletia a mentalidade de uma sociedade na qual a herança patriarcal estava fortemente arrigada. Em consequência disso, a direito ao voto feminino resultou em uma cidadania tutelada, na medida em que somente podiam votar as mulheres casadas – autorizadas pelo marido – e as solteiras e viúvas desde que tivessem uma renda própria. Somente em 1934 é que tais restrições impostas ao voto feminino foram abolidas do Código Eleitoral. Para maiores detalhes, vide < <http://www.tre-es.jus.br/noticias-tre-es/2014/Fevereiro/82-anos-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil> > Acessado em 12 / Novembro / 2014.

processo somente concretizado em 1956, quando a renda interna da Agricultura foi superada pela renda interna proveniente do setor industrial (OLIVEIRA, 2003, p. 35).

Cumpramos ressaltar que o processo político que resultou do apoio do empresariado industrial ao Governo Vargas no pós-1930 relaciona-se com sua estratégica guerra de posição visando ocupar agências da sociedade política. Conforme ressaltou Boris Fausto, quando o paulista Washington Luís, rompeu com o pacto da política dos estados, lançando a candidatura do conterrâneo Júlio Prestes, contou com o apoio dos industriais paulistas. “As associações industriais de São Paulo lançaram um manifesto, com data de 30 de julho de 1929, publicado com grande destaque na primeira página do Correio Paulistano, apoiando a candidatura de Júlio Prestes” (FAUSTO, 1997, p. 41). Segundo as palavras de Boris Fausto,

O documento era assinado, sem designação de nomes, pelo *Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, Centro das Indústrias de Papelão, Centro do Comércio e Indústria de Madeiras de São Paulo, União dos Fabricantes Nacionais de Papel, Associação dos Industriais e Comerciantes Gráficos e Centro dos Industriais de Calçados de São Paulo* (FAUSTO, 1997, pp. 41,46).

Constitui fato irrefutável que, embora em sua maioria, o empresariado industrial não tivesse apoiado o movimento de 1930, uma vez estabelecido o governo Vargas, lideranças orgânicas dos industriais alcançaram proeminente posição em agências do Estado restrito. Manuel Guilherme da Silveira Filho e Jorge Street, industriais do setor têxtil, “tornaram-se, respectivamente, presidente do Banco do Brasil e diretor da Divisão Industrial do Ministério do Trabalho, [Indústria e Comércio]” (FAUSTO, 1997, p. 68). A participação política de industriais no Governo Vargas pode ser mensurada, outrossim, quando observamos que Jurandir Lodi – irmão de Euvaldo Lodi – foi diretor da Divisão de Ensino Superior no Ministério da Educação e Saúde Pública durante gestão de Gustavo Capanema (CANCELI, In: PANDOLFI, 1999, p. 322).

A formação de bancadas classistas na Assembleia Constituinte e na Câmara dos Deputados, a crescente influência de industriais nos Conselhos Técnicos e Consultivos e o *modus operandi* dos representantes de suas agremiações patronais nos órgãos governamentais indicam a crescente participação das frações da classe industrial no Estado capitalista. Isso resultou na organização dos porta-vozes do capital industrial em blocos de pressão que atuavam, igualmente, no interior das agências do Estado-governo, participando e influenciando na formulação das políticas públicas.

Cabe reiterar que, não obstante a depressão econômica dos anos 1930 tenha sido um importante condicionante do processo de modernização do capitalismo estimulado por

diversos membros das frações dirigentes do empresariado industrial, há que se considerar ainda, como importante variável para o desencadear desse evento, o desgaste social e político que teve seu auge com a “crise de hegemonia do grupo cafeeiro paulista”, cuja expressão ideológica se apresentou na Política dos Estados – ou dos Governadores – de Campos Sales, ilustre filho da grande burguesia agromercantil cafeeira paulista. Assim, “movimentos como os do Tenentismo e as Cisões oligárquicas são exemplos de descontentamento e das tensões sociais que se acumulavam e que desembocariam no movimento de 1930” (MENDONÇA, 1986, pp. 13-14).

Luiz Werneck Vianna ressaltou o caráter de *revolução passiva* do movimento político-militar que levou Vargas ao poder. Trava-se, como analisou Gramsci no *Risorgimento*, de uma revolução sem revolução. Na revolução passiva, as frações dominantes articulam-se formando um bloco no poder do qual estão excluídas as classes subalternas, limitando as transformações somente ao que for a elas conveniente. Ou seja, tudo ocorre sob a rigorosa “liderança política e social das classes dominantes” (VIANNA, 1978, p. 141). A burguesia agrária e suas frações não se opunham ao projeto de governo gestado durante o pós-1930. Seu deslocamento do epicentro do poder no Estado capitalista brasileiro assegurou condições favoráveis à criação de outro padrão de acumulação capitalista.

Florestam Fernandes ressaltou que a problemática posta pela necessidade da análise “histórico-sociológica da revolução burguesa no Brasil consiste na crise do poder burguês (...), [que emergiu] como consequência da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista” (FERNANDES, 2006, p. 252). Tal constatação é importante para compreendermos a coexistência e interconexão das relações políticas e econômicas no Brasil com o quadro econômico-social em curso no mundo de 1930 a 1945.

A disputa das potências capitalistas hegemônicas por mercados, matérias-primas e zonas de influência não deixaria de atingir o governo Vargas. O ponto de inflexão pelo qual passou o Estado capitalista brasileiro, a partir de outubro de 1930 deve ser compreendido dentro desse contexto. Pressões internas e externas criaram condições para que ocorresse, em certo grau, uma ruptura dentro dos limites da ordem capitalista, representada pelas forças sociais integrantes do novo bloco no poder, cujos intelectuais se distanciavam, cada vez mais, dos fundamentos da democracia liberal burguesa. Novamente, as palavras de Fernandes são essenciais para compreender a magnitude das transformações em curso nos anos 1930.

Os tempos mudaram, tanto interna quanto externamente. (...) A dominação burguesa surge como uma composição de poder heterogênea (com uma base nacional e outra internacional); (...) [defrontando-se com a pressão sistemática das classes populares], a dominação burguesa identificou essa pressão como o seu inimigo principal (FERNANDES, 2006, p. 256).

A “revolução de 1930” teve um caráter de revolução passiva⁴³, fundamentada em alicerces inegavelmente influenciados por elementos do fascismo. Tendo por finalidade fortalecer o Executivo federal, criou condições para a promoção de um conjunto de mudanças nas bases sociais do poder, destruindo o invólucro federalista característico da Primeira República. Segundo Sonia Draibe, a “Revolução” de 1930 inaugurou uma etapa decisiva no processo de constituição do Estado brasileiro, culminando numa forma mais avançada de Estado nacional, capitalista e burguês. De acordo com suas palavras,

A revolução burguesa envolve a questão do Estado, isto é, o movimento de construção das estruturas nacionais, centralizadoras, unificadoras e centralizadoras, que, sobre uma dada estrutura de classes, articularão e expressarão o poder burguês como poder unificado, manifesto como o ‘interesse’ de toda a Nação (DRAIBE, 1985, p. 16).

Decorre desse contexto que, com a finalidade de ampliar sua capacidade de lidar com muitos fluxos de informações e, a partir de sua análise, formular diretrizes para políticas setoriais nos distintos campos supracitados, o Governo Provisório de Vargas iniciou a era do planejamento na economia brasileira. Para compreender a inegável interconexão entre economia e política, bem como o sentido de seus desdobramentos após outubro de 1930, são expressivas as palavras de Eric J. Hobsbawm, para quem a economia está tão “imbricada na mudança histórica [que não pode] ser abstraída da mesma sem perder substancialmente em realismo” (HOBSBAWM, 1998, p. 107).

Conforme demonstrou Werneck Viana, inexistiam antagonismos entre o empresariado industrial e o agrário, no sentido do primeiro buscar alijar o segundo do Estado restrito. No Brasil pós-1930, as distintas frações da classe dominante

procuraram apenas criar um sistema político e uma economia abertos e diversificados, que sejam capazes de atender à complexidade da nova situação. Nesse sentido, embora os industriais não tenham participado da conspiração

⁴³ Nesse processo, as classes dominantes assumem a liderança na realização da intervenção política necessários a promover a modernização econômica – entenda-se industrialização – sem, contudo, provocar ‘traumas’ nas forças econômicas precedentes (VIANNA, 1978, p. 141). No Brasil pós outubro de 1930, disso resultou um rearranjo das forças sociais que compunham o bloco no poder, que culminou com a gestação de um Estado Autoritário que asseguraria a execução do processo de industrialização sem, contudo, prejudicar os interesses do empresariado agrário – seja nas suas frações exportadoras ou nas voltadas ao mercado interno. Portanto, inclui o projeto industrial na pauta do Estado capitalista sem, no entanto, excluir integralmente os projetos da burguesia agrária e suas frações.

político-militar em 1930, o rearranjo institucional e econômico que seu triunfo irá produzir não poderá desconsiderar seus interesses (VIANNA, 1978, p. 114).

Convém esclarecer que o processo iniciado em 1930 somente se consolidaria em 1937, com a implantação do Estado Novo. Segundo Luciano Martins, a Revolução de 1930 somente se definiu e “consumou politicamente através do Estado Novo” – fator que corrobora os argumentos favoráveis aos questionamentos do “caráter ‘liberal’ ou ‘democrático’ atribuído a ela enquanto processo.” Convém frisar, ainda, que Martins discorda das “interpretações que conferem à [revolução de 1930] o caráter de ruptura da dominação oligárquica” (MARTINS, c1982, p. 673). Esse é o ponto da análise em que convém demonstrar que o enfraquecimento das assim chamadas “oligarquias” não redundou em ruptura com as frações da burguesia agrária, mas, sim, em perda de hegemonia da grande burguesia cafeeira paulista.

Uma das estratégias do Getúlio Vargas foi a de absorver, através de agências da sociedade política, lideranças representativas de frações da classe dominante agrária na condição de copartícipes do novo bloco no poder. No entanto, parece-nos inegável que houve uma ruptura com a “ordem oligárquica” precedente. Uma coisa é a participação de lideranças “oligárquicas” no Estado que incorporaria parte de suas demandas ao projeto do Governo; outra, bem diferente, é a manutenção de seu poder como força social capaz de intervir e dirigir as tomadas de decisão, tal como ocorria anteriormente.

No pensamento social de Valentim Bouças, revolução de 1930, nacionalismo, industrialização, progresso e independência nacional encontravam sua síntese no Estado Novo. Em outras palavras, o Estado Nacionalista Autoritário⁴⁴ do pós 1937 consubstanciaria os projetos iniciados pelo executivo federal após outubro de 1930. Segundo Aspásia Camargo, embora não tivesse consistido em uma revolução social e tampouco liberal-democrática, ela culminou, entre 1932 e 1937, na “renovação geracional das elites⁴⁵ políticas e na indispensável homogeneidade interna, moldadas pelo intervencionismo e pela

⁴⁴ Definimos como autoritarismo uma atitude em que as pessoas físicas e/ou jurídicas, dependentes da pessoa ou do governo autoritário, são obrigadas a cumprir todas as normas estabelecidas por aquele que exerce o poder autoritário. Nos Estados Nacionalistas Autoritários, o Chefe da Nação é investido de uma autoridade suprema e exerce esse poder em nome do bem-estar da nação e do interesse geral. No caso do Estado Novo de Vargas, as liberdades individuais foram suprimidas, houve o fortalecimento do Executivo Federal, por meio da supressão do Legislativo e o controle sobre o poder Judiciário. Os Governos Estaduais e Municipais perderam a sua autonomia. O Presidente da República exercia controle sobre os Estados, nomeando Interventores. O governo exerceu, também, controle sobre as agências da sociedade civil. Não é nosso interesse aprofundar o debate conceitual a respeito do Autoritarismo. Aos interessados em fazê-lo, recomendamos como ponto de partida a leitura do livro **O pensamento nacionalista autoritário** – escrito por Boris FAUSTO.

⁴⁵ Não apreciamos o conceito de elite(s). Quando, por força de necessidade, o mesmo for usado na tese, será tão somente para reproduzir fielmente as palavras do autor citado. No lugar de ‘elites políticas’, preferimos classes dominantes ou classes dirigentes – conforme a orientação marxista.

centralização política.” Camargo ressalta, ainda, que na perspectiva dos seus dirigentes, o Estado Novo teria sido o “arremate” final e necessário do processo revolucionário inconcluso em 1930 (CAMARGO, c1982, pp. 17, 39).

2.3. Diplomacia e altas finanças

O problema das Dívidas Públicas Externas era bastante delicado. Leôncio Basbaum ressaltou que o montante dessa dívida chegou a alcançar, em 1931, vinte milhões de contos.⁴⁶ Somente de juros e amortizações, o Brasil teria que pagar, em 1931, “cerca de 24 milhões de esterlinos.” Ao perceber que as divisas-ouro provenientes das exportações “não chegaria[m] a 10 milhões, viu-se o governo revolucionário obrigado a recorrer a um novo ‘*funding loan*’, ou seja a fusão de todos os empréstimos, ingleses, americanos e franceses, de 1883 até a data de [1931], a juros de 5%” (BASBAUM, 1985, p. 23).

Segundo Marcelo de Paiva Abreu, o Brasil começou a sofrer significativo choque externo já a partir de meados de 1928. Isto porque, na tentativa de conter “a ‘bolha’ que se formava em *Wall Street*,” o governo estadunidense pôs em prática uma medida monetária restritiva, acarretando “a interrupção dos significativos fluxos de capital iniciados em 1926” (PAIVA ABREU, s.d., p. 03). A situação financeira herdada da gestão Washington Luís foi severa. A política econômica por ele implementada manteve a Caixa de Conversão em operação, o que implicava em manter a

conversibilidade do mil-réis a taxa cambial fixa – e as importações livres, continuou a pagar o serviço da dívida externa, não interferiu no colapso da valorização do café administrado pelo estado de São Paulo. Em agosto de 1930, as reservas da Caixa de Estabilização haviam desaparecido e o governo começou a adotar expedientes protelatórios, tentando evitar a mudança explícita para um regime cambial baseado em intervenção estatal, mas a desvalorização cambial foi expressiva (PAIVA ABREU, s.d., p. 03).

É conveniente ter em conta uma análise do relatório do Banco do Brasil, referente ao ano de 1929, apresentada à Assembleia de acionistas durante sessão ordinária de 28 de abril de 1930. A documentação veicula que a Guerra Mundial⁴⁷, ao causar desorganização no mundo entre os países, teria contribuído de certo modo para a crise econômica. O problema a considerar, contudo, relacionava-se à própria velocidade de recuperação da economia capitalista pós 1918 – com enfoque para a compra/venda de capital. A agressividade do processo de expansão do capital forçou, desde 1923, a uma especulação

⁴⁶ Equivalente a vinte bilhões de cruzeiros (BASBAUM, 1985, P. 23). Todas as referências citadas em notas de rodapé serão devidamente arroladas na bibliografia.

⁴⁷ No caso, refere-se ao conflito de 1914-1918.

que tinha a Bolsa de Valores de Nova Iorque como epicentro de um processo de acumulação capitalista que drenava os recursos dos países – ajudando no desenvolvimento da crise de 1929. Segundo o relatório:

A especulação que se [desenvolveu] no mercado de títulos de Nova York, desde 1923, exercendo uma atração sobre o ouro de todas as nações, que por este motivo afluíu aos Estados Unidos em proporções impressionantes, [desempenhou] papel preponderante na determinação da crise de 1929.⁴⁸

Cumprir elucidar que Getúlio Vargas, como Ministro da Fazenda⁴⁹ de Washington Luís no biênio de 1926/1928 tinha conhecimento dos problemas financeiros enfrentados por seu predecessor. Segundo Günther Richter Mros, em carta escrita do exílio em 1932, Washington Luís afirmava, sobre o problema das dívidas públicas externas, que o plano econômico de seu governo era bem conhecido por Getúlio Vargas (MROS, 2011, p. 57). Tal conhecimento deixava evidente que era preciso redefinir a política financeira e, com ela, os termos do pagamento aos credores externos. No que tange às finanças do Governo Provisório, uma leitura do relatório de Oswaldo Euclides de Souza Aranha – então Ministro da Fazenda – apresenta informações relevantes acerca do montante das dívidas da União, Estados e Municípios, conforme consta do Quadro II

QUADRO II

Dívida Pública Externa, exposição referente ao triênio de 1930-1933

Histórico	£	Dólar	Franco	Florim
União	100.569.751	143.336.998	135.778.500 papel 193.556.110 ouro	----- -----
Estados	36.946.161	155.775.712	229.937.205 papel	8.900.000
Municípios	12.566.875	67.672.863	50.876.400 papel	-----
Total	150.082.787	366.785.573	416.592.105 papel 193.556.110 ouro	8.900.000

FONTE: *Ministério da Fazenda. Relatório apresentado a S. Excia. o Sr. Chefe do Governo Provisório Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Ministro dos Negócios da Fazenda Oswaldo Aranha.* Exposição relativa ao período de 03 de Novembro de 1930 à 15 de Novembro de 1933. RJ, Typ. Do Jornal do Comércio, Rodrigues & C., 1933. p. 05. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

O Quadro II apresenta inversões do capital estrangeiro nos serviços da DPEx durante o triênio de 1930 a 1933. Vemos que existiam compromissos em capital libra, dólar, franco e florim, alguns dos quais pagáveis em cambio via papel moeda e outros em ouro. À luz da interpretação dessas cifras que diferentes grupos financeiros investiam em títulos da dívida brasileira, fica claro que o Brasil era território de disputas interimperialistas. Foi

⁴⁸ **Banco do Brasil. Relatório de 1929.** *Apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas na Sessão Ordinária de 28 de Abril de 1930.* RJ: Casa Leuzinger, 1930. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil. p. 06

⁴⁹ Exercício de 15/11/1926 a 17/12/1928.

nesse contexto que a política externa do Governo Provisório teve que negociar com as grandes potências capitalistas.

Vale elucidar que havia, no panorama socioeconômico internacional, uma luta pela hegemonia travada entre diversos grupos financeiros com o propósito de assegurar e ampliar sua área de influência. Foi Lênin quem percebeu as especificidades dessa luta hegemônica entre os ‘barões’ das finanças internacionais em disputa pelo controle monopolístico que atendesse aos interesses de seu capital. Ao analisar a história do Estado capitalista no Brasil é imprescindível considerar a luta do capital pela expansão-manutenção de suas zonas de influencia em mercados estrangeiros. Segundo o pensador russo, “os bancos, em todo o caso, em todos os países capitalistas, qualquer que seja a diferença entre as legislações bancárias, intensificam e tornam muitas vezes mais rápido o processo de concentração do capital e da continuação dos monopólios”(LÊNIN, 1975, p. 50).

Segundo Simon Schwartzman, colateralmente ao crescimento incessante da dívida externa, “cresciam também os totais demonstrativos das obrigações internas, cujo serviço exigia a inclusão de vultosas somas nos orçamentos anuais” (SCHWARTZMAN, c1983, p. 146). Segundo o balanço apresentado pela Contadoria Geral da República por ocasião da vitória da “revolução” de 1930, as dívidas para o exercício daquele ano eram conforme constatamos dos quadros III e IV.

QUADRO III

Dívidas, valores a pagar em 1930

Dívida	Valor a pagar:
Dívida externa	1.282.028:419\$564 (ouro)
Dívida interna fundada	2.533.914:300\$000
Dívida flutuante	652.490:069\$842
Papel-moeda em circulação	2.543.337:413\$400

FONTE: SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Estado Novo, um auto-retrato (Arquivo Gustavo Capanema)**. Brasília, CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, c1983 (Coleção Temas Brasileiros, 24). p. 146.

Após outubro de 1930, “o total da dívida externa [seria] a soma das seguintes parcelas, convertidas em moeda nacional ao câmbio de 27 d.” conforme quadro IV (SCHWARTZMAN, c1983, p. 146).

QUADRO IV

Capitais investidos nos títulos das Dívidas Públicas Externas até outubro de 1930

Capital	Valor a pagar em 1930
Libras	102.750.972 – 16 – 04
Francos	329.863.754,78
Dólares	143.206.133,70

FONTE: Idem, Ibidem. p. 146

A situação da dívida externa brasileira suscitava muita preocupação de parte do governo, uma vez que, para garantir a compra de produtos primários – sendo o café o principal artigo da pauta de exportações –, fazia-se necessário cumprir as obrigações junto aos credores. Valentim Bouças era um grande representante comercial de firmas estrangeiras, conforme analisado no capítulo I, gozando de grande prestígio, mesmo não sendo um industrial vinculado a qualquer agremiação dessa classe no Brasil. Assim, quando foi derrubado Washington Luís, último expoente da Primeira República, Bouças já era um experiente empresário do setor comercial que contava com 39 anos de idade – representando a *International Business Machines Corporation*, of Delaware – no Brasil.

Quando eclodiu o movimento de 1930, a *Hollerith* já tinha contratos de prestação de serviços contábeis e estatísticos firmados com todos os Ministérios e com grande número de instituições estaduais e municipais⁵⁰. A administração e processamento desses dados deu ao empresário Bouças um conhecimento que lhe seria muito útil em 1931, quando publicou um estudo no *Jornal do Comércio*, chamando atenção do novo governo para o valor dos serviços prestados pela CSH.

Para os dirigentes do Governo Provisório, contudo, apesar do prestígio de que dispunha a firma na prestação de serviços para importantes órgãos da sociedade política, não era prudente confiar em uma empresa que servira, durante tanto tempo, ao governo deposto pela “revolução”. Em dezembro de 1930, Oswaldo Aranha, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, estipulou um prazo de 48 horas para que as máquinas fornecidas pela *Companhia Serviços Hollerith* fossem retiradas da Imprensa Nacional. Para a CSH isso implicava na perda de um lucrativo contrato. Ao tomar ciência disso, Valentim Bouças, fundador e diretor da empresa

procurou Aranha no Ministério da Justiça e convenceu-o a dar-lhe permissão para continuar os serviços, sem garantia de verba, mas com a promessa da abertura de um crédito especial se ficasse demonstrada a importância dos trabalhos realizados pela empresa (BOUÇAS, 1953, pp. 07-08).

⁵⁰ O Ministério da Fazenda, por exemplo, alugava da empresa CSH, de Valentim F. Bouças, as máquinas da IBM responsáveis pelos serviços contábeis e estatísticos. O Censo Demográfico realizado no Brasil em 1920 usou máquinas Hollerith para aperfeiçoar, sistematizar e agilizar a contagem dos dados coletados. Assim, impressoras foram usadas pela Diretoria de Estatística Comercial Brasileira para essa finalidade. As alfândegas do Brasil também usavam a tecnologia contábil das máquinas Hollerith. Instalava-se no Brasil tecnologia de processamento de dados fornecida pela CTR, futura IBM. Valentim Bouças foi o representante dos interesses da firma americana no Brasil e sua firma *Cia Serviços Hollerith* fazia a locação da tecnologia para empresas e repartições públicas, recebendo os lucrativos royalties pelo aluguel das máquinas IBM no Brasil.

Rosa Luxemburgo assinalou a importância estratégica dos empréstimos internacionais para a acumulação de capital. Sendo que o investimento em determinados setores financiados pelo capital estrangeiro representava o grau de sua influência em um país. Segundo a autora, o capital buscava expandir-se na forma de empréstimos tendo por finalidade maximizar seus lucros e elevar seu raio de alcance econômico. Para tanto, tratava de realizar-se através de empréstimos a governos de outros países.

Os empréstimos públicos vinculados à construção de ferrovias e ao equipamento militar acompanham todos os estágios da acumulação de capital: a introdução da economia mercantil, a industrialização dos países e a revolução capitalista na agricultura, bem como a emancipação dos novos Estados capitalistas (LUXEMBURGO, 1985, p. 288).

Simon Schwartzman salientou ser o empréstimo público uma das “armas” mais perigosas disponíveis nos “arsenais financeiros” e, possivelmente, a mais difícil de ser manejada. Essa “legítima receita extraordinária do Estado”, quando usada de modo conveniente e hábil, poderia oferecer resultados positivos para a economia de quem contraiu a dívida. No entanto, quando usado de forma abusiva e irresponsável pelos governantes, os resultados poderiam ser danosos (SCHWARTZMAN, c1983, p. 144).

No caso aqui analisado, além de inversões em infraestrutura – portos, ferrovias, rodovias, estradas, etc – os empréstimos atendiam, igualmente, às necessidades da economia primário-exportadora, sendo o negócio cafeeiro o mais lucrativo do país. Segundo Salomão Quadros da Silva, à medida que se urbanizava e se industrializava, “o Brasil necessitava expandir sua infraestrutura. O transporte de mercadorias era feito basicamente por ferrovias e, secundariamente, por embarcações” (SILVA In: D´ARAÚJO, 1999, p. 139). O capital estrangeiro atendeu a essa demanda.

A crise de hegemonia entre as distintas frações da classe dominante que resultou na “revolução” de 1930 criou condições para que se iniciasse a construção de novos projetos hegemônicos por parte das frações de classe integrantes do novo bloco no poder. A autoridade do Novo Estado teria necessariamente que emergir a partir das variáveis coerção e consenso, valendo ressaltar que, na dialética do poder tanto o consenso, quanto a coerção integram um jogo político donde emerge uma nova ordem hegemônica. Essa nova conjuntura criou condições para que intelectuais orgânicos das frações de classe burguesas, antes afastados da sociedade política, nela passassem a exercer uma ação política mais ativa.

Destacados empresários tiveram importante atuação no Primeiro Governo Vargas, dentre eles Roberto Simonsen (setores: têxtil, construção civil, financeiro e comercial)

Euvaldo Lodi (setores: metalúrgico, têxtil, carbonífero), Valentin Fernandes Bouças⁵¹ (setores comercial e financeiro que, dentre outras firmas, representou no Brasil, de 1917 até 1949, a *International Business Machines*, of Delawe, *Addressograph Mutigraph do Brasil S/A*, *Companhia de Máquinas Hobart-Dayton do Brasil*, *Companhia Goodyear do Brasil*, *Cia. Serviço Hollerith S/A*); Guilherme Guinle (*Cia Docas de Santos*, *Companhia Siderúrgica Nacional* e *Banco Boavista S/A.*); Fábio da Silva Prado (setor imobiliário, *Cia Brasileira de Materiais Ferroviários*, *Cotonifício Rodolfo Crespi* e *Cia Cimento Maringá*); Abelardo Vergueiro César (banqueiro); Pedro Demóstenes Rache (setores de prestação de serviços de engenharia, arquitetura, construções e de carpintaria); José Ermírio de Moraes (setores produtivos de cimento e cal: *Fábrica de Cimento Santa Helena*; ácidos sulfúrico e nítrico, éter e sulfato de sódio: *Companhia Nitro Química Brasileira*; setor siderúrgico: *Usina Siderúrgica Barra Mansa*); Horácio Lafer (indústrias de cerâmica e papel, e setor comercial: artigos de papelaria e escritório), Mário de Andrade Ramos (diretor das *Empresas Elétricas Brasileiras S/A*) e Arthur de Souza Costa – banqueiro e Ministro da Fazenda (1934-1945).

Embora inicialmente uma fração da burguesia industrial – sobretudo a paulista – não tivesse participado da revolução passiva que levou Vargas à Presidência, uma vez instalado o novo governo, ela não demorou a apresentar-se como colaboradora na nova correlação de forças. Alguns empresários, todavia, participaram ativamente das articulações políticas que culminaram no afastamento de Washington Luís, como no caso, por exemplo, de Euvaldo Lodi. Nesse período de ascensão de intelectuais orgânicos de distintas frações do capital industrial, inseridos junto a aparelhos privados de hegemonia, enfatizaremos Valentin Fernandes Bouças.

2.4. Intelectual orgânico e ação político-econômica: o caso de Valentin Bouças

A ação política de classe, voltada para a manutenção ou para a transformação de estruturas, torna-se inviável sem sua prévia organização política. Esse tipo de organização tem como espaço privilegiado a sociedade civil, condição sem a qual a força política

⁵¹ A *Serviços Hollerith S/A*, empresa da qual Valentin Bouças era proprietário e diretor-presidente, fazia parte do quadro dos associados coletivos do Instituto De Organização Racional do Trabalho – IDORT, associação privada fundada em 1931. O IDORT propunha-se racionalizar a sociedade, nos campos da produção, da política e educação, interferindo “no projeto de organização da sociedade em tudo quanto fosse possível.” (SOUZA, 2006, pp. 20-21). Em 27 de dezembro de 1935 Valentin Bouças registrou essa mesma firma também na Associação Comercial do Rio de Janeiro, da qual foi ele diretor ainda muito jovem e vice-Presidente em 1943-1944. A participação dele nessas agencias da sociedade civil permite, portanto, analisá-lo a partir do conceito de intelectual orgânico.

derivada da vontade coletiva organizada é incapaz de fazer-se ação de classe efetiva, formulando e difundindo um projeto e uma visão de mundo que atuem, sistemática e historicamente, na própria classe, consubstanciando-se em consciência, organização, vontade e reprodução de seus valores. As lideranças orgânicas da classe ou suas frações, desempenhando seus papéis intelectuais-pedagógicos, sempre detêm função estratégica nesse processo de organização política. O intelectual orgânico é um articulador das forças sociais no interior das agências que integram o complexo superestrutural do Estado capitalista.

A conjuntura aberta a partir de 1930 e aparentemente consolidada com a formação do governo Constitucional Liberal de 1934 a 1937 criou condições para uma participação mais ativa de alguns setores burgueses também no âmbito do Legislativo. Assim, muitos industriais e demais representantes da burguesia comercial e financeira elegeram-se deputados classistas assumindo, no espaço da sociedade política, o poder de legislar. Industriais como Euvaldo Lodi, Henrique Laje, Horácio Lafer e Roberto Simonsen foram Constituintes em 1934 e exerceram legislatura como Deputados no biênio 1935-1937. Sabemos que, talvez com exceção de Laje, os demais integraram ativamente associações classe⁵², indicativo de sua significativa ação política junto à sociedade civil.

Levando em conta essa estratégia de atuação político-empresarial, fica clara a centralidade dos intelectuais orgânicos nesse processo. Para sermos mais específicos, as lideranças orgânicas dos industriais foram representantes e organizadores de uma disputa com outras frações da classe burguesa com vistas ao Estado restrito. Analisar o Estado como espaço onde também se processam os embates de classes pela hegemonia é essencial para nos contrapormos a velhas fórmulas teóricas que apresentam o Estado como instância viva e acima das classes.

O conceito de bloco histórico, unidade entre estrutura econômica e superestrutura, contribui para pensar a relação entre ambas, levando em conta suas respectivas especificidades e a diversidade dos interesses em luta. Gramsci aprofundou a análise materialista da política, ampliando as ferramentas teóricas para pensar a luta pela hegemonia. A partir desta chave analítica, o econômico e o político mostram-se como historicamente inseparáveis. Logo, a luta dos interesses empresariais perpassa, inevitavelmente, a arena política.

⁵² Euvaldo Lodi participava ativamente da Confederação Nacional da Indústria, da Federação Industrial do Rio de Janeiro e do Centro Industrial do Rio de Janeiro. Foi presidente da CNI e da FIRJ. Roberto Simonsen e Horácio Lafer atuavam no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

Através das agências da sociedade civil as lideranças orgânicas da burguesia exercem função diretiva e organizativa (educativa). Segundo Gramsci (2011, p. 15), “o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual)”, devendo possuir uma capacidade técnica que não se restrinja à atividade econômica de seu interesse, o que significa ampliar sua atuação para além do campo meramente econômico. Em outros termos, não se limitando ao plano da infraestrutura, mas estendendo seu raio de ação ao plano superestrutural.

Resulta disso que o exercício das atividades empresariais e, por conseguinte, seus interesses econômicos, ligam-se àquilo que chamamos prática político-empresarial. Esta ação social de classe somente pode ser entendida em sua conexão com o conceito de Bloco Histórico, implicando, dentre outros aspectos, na relação dialética entre economia e política. Ao analisar as frações de classe representadas por Valentim Bouças, é preciso levar em conta tanto sua relação com o capital estadunidense, quanto suas relações com agências instituintes do Estado restrito autoritário que emergiu na conjuntura aberta a partir de 1930.

Conforme já assinalado, temos um complexo quadro político e econômico envolvendo interesses de conglomerados empresariais estrangeiros⁵³ e o Governo Provisório do após 1930. Em 1931 o presidente Vargas designou Valentim Bouças como Coordenador das dívidas públicas externas do Brasil, incumbido de fazer mediações entre o governo brasileiro e grupos financeiros internacionais. Além disso, tornou-se assessor financeiro pessoal do Presidente Vargas, também participando ativamente de alguns dos órgãos técnicos criados durante o primeiro governo Vargas – a exemplo do *Conselho Técnico de Economia e Finanças* e do *Conselho Federal do Comércio Exterior*. No início do Governo Provisório, Bouças assumiu o cargo de Secretário Geral e Representante Técnico dos Ministérios da Fazenda e da Justiça junto à *Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios*. Em item desenvolvido mais adiante trataremos mais especificamente do tema.

Ao que tudo indica, devido a seu conhecimento em economia, bem como a seus contatos com empresas estadunidenses, Bouças acumulou um capital político e social⁵⁴ que

⁵³ *A saber*, Addressograph Mutigraph do Brasil S/A, Coca-Cola Refrescos S/A, Companhia Goodyear do Brasil, Companhia de Máquinas Hobart-Dayton do Brasil e International Business Machines Corporation – of Delaware. *Jornal do Brasil, Quarta-Feira, 03 de Janeiro de 1940. p. 06. Arquivos Jornal do Brasil no Google.* Disponível em <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19400103&printsec=frontpage&hl=pt-BR> Acessado em 02/04/2012.

⁵⁴ Nesse caso, tratava-se de um capital simbólico. Tal conceito, formulado pelo sociólogo Pierre Bourdieu, é de grande valia para analisarmos as relações sociais. Segundo Bourdieu, o acúmulo deste capital pressupõe sua objetivação “em instituições permanentes (...) em postos e instrumentos de mobilização e a sua reprodução

lhe tornou credenciado em assuntos financeiros. Pesou ainda o fato de ter acumulado, no campo das relações sociais, conhecimento dos trâmites e circuitos financeiros internacionais, assegurando-lhe confiança como interlocutor do governo junto a credores externos. Isto o habilitou como colaborador da política de reorganização econômico-financeira do Governo Provisório, que precisava negociar com banqueiros estrangeiros as dívidas públicas externas de Estados, Municípios e Governo Federal contraídas ainda durante a Primeira República. No ano de 1933, Valentim Bouças, negociador do Governo Provisório junto aos banqueiros, participou de várias Conferências sobre os empréstimos contraídos.

Convém elucidar que a ascensão de Vargas à presidência de República coincidiu, nos anos 1930, com a eclosão da violenta depressão econômica do entreguerras, suscitando colapso nas economias capitalistas. Para Marcelo de Paiva Abreu, “a gravidade da crise econômica, de fato, foi uma causa importante para a substituição relativamente indolor de Washington Luís pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas em outubro/novembro de 1930” (ABREU, In: FAUSTO, 2007, Tom. 3, Vol. 11, p. 25). As evidências disponíveis sugerem não ser improvável que, com a deposição de Washington Luís pelos ‘revolucionários’, os credores do Brasil no exterior tenham ficado apreensivos com relação ao novo bloco no poder, uma vez que, ainda segundo Abreu, a gravidade dos problemas econômicos se tenha mantido durante o Governo Provisório, não tendo o governo conseguido estancar “a erosão das reservas cambiais brasileiras (...)” (ABREU, op. cit, 2007, p. 25).

Em consequência da crise cambial o Governo Provisório decretou, em 1931 “a suspensão parcial do pagamento de serviço de dívida externa, pois o serviço integral absorvia uma proporção intolerável das receitas de exportação (...)” (ABREU, op. cit, 2007, p. 25). Estariam os representantes do governo brasileiro dispostos a honrar os compromissos financeiros herdados de gestões passadas? Caso existisse intenção do Governo Provisório em fazê-lo, estaria em condições financeiras para tanto? Para esclarecer aos credores a situação do governo Vargas e sua proposta político-financeira, Bouças viajou a Nova Iorque.

continua por mecanismos e estratégias” (BOURDIEU, 2004, 7ª ed., p. 194). No caso das trajetórias sociais de Eivaldo Lodi e Valentim Bouças, compreendemos capital político como uma forma simbólica de capital acumulado no campo das relações sociais através da construção de um prestígio com o qual eles contaram na composição de alianças que foram essenciais para os interesses dos seus respectivos grupos econômicos. Isto posto, o foco analítico do capital simbólico enriquece o estudo dos referidos intelectuais em suas relações sociais e do prestígio que obtiveram. Segundo Bourdieu, “as lutas pelo reconhecimento são uma dimensão fundamental na vida social e de que nelas está em jogo a acumulação de uma forma particular de capital, a honra no sentido da reputação, de prestígio, havendo, portanto, uma lógica específica da acumulação do capital simbólico, como capital fundado no conhecimento e no reconhecimento. (...)” (BOURDEU, 2004a, pp. 35-36).

As primeiras negociações entre representantes do governo brasileiro e do capital financeiro estadunidense e inglês faziam parte da grande política⁵⁵ das classes dominantes, com a finalidade de assegurar a manutenção das estruturas econômicas, o que dependia do consenso com os prepostos do capital estrangeiro. Valentim Bouças publicou no *Jornal do Comércio*, em 25 de janeiro de 1931, artigo sobre a dívida externa brasileira. A repercussão política do artigo aproximou-o do Ministro da Justiça Oswaldo Aranha e do Presidente Getúlio Vargas. No artigo, Bouças afirmava acompanhar com interesse, há algum tempo, “tudo quanto se tem feito no ‘terreno’ financeiro e econômico do país.” Informou, a seguir, que, infelizmente, nunca teve “ocasião de analisar um mapa completo que (...) desse uma orientação segura da situação das dívidas externas. (...)”⁵⁶

Esse estudo representou uma ação política da CSH em um jornal que apresentasse, ao novo bloco no poder em formação, a importância que teriam os conhecimentos e contatos acumulados pela empresa para a reorganização econômico-financeira pretendida por Vargas e sua equipe econômica. Visando assegurar a posição de prestígio da *Companhia Serviços Hollerith* e dos grupos por ela representados no Estado restrito e ainda ampliar seu raio de atuação, o artigo forneceu estudo bastante detalhado da situação financeira do Brasil.

Em contato com o chefe do governo, Bouças recebeu instruções para avaliar junto a Estados, Municípios e União, a dimensão exata dos compromissos com portadores de títulos públicos. Novamente, o artigo de Bouças apresenta trecho bastante elucidativo a esse respeito.

O movimento revolucionário de Outubro [de 1930 entregou] ao Presidente do Governo Provisório poderes discricionários, e a primeira providência do seu Ministro da Fazenda, Dr. José Maria Whitaker, é a de saber a verdadeira situação da União, Estados e Municipalidades com relação às dívidas externas. Foi assim que, recebendo instruções e dado as nossas obrigações contratuais, resolvemos nos por em contato com as autoridades respectivas nos Estados e Municipalidades, a fim de chegarmos com presteza ao fim a que o Governo Provisório visava.⁵⁷

Em 03 de novembro de 1930, em seu discurso de posse na chefia do Governo Provisório e falando sobre a reorganização administrativa do país, Vargas deixaria claro que

⁵⁵ O conceito de grande política (alta política) refere-se a questões relacionadas à criação “de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de classe política” (GRAMSCI, 2011, p. 21).

⁵⁶ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro – Domingo, 25 de Janeiro do 1931. Ano 104. N. 22. Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. p. 05

⁵⁷ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro – Domingo, 25 de Janeiro do 1931. Ano 104. N. 22. Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. p. 05.

no terreno financeiro e econômico, [havia] toda uma ordem de providências essenciais a executar, desde a restauração do crédito público ao fortalecimento das fontes produtoras, abandonadas às suas dificuldades e asfixias sob o peso de tributações de exclusiva finalidade fiscal (VARGAS, 2004, p. 45).

Assim como outras lideranças do empresariado, Bouças tornou-se colaborador do novo governo. No campo das Relações Internacionais, Vargas e sua equipe econômica traçaram um plano de ação destinado a obter apoio financeiro fora do país, sobretudo em Londres e Nova Iorque. Esse é o ponto da análise em que se faz necessário precisar que, na *City* de Londres, o mais significativo interlocutor financeiro era, obviamente, *N. M. Rothschild & Sons*. Para ratificar a longa relação da casa Rothschild com o Estado restrito brasileiro, importa reter, novamente, trecho do relatório apresentado pelo Ministro J. M. Whitaker ao Presidente Vargas, exposto na página seguinte.

A fim de elucidar melhor a relação com o capital inglês, examinamos o diário de Getúlio Vargas relativo ao primeiro quinquênio dos anos 1930. Em registro datado de 12 de janeiro de 1931 o Chefe do Governo Provisório indicou que Numa de Oliveira⁵⁸, banqueiro e Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, tinha partido em missão à Europa. Tratava-se de missão pouco divulgada posto existir certo ceticismo de Vargas e sua equipe quanto às suas probabilidades de êxito. O objetivo político da diplomacia financeira de Numa de Oliveira era buscar consenso com os banqueiros ingleses sobre a concessão de financiamentos bancários destinados à compra dos estoques de café⁵⁹. Outros pontos da reunião eram a indicação de *sir* Otto Ernest Niemeyer para vir ao Brasil como técnico do Banco da Inglaterra e questões relativas às ferrovias inglesas atuantes no Estado de São Paulo. A visita era uma imposição do grupo financeiro *N. M. Rothschild & Sons* (VARGAS, 1995a, p. 42).

Em carta escrita a Vargas em 1931, Oswaldo Aranha, então Ministro da Justiça e Negócios Interiores⁶⁰, recomendou que fosse feito um balanço da situação financeira do país encontrada pela “revolução”. Tal levantamento evitaria que fosse atribuída ao novo grupo no

⁵⁸ O banqueiro Numa de Oliveira foi Presidente do *Banco do Comércio e Indústria do Estado de São Paulo* (1933-1961), ele tinha acesso ao Presidente Vargas. Na passagem do ano de 1934 para 1935, Oliveira tornou-se sócio dos grupos Klabin-Votorantim no empreendimento da *Companhia Nitroquímica Brasileira*, com a finalidade de investir no setor produtivo de raion – fibra sintética. A empresa era sediada no Estado de São Paulo e tinha José Ermírio de Moraes na Superintendência e Horácio Lafer na Presidência. Eduardo Sabino de Oliveira – filho do Numa de Oliveira –, era diretor técnico da *Companhia Nitroquímica Brasileira*. Para maiores detalhes, vide MARGALHO, 2008, pp. 46, 131, 152.

⁵⁹ O café era um artigo tão imprescindível à economia brasileira que foi usado, durante o governo Vargas nos anos 1930, como moeda de pagamento na aquisição de onze hidroaviões Savoia Marchetti S-55, comprados da Itália e “incorporados à Aviação Naval” do Brasil (VARGAS, 1995a, p. 43 / nota 4; p. 48).

⁶⁰ Exercício de 03/11/1930 a 21/12/1931.

poder a responsabilidade por problemas “já existentes”.⁶¹ A nomeação de Bouças para a Secretaria Geral da *Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros dos Estados e Municípios*, representado os Ministérios da Fazenda e Justiça, atendeu à demanda de organizar tal estudo, visando deixar claro que o ônus pelo caos nas finanças devia-se à chamada “Velha República.”.

Tendo ciência de que os problemas financeiros não seriam resolvidos através de medidas governamentais, o Ministério da Fazenda buscou apoio financeiro fora do país, sem o que seria inviável a obra de reconstrução financeira. Por meio de seus correspondentes dirigiu-se, “em Londres, a *N. M. Rothschild & Sons*”, cujos negócios com o Brasil remontavam quase ao período da Independência (WHITAKER, 1933, p. 55). Celso Furtado também assinalou que o “grupo financeiro internacional, reunido em torno da casa Rothschild”, acompanhava “de perto a política econômico-financeira do governo brasileiro, particularmente depois do empréstimo de consolidação de 1898” (FURTADO, 2000, pp. 193, 253 / nota 150).

O grupo financeiro inglês temia que outras corporações financeiras internacionais entrassem em “seus domínios” brasileiros, ameaçando o prestígio detido pelo grupo no Brasil, desde 1825. O Governo Provisório viu-se em meio à luta de conglomerados do capital financeiro internacional por seus interesses no Brasil referentes ao pagamento do capital investido na aquisição dos títulos da dívida pública. As evidências encontradas no diário de Vargas corroboram que a pressão feita pelos credores ingleses era sentida pelo Governo Provisório e que o Banco do Brasil encontrava-se em situação de descrédito face ao capital financeiro no exterior. Para atender as demandas das frações do capital ligadas ao grupo, o Ministro da Fazenda solicitou a Vargas o uso das reservas disponíveis no Tesouro. Segundo anotações de Vargas no diário em 14 de janeiro de 1931:

à noite, pouco antes de regressar ao [Palácio] da Guanabara, veio o ministro da Fazenda [José Maria Whitaker] pedir-me autorização para atender, com os fundos do Tesouro, ao pagamento de 500 mil libras que o Banco do Brasil devia a um dos credores estrangeiros. A situação deste banco é de completo descrédito no exterior com um descoberto de quase 09 milhões de libras. Se não atendermos a esse credor mais exigente, não obteremos o auxílio de 10 milhões que o mesmo banco pretende obter de Rothschild. Concordei com a autorização (VARGAS, 1995a, p. 43).

Não conseguimos nenhuma informação específica acerca de quem seria o credor exigente ao qual Vargas se refere no diário. A análise da fonte indica que a situação do

⁶¹ CPDOC-FGV/RJ. Arquivo Getúlio Vargas. GV c 31.00.00 / 10.

Banco do Brasil no exterior era bastante delicada, em face da falta liquidez para pagar os serviços do capital estrangeiro que investira em títulos da DPEX brasileira.

A política externa do Governo Provisório teve que enfrentar a pressão de vários grupos do capital financeiro internacional que enviaram seus prepostos ao Palácio para reunir-se com Vargas. Entre 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 1934, Getúlio registrou em seu diário que despachava com seu Ministro da Fazenda, quando recebeu o presidente do Banco do Brasil, Arthur de Souza Costa⁶² e “Mr. Clark, perito financeiro americano” que se despedia do presidente, “já ultimadas as negociações com credores americanos, após várias objeções, sendo também ouvido sir. Niemeyer” (VARGAS, 1995a, p. 265).

O registro insinua uma tensa reunião, marcada por um conflito de interesses entre o capital estadunidense e o inglês. Neste mesmo ano, a 12 de setembro, Vargas recebeu *sir* Lynch, que, como representante de *sir* Niemeyer, manifestou “seus receios por qualquer operação com os Estados Unidos que reduzisse nossos recursos para atender aos credores ingleses.” Vargas tranquilizou-o e aproveitou a oportunidade para mostrar a necessidade do Brasil aumentar as exportações para a Inglaterra, face ao “déficit na balança comercial” (VARGAS, 1995a, pp. 265; 326). Valentim Bouças seria essencial na diplomacia financeira do Governo Vargas.

A gravidade da crise financeira pode ser medida pela perda de capital dinheiro acumulado no caixa do Banco do Brasil. Sinalizando este quadro, Whitaker mencionou que, em dois meses, o caixa passou “de mais de 500.000:000\$000 a menos de 132.000:000\$000” (WITHAKER, 1933, p. 27.) Uma análise do período em que esta reserva de capital dinheiro foi consumida permite compreender a seriedade da situação do Banco do Brasil, um dos principais estabelecimentos bancários do país.

Já na II República, tendo como incentivo a ampliação do comércio entre Europa, Estados Unidos e Brasil, assim como o expressivo fluxo migratório, o capital estrangeiro encontrou condições para se instalar no Brasil.⁶³ Entre os estabelecimentos, são dignos de nota *Royal Bank of Canada*, *The First National City Bank of New York*, banco *Francês e Italiano*, banco *Italo-Belga* e o *London and River Plate Bank*, fundindo-se este último com o *London Bank* (RIBEIRO & GUIMARÃES, 1967, p. 119).

⁶² Presidente do Banco do Brasil, gestão de 16/01/1932 a 23/07/1934. Arthur de Souza Costa deixou a presidência do banco para substituir Oswaldo Aranha na pasta de Fazenda. Aranha tornou-se embaixador do Brasil nos EUA (1934-1937), Ministro das Relações Exteriores (1938-1944), embaixador do Brasil na Organização das Nações Unidas (1947) e Ministro da Fazenda (1953-1954). Cf. Verbetes biográficos DHBB.

⁶³ Não estamos afirmando que em período anterior a República o capital estrangeiro não contava com firmas bancárias no Brasil. A questão é que foi com a República que os investidores privados, nativos ou estrangeiros, tiveram, após as primeiras turbulências do período republicado, maior confiança para arriscar seu capital na abertura de empresas bancárias.

A política de reorganização financeira em tempos de retração econômica dependeria da ação de intelectuais que, atuando na esfera político-financeira internacional, fossem capazes de negociar com os credores melhores condições para o pagamento dos compromissos em tempos de *crash* econômico. É de se presumir que o fato de ser Bouças proprietário da CSH, tenha pesado para que o Ministro da Fazenda o indicasse para atuar junto a outros intelectuais no projeto de reorganização financeira e creditícia do país. Novamente as palavras de Bouças são esclarecedoras:

Fomos sempre muito otimistas, e assim, apesar de todos os comentários que se faziam ouvir, jamais pensamos iríamos verificar situações estaduais verdadeiramente alarmantes, e tão graves que, estamos certos, revoltarão os espíritos mais conservadores, fazendo justificar de maneira irresponsável a justa causa de ir-se buscar na Revolução o remédio supremo, e único capaz de ajudar-nos a sair da situação em que nos encontrávamos no Brasil. (...) Exigindo de todos união sagrada, para levarmos adiante a campanha em que está empenhado o Governo Provisório, de por [fim] ao abuso do crédito estrangeiro, de resgatarmos todas as nossas dívidas, dando ao credor estrangeiro a segurança da nossa palavra, cumprindo doravante todas as nossas obrigações e afastando uma vez para sempre a fama que pudéssemos ter, de maus pagadores.⁶⁴

O artigo é enfático em responsabilizar os governos anteriores pela crise financeira, uma vez que estes teriam incentivado abusivamente o crédito aos Estados, em face de sua autonomia para contrair seus empréstimos. A situação calamitosa resultante dessa política, segundo Bouças, já seria suficiente para legitimar a tomada do poder por Vargas e seus aliados. A crítica ao *modus operandi* dos governantes da Primeira República não se limitava ao antecessor imediato de Vargas, estendendo-se contra toda a chamada ‘Velha República’. Sustentava ele, ainda, que os embaraços causados à alta administração pública pela Política de Governadores eram de tal envergadura que, mesmo se o Presidente “Washington Luís quisesse remodelar as finanças nacionais, jamais poderia fazê-lo”, uma vez que os compromissos políticos eram ainda mais fortes que os de ordem financeira. O artigo arrematava o golpe contra os adversários do novo regime afirmando que, se os governantes auxiliassem “as finanças com uma boa política”, estariam condenados à falência política, resultado da “desordem financeira”.⁶⁵

O texto saudava os poderes discricionários concedidos ao líder do Governo Provisório, criando condições políticas para que se exigisse uma prestação de contas dos Estados e Municípios e, ainda, o esclarecimento junto aos credores estrangeiros. Essa

⁶⁴ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro – Domingo, 25 de Janeiro de 1931. Ano 104. N. 22. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. p. 05

⁶⁵ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro – Domingo, 25 de Janeiro do 1931. Ano 104. N. 22. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. p. 03.

concentração de poderes apresentava as condições pelas quais medidas poderiam ser tomadas no sentido de reorganizar as finanças e o crédito.

E na medida em que era imperativo reorganizar-se as finanças, Bouças sugeriu, como plano de ação econômica, a redução das despesas nos estados onde a situação financeira fosse mais crítica, submetendo-os a uma intervenção, extinguindo suas polícias e usando o Exército Nacional para controlá-los. Nas palavras do empresário santista, “um Estado que não tem ordem financeira, que não pode ser governado por si próprio, deve ser policiado e não ele mesmo se policiar.”⁶⁶

O bloco no poder em gestação não estava imune às pressões realizadas pelo capital financeiro. A documentação analisada evidencia tal fato, bem como seus desdobramentos junto às políticas econômicas. Em resposta à depressão econômica e às pressões dos grandes financistas estrangeiros, buscou-se formular uma política externa que refletisse a necessidade de obter o consenso dos credores acerca das renegociações dos serviços das DPEX. A correlação de forças dentro do Estado restrito seria fortemente marcada por essa tensão.

A coerção exercida por frações do capital financeiro atingiria o Governo Provisório em difícil momento de crise orgânica, quando os grupos que compunham o Estado restrito achavam-se engajados na reformulação do bloco no poder, uma vez que a classe dirigente deposta, representada por Whashington Luís, mostrara-se incapaz de resolver os problemas decorrentes da crise de hegemonia que culminara na “revolução” de 1930. Foi nessa circunstância que José Maria Whitaker assumiu a Pasta da Fazenda.

No campo da política externa, a manutenção do projeto agromercantil exportador dependia do entendimento com os grandes financistas que, direta ou indiretamente, influenciavam a compra do café brasileiro em outros países. No plano interno, o desemprego atingia índices alarmantes desde fins de 1929. No Rio de Janeiro e São Paulo, 579 fábricas fecharam as portas pela falta de compradores. Outras indústrias, como estratégia para manterem-se ativas, funcionavam somente dois ou três dias por semana. No campo e na cidade o salário dos trabalhadores diminuiu em 40 e 50%.⁶⁷ Portanto, o novo governo deparava-se com “o problema das massas insatisfeitas, sufocadas pelo desemprego.” Ao temor do povo revoltado somava-se o “pavor aos comunistas e prestistas, os quais não haviam aderido ao movimento revolucionário e continuavam a combater o (...) governo” A própria direção do PCB lançou como palavra de ordem o assalto “aos armazéns de víveres”

⁶⁶ Idem ibidem, p. 03.

⁶⁷ Nosso Século, 1930 / 1945. (I), p. 31.

(BASBAUM, 1985, p. 16; p. 24). Caio Prado Júnior também analisou a repercussão da depressão econômica do entreguerras no Brasil.

O valor dos produtos fundamentais em que se assentava a sua vida econômica (em particular o café), [caiu] brusca e consideravelmente⁶⁸. As exportações [sofreram] em consequência grande redução. A média anual do quinquênio 1926-1930 fora em libras esterlinas-ouro de 88.200.000; no quinquênio seguinte (1931-1935) [desceu] para 38 milhões apenas. Ao mesmo tempo, não só se [interrompeu] o afluxo regular de capitais estrangeiros que dantes normalmente alimentavam a economia do país e que se tinham tornado indispensáveis, nas condições vigentes, para o equilíbrio de suas finanças externas, mas [inverteu-se] o movimento em consequência do apelo dos grandes centros financeiros internacionais em crise a todas suas disponibilidades no exterior (PRADO JÚNIOR, 1998, pp. 291-292).

Antes, contudo, de prosseguir na análise, é preciso fazer uma pergunta. Entre tantos empresários importantes do período, intelectuais como Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi, Horácio Lafer, Henrique Lage, Numa da Oliveira, Francisco de Assis Chateaubriand, Wolff Klabin, Jorge Street, Francisco Matarazzo e Francisco de Oliveira Passos – por exemplo – por que a escolha como preposto do governo durante as negociações com os credores estrangeiros recaía sobre Valentim Bouças? Para responder a essa questão é relevante ter em conta a trajetória social de Bouças, ou melhor, considerar, conforme assinalou Michael Burawoy, os pontos de interseção entre biografia e história (BURAWOY, 2010, p. 52).

Todos os fatores até aqui analisados sobre a trajetória econômica e social desse ator social o vinculam a setores expressivos do capital estadunidense e a figuras proeminentes da burguesia industrial e financeira no Brasil. Bouças era sogro de “Oiama Pereira Teixeira, de Barbacena, filho do banqueiro e industrial José Pereira Teixeira” (NASSIF, 2007, s.p.). A escolha de Bouças para liderar as negociações junto aos credores como representante do Ministério da Fazenda deveu-se ao fato de ser ele, à época, um empresário com excelentes relações com os EUA, sendo importante destacar que, em muitas oportunidades, Bouças representara corporações estadunidenses.

Não é demais recordar que, segundo Sonia Dias⁶⁹, a *Companhia Serviços Hollerith* quase perdeu, em dezembro de 1930, o contrato de prestação de serviços firmado com agências estatais, em função de sua relação com os governos anteriores. Dias ressaltou que Bouças havia, em encontro com Oswaldo Aranha, negociado um voto de confiança para a CSH. Caso a empresa mostrasse ao novo governo a relevância de seus serviços, o ministro

⁶⁸ “A cotação da libra-peso de café tipo Santos-4, que se mantivera desde 1924 acima de 20 centavos de dólar norte-americano, [oscilou] depois da crise em torno de 10, baixando mesmo para menos de 8 depois de 1938. O preço do café somente se [recuperou] no correr e sobretudo depois da II Guerra Mundial” (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 291).

⁶⁹ Para maiores detalhes, vide no DHBB o verbete biográfico de Valentim Bouças – escrito por Sônia Dias. O Obituário do empresário, citado nas fontes primárias ao final da tese, também oferece informações relevantes.

asseguraria a manutenção do contrato de locação de equipamentos para serviços contabilísticos e estatísticos.

A publicação do citado artigo de Bouças no *Jornal do Comércio* em janeiro de 1931 simbolizava, no campo político, seu envolvimento como intelectual com o projeto político financeiro do Governo Provisório. Além de apresentar Valentim Bouças como valioso colaborador, indicava a CSH como variável de peso na prestação de serviços dos quais a equipe econômica de Vargas não deveria prescindir, posto que a firma dispunha de informações precisas sobre a situação financeira da União, dos Estados e seus respectivos Municípios. As palavras de Bouças são bastante elucidativas nesse sentido.

Temos agora em frente de nós as vantagens da Revolução! Ela removeu todos os empecilhos para uma completa revisão constitucional, para uma remodelação política e para um novo sistema tributário, que velha a por nas mãos da União o controle da sua situação econômica, fazendo retirar dos Estados e Municipalidades os direitos de contrair empréstimos no estrangeiro e de taxarem os seus produtos de exportação.⁷⁰

A fórmula política proposta alinhava-se ao cesarismo⁷¹ progressista, posto que em muito favoreceu o desenvolvimento das forças produtivas industriais, tidas como progressistas em comparação ao setor agrícola. Para solucionar os problemas econômicos com medidas mais eficazes, Vargas deveria ser deixado em paz para agir conforme lhe fosse mais conveniente. A conquista e o controle supremo do poder Executivo sobre os demais estados da federação dependiam de um alto grau de militarização, que somente o Exército podia oferecer. Seu apoio era a chave para o projeto Nacional Autoritário em gestação, sugeria claramente que a remodelação política passaria pelo fortalecimento do Executivo (MARX, 1997, pp. 85, 99).

Ao final de seu longo artigo, Bouças se identificou como diretor geral dos serviços Hollerith. Portanto, uma vez mais é oportuno ressaltar que não se deve pensar as relações econômicas como desconexas da luta política. Nossa preocupação, fundamentada na análise dos acontecimentos econômicos e políticos, relaciona-se diretamente com a abordagem da

⁷⁰ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro – Domingo, 25 de Janeiro do 1931. Ano 104. N. 22. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. p. 03.

⁷¹ Segundo Gramsci, o cesarismo é a expressão de uma “solução ‘arbitral’, confiada a uma grande personalidade” em momentos históricos em que a crise política culmina em um instável equilíbrio de forças. O marxista sardo enumerou dois tipos de cesarismo, o regressivo e o progressista. “O cesarismo é progressista quando sua intervenção ajuda a força progressiva a triunfar, ainda que com certos compromissos e acomodações que limitam a vitória; é regressivo quando sua intervenção ajuda a força regressiva a triunfar, também nesse caso com certos compromissos e limitações, os quais, no entanto, têm um valor, um alcance e um significado diversos daqueles do caso anterior. César e Napoleão I são exemplos de Cesarismo progressista. Napoleão III e Bismarck, de cesarismo regressivo” (GRAMSCI, 2011, p. 76).

construção da hegemonia no interior do Estado capitalista no Brasil. É importante evidenciar que é impossível, em formações sociais complexas, tratar de política sem abordar o Estado.

Ao usarmos o conceito, insistimos, pensamo-lo a partir da matriz teórica gramsciana do Estado Integral. Trata-se, portanto, de um complexo superestrutural formado tanto por agências da sociedade política, quanto da sociedade civil. A ideia de um complexo parece-nos adequada para indicar o sofisticado grau de interconectividade existente entre Estado restrito e associações privadas representativas das classes e frações no processo de luta pela hegemonia. Na ampla rede formada pelas agremiações que formam as superestruturas do capitalismo é preciso ter em conta, ainda, a função estratégica desempenhada pela imprensa, posto jornais e revistas funcionarem também como partidos organizadores das demandas de classes, mobilizando-as politicamente.

Convém ressaltar que, conforme demonstrou Maria Letícia Corrêa, o empresário Valentim Bouças era diretor e proprietário do periódico *O Observador Econômico e Financeiro*, revista editada no Rio de Janeiro a partir de janeiro de 1936 e publicada “com notável regularidade até dezembro de 1962.” Durante o Estado Novo, esta empresa de Bouças receberia o apoio do Departamento de Imprensa e Propaganda⁷², por intermédio de “seu diretor, Lourival Fontes” (CORRÊA, 2011, p. 01).

A ideia de um complexo superestrutural emerge, portanto, da necessidade de um instrumento teórico que ajude a dar conta do sofisticado grau de articulação, coexistência e imbricação entre as muitas agências das sociedades civil e política. Lançamos mão de tal conceito para contrapô-lo àquele de “anéis burocráticos”, formulado por Fernando Henrique Cardoso⁷³.

⁷² Criado no mês de dezembro de 1939, o *Departamento de Imprensa e Propaganda* era composto por cinco divisões: Cinema, Divulgação, Teatro e Turismo, Radiodifusão e Imprensa – havia ainda as seções do Serviço de Administração (GARCIA, 2005, pp. 141-142). As atribuições do DIP iam muito além da censura, perpassando, em igual medida, pelo controle da informação e da educação nacional – articulando o nome de Getúlio Vargas ao passado e futuro da Nação. Fazia crer que o Brasil era sintetizado na figura de Vargas. Não nos compete aprofundar a discussão a respeito do DIP e o *modus faciendi* do mesmo no exercício de suas funções. Para maiores detalhes, vide o livro de Virgínia Fontes, 2005 – especificamente a parte II, item, 7: *Ampliação do Estado e coerção no Brasil – democracia e nacionalização truncada (o DIP e o modelo da violência seletiva)*; Dulce Pandolfi, 1999, especificamente o capítulo 9: *Propaganda política e controle dos meios de comunicação* – escrito por Maria Helena Capelato. O ebook escrito por Néelson Jahr Garcia, intitulado **Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política**, também apresenta análise aprofundada sobre as funções do DIP. Disponível em < <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/estadonovo.pdf> >, Acessado em 06/julho/2014.

⁷³ Segundo Fernando Henrique Cardoso, *anéis burocráticos* são as ligações estabelecidas entre a burocracia estatal (do governo ou de suas empresas) diretamente com a burocracia do setor privado – sindicatos, empresas e demais agências nacionais e internacionais, extrapolando as diretrizes do próprio Estado. Disso resulta a exclusão das classes populares dos debates fundamentais para as tomadas de decisões do Estado-governo. Vide tese de doutorado de Vicente Contador (2007) p. 33.

No Brasil o Estado Integral que adquire nova formatação a partir de 1930 apresentou limites ao pleno desenvolvimento de aparelhos privados de hegemonia. A formação do Estado Nacionalista Autoritário, ao criar condições para o exercício da tutela da sociedade política sobre órgãos representativos das frações de classe na sociedade civil, enquadrando muitos aparelhos privados de hegemonia ao Corporativismo Autoritário. Em princípio, a regra valia tanto para associações de classe do operariado, quanto para aquelas das frações burguesas. Cabem aqui alguns questionamentos: 1) será que as formas associativas das classes dominantes burguesas receberam o mesmo tratamento destinado as da classe trabalhadora?; 2) ainda que, no rigor jurídico-político da letra da lei sindical, não tenha havido distinção, será que a aplicação dessa lei pesou igualmente sobre agências da sociedade civil do capital e do trabalho?

A primeira suposição que fazemos para responder a tais questões é que, segundo o poder político e/ou econômico das partes envolvidas, a forma de aplicação da lei seria flexibilizada, resultando em tratamento distinto para associações civis do capital e do trabalho. A relação entre a intervenção do Estado-governo sobre a sociedade civil e o tratamento diferenciado conferido a entidades patronais deve ser pensado levando-se em conta que os intelectuais orgânicos da burguesia tornaram-se colaboradores do governo Vargas, tendo integrado ativamente inúmeras agências da sociedade política, a exemplo das instituições do Legislativo e Executivo e de diversos órgãos técnicos e consultivos.

Como ressalta Maria Antonieta Leopoldi, o empresariado industrial recebeu com muita desconfiança a legislação sindical⁷⁴ e mostrou-se insatisfeito com as novas normas, cujos fundamentos não se adaptavam àquelas vigentes em seus aparelhos privados. A seu favor argumentaram que as associações “empresariais não podiam submeter-se à mesma regulamentação que a dos trabalhadores, solicitando alterações ao governo. Mesmo assim optaram por se ‘oficializar’.” O CIESP foi a primeira associação de classe da indústria a se sindicalizar. Sua liderança vislumbrou no sistema sindical a oportunidade para ganhar acesso

⁷⁴ O decreto-lei 19.770 de 19 de março de 1931 foi a primeira legislação sindical da década de 1930. De acordo com esse decreto, somente seriam reconhecidas por lei as associações classistas que tivessem a chancela do Estado-governo e se submeter a sua tutela, via Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Receberiam a seguinte denominação: “sindicatos (âmbito local), federações (âmbito estadual) e confederações (âmbito nacional). Em troca a tal medida, tais agências da sociedade civil oficiais ganhariam posição de órgãos técnicos e consultivos do governo para representar questões de interesse de suas classes. Depois da Constituição de 1934, o decreto nº 24.694, de 12 de julho de 1934, fez novas adaptações na “legislação sindical anterior.” Em seus artigos 138 e 140, a Constituição do Estado Novo (10 de novembro de 1937), tentou regulamentar um modelo corporativo para as associações de classe. O decreto-lei 1.402 de 05 de julho de 1939 tentou normatizar e ordenar as organizações sindicais. Sofreu oposição dos empresários comerciais e industriais e, devido a pressão feita por eles, deu lugar ao decreto 2.381 de 09 de julho de 1937 (LEOPOLDI, 2000, p. 76).

ao Estado restrito, numa conjuntura de grave crise econômica e urgência de protecionismo governamental (LEOPOLDI, 2000, pp. 76-77).

Muitos empresários representantes de várias frações burguesas – industriais, comerciais e financeiras – tornaram-se intelectuais orgânicos e colaboradores do governo Vargas, dele aproveitando-se para ampliar sua participação junto a agências da sociedade política. Ou seja, embora não tivessem participado efetivamente do levante armado que depôs Washington Luís apoiaram, de imediato, o novo grupo no poder e muito se beneficiaram das políticas deles emanadas. O caso do industrial Euvaldo Lodi se configura como o de um intelectual orgânico que apoiou a “revolução” de 1930, colaborando na organização do movimento.

É importante considerar que o intelectual orgânico atua nos campos do pensamento-organização e da ação política de classe. Segundo Gramsci, a finalidade desse “persuasor permanente” é disciplinar toda a classe e mobilizá-la para uma ativa guerra de posição no âmbito do Estado Integral. Ao ascenderem como colaboradores conquistaram postos estratégicos para influenciar na elaboração das políticas de governo a serem implementadas. Esse intelectual educa, organiza e transforma o horizonte sociocultural da classe que representa. Com esse propósito o intelectual cria, através das agências da sociedade civil, permanentes mecanismos de “padronização” cultural da classe. Valentim Bouças e Euvaldo Lodi foram empresários que desempenharam tal papel.

A classe burguesa precisa realizar sua condição econômica politicamente. Noutros termos, consolidar politicamente sua situação de classe. O intelectual orgânico viabiliza culturalmente a ação política das classes/frações ao “educá-las” segundo os fundamentos socioculturais que viabilizam sua participação no Estado Integral de modo a assegurar o atendimento de suas demandas. Nesse sentido, na luta pela hegemonia busca-se organizar o poder burguês junto à sociedade de classes. Tornar-se classe hegemônica é fazer-se capaz de dirigir a coletividade como um todo, tornando seu projeto por ela aceita. O que não é possível, é claro, sem um processo que envolva luta, coerção, consenso e algumas concessões aos dominados.

No que tange às obrigações externas brasileiras, a nova configuração político-econômica deixava claro às frações da classe dominante que os “interesses nacionais” deveriam sobrepor-se aos “regionais”. Um exame do relatório de José Maria Whitaker, referente ao período 04 de novembro de 1930 a 16 de novembro de 1931, permite-nos uma avaliação preliminar dessa política de reorganização das finanças nacionais, que enfrentavam “circunstâncias particularmente difíceis em consequência de uma revolução (...)

[e da decorrência] de uma crise econômica e financeira que abalava a própria estrutura social do universo (...)” (WHITAKER, 1933, p. 07).

Esse trecho indica a preocupação do ministro com o cenário econômico resultante da Grande Depressão que, em suas palavras, punha em risco o mundo capitalista. Preocupava-se, igualmente, com o rumo político do novo governo diante das dificuldades para encontrar estabilidade política e econômica. A construção-organização da hegemonia, superando a direção da burguesia agroindustrial liderada pela fração agromercantil cafeeira paulista da 1ª República, demandava que as classes dominantes assegurassem recursos materiais para custear a estrutura⁷⁵ na qual se apoiaria sua ação política. Para o Governo Provisório, o entendimento com os grupos financeiros internacionais era o primeiro passo de uma política externa conciliatória.

A problemática que nos interessa ressaltar nesse aspecto é a função específica exercida pelo moderno sistema de empréstimos externos na política Imperialista das grandes potências e em que medida isso atingiu o Governo Vargas. Se, por um lado, tais empréstimos eram imprescindíveis para a emancipação e desenvolvimento de nações capitalistas, por outro, ao contraí-los, os Estados Nacionais ficavam sob a influência do credor. Para piorar a situação do governo, a crise mundial desencadeada em outubro de 1929 interrompeu o “afluxo regular de capitais estrangeiros que dantes normalmente alimentavam a economia do país e que se tinham tornado indispensáveis, nas condições vigentes, para o equilíbrio de suas finanças externas (...)” (PRADO JÚNIOR, 1998, pp. 291-292). Nelson Werneck Sodré também analisou a função imperialista dos empréstimos estrangeiros no desenvolvimento capitalista brasileiro. Somente entre 1900 e 1930 a dívida externa

creceu de 46 para 267 milhões de libras, ao mesmo tempo que os investimentos estrangeiros controlavam 23% do capital que funcionava no país. (...) O imperialismo era sócio importante do desenvolvimento capitalista brasileiro. Em 1932, os rendimentos da exportação tiveram [sic] 51% destinados a ajustar as contas da dívida externa e remeter lucros de investimentos estrangeiros (SODRÉ, 1997, pp. 76-77).

Convém lembrar que a diplomacia é a engrenagem maior da política externa, simbolizando a grande política de um Estado. Ou seja, é por seu intermédio que as frações

⁷⁵ Aparelhos de hegemonia – privados ou não, imprensa, círculos de cultura, propaganda, escolas, universidades, etc. A classificação que usamos, diferenciando *Aparelhos Privados de Hegemonia* (APH) de *Aparelhos de Hegemonia* (AH) relaciona-se a uma busca de solução para um problema conceitual. Em Gramsci, o modelo de APH não é tutelado por sociedade política, por isso é um órgão privado da classe ou fração que o controla e através dele se organiza para a luta política. No Governo Vargas o Estado Restrito impôs tutela sobre a sociedade civil, atrelando os órgãos de classe ao seu controle e regulamentação. Em resposta a esse problema, usamos o conceito de AH para indicar as associações de classe que não se assemelham ao modelo de APH, pois estavam sujeitas a intervenção.

das classes dominantes atuam nas relações internacionais, através de seus intelectuais orgânicos. Valentim Bouças assumiu um papel diplomático ao negociar com os credores. Coube a este empresário bem relacionado nos círculos empresariais dos EUA assumir a tarefa de informar aos credores a diretriz político-econômica apresentada pelo Presidente Vargas e conduzida por sua equipe econômica: a reorganização econômico-financeira planejada para o país. Em discurso pronunciado a 03 de outubro de 1932, em solenidade realizada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, o Presidente afirmou

Estamos sinceramente empenhados na reorganização econômico-financeira de todo o país, isto é, da União, Estados e Municípios, simultaneamente. Inspira-nos um programa nacional de harmonia e não de dispersão. A União tem de se restabelecer, curando, ao mesmo tempo, todos os seus elementos componentes. Entre Governo Provisório e os Interventores, entre estes e os Prefeitos municipais, deve haver identidade de diretrizes na ordem financeira, administrativa e econômica. Cumpre a todos seguir o mesmo rumo para uniformidade do esforço e semelhança dos resultados (VARGAS *apud* BOUÇAS, 1932, p. 03).

Esse discurso de Vargas, confrontado com a introdução do relatório Bouças sobre sua estadia de seis meses nos EUA – janeiro a junho de 1933 –, evidencia o objetivo do governo de renegociar com banqueiros o pagamento das obrigações e obter informações organizadas acerca de dívidas públicas externas, realizando auditoria junto aos “círculos financeiros onde Estados e Municípios tinham interesses ligados” (BOUÇAS, 1934b, p. 03). O empresário organizou as diretrizes que formariam o projeto centralista já esboçado durante o Governo Provisório.

Cumprir elucidar ainda a questão referente ao intercâmbio comercial com os Estados Unidos, outra preocupação do novo governo, tendo em vista assegurar a manutenção das exportações de seus produtos primários, fonte importante de divisas. Durante sua permanência nos EUA como Secretário Técnico da *Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros dos Estados e Municípios*, Bouças recebeu telegrama do Gabinete do Ministério da Fazenda datado de 05 de janeiro de 1933, onde o Ministro Oswaldo Aranha, recomendava-lhe que, além de “coordenar, investigar e estudar os diversos assuntos pertinentes à [Comissão]”, examinasse cuidadosamente os problemas do intercâmbio comercial de artigos como carnes congeladas, vinhos do Rio Grande do Sul, café, trigo, etc, e que, em ocasião oportuna, apresentasse o resultado em relatório pormenorizado (BOUÇAS, 1934b, p. 05).

Isso demonstra a função assumida por Valentim Bouças como intelectual orgânico a serviço do governo. As evidências disponíveis levam a crer que, o exame detalhado do conjunto das *onze conferências* por ele proferidas aos banqueiros em Nova Iorque, permitirá

avaliar com mais profundidade as conexões políticas por ele estabelecidas com o capital estadunidense e a intermediação dos diversos interesses das frações de classe representadas, naquele momento, por Bouças. Tratava-se de um mosaico de interesses, envolvendo múltiplos setores empresariais e políticos.

No que tange à agroexportação como geradora de divisas cumpre ressaltar, como percebeu Mendonça, o papel-chave desempenhado pelo setor “na geração das divisas necessárias à importação do que fosse necessário ao novo parque industrial (...)” (MENDONÇA, 1985, p. 26). A contração dos mercados consumidores do café, ao incidir sobre a receita proveniente da exportação afetou, igualmente, os serviços da dívida. A evidência disponível no relatório do ministro Whitaker é bastante esclarecedora a esse respeito. Em Sessão Plenária realizada no Palácio da Guanabara em 10 de outubro de 1931, sob a presidência do chefe do Governo, o ministro fez exposição sobre as negociações realizadas para a conclusão do terceiro *fundings*⁷⁶. J. M. Whitaker apontou que a queda no valor das exportações, resultara

da baixa do café, a diminuição de procura dos nossos produtos, em virtude da depressão universal dos mercados de consumo, a cessação da entrada de capitais estrangeiros, motivada por circunstâncias externas e internas conhecidas, determinam (...) uma situação cambial irresistível, que impediu a continuação do serviço de nossa dívida externa (WHITAKER, 1933, p. 61).

O ministro apontou ainda, no supracitado relatório, as linhas gerais de uma política econômica que buscava equilibrar o impacto da crise no setor cafeeiro, bem como normalizar as finanças e o sistema monetário. As diretrizes essenciais dessa política seriam

restituir ao país a liberdade econômica, comprando o estoque de café, então retido, e suprimindo, em seguida, gradativamente, as medidas perturbadoras ou compressivas que desorganizam, no mundo inteiro, o comércio do principal artigo da nossa produção; atingir e assegurar a normalização financeira, realizando e mantendo o equilíbrio dos orçamentos; estabelecer uma organização bancária, criando o Banco Central de Reservas e efetuando, em seguida, a reforma do nosso sistema monetário; instituindo, afinal, o crédito agrícola, fundando o Banco Hipotecário Nacional (WHITAKER, 1933, p. 07).

A nomeação do paulista Whitaker para a Pasta da Fazenda relacionou-se com sua vinculação econômico-social. Além de banqueiro, fora fundador, presidente e organizador

⁷⁶ Termo usado no mercado financeiro, significando, geralmente, a substituição de uma dívida de curto prazo por uma dívida de longo prazo. Contudo, originalmente o termo se relacionava a substituição de uma dívida fundada por uma com um prazo certo de vencimento (SANDRONI, 1999, p. 256).

do *Banco Comercial do Estado de São Paulo S/A*⁷⁷, “um dos grandes estabelecimentos de crédito do país” (BEAUCLAIR, 1974, p. 74). A experiência de José Maria Whitaker como empresário ligado ao capital financeiro o levou a assumir também, a partir de dezembro de 1920, a presidência do Banco do Brasil, por dois anos. Ademais, era empresário ligado ao setor cafeeiro, tendo sido fundador e proprietário de firma exportadora de café: a *Whitaker Bonfim e Companhia*, em sociedade com Francisco de Azevedo Bonfim e Constantino Panayetti, criada em 1903 (SOUZA MARTINS *apud* FERNANDES, 2006, p. 11). É preciso ainda considerar que Whitaker filiara-se ao Partido Democrático de São Paulo, tendo sido sua nomeação um modo de Vargas buscar apoio junto a frações das classes dominantes paulistas.

O ministro Whitaker, liberal por convicção, apresentava já naquela época uma contradição em seu discurso, posto que, ao defender a intervenção estatal para salvar o café, contrariava o fundamento mais elementar do liberalismo: a não ingerência do Estado em matéria econômica. Naquele contexto de instabilidade econômico-social era estratégico para as classes dirigentes a nomeação, para a Pasta da Fazenda, de um empresário que implementasse as diretrizes da política financeira do novo governo, sem deixar de considerar os interesses do setor cafeeiro, ao qual ele próprio se achava ligado por interesses comerciais.

Cumprir elucidar que o êxito da política financeira executada na gestão do referido banqueiro e comerciante paulista dependeria da negociação com os países que eram os maiores credores das dívidas públicas brasileiras e, ao mesmo tempo, consumidores do café exportado por segmentos da burguesia agrária. No campo econômico-social, dois grandes desafios apresentavam-se, demandando solução: 1) a redução das receitas cambiais⁷⁸ e 2) a dívida externa do Brasil. Geraldo Beauclair, abordando os problemas enfrentados por Whitaker afirmou:

Whitaker defrontou-se com a acentuada redução das receitas cambiais, gerada, principalmente, pelo problema do café. A dívida externa do Brasil, em 1930, alcançava a cerca de £ 250 milhões, importância representativa de quase duas vezes a receita federal. Deste débito, da maior parte era credora a Inglaterra, seguida dos Estados Unidos e da França (BEAUCLAIR, 1973, p. 07).

⁷⁷ Empresa financeira fundada em 1912, junto com Erasmo Teixeira de Assunção e o apoio financeiro de Vicente de Almeida Prado e Paulo Nogueira de Almeida. Para maiores detalhes, vide no DHBB o verbete biográfico de J. M. Whitaker – escrito por Jorge Miguel Mayer.

⁷⁸ É a receita oriunda da diferença de câmbio. Exemplo, (real x dólar) ou seja: um produto é importado por um determinado câmbio (conversão do dólar em real) e no pagamento o dólar sofreu desvalorização. O importador pagará no valor do dólar do dia do pagamento e conseqüentemente, terá uma receita cambial.

Curiosamente, quando em junho de 1931, o Governo Federal começou a destruir as quase três milhões de sacas excedentes compradas e armazenadas com o propósito de conter a queda dos preços, o ministro renunciou em protesto a tal medida. O método de intervenção adotado pelo governo não agradava ao empresário liberal que, coordenando uma intervenção econômica para salvar o café, não se conteve diante de tamanho radicalismo. É pertinente ressaltar que, durante a década de 1930, a crise econômica levaria muitos economistas liberais⁷⁹ a aderirem às teses de John Maynard Keynes, tendo em vista organizar e executar uma política econômica intervencionista capaz de livrar a economia capitalista do colapso.

A diminuição da procura pelo café incidiria, de forma inevitável, sobre os compromissos financeiros externos. Segundo Antônio Mendes Júnior e Ricardo Maranhão, o aprofundamento da depressão econômica acentuou a gravidade dos

problemas gerais do país e das grandes massas. Os preços do café, caindo em 1931 a menos de um quarto do seu valor-ouro por saca, causaram o fechamento ou a redução das atividades em muitas fazendas. Para fazer frente à situação, [o Presidente Vargas] nomeou o paulista José Maria Whitaker para o Ministério da Fazenda e criou o Conselho Nacional do Café (MENDES JR & MARANHÃO, 1989, p. 96. Vol. 04).

Destacamos a visita ao Brasil, em 1931, de *sir* Otto Niemeyer, representante do Banco da Inglaterra. A chamada Missão Niemeyer sugeriu, dentre outras medidas, a transformação do Banco do Brasil em um Banco Central (CORAZZA, 2006, pp. 3-4). Fora o empresário Valentim Bouças o responsável pela conexão entre o Governo Provisório e frações do capital financeiro internacional, na qualidade de encarregado da diplomacia financeira do novo governo junto às grandes corporações financeiras credoras do Brasil. As evidências disponíveis permitem considerar que ele representava, na condição de intelectual orgânico, interesses de distintas frações do capital estadunidense. Nesse caso, sua função de intelectual soma-se à ação política, i.e., à habilidade de projetar e organizar um projeto dotado de força moral e educadora das vontades coletivas.

⁷⁹John Kenneth Galbraith constitui exemplo de economista e diplomata liberal que aderiu a matriz keynesiana. Tendo assistido, em 1929, a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque e o conseqüente desastre financeiro dos anos 1930. Exerceu diversas funções durante as administrações do Partido Democrático. Aprendeu muito no exercício do poder. Em 1937, Galbraith, de origem canadense, naturalizou-se estadunidense. Foi consultor do presidente Franklin Roosevelt no período de 1933 a 1945, participando ativamente da política para reativar a economia americana. Foi vice-diretor de Administração de Preços em Washington, EUA, durante a Segunda Guerra Mundial. Sua gestão no controle dos preços marcou significativamente suas posições teóricas acerca da formação de preços no sistema industrial. Concluiu, através de suas experiências, que as modernas sociedades capitalistas, com seus monopólios e cartéis, eram um fato consumado, que deviam ser enfrentados por parte da sociedade e do Estado. Com esse objetivo, formulou o conceito de poder compensador, e sugeriu, para enfrentar os monopólios, que a sociedade se organizasse em distintos blocos de pressão. Esse papel caberia aos sindicatos, cooperativas e ligas de defesa do consumidor.

Uma análise mais profunda, todavia, demonstra que a Missão Niemeyer representou, na verdade, um instrumento da pressão a serviço do capital financeiro inglês. Otto Niemeyer vinha verificar as condições de proteção aos interesses de investidores e banqueiros portadores de títulos das DPEX brasileira. Sua viagem fora negociada entre Júlio Prestes, então eleito Presidente de República, e os representantes do Banco da Inglaterra durante a visita de Prestes a essa instituição financeira em julho de 1930. É importante perceber que a visita do preposto do capital inglês estava negociada antes mesmo do governo Vargas.

O grupo Rothschild mantinha a política de “condicionar a concessão” de empréstimos ao Brasil à visita de um perito financeiro britânico incumbido de estudar, *in loco*, a situação econômica do país, bem como as condições para a criação de um banco central e a adoção das medidas ditadas por grupos financeiros estabelecidos em Londres visando à estabilização cambial (PAIVA ABREU, 1974, pp. 14-15). Nesse aspecto da análise fica clara a relação visceral entre o econômico e o social que se processava através da sua figura intelectual. Conforme já assinalado, naquela conjuntura frações do capital financeiro travavam uma disputa intercapitalista pela influência na América Latina. O Brasil representava, portanto, expressivo terreno nessa luta entre grupos financeiros na esfera geoeconômica. As inversões de capital eram o cabo de guerra entre grandes corporações que investiam seu capital em diferentes setores da economia brasileira. Segundo Marcelo de Paiva Abreu,

O investimento privado britânico concentrava-se, em 1930, em estradas de ferro e serviços públicos; o capital norte-americano, por sua vez era relativamente mais importante em novos campos de atividade, tais como indústria manufatureira, derivados de petróleo e comércio, além de serviços públicos. (...) O fato de em 1930 o investimento britânico ainda corresponder a mais do dobro do investimento norte-americano e de importância crucial para a compreensão da rivalidade anglo-americana no Brasil durante a década [de 1930] (PAIVA ABREU, 1974, p. 09).

Paiva Abreu (1974, pp. 9-10) menciona que o capital britânico era essencial para o governo brasileiro financiar a compra dos estoques excedentes de café, uma vez que grupos financeiros de Nova Iorque não tinham igual interesse. Argumentavam que a política de valorização cafeeira contrariava a legislação estadunidense antitruste. Nesse caso, a praça financeira de Londres mostrava-se a melhor alternativa para o Governo Provisório. Contudo, a partir de 1930, a predominância de Londres como eixo financeiro começava a declinar.

Instalado no poder de forma precária e tendo que enfrentar grave crise cambial, o Governo Provisório encontrava-se vulnerável às “pressões por parte de interesses

estrangeiros no sentido de adotar políticas compatíveis com a manutenção dos pagamentos externos” (PAIVA ABREU In: PAIVA ABREU, 1990, p. 80). Diante dessa instável conjuntura, o governo Vargas fez frente a poderosos blocos de pressão formados por frações do capital financeiro internacional que disputavam influir na formulação de políticas econômicas que atendessem a suas demandas.

Com a crise cambial instalada no começo dos anos 1930, o Estado restrito passou a monopolizar o mercado de câmbio, assumindo o Banco do Brasil a condição de agente desse monopólio (SILVA, In: D´ARAÚJO, 1999, p. 146). O relatório Whitaker menciona que, além da venda de cambiais, tal monopólio estendia-se, outrossim, sobre a compra de letras de exportação. Tais medidas culminaram com a redução das remessas ao estrangeiro, deixando transparecer que políticas intervencionistas no mercado cambial para conter a ‘sangria’ de cambiais desagradavam aos credores, na medida em que muitos sentiam que seu capital investido na aquisição de títulos das DPEX corria riscos (WHITAKER, 1933, p. 26).

No já citado relatório apresentado ao chefe do Governo Provisório por José Maria Whitaker este ressaltava que, com a finalidade “de salvar o crédito do país” foram enviadas à

Europa, como cobertura de necessidades imediatas e inadiáveis, o restante do ouro que ainda havia no País, isto é £ 7. 541.238,5,8, das quais £ 4. 376. 980, 5,6 do Banco do Brasil e £ 3.164.258,0,2 da Caixa de Estabilização (WHITAKER, 1933, p. 26).

Antes da década de 1930 “a política econômica externa brasileira”, embora reservasse aos EUA lugar privilegiado por conta “do seu crescente poder de barganha no Brasil, caracterizava-se pela ênfase na manutenção de uma alternativa econômica que contrabalançasse a influência estadunidense através “da diversificação dos parceiros econômicos e financeiros.” Esta política de ‘resseguro’ fora aplicada durante a década de 1920, “quando Londres ainda se constituía em vital fonte alternativa de recursos financeiros para o Brasil, especialmente no caso dos empréstimos necessários à operação política de valorização do café” (PAIVA ABREU, In: FAUSTO, 2007, Tom. 3, Vol. 11. p. 17). Durante os anos 1930 tal política mostrou-se, a princípio, “de difícil aplicação.” Por um curto período houve

aumento da influência britânica, explicado em parte pela deterioração das relações políticas entre o Brasil e os Estados Unidos à raiz do exagerado apoio de Washington ao Governo deposto em novembro de 1930, em parte pela maior generosidade da praça de Londres na concessão de empréstimos de curto prazo, o poder de barganha dos Estados Unidos, em vista de seu déficit comercial no intercâmbio com o Brasil, pôde materializar-se sob a forma de concessões

brasileiras na área econômica (PAIVA ABREU, In: FAUSTO, 2007, Tom. 3, Vol. 11. pp. 17-18).

Somente em 1933-1934 é que se perceberia o fortalecimento da influência dos EUA no país, resultando “na negociação de um tratado de comércio entre o Brasil e os Estados Unidos, a despeito da resistência das autoridades brasileiras, bem como na introdução de um regime cambial relativamente liberal em 1934-35.” No tocante à política externa brasileira da década de 1930 ela inicialmente priorizou “o pagamento das obrigações brasileiras, com o intuito resguardar a imagem e o crédito do país” (PAIVA ABREU, In: FAUSTO, 2007, Tom. 3, Vol. 11. p. 18). Valentim Bouças fora importante agente político-empresarial nesse processo.

A respeito da luta dos representantes classistas da indústria brasileira no Legislativo Federal com o objetivo de reformular o Tratado Comercial de 1935, são interessantes as considerações formuladas pelo deputado Roberto Simonsen, ao afirmar que, na condição de

membro da Câmara Federal dos Deputados, não [foi] favorável à elaboração do tratado de 1935, entre o Brasil e os Estados Unidos, nos termos em que foi concluído, porque [julga] insuficientes os seus dispositivos para atender à grande e real aproximação econômica, comercial e financeira que desejava para os dois países (SIMONSEN, 1973, p. 157).

2.5. A Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros de Estados e Municípios

Criada pelo decreto nº. 20.631, de 09 de novembro de 1931 a Comissão subordinava-se ao titular da Pasta da Fazenda, responsável por sua direção. Era formada por quatorze membros, a saber: Oswaldo Aranha (Ministro da Fazenda); Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (Presidente da CEFEM); J. G. Pereira Lima; Agenor de Roure; José Carlos de Macedo Soares; Juarez Távora; Oscar Weinschenck; Eugenio Gudin; Joaquim Catramby; Alceu de Azevedo; Waldemar Falcão; Mario de Andrade Ramos; Luiz Betim Paes Leme e Valentim Fernandes Bouças (Secretário Geral e Representante Técnico dos Ministérios da Justiça Negócios Interiores e da Fazenda).

O decreto era um instrumento legal que visava promover, no campo econômico e financeiro, uma unidade de diretrizes entre Governo Provisório, estados e prefeituras, mediante intervenção administrativa da União. Seu primeiro artigo era claro quanto às atribuições da CEFEM:

Proceder ao estudo minucioso da situação econômico-financeira de cada Estado e seus Municípios, facultando ao Governo Provisório, com os subsídios que lhe oferecer, a decretação de medidas necessárias à reorganização econômica e administrativa do país (*apud* BOUÇAS, 1934a, p. 12).

Uma análise do conteúdo do decreto demonstra que ele inaugurava, no âmbito das finanças públicas, uma diretriz política de caráter intervencionista junto a estados e municípios do país. No entanto, isso demandava a composição de técnicos aptos a organizar informações e traçar planos de ação nas malhas das agências da sociedade política, estipulando as medidas políticas a serem adotadas pelo governo no campo das finanças públicas. É um equívoco pensar que o cunho técnico exclua as questões políticas relativas às funções desempenhadas por intelectuais na condição de colaboradores de órgãos técnicos e consultivos do Estado restrito. Tanto Valentim Bouças quanto Euvaldo Lodi participaram de forma ativa nas associações civis de classe e também junto a agências da sociedade política. A interconexão entre estas formava núcleos “orgânicos de gestão política do capitalismo” (FIORI, 2001, p. 124).

Conforme declarações do ministro Whitaker, os estudos elaborados pela Comissão respaldaram o Governo Provisório, auxiliando-o a “firmar as sólidas diretrizes do plano de reajustamento econômico financeiro do Brasil” (BOUÇAS, 1934a, p. 07). Tratava-se de um espaço de pesquisa, estudo e análise de dados relativos à situação financeira do país, visando criar condições para a formulação de planos capazes de conter a evasão de divisas e de chegar a um novo entendimento com os credores internacionais. Oswaldo Aranha, Ministro da Fazenda, em relatório apresentado ao Presidente Vargas ressaltara o importante papel exercido pela CEFEM, presidida por Antônio Carlos Ribeiro da Andrada e Secretariada por Valentim Bouças (ARANHA, 1933, p. 59).

A formação da Comissão inaugurou um projeto de frações da classe dominante no Estado capitalista cuja finalidade era redefinir as diretrizes da política financeira nacional. Tratar-se-ia de um instrumento para reorganizar o bloco no poder que permitiria às agências da sociedade política, sob controle da União, exercer maior intervenção junto à economia brasileira. A formulação de uma grande política que compreendia a conservação das boas relações com os credores e grandes financistas proprietários dos títulos das DPEX.

É importante ressaltar a conjuntura inovadora que se abriu a partir de 1930. Segundo Leopoldi, nessa década os industriais acompanharam o surgimento da “era keynesiana” e, por conseguinte, “a transição do liberalismo econômico (à época chamado de livre-cambismo) para o protecionismo no comércio internacional.” Ao colocar em prática

políticas protecionistas, os governos dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha reforçaram essa diretriz em âmbito internacional (LEOPOLDI, 2000, p. 111).

Tal mudança também afetaria o Brasil, resultando em conflito de interesses entre as classes representadas por Valentim Bouças e Euvaldo Lodi ainda em 1932. Bouças, secretário da *Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios*, aí expôs um trabalho propondo “a extinção definitiva dos impostos alfandegários, a ser executada progressivamente ao longo de um período de cinco anos.” Houve reação imediata dos industriais, liderados por Euvaldo Lodi e Vicente Galliez, membros da *Federação das Indústrias do Rio de Janeiro*, que criticaram Bouças, afirmando a necessidade de proteção também para o setor industrial (LEOPOLDI, 2000, pp. 111-112).

Não obstante o argumento usado por Bouças para criticar o protecionismo ao setor produtivo fabril se fundamentasse na divisão entre indústrias “artificiais” e indústrias “naturais”, estamos certos de que a oposição ao protecionismo industrial não pode ser explicada, simplesmente, como fruto desse pensamento. O fato de ser ele presidente e sócio-proprietário da *Companhia Serviços Hollerith*, recebendo lucrativos *royalties* pela prestação desse serviço também seria uma variável fundamental.

Os serviços prestados pela CSH ao Ministério da Fazenda e demais agências estatais foram descritos pelo Ministro Arthur de Souza Costa em relatório apresentado a Getúlio Vargas relativo ao exercício de 1935. Nele Costa informaria ao Presidente que incumbiu a *Companhia Serviços Hollerith S/A* de realizar estudos necessários a “reorganização do Imposto sobre a Renda, [os quais] deverão ser apresentados dentro da primeira metade deste ano.” O ministro justificava a escolha da *Hollerith* pelo fato de já ser ela contratante responsável pela mecanização de grande parte dos serviços internos não só do Ministério da Fazenda, mas também de outros Ministérios (SOUZA COSTA, 1935, p. 27).

Essa evidência demonstra a conexão mantida pela empresa de Bouças com agências estratégicas da sociedade política, prestando serviços que subsidiariam até mesmo estudos que atendessem as demandas Estatais. É interessante a menção do Ministro Souza Costa ao fato de que, uma vez feita a experiência, considerava usar os serviços da firma para elaborar um estudo que orientaria o plano geral do Ministério da Fazenda. O empresário santista encontrou condição mais que oportuna para radicar-se junto ao “pessoal do Estado”, segundo Poulantzas. O saber científico e tecnológico oferecido investia no Estado capitalista o grupo representado por Bouças através de relações “orgânicas entre saber e poder, entre

trabalho intelectual (saber-ciência investido na ideologia), e as relações políticas de dominação (...)” (POULANTZAS, 2000, p. 53).

Outro ponto de desentendimento entre os interesses das frações do capital representadas por Valentim Bouças e os industriais brasileiros, relacionava-se ao *drawback*.⁸⁰ Em parecer apresentado ao *Conselho Federal do Comércio Exterior*⁸¹, em agosto de 1935, Bouças discordou do anteprojeto de lei proposto por empresários industriais ali representados por Euvaldo Lodi – que excluía “dos benefícios do *drawback* as matérias-primas fundamentais de qualquer indústria (...)” (BOUÇAS, 1953, p. 89). As objeções do empresário santista ao conteúdo do anteprojeto foram assim expressas no parecer apresentado ao *Conselho Federal do Comércio Exterior*:

No usufruto dos benefícios do *drawback*, portanto, devemos incluir as matérias-primas necessárias à produção das mercadorias das indústrias extrativas, manufatureiras e comerciais, reconhecidas em condições de competir, nos mercados externos, com as similares estrangeiras (BOUÇAS, 1953, p. 92).

A ascensão de Bouças junto às agências estratégicas da sociedade política permite confirmar o quanto este empresário e seu grupo encontraram espaço no Estado restrito na qualidade de consultores e avaliadores de projetos políticos formulados durante o governo Vargas. Nesse ponto da análise convém elucidar que os interesses econômicos do empresário santista e seus representados entraram em ‘rota de colisão’ com as demandas formuladas por empresários industriais nacionais que faziam restrições à entrada do capital estrangeiro no Brasil junto a setores em que viesse a competir com o capital nacional em condições mais vantajosas. As agências técnicas e consultivas tornaram-se, também, *locus* da disputa política entre lideranças empresariais.

Em parecer apresentado ao *Conselho Federal do Comércio Exterior* a 07 de outubro de 1935, Valentim Bouças criticou o industrial Euvaldo Lodi, igualmente membro do Conselho. A questão em debate era o protecionismo aduaneiro às fábricas brasileiras. Para o primeiro, o protecionismo resultava em restrição ao intercâmbio comercial do Brasil com outros “grandes mercados consumidores de matérias-primas”, produzidas no país (BOUÇAS, 1953, p. 104). Argumentando em favor do capital estrangeiro no Brasil, Bouças afirmou que:

⁸⁰ “O *drawback* consiste na devolução dos impostos de importação aos industriais que produzem para exportação” (LEOPOLDI, 2000, p. 117 / nota 58).

⁸¹ Criado pelo Decreto nº 24.429, de 20 de junho de 1934. Sua criação se inseria no quadro das reformas político-administrativas centralizadoras e intervencionistas do Governo Vargas, no campo econômico e social.

As empresas estrangeiras, que para o Brasil trouxeram os seus capitais, não são sócias comanditárias, mas sócias solidárias da nossa economia. Seu êxito financeiro depende estreitamente do progresso material na nação, do seu reerguimento econômico, da sua sempre crescente prosperidade. (...) O dever das empresas estrangeiras que emprestam o concurso inestimável do seu capital ao trabalho nacional é o de participar da luta em que todos igualmente nos empenhamos hoje para a solução de nossos problemas econômicos, aliando-se à campanha coletiva para a nossa reabilitação financeira. (...) (BOUÇAS, 1953, p. 134).

O pensamento econômico liberal demonstrado por certos agentes é um aspecto interessante a se destacar. Os principais grupos técnicos da administração também se alinhavam ao liberalismo. Crítica do protecionismo estatal para as fábricas, chamadas de indústrias “artificiais”, tal filosofia acabou colocando-os em conflito com empresários industriais defensores do protecionismo. Segundo Geraldo Beauclair o pensamento econômico liberal prevalecia entre os principais gestores fazendários. O caso tornado clássico na historiografia brasileira é o debate entre Eugênio Gudín Filho⁸² e Roberto Simonsen acerca do planejamento econômico. Contudo, Valentim Bouças, técnico do Ministério da Fazenda, também se vinculava ao liberalismo econômico e, no entanto, defendia o planejamento econômico (BEAUCLAIR, 1974, p. 15).

No que tange as motivações econômico-sociais dessa objeção de Bouças à perda dos direitos do *drawback* para matérias-primas, elas ficam claras ao tomarmos ciência de que estava ele também vinculado à exploração das atividades extrativistas da borracha⁸³ na

⁸² Formado em engenharia pelo curso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, graduando-se no período de 1901 a 1905. Iniciou a carreira de engenheiro em 1906, quando a Light o contratou para trabalhar na construção de uma represa em Ribeirão das Lajes, com o propósito de fornecer energia elétrica ao Rio de Janeiro. Em 1907 foi contratado pela empresa Dodsworth & Cia para trabalhar nas obras de canalização do rio Carioca, realizadas durante a administração do prefeito Francisco Pereira Passos. Tornou-se sócio daquela empresa. Em 1910, mudou-se para o Ceará, onde coordenou a construção da represa de Aracape, encomendada à Dodsworth & Cia pelo governo do estado. Em 1913, uma vez concluída a obra da represa, Gudín “mudou-se para Pernambuco, cujo governo igualmente requisitara os serviços de sua firma. Organizou a instalação da rede de bondes elétricos em Recife e trabalhou na formação da Pernambuco Tramways and Power Co., empresa com participação de capitais ingleses que se tornaria concessionária dos serviços de bondes, força, luz, gás e telefone do estado. Dirigiu essa companhia até 1922, quando, implantadas as primeiras linhas de bondes na capital pernambucana, retornou ao Rio de Janeiro, onde assumiu a direção-geral da Great Western of Brazil Railway Co., cargo que ocuparia por quase 30 anos. Revelou-se, então, um defensor da eficiência do transporte ferroviário e da navegação de cabotagem no Brasil, por ser este um país de dimensões continentais.” A partir de 1930, fez parte de alguns dos relevantes órgãos técnicos e consultivos criados pelo governo federal. Como, por exemplo, a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, a Comissão Mista de Reforma Econômica e Financeira, o Conselho Técnico de Economia e Finanças e a Comissão de Planejamento Econômico. Foi Ministro da Fazenda, exercício de 25/08/1954 a 13/04/1955. Para maiores detalhes, vide no DHBB o verbete biográfico de Eugênio Gudín Filho – escrito por Vilma Keller.

⁸³ Quando foi deflagrada a Segunda Guerra Mundial, o Japão ocupou no Oriente as regiões produtoras da borracha. Isso resultou em grave problema aos Estados Unidos e países aliados, uma vez que a borracha sintética ainda estava em fase experimental. Para tentar suprir tal demanda os EUA voltou-se para a borracha brasileira. No entanto, não foi possível desenvolver a produção brasileira em larga escala, “e a exportação passou apenas de 9.000 toneladas (1940) para 14.500 (1944)” (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 302). Para detalhes a respeito da economia extrativista da borracha, vide Darcy RIBEIRO (1995, pp. 227, 328, 329, 330).

Amazônia. Cabe ressaltar que Bouças era vinculado à “subsidiária brasileira da Goodyear, que vendia pneus para o estrangeiro sem preços máximos” (SECRETO, 2011, p. 104).

Se, por um lado, não era possível prescindir do capital estrangeiro, por outro, fazia-se mister a regulamentação, via Estado cesarista de tipo progressista, da ação econômico-financeira de governos estaduais e municipais. Com isso, seriam reorientadas as políticas financeiras coordenadas pela CEFEM, buscando melhor entendimento com os credores. São expressivas as palavras do Ministro Aranha, registradas na ata nº 01, da Sessão de 26 de dezembro de 1931. Segundo ele,

A autonomia política dos Estados brasileiros devia assentar sobre a comunhão econômica e a solidariedade financeira. A unidade dos nossos interesses é incompatível com a diversidade de critérios, de normas financeiras e de orientação econômica. Precisamos fazer a unidade real, a solidariedade efetiva da atividade dos Estados. Esta será a maior obra da revolução. Não devemos restringir a autonomia política das unidades federativas, antes, alarga-la, mas a nova ordem de coisas não poderá repousar sobre a absoluta licença dos Estados em matéria econômica e financeira. A crise financeira da União, é ainda, mais uma crise financeira dos Estados (ARANHA apud BOUÇAS, 1934a, p. 09).

A primeira reunião da Comissão ocorreu em 26 de dezembro de 1931, presidida pelo Ministro da Fazenda, tendo a ela comparecido Oscar Weinschenck, José Carlos de Macedo Soares, Joaquim Catramby e Valentim Bouças, este último na qualidade de consultor técnico. A organização de um plano de ação para o grave problema que se afigurava devido aos compromissos externos dependia de que o bloco no poder fosse capaz de organizar a unidade de diretrizes políticas necessárias. O discurso de Aranha indicava as medidas intervencionistas a serem adotadas pelo Governo Federal com a finalidade de exercer maior controle sobre a “organização financeira dos Estados” (ARANHA apud BOUÇAS, 1934a, p. 10).

A questão do intervencionismo estatal na economia desdobrou-se no debate planificação *versus* liberalismo, protagonizados por Roberto Simonsen e Eugênio Gudin. Outro ponto significativo é a relação de acentuada dependência da economia brasileira para com o comércio exterior, disso resultando a importância atribuída aos tratados de comércio como fornecedores de divisas. É conveniente ter em conta as “relações orgânicas entre a política interna e a política externa de um Estado.” É preciso fazer uma distinção entre as grandes potências capitalistas, possuidoras de um maior grau de autonomia internacional, “e outras potências” e outras “formas de governo” (GRAMSCI, 2011, pp. 281-282).

Em matéria de política econômico-financeira não poderia haver a absoluta licença dos estados. Trava-se de retificar os rumos do país em sua relação com o capital financeiro. No contexto do documento analisado a CEFEM estudaria as causas da “falência quase total da política financeira dos Estados”, esclarecendo a opinião pública do país e reorganizando a estrutura de suas diretrizes políticas. A Comissão organizaria a política interna no plano financeiro, estabelecendo projetos que deveriam nortear a política externa também neste campo (ARANHA *apud* BOUÇAS, 1934a, p. 10).

A segunda reunião da CEFEM aconteceu “no edifício do Tesouro Nacional”, em 06 de abril de 1932, sob a presidência do Ministro Aranha, com a participação de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, J. G. Pereira Lima, Joaquim Catramby, Eugenio Gudin Filho, Alceu d’Azevedo, Agenor de Roure e Valentim Bouças, Secretário Técnico da Comissão. Também estiveram presentes “Ary Parreiras, Herculino Cascardo e Serôa da Motta, interventores federais respectivamente nos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Maranhão, e Marcos de Souza Dantas, Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo” (BOUÇAS, 1934a, p. 137).

O ministro convidou Antônio Carlos Ribeiro de Andrada para presidir os trabalhos, argumentando ser ele profundo conhecedor dos assuntos financeiros. Aranha declarou que, passando à condição de “simples membro da Comissão, se submeteria com prazer às determinações do diretor dos trabalhos” (BOUÇAS, 1934a, pp. 137-138). Além da longa trajetória de Andrada na vida pública⁸⁴ e de sua experiência como ex-ministro da Fazenda, não se pode desconsiderar que, tendo sido um dos grandes articuladores do movimento de 1930 e proveniente de tradicional família de representantes da classe dominante agrária de Minas Gerais, seria imprudente excluí-lo da participação no Conselho.

Ao assumir a presidência, Andrada agradeceu ao ministro e mencionou que “nenhuma outra obra tanto recomendaria o movimento revolucionário, ao juízo dos contemporâneos e da posteridade, como esta, que visará a reconstituição das finanças dos Estados brasileiros” (BOUÇAS, 1934a, pp. 137-138). Após ler o relatório de Bouças, Andrada anunciou que as matérias para o estudo seriam entregues aos membros da CEFEM. O ministro Aranha propôs que fosse entregue a “uma pessoa entendida em assuntos econômicos, estranha à Comissão” a tarefa de estudar a “situação de cada Estado.” Segundo Aranha, a organização de um grupo de colaboradores da Comissão resultaria em maior

⁸⁴ Deputado Federal, MG – 1911-1917; Ministro da Fazenda, exercício de 1917-1918; Deputado Federal, MG – 1919-1925; Senador, MG – 1925-1926; Presidente do Estado de Minas Gerais, exercício de 1926-1930; Constituinte em 1934; Deputado Federal, MG – 1935-1937. Para maiores detalhes vide verbete biográfico no DHBB – escrito por Mauro Malin.

facilidade para a formulação de “conclusões gerais dos trabalhos em andamento” (BOUÇAS, 1934a, p. 138). A ata registra que alguns participantes da Comissão opuseram-se à proposta do ministro sendo, contudo, voto vencido. A fonte não registra os nomes dos que votaram a favor ou contra, o que nos impede de chegar a uma conclusão sobre a posição de Bouças.

Ao buscar ampliar a participação de intelectuais colaboradores da Comissão, Aranha atuava no sentido de robustecê-la no campo sociopolítico e sociocultural. Entre as pessoas lembradas com a finalidade de “desempenhar a incumbência proposta pelo [Ministro da Fazenda]”, figuravam Arthur Torres Filho (presidente da Sociedade Nacional de Agricultura), Edmundo de Miranda Jordão, João Felipe Pereira, Leão Velloso, Léo de Affonseca, Ramalho Ortigão, Souza Reis e Victor Vianna. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada foi autorizado pela Comissão “a proceder à escolha de outros nomes até que ficasse completo o número de relatores, de modo que coubesse um Estado [a] cada um, e a convidar os já propostos” (BOUÇAS, 1934a, p. 138).

Sergio Miceli, em trabalho intitulado *Intelectuais à Brasileira*, assinala que, dadas as circunstâncias do período, os titulares de agências do Estado restrito tinham interesse em contratar serviços de consultoria a serem prestados por grupos de especialistas. Isso vinha de encontro a uma necessidade gerada

em face da crise de hegemonia que afetava os procedimentos até então vigentes no processo de tomada de decisões, [nesse sentido], o recrutamento de novas categorias de agentes especializados [vinha] atender às exigências postas ao exercício rotineiro do trabalho de dominação. Eis, portanto, uma das dimensões capazes de dar conta do perfil mais sofisticado do aparato institucional em vias de ser implementado (MICELI, 2001, p 296).

Miceli ressalta a existência de uma segunda dimensão nesse processo que “não deve ser negligenciada.” Diante do contexto analisado, impossibilitado “de fazer valer seus pontos de vista” nas agências sob sua crescente intervenção,

o Estado, ou melhor, as frações da classe dirigente profissionalizadas no trabalho político e que assumiram o controle da máquina estatal, se vê instado (...) a conceder voz e voto aos porta-vozes dos grupos de interesse concorrentes (MICELI, 2001, p. 296).

O quadro apresentado por Miceli é capital para entendermos a finalidade da CEFEM. Tratar-se-ia de uma agência da sociedade política por cujo intermédio intelectuais eram recrutados para tornarem-se consultores do Estado em assuntos econômicos e financeiros, elaborando e organizando as diretrizes que pautariam as ações do Governo. Em

sessão de 30 de abril de 1932, lavrada na ata nº 3, foi registrada a análise e posterior resposta da Comissão à proposta recebida pelo estado do Pará de um banqueiro inglês. Presidida por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, a reunião contou com a presença de Alceu d’Azevedo, Eugênio Gudín Filho, J. G. Pereira Lima, Joaquim Catramby, Oscar Weinschenck e Valentim Bouças (BOUÇAS, 1934a, pp. 140-144).

Bouças apresentou trabalhos “concernentes à dívida externa de cada Estado, tendo sido analisada a situação de alguns estados em relação aos seus compromissos externos, o que motivou providências de caráter urgente.” A Comissão decidiu enviar ofício aos Interventores estaduais solicitando que toda e qualquer proposta apresentada por credores estrangeiros lhes fosse remetida sem demora. Os membros da Comissão ressaltaram a relevância de lembrar ao chefe do Governo Provisório de comunicar aos Interventores “que nenhum acordo com seus credores [deveria] ser levado a termo sem prévia anuência da Comissão, a fim de evitar que os estudos em elaboração possam vir a sofrer graves embaraços” (BOUÇAS, 1934a, p. 139).

Considerando as análises da CEFEM como expressão e síntese de uma época, pode-se perceber o forte viés intervencionista por ela adotado. Para evitar o descontrole da situação o Governo Federal deveria centralizar todas as negociações com os credores, vedando às unidades da federação qualquer autonomia na (re)negociação dos contratos das DPEX com o capital estrangeiro. Evidenciava-se, dessa forma, a afirmação de uma perspectiva autoritária, que culminaria no cesarismo progressista a manifestar-se em outubro de 1937. Não tardaria para que a própria República Parlamentar sofresse críticas oriundas de muitos intelectuais.

Joaquim de Magalhães Cardoso Barata⁸⁵, Interventor militar no estado do Pará, escreveria à Comissão informando sobre a proposta apresentada por um sindicato de credores de Londres ao governo estadual onde solicitavam que o estado quitasse os “empréstimos externos, capital e juros atrasados desde 01 de janeiro de 1921 até 01 de janeiro de 1932”, e se elevavam até 1932 ao valor de £ 4. 466.457 – 0 – 0. A proposta foi analisada pela CEFEM que, a princípio, constatou ser bastante vantajosa (BOUÇAS, 1934a, p. 141).

Segundo parecer da Comissão, apesar do sindicato de Londres não se identificar, supunham tratar-se do *Ethelburga Syndicate Ltd*, posto que esta associação também fizera acordos com outros Estados. Propunha “reduzir a dívida externa do Pará, a £ 984.996,

⁸⁵ Barata foi Interventor nos períodos de 1930-1935 e 1943-1945.

quando, com os atrasados,” o montante chegava “a £ 4.466.457.” Isso correspondia a um abatimento de 78%. Tratava-se, portanto, de um excelente desconto para o devedor. Contudo, para que tal acordo pudesse ser celebrado, o Estado devia ficar obrigado (BOUÇAS, 1934a, p. 141) a:

“a) a pagar ao contratante 2.800 contos, sendo 400 a dinheiro à vista, no ato da assinatura do contrato e o restante em obrigações privilegiadas, sem juros, e resgatáveis nos anos de 1932 a 1935, isso a título de selo e despesas” (BOUÇAS, 1934a, p. 141);

“b) a pagar os juros em papel moeda brasileiro, sem compromisso pelas variações cambiais e de acordo com” o quadro 05 (BOUÇAS, 1934a, p. 141):

QUADRO V

Proposta de pagamento do sindicato dos banqueiros de Londres

Período	Valor a pagar
De 1932 a 1933	1.800 contos por ano
De 1934 a 1935	2.000 contos por ano
De 1936 a 1937	2.200 contos por ano
De 1938 a 1939	2.400 contos por ano
A partir de 1940 até a completa liquidação dos empréstimos.	3.000 contos por ano

FONTE: BOUÇAS, Valentim. *Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios. Ministério da Fazenda. Finanças do Brasil. Atas e Pareceres, 1931 e 1932.* Volume IV. RJ: Imprensa Nacional. Oficina do Calabouço – 1934a. p. 141.

Caso o câmbio se elevasse de modo que os valores acima mencionados ultrapassassem, “em moeda inglesa, a quantia equivalente a 5% de £ 984.996, ou seja, a £ 49.248”, o valor excedente seria usado “na amortização do capital” (BOUÇAS, 1934a, pp. 141-142). A evidência disponível na fonte indica a ação de classe dos banqueiros ingleses por meio de uma agência da sociedade civil, que Bouças acreditava ser o *Ethelburga Syndicate Ltd.* Com efeito, fica evidente a importância dos aparelhos privados de hegemonia como *locus* organizadores das demandas de classe, inclusive no que se refere à política externa.

Em seu parecer, Bouças posicionou-se contrário à proposta dos credores do estado do Pará. Argumentava que o proponente não apresentava credenciais que o assegurassem falar, de modo legítimo, em nome dos proprietários dos títulos, que, ademais, eram ao portador e, portanto, pertenciam “a milhares de pessoas.” Caso assinasse o acordo, o Governo Federal não teria garantia de que o mesmo seria aceito pela totalidade dos portadores de títulos das DPEX. Bastava que um único portador se recusasse a receber os juros de seu capital invertido no serviço da dívida em valor inferior ao estipulado no

contrato original, ou que se depreciasse em 78% o capital de seu título, que o Estado permaneceria com a obrigação “de cumprir o que prometeu solenemente em documento público” (BOUÇAS, 1934a, p. 142). Pelo parecer de Bouças apresentado ao Conselho, a todas essas variáveis de risco acrescentava-se, no caso do Pará, o problema de que o proponente do acordo não era

o lançador dos três empréstimos externos paraenses, nem [tampouco] [era] o banqueiro incumbido do serviço anual daquela dívida e isso seria um motivo mais que suficiente para indagar-se do seu interesse no assunto, e das garantias que ele oferece ao Estado, de modo a que este ficasse a coberto de futuras surpresas (BOUÇAS, 1934a, p. 142).

Valentim Bouças, como parecerista do CEFEM, ressaltou ainda que o *Ethelburga* tinha assinado com o estado da Bahia um acordo que, desconsiderando as pequenas alterações, apresentava termos idênticos “à proposta feita ao Pará” (BOUÇAS, 1934a, p. 142). O conteúdo do contrato de renegociação das DPEX entre o governo da Bahia e os referidos credores apresentava os mesmos problemas examinados no caso paraense – a falta de credenciais do proponente para renegociar ativos em nome da totalidade dos portadores que ele dizia representar. Analisando a situação, Bouças recomendou “que o estado do Pará deveria procurar entrar em acordo com seus próprios banqueiros, no sentido de reduzir a dívida de fato, pela substituição dos antigos títulos por novos, no valor de 26% do capital nominal daqueles” (BOUÇAS, 1934a, p. 144). Em troca dessa substituição dos ativos da dívida o estado ficava liberado das obrigações assumidas em contratos antigos. Caso a oferta fosse recusada por algum portador de ativos, o estado, através de seus banqueiros, poderia, com a devida cautela, ir comprando esses títulos na Bolsa de Valores (BOUÇAS, 1934a, p. 144). Uma vez

firmado o crédito do Estado, colocaria em substituição e em mercado equivalente, os novos títulos. Isso seria uma solução de fato, pois o acordo assinado pela Bahia adia as dificuldades, mas não as resolve definitivamente (BOUÇAS, 1934a, p. 144).

Não devemos esquecer que Valentim Bouças representava grupos econômicos dos EUA estando, portanto, comprometido com as pretensões imperialistas do capital daí oriundo. Ele desempenhou função relevante na organização e racionalização dos serviços das dívidas públicas externas, coordenando uma auditoria nas contas de estados, municípios e da própria União. Tais medidas vinham de encontro à ampliação da intervenção do Estado restrito junto à economia. Segundo Sweezy, embora a função principal do Estado seja a de preservar “a existência e a estabilidade de determinada forma de sociedade [isso] não

significa que não execute também outras funções de importância econômica” (SWEEZY, 1986, p. 190).

Este autor abordou com bastante propriedade a tendência monopolista do capital, donde resultaria, em determinada conjuntura, a luta entre grupos econômicos para eliminar a concorrência ou, ao menos, reduzi-la, dentro de sua respectiva zona de influência (SWEEZY, 1986, p. 197). Durante o primeiro quinquênio dos anos 1930, o governo Vargas organizou forças contrabalançadoras das pretensões imperialistas do capital estrangeiro. As missões econômicas e políticas no exterior, chefiadas por ‘figuras de proa’ como Oswaldo Aranha e Souza Costa, sucessor de Aranha na Pasta da Fazenda, são um indicativo dessa política de negociação.

2.6. A grande política do Governo Provisório no círculo financeiro nova-iorquino

A primeira Conferência⁸⁶ proferida por Bouças data de 26 de janeiro de 1933, tendo sido realizada no *National City Bank*, das 13:00 às 16:30 h. Na mesa de negociação estava uma dívida que totalizava \$ 16.500.000, contraída pelo estado de Minas Gerais junto ao *The National City Company*. Entre os representantes presentes, constavam os Srs. V. Schoepperle (Vice-Presidente do City Company); Hr. Durell (Vice-Presidente do City Bank); Hart (Vice-Presidente do City Bank); Moran (Assistente do Vice-Presidente); Lloyd Blair (Assistente do Presidente do City Bank); Stewart Pratt (Vice-Presidente do City Bank) e George Trián (Chefe da Divisão Latino Americana) (BOUÇAS, 1934b, p. 5).

Durante a Conferência, Bouças expôs que o novo governo, assim que assumiu a direção do país, imbuu-se da “tarefa de conhecer a fundo toda a situação econômica e financeira dos Estados e Municípios, muito especialmente daqueles que tinham dívida externa” (BOUÇAS, 1934b, p. 5). Em tempo de crise econômica, o Governo Provisório iniciou uma política externa que minimizasse os efeitos de uma depressão econômica no Brasil, já que ela atingia violentamente países que eram o epicentro da economia capitalista e cujos efeitos – retração do comércio internacional, do crédito e do capital – ameaçavam economias periféricas. Justificou a “revolução” de 1930 como um ato necessário para superar a desordem administrativa e financeira que, durante os governos republicanos anteriores, se implantara em vários estados da federação. Em suas palavras, a “desordem em

⁸⁶ Foram chamadas de conferências as reuniões entre Valentim Fernandes Bouças e os credores do Brasil em Nova Iorque, portadores dos títulos das dívidas públicas externas da União, estados e municípios. Elas faziam parte do plano da política externa do Governo Vargas para com o capital financeiro, de modo a formular um consenso com os credores que viabilizasse o pagamento dos serviços das dívidas sem, contudo, precisar fazê-lo através do cambio ouro – conforme estabelecido nos contratos.

que foram encontrados vários Estados, em matéria de finanças e administração, justificaria, em qualquer país, uma revolução como a que teve que sofrer o Brasil em 1930 (...)” (BOUÇAS, 1934b, p. 5).

Na primeira Conferência com os banqueiros estes pressionaram pelo pagamento dos títulos com base na conversão ouro/dólar, ao invés da conversão mil réis/dólar, tal como proposta do governo. Argumentavam que medidas prejudiciais ao capital dólar investido no serviço das dívidas poderiam resultar em guerra aberta contra o café brasileiro. O Brasil, afirmaram os credores, “ainda não sentiu os efeitos de uma verdadeira crise, pois os Estados Unidos ainda compram café do Brasil, (...) não tendo imposto ainda nenhuma medida restritiva” (BOUÇAS, 1934b, p. 8). Segundo os banqueiros, seria prudente que a União fornecesse o câmbio necessário para que os estados da federação pagassem seus compromissos, sem priorizar os interesses de São Paulo no pagamento de suas dívidas, em detrimento de outros estados.⁸⁷

O exame da documentação relativa à primeira Conferência demonstra-nos que Bouças tinha a difícil tarefa de organizar, junto aos credores, um consenso em torno do qual se tornasse viável ao Governo Provisório pagar os serviços das dívidas públicas externas sem, contudo, comprometer sua receita e desagradar compradores de seus produtos e potenciais fornecedores de capital. Durante sua exposição aos credores estadunidenses, o representante do Governo Provisório informou que com o objetivo de conhecer “a situação financeira e econômica dos estados e municípios, [o governo federal criou] uma Comissão que desempenharia (...) essa incumbência; dela [fazendo] parte, como Secretário, a pessoa que vos fala nesse momento” (BOUÇAS, 1934b, p. 06).

Durante sua Conferência ao grupo representante do *National City Bank* e do *The National City Company*, Bouças solicitou apoio dos banqueiros à CEFEM, uma vez que esta necessitava, para seus estudos econômicos e financeiros, da coleta de dados e esclarecimentos sobre dívidas públicas externas. Ele justificou aos credores a intervenção do Governo Federal junto a estados e municípios no que se referia à cobertura cambial para pagamento de serviços da dívida. Nas palavras de Bouças,

não tendo a União meios de obter câmbio para si, (...) também não poderia dar aos Estados nem aos Municípios. Mesmo porque se o desse a situação cambial se agravaria de tal maneira, que não saberíamos qual seria o destino do Brasil (BOUÇAS, 1934b, p. 6).

⁸⁷ No caso de privilegiar o estado de São Paulo no fornecimento de câmbio via Banco do Brasil, os banqueiros ingleses seriam os maiores beneficiários, posto que eram os maiores credores dos títulos do referido estado.

A documentação fala da pressão feita pelos porta-vozes dos credores, ameaçando “guerra ao café brasileiro” o maior fornecedor de divisas do país, caso o governo não fornecesse câmbio para atender devidamente às necessidades do capital dólar investido na compra de títulos brasileiros. Como o demonstra o Quadro VI, a seguir, “as atividades das bolsas [de valores] na década de [1930] consistiam quase exclusivamente de títulos públicos” (BEAUCLAIR, 1974, p. 50):

QUADRO VI

Atividades das Bolsas na década de 1930

(em 1.000 contos de réis)

Anos	Títulos Públicos	Privados	Todos
1930	240	94	334
1931	430	75	505
1932	399	63	463
1933	411	91	503
1934	453	81	534
1935	454	78	532
1936	662	75	737
1937	628	82	710
1938	643	94	738
1939	671	125	797
1940	761	171	933

FONTE: Banco do Brasil. **Relatório apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas, referente ao ano de 1941...** *apud* BEAUCLAIR, 1974, pp. 49-50.

No tocante à negociação de ativos em Bolsa de Valores no período compreendido entre 1929 e 1932, os quadros VII e VIII a seguir oferecem dados interessantes.

QUADRO VII

Bolsas de Títulos, 1929 a 1932

	Anos			
	1929	1930	1931	1932
Quantidade (em milhares de títulos).....	602	519	783	663
Valor (em milhares de contos de réis).....	250	214	352	321

FONTE: ARANHA, Oswaldo. *Ministério da Fazenda. Relatório apresentado a S. Excia. o Sr. Chefe do Governo Provisório Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Ministro dos Negócios da Fazenda Oswaldo Aranha.* Exposição relativa ao período de 03 de Novembro de 1930 a 15 de Novembro de 1933. RJ, Typ. Do Jornal do Comércio, Rodrigues & C., 1933. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil. p. 98.

QUADRO VIII
Bolsa do Distrito Federal, 1929 a 1932

Ano	Quantidade de títulos negociados	Apólices da União	Apólices Estaduais	Ações de Bancos e Cias
1929.....		100	100	100
1930.....		85	81	91
1931.....		119	621	84
1932.....		97	727	60
		Valor Global dos Títulos Negociados		
1929.....		100	100	100
1930.....		89	89	79
1931.....		130	1.008	62
1932.....		107	1.332	50

FONTE: Idem, *ibidem*, p. 98.

Comparando-se o ano de 1932 com o de 1929 fica evidente que, enquanto o movimento de ações caiu 40% em quantidade e 50% em valor, o das apólices federais se manteve e o das estaduais acusou alta considerável (ARANHA, 1933, p. 98).

Os banqueiros representantes dos grupos financeiros *City Bank / City Company* reclamaram do favorecimento dado pela União ao estado de São Paulo na cobertura cambial em ouro necessária ao pagamento de suas dívidas. Recomendaram ao representante do governo brasileiro que o governo federal fosse mais justo e disponibilizasse, aos demais estados, via Banco do Brasil, ao menos de 20 a 25% de suas necessidades em ouro, sem privilegiar, exclusivamente, São Paulo.

A segunda Conferencia foi realizada em 27 de janeiro de 1933. Banco: *Dillon Read & Co.* Empréstimo de \$ 12.000.000. Devedor: Prefeitura do Distrito Federal. Representante dos Banqueiros: Senhor Hayward. Local da Conferência: *Midday Club*, cidade de Buffalo, Nova Iorque. O representante da CEFEM abordou a problemática da escassez de ouro para câmbio com dólar. Com base nesse argumento propôs o pagamento dos juros em mil réis. O acordo entre as partes estabeleceu a não obrigatoriedade dos credores receberem os títulos vencidos da prefeitura em mil réis até porque, segundo Hayward, representante do grupo *Dillon Read & Co*, os portadores dos títulos “não [conheciam] outra moeda que aquela em que emprestaram” (BOUÇAS, 1934b, p. 11).

A terceira Conferencia deu-se em 27 de janeiro de 1933, às 15:00 h. Devedores: Prefeitura do Distrito Federal, com dívidas totalizando \$ 31.770.000; estado de Pernambuco, \$ 6.000.000 e estado do Rio Grande do Sul, \$ 23.000.000. Banco: *White, Weld & Co.* Presentes os Senhores Weld e Sebastião Sampaio, Cônsul Geral do Brasil em Nova Iorque.

A análise desse documento sugere um clima particularmente tenso durante a Conferência, posto que Valentim Bouças registrara a informação prestada pelo Sr. Hayward, representante da firma *Dillon Read & Co*, de que os credores do *White, Weld & Co* “estavam sobremaneira intransigentes, e não queriam entreter palestras” (BOUÇAS, 1934b, p. 12). Igualmente os representantes das demais empresas financeiras, da *White, Weld & Company* rejeitaram “a proposta de nacionalização dos títulos, porém [julgaram] aceitável o pagamento dos coupons em mil réis” (BOUÇAS, 1934b, pp. 12-13). Isso significava o aceite do recebimento de parte da dívida em mil réis, desde que não fosse o credor obrigado a receber seu valor integral em moeda brasileira.

A quarta Conferência realizou-se em 30 de janeiro de 1933. Banco: *Frist of Boston Corp*. Empréstimo: \$ 5.900.000. Devedor: Prefeitura de São Paulo. Local da Conferência: Whitehall Club, às 15:00 h. Presentes: Nevil Ford (banqueiro) e Sebastião Sampaio (Cônsul do Brasil em Nova Iorque). O entendimento com o banqueiro Ford tinha uma especial particularidade para o projeto de reorganização financeira do Governo Provisório, pois, “além de fazer parte do [*Frist of Boston Corp*], [o empresário financista fazia parte da] comissão de banqueiros encarregada de zelar pelos empréstimos americanos lançados na América do Sul” (BOUÇAS, 1934b, p. 14).

Remetendo a Gramsci vale lembrar que “toda a atividade econômica de um país só pode ser julgada em relação ao mercado internacional”, sendo preciso considerá-la em sua inserção econômica dentro de uma “unidade internacional” (GRAMSCI, 2011, pp. 291-292). Isso nos ajuda na análise de correlação de forças junto a qual o empresário Valentim Bouças estava inserido como representante do Brasil na política externa, responsável pela negociação com representantes do capital financeiro no cenário internacional.

A política de reorganização econômica e financeira da qual Bouças era emissário no campo da diplomacia financeira, buscava também reordenar a política externa brasileira num período em que grupos financeiros dos EUA e Inglaterra disputavam a hegemonia na América do Sul. Rosa Luxemburgo ressaltou a importância dos empréstimos externos como instrumentos de tutela das velhas nações capitalistas sobre novos Estados, exercendo “controle sobre suas finanças e pressão sobre sua política externa, alfandegária e comercial” (LUXEMBURGO, 1985, p. 288). Os EUA emergiam como o altar-mor das finanças mundiais. Acreditamos que as considerações tecidas pela marxista polonesa são de grande valia para pensarmos as formas assumidas pela correlação de forças vigente na política externa brasileira na conjuntura de 1930 e sua relação com o capital financeiro internacional.

Ela analisou também a questão do crédito nas crises da economia capitalista. Segundo Luxemburgo:

Se as crises nascem, como se sabe, em consequência da contradição entre a capacidade de expansão, a tendência à expansão da produção e a capacidade de consumo restrita do mercado, o crédito é, precisamente, pelo que ficou dito acima, o meio específico de pôr em evidência essa contradição sempre que possível. Antes de tudo, aumenta de forma incomensurável a capacidade de expansão da produção e constitui a força motriz interna que leva constantemente a ultrapassar os limites do mercado. (...) Ao primeiro sintoma de crise, o crédito desaparece, abandona as trocas, justamente quando seria, ao contrário, indispensável, e, onde ainda se oferece, apresenta-se como inútil e sem efeito, reduzindo assim ao mínimo, durante a crise, a capacidade de consumo do mercado (LUXEMBURGO, 2010, p. 30).

A dependência da economia brasileira para com o mercado externo – onde ainda predominavam as exportações cafeeiras – servia para acentuar os problemas que limitavam a capacidade de pagamento dos empréstimos externos. A partir de 1929, a economia Latino-Americana como um todo enfrentaria graves problemas. Se, por um lado, os preços dos produtos exportados entraram em queda após 1929, por outro a taxa de juros nominais referentes a dívida pública externa e privada manteve-se fixa. Os títulos das dívidas de governos foram os mais afetados pela elevação dos juros.

As frações da classe dominante que assumiram o poder no pós-1930 perceberam que o êxito da política financeira para o Estado dependeria, naquela difícil conjuntura, de uma ação política que sustentasse a estabilidade econômica do Brasil. Se as chamadas “oligarquias” carcomidas simbolizavam uma era de atraso e desordem política e econômica, o novo governo precisava apresentar-se como um “divisor de águas” com relação a este passado tido como caótico.

Portanto, era preciso uma ação de classe que materializasse, no campo político, uma nova mentalidade. Com isso, a reorganização econômico-financeira anunciada pelo chefe do Governo Provisório poderia apresentar-se como a grande política elaborada para garantir estabilidade econômica em tempos de depressão. Isto posto, a situação financeira enfrentada, a necessidade de ajustes com os banqueiros e o acordo para resgate dos títulos colocavam o Governo Provisório em delicada situação.

Em Conferência com Nevil Ford, do grupo *Frist of Boston Corp*, foi negociado o possível pagamento de uma parcela dos compromissos “em mil réis, [desde que] o Banco do Brasil fornecesse uma pequena percentagem de câmbio, o que serviria para despertar nos Estados Unidos uma grande boa vontade para com o Brasil”, segundo observou Ford (BOUÇAS, 1934b, p. 15). O banqueiro igualmente demonstrou preocupação quanto ao

“tratamento dado a alguns empréstimos do Estado de S. Paulo, para os quais o Banco do Brasil [fornecia] câmbio. Seria razoável, honesto e justo que este câmbio disponível fosse dado (...) a todos os Estados interessados” (BOUÇAS, 1934b, p. 15).

A quinta Conferência teve lugar em 31 de janeiro de 1933, envolvendo o Banco *Ladenburg, Thalmann & C.* e os empréstimos no valor de \$ 20.000.000 fornecidos ao estado do Rio Grande do Sul e também ao município de Porto Alegre – \$ 9.750.000. A Conferência, realizada na sede dos banqueiros, em 25 Broad Street, das 13 às 15:00h., contou com a presença do banqueiro Rosenthal, W. T. Rosen, Siegel (advogado), além dos Srs. M. B. Lake, P. Rosenthal, March e do cônsul Sebastião Sampaio.

No documento o banqueiro solicitava explicações sobre o motivo que levara o governo brasileiro a ter “feito o depósito em mil réis ao cambio de 6, nem tão pouco porque havia aparecido em seguida a proposta para pagar em mil réis.” Solicitava, outrossim, explicações e relatos acerca da “situação econômica do Brasil.” Valentim Bouças explicou que o depósito na base de 6 d. fora recomendado pelo Ministro Oswaldo Aranha (BOUÇAS, 1934b, p. 17).

O centro da negociação foi o pagamento dos coupons⁸⁸ das dívidas em mil réis, ponto delicado em todas as negociações até aqui analisadas. Com o propósito de preservar parte do seu capital investido nos títulos da dívida pública brasileira, os credores queriam recebê-lo, ao menos em parte, com base no câmbio-ouro. Convém ressaltar que as reservas ouro do Brasil encontravam-se bastante escassas, impossibilitando seu uso no pagamento dos serviços das dívidas públicas. Segundo Beauclair, para preservar o crédito externo, o Governo Provisório, ainda durante a gestão de Whitaker na Pasta da Fazenda, decidiu “remeter para a Europa como cobertura dos compromissos a totalidade do restante de ouro que existia no país, ou seja, £ 4.376.980 no Banco do Brasil e £ 3.167.000 da Caixa de Estabilização” (BEAUCLAIR, 1974, p. 08). Essa diretriz político-financeira foi registrada no relatório do Banco do Brasil apresentado à Assembleia Geral dos acionistas em 30 de abril de 1931, sendo-lhes esclarecido que

Por decreto de 22 de novembro [de 1930] o governo (...) determinou a remessa para Londres do saldo do ouro da Caixa [de Estabilização], para atender ao pagamento das prestações da dívida externa, em vista da escassez de cambiais. (...) Com essa medida o Governo Provisório demonstrou o seu firme propósito de

⁸⁸ Os cupons eram pequenos pedaços de papel picotado no canto do título (parecidos com selos), que em datas específicas eram destacados e trocados por dinheiro. Vide link do **Blog do Investidor** – arrolado na Webliografia.

satisfazer os compromissos da Nação à custa de quaisquer sacrifícios, estabelecendo a confiança na situação oriunda da revolução de outubro.⁸⁹

Tal medida política desagradou aos banqueiros norte-americanos, que a percebiam como claramente favorável aos credores europeus, priorizados na política cambial em detrimento de empresas financeiras norte-americanas. A conclusão das negociações entre o representante do governo brasileiro e os da firma *Ladenburg, Thalmann & C*, relativa às dívidas do estado Rio Grande do Sul e município de Porto Alegre, resultaram no acordo segundo o qual

o Governo do Rio Grande do Sul, por si e pelas municipalidades, [obteria] do Governo Federal facilidade para câmbio de 20 a 25 % das necessidades, deixando (...) 80 ou 75 % para ser pago em mil réis (BOUÇAS, 1934b, p. 17).

A desconfiança acerca da preferência dada pelo governo brasileiro ao pagamento dos títulos a governos europeus – principalmente ingleses – resultou em dificuldades para que Bouças convencesse os representantes dos credores estadunidenses a aceitarem o pagamento integral de seus títulos em mil réis. Contudo, o resultado das negociações nessa quinta Conferência não foi, de todo, desfavorável ao Brasil. O banqueiro Rosenthal recomendou que, ao proceder ao pagamento dos títulos, o governo brasileiro assegurasse ao estado do Rio Grande do Sul e seus municípios, o câmbio em ouro relativo a, ao menos uma quarta ou quinta parte, num demonstrativo de boa fé e boa vontade em pagar os EUA.

Em troca desse gesto de “boa vontade” os credores permitiriam que o restante pago em mil réis ficasse “no Banco do Brasil, em conta corrente, ou [empregado] em títulos ou na indústria, agricultura, etc.” Concluindo a conversa, o banqueiro afirmou que o governo do Rio Grande do Sul não teria dificuldade em obter essa cobertura do Governo Federal, uma vez que o estado de São Paulo já o obtivera. A preocupação de Rosenthal remete, novamente, ao problema gerado pela preferência em fornecer câmbio para o pagamento dos compromissos de dívidas com credores europeus, sobretudo ingleses. O banqueiro ainda aconselhou que o governo brasileiro aplicasse no Brasil os “mil réis destinado ao serviço dos empréstimos externos” empregando-o “em empresas ou fontes produtivas” (BOUÇAS, 1934b, pp. 17 - 18).

Ao analisarmos o processo de aquisição de bens intermediários e de capital para as indústrias surgidas durante o governo Vargas, não seria mero acaso que a maioria das evidências disponíveis demonstrasse serem os Estados Unidos o principal fornecedor de

⁸⁹ **Relatório do Banco do Brasil** apresentado à Assembleia Geral Ordinária de 30 de Abril de 1931. RJ: Casa Leuzinger, 1931. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil. p. 33.

insumos para abastecer o complexo urbano-industrial em formação. Desta forma, o capital estadunidense minimizava as perdas de seus investimentos em títulos públicos brasileiros. Ou seja, asseguravam-se as condições para que o Brasil se tornasse consumidor de capital dos Estados Unidos como financiador do processo industrializante.

O pensamento de Valentim Bouças expresso nas Conferências examinadas evidencia seu alinhamento com a política intervencionista em vias de consolidação, bem como sua função essencial no campo de uma diplomacia financeira delineada no novo governo, buscando diálogo com o capital internacional, com o qual o Presidente Vargas não poderia romper.

Não é demais reafirmar o fato de ser o emissário do Governo Provisório bem relacionado com poderosas corporações estadunidenses, desde 1917. Em todas as Conferências aqui indicadas, os banqueiros expressaram sua insatisfação para com a preferência dada pelo Governo Brasileiro à Inglaterra, no tocante à política cambial. O representante brasileiro, por seu turno, expressava o desejo de obter dados e informações sobre compromissos da dívida pública, sinalizando, assim, para o início de um planejamento econômico-financeiro que atenderia parte das demandas do capital financeiro estadunidense.

O governo Vargas, dependente da exportação de gêneros agrícolas, achava-se vulnerável às pressões políticas do grande capital financeiro, que exigia o pagamento dos compromissos contraídos. Em vista disso, foi preciso renegociar os contratos e se organizar política e economicamente para encontrar meios de suportar as pressões externas. Valentim Bouças, devido a sua proximidade com grandes empresas estadunidenses, seria um dos intelectuais que atuou na organização da diplomacia financeira do governo.

Afetado pela crise cambial o governo Vargas tinha dificuldade em honrar seus compromissos com o capital estrangeiro. Segundo a crença de muitos assessores de Vargas, ficava claro que o paradigma liberal era mais um obstáculo a ser superado pelo Estado. Bouças compartilhava dessa crença, como fica evidente em correspondência por ele enviada de Nova Iorque a Vargas, em 08 de março de 1933. Na carta Bouças sugeria o adiamento das eleições no Brasil, mencionando que, no futuro, essa medida resultaria em melhores consequências.

Criticava também o Congresso, como obstáculo à resolução rápida e eficaz dos problemas econômicos e financeiros, agravados dia a dia. Isso acontecia, segundo Bouças, porque o Presidente dependia da aprovação do Legislativo para tomar tais medidas. Para superar tal “entrave”, o empresário ressaltava ser necessário ao país “dar UM PODER DITATORIAL ao futuro Presidente, para resolver os problemas econômicos que vinham se

agravando” (grifos na fonte). A oportunidade de resolver os problemas dava-se pelas exigências decorrentes da crise econômica que, somente poderia ser enfrentada, por um governo com poderes muito ampliados. A via do Estado Autoritário, que culminou com o golpe do Estado Novo (1937), já se desenhava nos círculos do Governo Provisório.

No campo teórico Gramsciano, o conceito de cesarismo progressista é valioso para interpretar a formação do Estado autoritário varguista, uma vez que articula a figura presidencial às forças progressistas do setor empresarial que, na época, eram compreendidas como industriais. No referido documento Bouças mencionou ainda ter comparecido à posse do Presidente Franklin Delano Roosevelt em Washington, quando conheceu William H. Woodin⁹⁰, Ministro das Finanças, “e amigo íntimo do Presidente da minha Companhia, e além disso, nosso grande acionista.”⁹¹

As evidências disponíveis na fonte permitem-nos presumir que o contato com o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos consagraria Bouças como figura de proa na grande política do Estado capitalista brasileiro em matéria financeira e creditícia. Isso corrobora as múltiplas interconexões entre as dimensões econômicas e políticas articuladas por Bouças como representante do Estado brasileiro no exterior, sendo ele francamente favorável ao crescente alinhamento político-econômico com Washington. Bouças escreveu a Vargas que dissera a Oswaldo Aranha que o governo deveria preparar-se para enfrentar dificuldades ainda maiores em função dos créditos estadunidenses “presos no Brasil, quando os Estados Unidos [eram] os nossos maiores compradores de café.”⁹² Conforme já mencionamos, por meio de correspondência oficial do Gabinete do Ministério da Fazenda, datada de 05 de janeiro de 1933, Aranha havia instruído Valentim Bouças a aproveitar sua estadia nos EUA para examinar os assuntos relativos ao intercâmbio comercial entre os dois países.

As cartas dirigidas por Bouças a Oswaldo Aranha e Arthur de Souza Costa – respectivamente Ministro da Fazenda e Diretor do Banco do Brasil – constituem-se importantes evidências documentais das articulações político-econômicas por cujo

⁹⁰ Exercício no cargo de 05 de março de 1931 a dezembro de 1933. A tradução mais apropriada para o cargo exercido por William H. Woodin é Secretário do Tesouro dos Estados Unidos – função equivalente a de ministro da Fazenda, o que explica o motivo de Bouças haver se referido a Woodin como ministro das Finanças.

⁹¹ CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Getúlio Vargas. GV 33.03.08/01. X-62. 0310/2. No que se relaciona a Companhia tratava-se, provavelmente, da *Companhia Serviços Hollerith*, da qual Bouças era o proprietário. Na condição de sócio da firma de Bouças, o Secretário do Tesouro de Roosevelt definia uma margem de interesses bastante conveniente no campo econômico-social, aproximando-o mais ainda as relações Brasil-Estados Unidos. Tal convergência de interesses foi muito conveniente a Política Externa do Governo Provisório, sendo usava habilidosamente ao longo do Primeiro Governo Vargas.

⁹² CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Getúlio Vargas. GV 33.03.08/01. X-62. 0310/2.

intermédio o empresário santista credenciava-se ao alto escalão do governo Vargas. Em 27 de agosto de 1933, Souza Costa receberia, no Rio de Janeiro, correspondência de Valentim Bouças onde este afirmava ter recebido do Banco do Brasil, em junho de 1933, cinco mil dólares, por intermédio do *Guaranty Trust Company* em Nova Iorque,

e desejando liquidar esse adiantamento cambial, [tomou] a liberdade de juntar à presente [correspondência] o cheque n. 201.894, sobre o *Banco Germânico da América do Sul*, na importância de Rs. 65:750\$000, correspondente a 5.000 dólares, calculados a taxa cambial que prevalecia naquela época para as operações dessa natureza feitas por telegrama, ou sejam Rs. 13\$350 por dólar (BOUÇAS, 1934b, p. 76).

Na condição de representante do governo brasileiro, Bouças ressaltava ao ministro que se mantinha fiel a seu princípio de não onerar o Governo e o Banco do Brasil com as despesas relacionadas à missão que lhe fora confiada a desempenhar em Londres, Nova Iorque e Washington. Concluía a carta remetida ao Diretor da casa bancária assegurando seu “máximo esforço em prol dos interesses do País e desse Banco em particular” (BOUÇAS, 1934b, p. 76).

A análise da fonte chama atenção não apenas pelo estreito contato do empresário santista com um banco estadunidense, do qual receberia adiantamento de 5.000 dólares do Banco do Brasil, mas, principalmente, pelo pagamento feito por Bouças com cheque de um banco alemão com agência na América do Sul. Teria ele negócios com banqueiros e/ou casas bancárias do Terceiro Reich sediadas na América do Sul? Seria correntista de algum banco alemão? Por que usou cheque do *Banco Germânico da América do Sul*, ao invés de outro, emitido por casa bancária estadunidense ou inglesa? Lamentavelmente, até o presente não dispomos de evidências que nos permitam responder a tais questões. Sabemos, contudo, que a IBM prestou serviços ao III Reich, mediante fornecimento de máquinas contábeis Hollerith, muitas delas utilizadas em campos de concentração.⁹³

Em 19 de abril de 1933, Bouças enviou carta aos banqueiros de Nova Iorque, tratando-se de um documento bastante objetivo quanto ao papel por ele desempenhado no que compreendemos ser uma diplomacia financeira – instrumento da grande política adotada pelo Governo Provisório e sua equipe econômica junto às frações do capital financeiro internacional. Nesta correspondência afirmaria que a “única capacidade oficial” de que se

⁹³Por serem considerados relevantes os serviços prestados pela tecnologia das máquinas que IBM fornecia a Alemanha Nazista, em 1936, Thomas Watson, presidente da empresa, foi condecorado por Adolf Hitler com uma medalha. Para maiores detalhes a respeito desse uso abjeto da tecnologia das máquinas contábeis da IBM nos campos de exploração e extermínio Nazistas, vide **A mãozinha da IBM**, disponível em < http://www.istoe.com.br/reportagens/39998_A+MAOZINHA+DA+IBM > Acessado em 02/jan/2015. A resenha do livro **IBM e o Holocausto**, escrita por Douglas Nascimento Rechia, é muito rica em informações.

achava investido era a de solicitar “informações necessárias ao controle das obrigações externas, incumbência que [lhe] fora determinada por disposição legal.” Bouças assumia a responsabilidade pessoal por demais procedimentos e conversas com a finalidade de obter entendimento com os portadores de títulos e obrigações emitidos pelo Brasil (BOUÇAS, 1934b, p. 41).

Contudo, ao abordar sua “capacidade oficial” deixava entrever que seu poder de negociação não se restringia à condição de agente do governo Vargas no posto de representante da CEFEM na diplomacia financeira. Como empresário articulado com grandes corporações estadunidenses, sua rede de contatos dava-lhe significativo poder de persuasão junto às agências do Estado restrito. A política de restauração financeira vinculou-se ao projeto de desenvolvimento econômico que se delineava desde outubro de 1930.

Vargas promoveria a interconexão entre finanças e desenvolvimento econômico, pois, segundo ele, “nenhuma política financeira poderá vingar sem a coexistência paralela da política do desenvolvimento econômico” (VARGAS, 1938, p. 37. Vol. 01). No que tange à função relevante das finanças como alicerces para a reorganização da economia nacional e a superação dos problemas econômicos resultantes da crise, a perspectiva de Vargas torna-se ainda mais evidente:

O problema econômico pode-se resumir numa palavra – produzir, produzir muito e produzir barato, o maior número aconselhável de artigos, para abastecer os mercados internos e exportar o excedente das nossas necessidades. Só assim poderemos dar sólida base econômica ao nosso equilíbrio monetário, libertando-nos, não só dos perigos da monocultura, sujeita a crises espasmódicas, como também das valorizações artificiais, que sobrecarregam o lavrador em benefício dos intermediários (VARGAS, 1938, p. 37. Vol. 01).

A acumulação de capital e, por conseguinte, o aumento contínuo e crescente dos lucros é a *raison d'être* dos capitalistas, o que implica em aceitar que os interesses econômicos acham-se profundamente imbricados aos móveis político-sociais e socioculturais do Estado capitalista de forma muito mais agressiva e dinâmica do que nas formações sociais precedentes.

Na medida em que os capitalistas produzem visando tornar a acumulação de capital um processo ascendente e ininterrupto criando, assim, condições favoráveis ao crescimento da venda de mercadorias, encontram no Estado restrito a força potencialmente preparada para “organizar” a própria acumulação. Mediante a depressão econômica do entreguerras os empresários industriais e as frações da classe dominante que ocupavam o bloco no poder no

pós-1930 reavaliaram os objetivos da economia capitalista no Brasil. O eixo produtivo urbano-industrial tornar-se-ia cada vez mais o polo dinâmico da economia brasileira.

As renegociações do governo Vargas junto a seus credores foram um passo relevante na política externa no sentido de formular a nova organização da economia brasileira e as alterações socioculturais dela decorrentes. Estava claro para Vargas e sua equipe o papel axial para o Brasil dos convênios e tratados de comércio. Expandir as exportações e obter e/ou ampliar as facilidades de que já dispunha em outros países seria fundamental à grande política da qual Bouças era ator central no teatro de operações da diplomacia financeira varguista. A posição brasileira de mercado importador de produtos estrangeiros dava-lhe circunstâncias favoráveis para negociar melhores condições para a exportação de produtos. As palavras de Getúlio Vargas são elucidativas.

Somos excelente mercado importador de numerosos produtos oriundos de diferentes nacionalidades. Por isso mesmo, creio, não nos será difícil, numa permuta racional de benefícios, conseguir, em muitas delas, melhor tratamento alfandegário para alguns dos nossos artigos, quer mediante a possível revisão dos tratados e convênios existentes, quer promovendo a lavratura de outros. A diplomacia orienta-se, cada vez mais, no sentido dos problemas econômicos. Entre os serviços que dela exigem as nações, cresce, dia a dia, parte referente à defesa e propaganda dos produtos do seu solo e das suas indústrias. É de justiça assinalar que os representantes do Brasil no exterior, principalmente sob a atual direção, têm dado brilhantes e reiteradas provas dessa prática dos seus deveres (VARGAS, 1938, pp. 39-40. Vol. 01).

A análise da carta de Valentim Bouças datada de 19 de abril de 1933 permite-nos vislumbrar claramente os meandros da implementação da política do governo Vargas no campo diplomático. A carta enfatiza o empenho que todo cidadão deveria ter para “salvar o crédito do país”, ainda que, para tanto, fosse necessário empregar seus próprios recursos particulares. O empresário santista argumentou aos banqueiros que, do mesmo modo que em tempos de guerra, os países dispõem de soldados que

dão suas vidas em prol de sua pátria, é também perfeitamente natural que estes mesmos países tenham em tempo de paz outra qualidade de soldado, empenhado em batalhas econômicas, e disposto a sacrificar seu tempo e interesses particulares. Tal é em princípio a nova mentalidade que no momento atual dirige os destinos da pátria brasileira (BOUÇAS, 1934b, p. 41).

Bouças criticava a linguagem diplomática que muito falava e pouco fazia, responsabilizando tal procedimento por lançar as nações no caos econômico e financeiro em que se encontravam. Ressaltava, ainda, que “o Brasil, sob a orientação do Presidente Getúlio Vargas, e os Estados Unidos, guiados pelo Presidente Roosevelt”, tinham por tarefa acabar com “essa deplorável diplomacia, que tão nociva tem se mostrado [aos] interesses da

humanidade.” Bouças concluía afirmando que desejava recuperar “o nosso bem estar econômico e financeiro” (BOUÇAS, 1934b, p.42).

Em correspondência expedida de Nova Iorque, em 19 de maio de 1933, o banqueiro Nevil Ford escreveria a Valentim Fernandes Bouças, então hospedado no Hotel Mayflower, em Washington. Na carta Ford informava que, com base no relatório formulado por Bouças em 19 de abril de 1933, o *American Committee on Brazilian State and Municipal Loans*⁹⁴ tomaria medidas restritivas ao Brasil. O documento menciona que o banqueiro enviara memorando que já havia sido lido na presença de Bouças – o que indica que ele e Nevil Ford mantinham diálogo desde 30 de janeiro de 1933, quando Bouças participara da Conferência com o grupo financeiro *Frist of Boston Corp.* Além de vinculado ao grupo estadunidense, Ford integrara comissão de banqueiros que cuidava dos empréstimos para a América do Sul.

A correspondência sinaliza que Nevil Ford também participava do *American Committee on Brazilian State and Municipal Loans*, o que o colocava numa posição de grande importância política para os interesses do governo brasileiro. Bouças concedeu entrevista ao Comitê, apresentando dados estatísticos contidos em seu relatório datado de 1933 a respeito dos “empréstimos estaduais e municipais brasileiros.” Ademais, havia se comprometido a não dar publicidade ao memorando até que o Comitê lhe permitisse fazê-lo (BOUÇAS, 1934b, pp. 56-57).

A documentação analisada demonstra a preocupação da política cambial do governo manter sua preferência com respeito às demandas do capital inglês em detrimento do estadunidense. O Comitê ressaltava que, em 1932, o Brasil obtivera um crédito de 716.217 contos de réis em suas transações comerciais com os EUA. O memorando destacava que durante 1932 as compras de produtos brasileiros “pelos Estados Unidos subiram a 1.173.129 contos de réis, enquanto as vendas dos Estados Unidos ao Brasil totalizaram 456.912 contos de réis” (BOUÇAS, 1934b, p. 57). Apesar do considerável saldo de 716.217 contos, apenas a pequena soma de 79.746 contos foi disponibilizada aos estados e municípios brasileiros a fim de ajudá-los no

pagamento do serviço de dívidas em New York (...). De outro lado uma quantia quase [três] vezes maior, isto é, de 228.911 contos foi transferida para a Inglaterra durante o ano de 1932, para o serviço do Funding do Governo Brasileiro (...). Isto, apesar da Inglaterra em 1932 não ter criado um crédito líquido para o Brasil em suas transações comerciais e ser o saldo destas transações contra o Brasil de 116.672 contos de réis (BOUÇAS, 1934b, pp. 57-58).

⁹⁴ Comitê Americano dos Empréstimos Estaduais e Municipais do Brasil.

Todos os fatores até aqui abordados sobre a trajetória de Valentim Bouças o veiculam a expressivos setores do capital estadunidense, bem como a figuras proeminentes da burguesia financeira no Brasil. Vale notar que, em muitas oportunidades, Bouças representou corporações estadunidenses, como visto anteriormente, além de estar vinculada à *Panair do Brasil*, empresa de loteamento e editoras (NASSIF, 2007, s.p.).

Ademais, Bouças frequentava os EUA desde 1915 como representante comercial de empresas estadunidenses, donde resultara o expressivo capital social por ele acumulado no plano das relações socioeconômicas. É preciso não perder de vista a função estratégica da sociedade civil como *locus* organizador das classes sociais. Mapeando a trajetória social dos delegados brasileiros à Conferência Monetária e Econômica de Londres, descobrimos que Valentim Bouças, Oscar Weinschenck e Mário da Andrade Ramos eram filiados à *Associação Comercial do Rio de Janeiro*, junto à qual ocuparam cargos.⁹⁵

Pode-se afirmar que a análise da luta pela ampliação de espaços junto ao Estado restrito passa, obrigatoriamente, pelas conexões estruturais e dinâmicas existentes entre agências das sociedades civil e política. Florestan Fernandes, analisando a realidade brasileira no tocante à ação política da burguesia concluiu que “as classes e os estratos de classe burgueses irradiam-se por todos os níveis de organização da sociedade civil e do Estado nacional” (FERNANDES, 2006, p. 393).

⁹⁵A *Companhia Serviços Hollerith S/A*, empresa da qual Valentim Fernandes Bouças era proprietário e diretor-presidente, fazia parte do quadro dos associados coletivos do Instituto De Organização Racional do Trabalho – IDORT, associação privada fundada em 1931. O IDORT propunha-se racionalizar a sociedade, nos campos da produção, da política e educação, interferindo “no projeto de organização da sociedade em tudo quanto fosse possível” (SOUZA, 2006, pp. 20-21). Em 27 de dezembro de 1935 Valentim Bouças registrou essa mesma firma na Associação Comercial do Rio de Janeiro, da qual ele foi diretor ainda muito jovem e vice-presidente em 1943-1944. Sua participação nessas agências da sociedade civil permite, portanto, analisá-lo a partir do conceito de intelectual orgânico.

CAPÍTULO III

EMPRESÁRIOS INDUSTRIAIS E POLÍTICA, 1930-1936

3.1. Política Externa, Política Interna e os industriais brasileiros

Segundo Villela e Suzigan em 1930, em plena depressão, o Banco do Brasil defendia o retorno a uma política deflacionária⁹⁶ tal como já realizada em começos do século XX. Com o fechamento de Caixa de Estabilização, grande parte das notas do Banco saiu de circulação, equivalendo a 592 mil contos que, em 1931, foram incorporados “à circulação do Tesouro”. Posteriormente, o governo autorizaria o Banco do Brasil a emitir 300 mil contos, conquanto o banco tenha se limitado a emitir apenas 170 mil contos. Visando pagar os serviços das dívidas públicas externas, o Estado usou o ouro restante da Caixa de Estabilização.

Ainda de acordo com Villela e Suzigan, em face da depressão econômica dos anos 1930, a receita arrecadada pelo Governo Federal “foi quase 30 % inferior à receita prevista” (VILLELA & SUZIGAN, 1975, pp. 164, 167). Como inexistisse ouro suficiente para dar cobertura cambial às demandas da totalidade do capital invertido em títulos das DPEX da União, de estados e de municípios, isso resultou em desentendimentos com os credores.

Segundo Valentim Bouças, os primeiros resultados positivos da política de negociação com os credores adotada pelo Governo Vargas, apareceram em 1934, viabilizando “a promulgação do Decreto-lei n. 23.829 de 05 de fevereiro daquele ano, conhecido como ‘Esquema Oswaldo Aranha’” (BOUÇAS, 1953, p. 27). Por meio deste decreto, o Governo Federal planejou a centralização, por um quadriênio, do pagamento das obrigações das dívidas públicas externas da União, estados e municípios. O decreto

[Determinava] que o pagamento dos juros e de amortização dos títulos dos empréstimos externos realizados pelo Governo Federal e pelos Governos dos Estados e Municípios [fosse], a partir de abril de 1934 e a terminar em 1938, feito de acordo com o plano organizado pelo Governo Federal (*apud* BOUÇAS, 1938, p. 146).

⁹⁶ Deflação é um conceito que se refere a uma “queda persistente do nível geral de preços, o oposto da inflação. Caracteriza-se pela baixa oferta de moeda em relação à oferta de bens e serviços ou pela queda na demanda agregada. A deflação, assim, pode acabar provocando depressão (como a que ocorreu em 1929-1933 nos Estados Unidos). Normalmente, combate-se a deflação por meio de um aumento nos gastos públicos e um maior grau de endividamento público, como forma de aumentar a demanda agregada” Já Demanda Agregada, por sua vez, significa a “quantidade de bens e serviços que a totalidade dos consumidores deseja e está disposta a adquirir em determinado período de tempo e por determinado preço. (...) A política monetária (determinação das taxas de juros) e a política fiscal (determinação dos impostos e gastos governamentais) tentam influenciar a demanda agregada para alcançar metas desejadas de crescimento e emprego.” Para maiores detalhes vide SANDRONI, 1999, pp. 158,159, 160.

O plano elaborado pelo Ministro Aranha culminaria na chamada *Missão Aranha* (1939), que representou, na política externa, a aproximação entre Brasil e EUA. Cabe ressaltar que tal política, pelo lado do governo Franklin Roosevelt, tinha como finalidade específica minar a aproximação entre o governo brasileiro e a Alemanha Nazista, o que se dava através de relações comerciais teuto-brasileiras. Ademais, a gestão Roosevelt buscava fortalecer sua influência política no Brasil. Assim, o Plano Aranha se inseriu na conjuntura marcada pela disputa geopolítica entre governos das grandes potências que sabiam da iminência de uma guerra.

A política de aproximação com os Estados Unidos, da qual Aranha e Bouças eram grandes defensores e entusiastas, enfrentaria a oposição de industriais liderados por Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen, que organizaram a proteção à indústria nacional mobilizando, por meio de agências de sociedade civil, as distintas frações da classe industrial. Segundo Abreu, “quando da reforma tarifária de 1934 e do tratado de comércio com os Estados Unidos em 1935, os industriais, liderados por Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi, trataram, com sucesso, de evitar danos graves à produção industrial doméstica” (PAIVA ABREU, In: PAIVA ABREU, 1990, p. 86). O empresário Valentim Bouças, por sua vez, representava

os defensores da aproximação do Brasil com os Estados Unidos, favoráveis, portanto, a quaisquer medidas tendentes à liberalização. A ênfase da argumentação dos defensores do acordo centrava-se, como no começo do século, no caráter parasitário da indústria brasileira, defendida por uma proteção tarifária despropositada, enfatizando, em suma, o seu artificialismo (PAIVA ABREU, In: PAIVA ABREU, 1990, p. 87).

Essa divergência entre lideranças orgânicas de distintos segmentos capitalistas portadores de projetos de hegemonia igualmente diferenciados, resultou em conflito de interesses entre as frações do capital. A sexta Conferência de Valentim Bouças com grupos financeiros de Nova Iorque realizou-se nesta metrópole em 1º de fevereiro de 1933 contando com a presença de representantes dos bancos *Chase National Bank* e *Chase, Harris, Forbes Corp* – o senhor Eddy, Vice-Presidente – e o senhor Adam K. Geiger. A pauta da reunião versava sobre os empréstimos de \$ 8. 500. 000 e \$ 4. 800. 000, contraídos, respectivamente, pelo município de São Paulo e pelo estado do Paraná.

A documentação ratifica, novamente, a centralidade de Bouças como agente da política externa do overno Provisório. Em seu diálogo com os banqueiros o empresário santista reiterou o empenho de Vargas e Aranha em normalizar a situação e, com isso, recolocar em funcionamento a máquina administrava. Tratando do caso do Paraná, salientou

a atuação do Interventor Manoel Ribas⁹⁷, descrito com um homem determinado e preocupado com uma administração rigorosa e produtiva. Os banqueiros admiraram-se diante do fato de que, apesar disso, o governo do Paraná não tivesse depositado em mil réis o valor estabelecido pelo Ministro da Justiça Oswaldo Aranha (BOUÇAS, 1934b, pp. 19 - 20).

Justificando tal atraso no pagamento dos compromissos com os credores, Bouças explicou a difícil situação financeira deste estado, carente de recursos em caixa até mesmo para pagar professores e fornecedores, comprometendo o funcionamento de sua máquina administrativa. Em resposta à crise, o governo Ribas viu-se obrigado a usar recursos arrecadados “para pagar as necessidades diárias da administração.” Após enfatizar esses problemas, Bouças passou a tratar do caso paulista, posto serem eles responsáveis pelo empréstimo ao município de São Paulo (BOUÇAS, 1934b, p. 20).

As queixas dos banqueiros eram as mesmas: o descumprimento da remessa de fundos e a falta de informações, fatores que deixavam as casas bancárias em situação delicada “perante os tomadores dos títulos.” Bouças argumentou que a crise do café afetara de forma extraordinária o erário da capital paulista, dificultando a remessa do valor devido. Para chegar a um acordo com os credores, Bouças assegurou que “a totalidade dos demais banqueiros estava de acordo em adotar um plano que encerrasse o pagamento em moeda brasileira.” Afirmou, ainda, que Manoel Ribas pretendia desenvolver a exportação de erva-mate do Paraná para os EUA. Os banqueiros mostraram-se interessados em colaborar com um programa que tendesse “a aumentar a exportação, desde que grande parte do produto da mesma pudesse ser empregado no resgate dos títulos do estado do Paraná, ou no resgate dos coupons.” Bouças concluiu afirmando estar certo de que este caso poderia “ser uma excelente oportunidade para o desenvolvimento [das] relações econômicas” entre Brasil e Estados Unidos (BOUÇAS, 1934b, p. 20).

Ao término das negociações com o representante brasileiro, os banqueiros deixaram claro que não rejeitariam a possibilidade de um acordo para o pagamento de 20% do serviço da dívida em ouro e o restante em mil-réis. Contudo, eram contrários a qualquer medida do governo que tornasse obrigatório ao credor o recebimento em moeda brasileira. Os

⁹⁷ Manoel Ribas exerceu os seguintes cargos no estado do Paraná: Interventor Federal, exercício de 30/01/1932 a 12/01/1935. Governador, exercício de 12/01/1935 a 10/11/1937. Interventor Federal, exercício de 10/11/1937 a 03/11/1945. Com o final do Estado Novo, foi substituído pelo desembargador Clotário de Macedo Portugal, então presidente do Tribunal de Justiça. Portugal exerceu o cargo de 05/11/1945 a 25/02/1946. Enciclopédia **Nosso Século, 1930/1945 (I)**. Para maiores detalhes, vide o website da **Secretaria de Estado de Governo – Paraná**, onde contém o período de governo e a biografia dos políticos que governaram o Estado.

banqueiros do *Chase National Bank* e do *Chase, Harris, Forbes Corp* aceitaram, em princípio, “o pagamento de 75% a 80% em mil réis” (BOUÇAS, 1934b, p. 21).

A sétima Conferência realizou-se em 02 de fevereiro de 1933. Os corretores dos títulos das DPEX brasileiras eram da firma *Baker, Kellog & Co* e a reunião tratou do empréstimo de \$ 1.750.000, feito ao estado do Maranhão, lançado pelas casas *Ulen & Company* e *Bankers Trust*. As negociações foram realizadas entre o secretário da *Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios* – representante do governo Brasileiro – e os senhores Kellog e Baker. Valentim Bouças informou que a firma com quem negociou estava a par de todos os empréstimos tomados pelo Brasil no exterior, principalmente nos Estados Unidos. Isso acontecia porque o senhor Kellog, sócio proprietário da empresa, já havia percorrido toda a América do Sul e, quando de sua passagem pelo Brasil, conheceu muito bem São Paulo. Foram Baker e Kellog que lançaram o empréstimo ao estado do Maranhão por conta da empresa *Ullen & Company*, tendo informado que a maioria dos portadores dos títulos eram pessoas residentes no Centro Sul dos Estados Unidos (BOUÇAS, 1934b, p. 22).

Tendo em vista apresentar argumentos que justificassem o atraso no pagamento dos juros, Bouças abordou as dificuldades enfrentadas pelo Maranhão, decorrentes da necessidade de construir novas instalações voltadas, particularmente, a atender a demanda de abastecimento de água na capital do estado. O secretário da CEFEM comunicou a seus interlocutores a intenção do Interventor deste estado⁹⁸ em adquirir “uma redução nas taxas do algodão”, estabelecida em contrato. Kellog respondeu estar ciente das necessidades do Maranhão, posto já ter sido informado pelo senhor Baumeister, representante da firma *Ulen & Company*. Respondendo ao pedido do Interventor, alegou que as leis dos EUA somente permitiriam tal modificação mediante autorização de, pelo menos, 3/4 dos portadores.⁹⁹ Segundo Kellog, os banqueiros de Nova Iorque estavam proibidos, por lei, de conceder abatimentos sem a prévia anuência “dos portadores dos títulos que, de fato, [eram] os verdadeiros credores” (BOUÇAS, 1934b, pp. 22 - 23).

A documentação analisada evidencia, portanto, um grave impedimento legal para que os banqueiros tomassem decisões à revelia dos portadores das *commodities* da cotonicultura maranhense. Todavia, isso não significava a impossibilidade de um entendimento. Durante a reunião com Bouças, o senhor Kellog afirmou estar disposto a

⁹⁸ Lourival Seroa da Mota. Interventor federal militar. Exercício de agosto de 1931 a junho de 1933. Vide enciclopédia *Nosso Século, 1930 – 1945*. Vol. I.

⁹⁹ As evidências analisadas permitem concluir, com certeza, que se tratavam dos portadores de *commodities* do setor produtivo cotonicultor maranhense.

colaborar no propósito de que a maioria dos portadores desses ativos concordasse com a proposta do Interventor daquele estado. Ao abordar o plano de pagamento dos serviços da dívida, o grupo financeiro propôs: 1 – Que a troca¹⁰⁰ dos títulos deveria ser opcional; 2 – Que os juros atrasados fossem “depositados em mil réis e postos à disposição” dos portadores; 3 – Que a partir de 02 de fevereiro de 1933 a União, estados e municípios deveriam pagar parte das dívidas em ouro, “e parte em papel.” Para viabilizar tal compromisso, os banqueiros propuseram uma fórmula de 25% do pagamento em cambiais e 75% em papel moeda. Os banqueiros lembraram, ainda, da permissão especial concedida pelo Governo brasileiro à aplicação do dinheiro na aquisição de mercadorias, com livre exportação, medida que incentivaria a compra de mercadorias não exportadas no ano anterior (BOUÇAS, 1934b, p. 23).

A oitava Conferência realizou-se em 03 de fevereiro de 1933, tendo como pauta os empréstimos feitos ao estado de São Paulo pela casa *Speyer & Company* que atingiam aos valores de \$ 68.888.000 e \$ 82.500.000. Compareceram à reunião os senhores Speyer – banqueiro chefe da firma –; Mallet-Prevost – procurador do banco –; De Witt Milhauser – de *Speyer & Company* – e P. Fuller – do banco *J. Henry Schroeder & Cia.* Como representantes dos interesses do governo brasileiro, estavam Valentim Bouças e o cônsul Sebastião Sampaio (BOUÇAS, 1934b, p. 24).

O próprio Bouças ressaltou que esta talvez tenha sido a reunião mais importante até então realizada, já que seus interlocutores eram os banqueiros de maior evidência no círculo financeiro de Nova Iorque, e também pela vultosa soma de capitais por eles investidos na capital de São Paulo. Havia uma variável social que acrescentava expressivo peso político aos representantes do grupo financeiro estadunidense presentes na reunião: eles fiscalizavam outros empréstimos, realizados na Holanda e na Inglaterra (BOUÇAS, 1934b, p. 24).

Isso implicava que este grupo mantinha conexões com outros representantes do capital financeiro, tratando-se de agentes econômicos vinculados a uma rede organizada por grupos das altas finanças internacionais. Os interlocutores de Bouças e Sampaio correspondiam-se com importantes firmas financeiras como *N. M. Rothschild & Sons* e *Baring Brothers & Company Ltda*, por exemplo. Na documentação relativa à esta Conferência transparece a dificuldade da renegociação dos serviços da dívida pública externa paulista com o grupo *Speyer & Company*, em face da intransigência dos credores para com o pagamento em moeda brasileira. Segundo relato de Valentim Bouças, apesar do

¹⁰⁰ Acreditamos que “a troca” refere-se ao resgate do valor integral do título em moeda brasileira, o que depreciaria o capital dólar invertido na aquisição do mesmo.

tratamento gentil, o banqueiro somente estava interessado em “receber o seu dinheiro.” De tal modo que, diante de qualquer oferta feita pelos devedores o banqueiro exigiria ainda mais (BOUÇAS, 1934b, p. 24).

Avaliando os interesses do grupo e a dificuldade de obter um consenso, a estratégia dos integrantes da CEFEM foi esperar que o banqueiro dissesse o mínimo que aceitava para que, então, a Comissão apresentasse “o máximo” que os devedores poderiam pagar. De modo análogo aos casos analisados em reuniões anteriores, o banqueiro também discordava de acordos que resultassem no pagamento em mil réis dos ativos das DPEX. Mesmo após ser informado pelo Secretário Técnico da Comissão sobre a difícil situação do Brasil, Speyer criticaria o Governo Federal por

deixar de pagar os empréstimos de São Paulo, para com as letras¹⁰¹ desse mesmo Estado pagar as reponsabilidades do Governo Federal, e depois alegar que não tem câmbio para dar ao Estado de [São] Paulo (BOUÇAS, 1934b, p. 25).

O argumento do financista era o de que São Paulo deveria ser contemplado com “todo o câmbio para seus empréstimos, [posto ser] o único Estado que, através de suas exportações fornecia o ouro para todo o Brasil.” Speyer indagou ao Secretário da CEFEM da situação econômica brasileira, solicitando informações sobre balança comercial¹⁰², balança de pagamentos¹⁰³, saldo e como era este empregado. Queria também saber quanto o governo gastava, onde gastava e como aplicava o ouro proveniente do saldo comercial (BOUÇAS, 1934b, p. 25).

Justificando as diretrizes adotadas pelo Governo Federal, o secretário da CEFEM afirmou que, uma vez que o Brasil não possuía reservas-ouro para honrar seus

¹⁰¹ Segundo a definição formulada pelo economista Paulo Sandroni, trata-se de um título negociável no mercado. Letra de câmbio “consiste numa ordem de pagamento em que uma pessoa (sacador ou emitente) ordena que uma segunda pessoa (sacado) pague determinada quantia a uma terceira (tomador ou beneficiário). Deve trazer, de forma explícita, o valor do pagamento, a data e o local para efetuar-lo. (...) Na prática, a letra de câmbio é uma forma de crédito: em pagamento a determinada compra, o sacador emite uma letra de câmbio que será resgatada no dia de seu vencimento. O sacado, em geral uma instituição financeira, deve dar o aceite, ou seja, tornar-se o devedor direto da quantia estabelecida na letra de câmbio. O sacador, no entanto, é o responsável pelo pagamento, mesmo que o sacado não o faça. Em função da credibilidade do sacado, a letra de câmbio tem maior ou menor liquidez, ou seja, o beneficiário terá maior ou menor facilidade de vendê-la a outra pessoa (se a letra de câmbio for nominal, basta um endosso), e assim por diante, sempre com certo deságio” (SANDRONI, 1999, p. 345).

¹⁰² Chama-se balança comercial a relação entre as importações e as exportações de um país. Quando o valor das exportações ultrapassa o das importações, o país apresenta superávit e, portanto, torna-se credor do estrangeiro. Contudo, quando as importações de um país superam as exportações, o país fica em dívida com o estrangeiro e adquire um déficit em sua balança comercial. Nos orçamentos públicos, superávit significa que a receita foi superior às despesas. Para maiores detalhes, vide SANDRONI, 1999, pp. 40, 583.

¹⁰³ Também denominado balanço de pagamentos. É o registro da totalidade das transações econômico-financeiras que os residentes de um país realizam com residentes de outros países. Para maiores detalhes, vide SANDRONI, 1999, p. 41.

compromissos com os credores, buscava obtê-las através do incentivo ao desenvolvimento de seu comércio exportador e importador, pois o Brasil jamais teria condições de pagar seus credores caso desamparasse seu comércio. Também elucidou ao banqueiro “que se [São] Paulo fornecia letras de exportação, outros Estados eram também clientes de [São] Paulo. Se S. Paulo vivia, era porque também vivia o resto do Brasil” (BOUÇAS, 1934b, p. 26).

O banqueiro o interpelou a respeito do que o Governo Federal pretendia fazer sobre as dívidas contraídas pelos estados. Ele respondeu de modo a reforçar sua função de representante do governo, afirmando que viera aos Estados Unidos como membro “de uma comissão encarregada de estudar os problemas dos Estados e Municípios, [julgau apropriado] visitar os banqueiros para conferir as contas relativas aos empréstimos” e buscar junto a eles sugestões que melhorassem a situação brasileira (BOUÇAS, 1934b, pp. 26 - 27).

Speyer insistia que a União entregasse ao estado de São Paulo os recursos que, de seu ponto de vista, deveria receber por direito, argumentando que o estado devia contar com boa parcela dos recursos provenientes da exportação, uma vez que não era possível compreender porque o Governo Federal relutava em usar tais recursos somente para atender suas demandas, permitindo que São Paulo ficasse sem condições de saldar suas dívidas. Bouças criticou os banqueiros por considerarem São Paulo “uma terra à parte do Brasil”, explicando, novamente, a delicada situação financeira que o governo Vargas encontrou no exterior após 1930, sendo o Banco do Brasil responsável por muitas dívidas. A intervenção do governo se justificava pelo fato de não poder permitir que esse estabelecimento financeiro, que era “o ponto de apoio de economia nacional”, quebrasse (BOUÇAS, 1934b, p. 27).

Na exposição ao banqueiro, Valentim Bouças enfatizou que, se até 1928 a média do saldo da balança comercial com os Estados Unidos fora de aproximadamente 100 milhões de dólares, este total havia decaído para menos de 50 milhões de dólares (BOUÇAS, 1934b, p. 27). A justificativa deixava transparecer ao porta-voz dos credores que o pagamento das dívidas estava, em boa medida, atrelado à receita proveniente da pauta de exportações brasileira. Caso cumprissem as ameaças de retaliação ao café, isso resultaria em maiores dificuldades para que o país realizasse as remessas de juros estabelecidas em contrato, afetando ainda mais os interesses do capital financeiro.

O banqueiro propôs que o estado de São Paulo pagasse 50% do serviço da dívida externa através de depósito em papel moeda e a outra metade em ouro. Bouças respondeu que, naquele momento, isto era inexecutável. Asseverou que o governo brasileiro teria

dificuldade em executar qualquer acordo que não fosse o pagamento em papel moeda (BOUÇAS, 1934b, p. 27).

O papel oficial desempenhado pelo empresário Valentim Bouças como Secretário da CEFEM era atuar na obtenção de informações sobre as dívidas e analisar os problemas visando sugerir ao governo diretrizes políticas cabíveis em cada caso. No entanto, além deste papel oficial, havia uma função diplomática para com as frações do capital financeiro que não pode ser negligenciada. A análise da documentação consultada permite-nos concluir que ele tinha a missão de formular um entendimento entre o Governo Federal, estados, municípios e as instituições financeiras internacionais na resolução do delicado problema do pagamento dos serviços de suas respectivas dívidas externas.

O estudo do processo de renegociação com frações empresariais vinculadas ao eixo financeiro nova-iorquino contido nas oito conferências, reflete o papel do empresário santista e Secretário Técnico da *Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios* como intelectual orgânico inserido na dialética socioeconômica da política externa do Governo Vargas. Assumindo função diplomática, Bouças imiscuía-se na grande política, atuando como mediador entre o governo Brasileiro e o capital estrangeiro numa instável conjuntura de crise econômica. Ele teve papel central na formulação de um consenso com os credores, o qual desempenhou até quase o final da guerra, em 1944, atuando na *Comissão de Acordos da Dívida Externa*.

3.2. A Conferência Monetária e Econômica de Londres

Realizada em de junho 1933, essa Conferência permite-nos analisar as estratégias políticas utilizadas pelos emissários do Governo Provisório no processo de negociação com o capital financeiro inglês. A delegação brasileira participante era composta pelos embaixadores Joaquim Francisco de Assis Brasil e Raul Regis de Oliveira; por Joaquim Eulálio de Nascimento Silva, Numa de Oliveira, Oscar Weinschenck, Heitor Freire de Carvalho, José Nabuco de Araújo, Valentim F. Bouças, J. A. Barboza Carneiro, Acyr Paes (Secretario da Delegação) e Péricles Silveira – Secretário Geral do embaixador Assis Brasil.

Em discurso pronunciado na Conferência Monetária e Econômica de Londres, em sessão de 23 de junho de 1933, Valentim Bouças procurou justificar as medidas tomadas pelo Governo Provisório, sobremaneira no tocante à regulamentação do comércio cambial. Segundo ele, não obstante o Brasil fosse “fornecedor de matérias primas no intercâmbio Mundial, possuindo abundantes riquezas em estado latente” mantinha sua posição de nação

devedora, visto que estava cerceado “pela escassez do capital [o que impedia de] desenvolver o seu aparelho econômico e a plena expansão de suas forças vivas” (BOUÇAS, 1933a, p. 09).

Prosseguindo em seu discurso, afirmou que a falta de capital estrangeiro nas contas internas, agravado pela redução do valor dos produtos brasileiros, resultava em desequilíbrio “nas contas internacionais”. Disso decorria o acúmulo das remessas de capital atrasadas, a demora nos pagamentos externos, as flutuações cambiais que arruinavam o comércio e a depreciação da moeda (BOUÇAS, 1933a, p. 09). Para resolver o problema com os credores, o governo propunha as seguintes medidas:

(a) Realização de Convenções entre devedores e credores com a finalidade de reduzir os “encargos dos balanços de contas dos países nas condições do Brasil”;

(b) Realização de um acordo referente aos créditos internacionais que pudesse assegurar às “nações devedoras o equilíbrio” do balanço de contas assim como a “consequente estabilidade cambial”, ao menos enquanto não houvesse o satisfatório restabelecimento da situação mundial (BOUÇAS, 1933a, p. 09).

Ainda na Conferencia de Londres Bouças reafirmaria a necessidade do Estado brasileiro regulamentar o mercado de cambio, ressaltando medidas como (i) manter equilíbrio entre receita e despesa; (ii) sanear o crédito interno e conter a ameaça de inflação; e (iii) organizar um Banco Central conforme aconselhavam as conferências internacionais. Não é demais destacar que tais propostas constavam do relatório apresentado por Otto Niemeyer a Vargas e seu Ministro da Fazenda em julho de 1931 (BOUÇAS, 1933a, p. 09).¹⁰⁴

A apresentação dessas propostas deve ser compreendida como parte de uma diretriz político-financeira que buscava conciliação com o capital estrangeiro num difícil momento de depressão econômica capitalista no qual, face à retração mundial, muitos credores mostravam-se intransigentes frente aos governos que propusessem o adiamento do pagamento da remessa de lucro do capital investido em títulos públicos. O Estado brasileiro tornar-se-ia o gestor de medidas políticas tendentes a aprofundar o raio de ação da sociedade política junto às questões financeiras, tanto no plano interno, quanto no externo, o que implicaria em formular um plano de negociação comercial e financeira com as grandes potências Imperialistas.

¹⁰⁴ Getúlio Vargas registrou em seu diário os dias entre 18 e 24 de julho de 1931 como sendo o período em que o relatório Niemeyer lhe foi entregue pelo Ministro da Fazenda – José Maria Whitaker. Após o qual Vargas iniciou a leitura do documento (VARGAS, 1995a, p. 68).

Em 07 de junho de 1933 Vargas recebeu o banqueiro Numa de Oliveira e tratou do acordo que havia sido então assinado com a finalidade de solucionar o problema dos atrasados comerciais americanos, bem como do acordo que seria discutido em Londres (VARGAS, 1995a, pp. 216-217). Gramsci também observou a preferência dos investidores aos títulos emitidos pelo Estado e que em face da crise econômica mundial de 1929, a massa de investidores buscou desfazer-se

completamente das ações de todo tipo, altamente desvalorizadas; [preferiam] as obrigações às ações, mas prefere os títulos do Estado a qualquer outra forma de investimento. Pode-se dizer que a massa dos poupadores quer romper toda ligação direta com o conjunto do sistema capitalista privado, mas não recusa sua confiança ao Estado: quer participar da atividade econômica, mas através do Estado, que garanta um juro módico mas seguro. O Estado é assim investido de uma função de primeiro plano no sistema capitalista, como empresa (holding estatal) que concentra a poupança a ser posta à disposição da indústria e da atividade privada, como investidor a médio e longo prazo (GRAMSCI, 2011c, pp. 276-277).

A análise de Gramsci coaduna-se perfeitamente com a documentação que analisamos acerca da situação do mercado de títulos no Brasil durante o Governo Provisório e seus desdobramentos em períodos subsequentes. Se o Estado restrito fosse levado a depreciar o valor de seus títulos em função da crise – conforme acontecia com os títulos privados – usando, por exemplo, a inflação, isso resultaria em uma

catástrofe para o conjunto da organização econômico-social. O Estado é assim necessariamente levado a intervir para controlar se os investimentos realizados por seu intermédio estão sendo bem administrados e, desse modo, compreende-se pelo menos um aspecto das discussões sobre o regime corporativo (GRAMSCI, 2011c, p. 277).

Nesse caso, o bloco no poder desde 1930 edificaria uma nova articulação entre os espaços políticos do Estado e os responsáveis pela reprodução do capital na economia capitalista brasileira. Cabe também a Nicos Poulantzas o mérito de ter ressaltado a relevância de se obter uma exata compreensão a respeito da articulação “dos espaços recíprocos do político (o Estado) e da reprodução do capital, da economia, e os efeitos dessa articulação na própria delimitação dos respectivos espaços do Estado e da economia” (POULANTZAS, 2000, pp. 167-168).

A intervenção estatal vinha de encontro à preocupação de conter a insatisfação dos credores e, em decorrência desse fator, evitar que o capital estrangeiro reduzisse seu interesse pelo Brasil, o que incidiria pesadamente sobre a vida econômica do país. Marx, ao tratar dos pilares da economia burguesa, apontou para as seguintes variáveis, em ordem de importância: “capital, propriedade fundiária, trabalho assalariado, Estado, comércio exterior

e mercado mundial” (MARX, 1999, p. 50). Embora abordemos mais especificamente as questões relativas ao capital, Estado e comércio externo, a depressão da economia capitalista no entreguerras ameaçou o sistema como um todo e seu impacto atingiu variadas atividades do capital.

A retração do mercado mundial – peça-chave para a economia predominantemente primário exportadora brasileira – e do fluxo de capitais estrangeiros para o Brasil pôs os representantes do Governo Provisório em uma preocupante situação. Na condição de responsável pela diplomacia financeira junto aos credores internacionais, Valentim Bouças tentava, junto aos demais componentes da delegação, formular um consenso junto ao capital financeiro internacional.

Bouças ressaltou, durante discurso na Conferência Monetária e Econômica de Londres que, imediatamente após as conversas em Washington, o governo brasileiro iniciaria convenções com os credores sem, contudo, “dar privilégios em detrimento de credores de outros países, uma vez que a política nossa tem sido e será sempre de uma cooperação leal com todos os países, única forma que poderá permitir o intercâmbio comercial (...)” (BOUÇAS, 1933a, p. 09). Na condição de conferencista e, em boa medida, diplomata das finanças brasileiras, ele advogava a realização de acordos de intercâmbio comercial que tornassem exequível ao “Brasil, com seu poder aquisitivo melhorado, [voltar a desenvolver seu] intercâmbio comercial” (BOUÇAS, 1933a, p. 09).

Com efeito, o empresário e diplomata financeiro ressaltava que as questões referentes às dívidas públicas externas brasileiras interligavam aos acordos comerciais entre o Brasil e as grandes potências capitalistas. Segundo Poulantzas, devemos buscar “o fundamento da ossatura material do Estado nas relações de produção e na divisão social do trabalho.” Há que se considerar, ainda de acordo com o autor, a existência de classes sociais, poderes e lutas presentes na estrutura econômica (POULANTZAS, 2000, p. 13). Estamos certos em afirmar que as finanças e o comércio externo são variáveis relevantes para a socioanálise do Estado capitalista no Brasil. No que se relaciona à diplomacia financeira do Governo Provisório, citamos outras elucidativas palavras de Valentim Bouças na Conferência de Londres,

Os chamados Estados Capitalistas retraíram mais seus créditos concedidos no estrangeiro, como se fossem lavradores que não desejam lançar a semente na terra, com receio de perder o trabalho da sementeira, sem se lembrarem que quando chegasse a época da colheita, nada haveria a colher, e que o inverno teria que chegar, a seu tempo, mais frio e tenebroso que nunca. (...) Enquanto em 1929 o comércio combinado de importação e exportação no mundo atingia a cifra de 68 mil milhões (*sic*) de dólares, em 1932 a cifra não passava além 26 mil milhões

(*sic*). Os empréstimos estrangeiros nas praças de Londres e New York sofreram não menor abalo, pois enquanto em 1928 New York emprestava 1, 250 milhões de dólares, Londres nesse mesma época emprestava cerca de 150 milhões de esterlinos, e se nos detivéssemos diante desse mesmo quadro em 1932, veríamos que essas cifras baixaram respectivamente para 26 milhões de dólares e 29 milhões de libras (BOUÇAS, 1933a, pp. 09-10).

O argumento era o de que o aviltamento dos preços no comércio internacional e a retração na importação de capitais afetavam sensivelmente os países devedores. Recomendava o representante do Governo Provisório que os países credores colaborassem com os devedores, o que poderia ser feito através da exportação de máquinas, capitais, etc – tal como a Empresa Ford fazia no Amazonas (BOUÇAS, 1933a, p.10). Considerando as circunstâncias expostas, Bouças declarou que o Governo Brasileiro estava de acordo com:

(a) “Maior liberdade no movimento de mercadorias, no da prestação de serviços e notadamente no das correntes migratórias”;

(b) “Liberdade no mercado de cambiais sobre o estrangeiro” observando-se, porém, as condições expostas pelo Governo Brasileiro”;

(c) “Liberdade na movimentação de capitais” (BOUÇAS, 1933a, p. 10).

Assim como hoje, a questão do intercâmbio comercial entre os países tinha um caráter político, sobredeterminado pela ideológica.

Segundo John Wirth, em 1934 o Brasil se viu em meio à disputa entre Alemanha e Estados Unidos, potências capitalistas cujas “políticas comerciais mutuamente excludentes” consubstanciavam-se em luta política e ideológica, com a finalidade “de estabelecer quem exerceria influência dominante do Brasil” (WIRTH, 1973, p. 03). Trava-se da grande política opondo projetos distintos na política externa germânica e estadunidense. Juntos, ambos os países partilhavam entre si aproximadamente 55%

do comércio de exportação brasileiro, [concorrendo] pela subordinação do Brasil aos seus respectivos sistemas econômicos: a economia dirigida da Alemanha de Hitler, ou um bloco de nações democráticas de livre comércio, sob liderança de Roosevelt (WIRTH, 1973, p. 03).

O governo Vargas se equilibrava entre grupos de pressão advindos do capital estadunidense e do capital germânico, evitando que a assinatura de um tratado ou acordo comercial resultasse em alinhamento político. Valentim Bouças foi um agente econômico e político nesse processo, colaborando com medidas favoráveis aos interesses de frações do capital estadunidense aos quais era vinculado.

A respeito das inversões do capital alemão no Brasil é pertinente ressaltar a tradicional *Casa Alemã*, que disputava com firmas inglesas o lucrativo mercado da moda em São Paulo. Também era alemão o capital da empresa aérea VASP quando iniciou suas atividades no Brasil. Eram de fabricação germânica os aviões que faziam a rota Rio de Janeiro – São Paulo (SCOREL, 2002, disco 03). Havia, ainda, o empresário paulista Olavo Egydio de Souza Aranha¹⁰⁵, vinculado a *Monteiro-Aranha S/A* que tinha laços com o capital alemão. Entre 1934 e 1935, Souza Aranha, interessado no cultivo cafeeiro e cotonicultor, bem como “na exportação de minério de ferro”, promoveu “uma grande associação de capitalistas” para um contrato “com um consórcio alemão de produtos industriais.” Ele também representava comercialmente as indústrias Krupp no Brasil (WIRTH, 1973, p. 36). Wirth, evidenciando os vínculos econômico-sociais de Souza Aranha como intermediário internacional, afirmou ter sido ele para as autoridades alemãs, o mesmo que Bouças fora para as norte-americanas:

veículo de notas e informações, negociador com status semi-oficial no que se referia ao governo brasileiro e ativo promotor de um intercâmbio comercial que envolvia grandes interesses pessoais. Falando fluentemente o alemão, Souza Aranha conhecia Berlim e o Hotel Adlon como Valentim Bouças, que tinha no inglês sua segunda língua, dominava Nova Iorque e o seu Waldorf-Astoria (WIRTH, 1973, p. 36).

Ao concluir esta exposição, porém, devemos ter em conta que a avaliação dos problemas financeiros demanda uma contextualização socioeconômica também no plano interno, permitindo melhor avaliar seu significado e desdobramentos. Em relatório encaminhado ao Chefe do Governo em 1933, o Ministro Oswaldo Aranha mencionou sua diretriz político-econômica de manter uma boa política orçamentária, concluir o *funding* e pagar os empréstimos descobertos. No entanto, ministro salientava que não teve a felicidade de ver todos os seus esforços coroados de êxito.

Suzigam e Villela chamam atenção para os fenômenos internos, o que permite acrescentar que as despesas do governo se elevaram em função de prolongada seca no Nordeste e, inclusive, da “Revolução” Constitucionalista de São Paulo em 1932. Setenta por cento do aumento das despesas neste ano decorreram desses dois acontecimentos de “caráter extraordinário” (VILLELA & SUZIGAN, 1975, pp. 29-30).

¹⁰⁵ Primo de Oswaldo Aranha, Souza Aranha era um dos sócios-proprietários da *Monteiro Aranha Companhia Ltda.* O grupo Monteiro Aranha se associou a *Klabin Irmãos e Cia* para investir na construção de uma *company-town* no estado do Paraná. *Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A* (MARGALHO, 2008, pp. 87, 117, 118, 186). Vide ainda CONY & LAMARÃO, pp. 130, 136, 144, 155. Para compreender o conceito de cidade-empresa vide o trabalho escrito por Rosélia PIQUET, 1998, pp. 80-81.

Em relatório encaminhado ao Presidente Vargas, Oswaldo Aranha informou que o exercício da sua gestão como titular na Pasta dos Negócios da Fazenda “foi onerado pela Revolução de São Paulo, pela seca do Nordeste e pela redução das rendas, conseqüente a esses dois acontecimentos” (ARANHA, 1933, p. 04). Para solucionar os problemas decorrentes de ambos os episódios o Tesouro seria coagido a “fazer a emissão de 400 mil contos – Decreto n. 21.717 de 10 de agosto de 1932 – e mais, ainda, a emitir três letras do Banco do Brasil pelo total de 600 mil contos” (ARANHA, 1933, p. 04). Essas emissões comprometiam ainda mais a situação financeira do Governo Provisório.

No que tange à função dos delegados do governo brasileiro junto às Conferências de Londres e Washington, o Ministro ressaltou terem eles exercido obra relevante “para a defesa do café e de seu comércio” (ARANHA, 1933, p. 78). Não aprofundaremos aqui as negociações sobre a compra de café, priorizando os pontos de negociação relativos ao pagamento das DPEX. A documentação consultada indica que as lideranças industriais não foram convocadas para participar das Conferências. Dar-se-ia um movimento da política econômica externa brasileira de aproximação com os EUA.

Tal diretriz ficaria mais evidente em 03 de fevereiro de 1935, quando o governo brasileiro assinou Acordo de Reciprocidade com os Estados Unidos. Eli Diniz analisou a oposição dos industriais no Parlamento, liderados por Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi e Vicente de Paulo Galliez. Não é demais sinalizar que Simonsen ligava-se ao complexo FIESP-CIESP, enquanto Lodi e Galliez ao FIRJ-CIRJ. O conflito de interesses entre frações do capital industrial brasileiro e o Estado restrito e sua articulação para assinar o Acordo, explicita-se quando constatamos que Oswaldo Aranha era um dos principais defensores do Tratado de Comércio com os EUA nos círculos oficiais (DINIZ, 1978, pp. 127, 129). Em seu diário, em registro datado entre 01 e 03 de fevereiro de 1935, Vargas asseverou que

A ocorrência mais importante destes dias foi a assinatura do tratado comercial com os Estados Unidos, após variada correspondência e conversas telefônicas diretas daqui para Washington. Na minha correspondência particular com Oswaldo [Aranha], venho continuamente sugerindo a necessidade de uma maior aproximação com aquele país no sentido político (VARGAS, 1995a, p. 355).

3.3. Industriais e ação coletiva

Em 08 de junho de 1935, a *Confederação Industrial do Brasil*¹⁰⁶ remeteu relatório ao Ministro da Fazenda Arthur de Souza Costa, tratando do posicionamento das associações industriais sobre o Tratado de Comércio com os Estados Unidos. A missiva vinha assinada por Euvaldo Lodi, seu presidente. A CIB informava ao ministro que, em conjunto com o *Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul*, a *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*, a *Federação Industrial do Rio de Janeiro* e a *Federação das Indústrias de Minas Gerais*, suas filiadas, examinou o Tratado, concluindo que ele continha cláusulas muito prejudiciais aos interesses do país (apud CARONE, 1977, p. 262).

Na carta a CIB reclamava que as duas agências que se destacam no campo do estudo dos tratados comerciais nos quais a indústria e o comércio se faziam representar por seus delegados – o *Conselho Federal do Comércio Exterior* e o *Conselho Superior de Tarifas* – não foram consultadas sobre o Tratado assinado com os Estados Unidos. Reclamava, ainda, ao ministro, que as agremiações de industriais tampouco haviam sido ouvidas sobre o tema. Informavam a Souza Costa que os delegados da indústria dariam, através dos referidos Conselhos, as sugestões consideradas cabíveis para protegerem, devidamente, os interesses econômicos nacionais (apud CARONE, 1977, p. 263).

A *Confederação Industrial do Brasil* afirmou que as cláusulas do Tratado Comercial entre Brasil e EUA eram vantajosas em grande medida a este último, posto que as concessões tarifárias feitas pelo Governo estadunidense se referiam a produtos de que o país não dispunha e cuja importação os Estados Unidos necessitavam. Os benefícios oferecidos pelo Governo brasileiro, por sua vez, se apresentavam na forma de reduções tarifárias que atingiam produtos como, por exemplo, artefatos de borracha, conservas de frutas e legumes, bombons e tecidos, todos eles produtos já fabricados no Brasil.

Como tal acordo impactaria o setor fabril brasileiro, a Confederação propôs ao Ministro que as concessões tarifárias aos EUA poderiam ser substituídas, sem maiores prejuízos aos interesses dos industriais brasileiros, já que havia produtos que o Brasil não produzia, mas que interessavam aos industriais estadunidenses exportar. Dentre eles podemos citar determinadas máquinas para a indústria, seus acessórios e utensílios, metais

¹⁰⁶ *Confederação Industrial do Brasil*. Associação civil fundada no mês de janeiro de 1933, exercendo suas atividades até 1938. Ela congregava quatro aparelhos privados do empresariado industrial existentes então no país. O *Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul*, a *Federação das Indústrias do Rio de Janeiro*, o *Centro Industrial de Juiz de Fora* – MG e a *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*. Até 1938 a CIB manteve caráter semioficial, transformando-se, então, na *Confederação Nacional de Indústria* – órgão oficial da indústria (LEOPOLDI, 2000, p. 80).

destinados a matérias-primas das indústrias brasileiras, máquinas elétricas, gasolina, materiais cirúrgicos, motores, máquinas de calcular, além de concessões maiores nas tarifas dos automóveis e caminhões (apud CARONE, 1977, p. 263). Para concluir o argumento, afirmava a moção que, se não houvesse alteração nos produtos dos Estados Unidos contemplados pelas tarifas tal como a CIB indicava, muitas fábricas brasileiras teriam que paralisar suas atividades. Assim, sustentavam que

(...) Pensamos que o Tratado Comercial firmado com os Estados Unidos da América do Norte, não poderá, com os golpes mortais contidos contra o trabalho nacional, ser aprovado pela Câmara dos Deputados e, estamos certos, não o será. Numerosas seriam as fábricas condenadas a paralização, na hipótese improvável da ratificação do Tratado que estamos apreciando, milhares seriam os operários e empregados que ficariam sem trabalho. (...) Extremamente grave, enfim, seria a situação decorrente da efetivação dessa iniciativa, cujas consequências não poderão ser previstas, agravando de forma acentuada, a delicada crise que estamos atravessando. (...) Antecipando os nossos melhores agradecimentos pela consideração que V. Ex. dispensar ao presente apelo, esta Confederação aproveita a oportunidade para reiterar a segurança do seu mais elevado apreço. CONFEDERAÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL – (as.) Euvaldo Lodi, Presidente (apud CARONE, 1977, pp. 263-264).

Além de buscar sensibilizar o Ministério da Fazenda para a reformulação de cláusulas do Tratado de Comércio com os Estados Unidos, a Confederação levou a discussão para a Câmara dos Deputados, visando obter, no Legislativo, apoio suficiente para influenciar na alteração do mesmo. Cabe ressaltar que os industriais¹⁰⁷ tinham elegido seus representantes classistas junto a essa agência da sociedade política e a CIB viabilizava a organização e união de esforços dos aparelhos privados industriais em sua ação política na Capital Federal. Os projetos que atendessem aos interesses das frações industriais seriam encaminhados, em ocasiões oportunas, a agências do Estado restrito que pudessem dar aos interesses dos industriais brasileiros *status* de interesse nacional.

Quando, a caminho de Londres, para participar da Conferência Monetária e Econômica, a delegação brasileira fez uma escala em Washington. Preocupados com a aprovação de medidas restritivas ou taxas sobre a importação de café, os membros da delegação buscaram esclarecimentos. O representante do governo dos Estados Unidos explicou “que o Departamento de Estado estava empenhado em evitar essa medida, mas que ficaria em melhor posição para consegui-lo se o Brasil considerasse mais favoravelmente os interesses dos exportadores norte-americanos. (...)” Os Estados Unidos pressionavam o governo brasileiro para reduzir as tarifas sobre produtos estadunidenses para, em troca,

¹⁰⁷ Os empresários industriais Horácio Lafer, Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi exerceram mandatos como Deputados Classistas – p. ex.

conceder ao Brasil “a manutenção das principais exportações brasileiras na lista livre daquele país. Foi essa a gênese do tratado comercial de 1935” (WIRTH, 1973, p. 08).

Em ofício enviado ao embaixador Joaquim Francisco de Assis Brasil, chefe da delegação brasileira em Londres, Valentim Bouças prestou valiosas informações sobre os acordos firmados em Nova Iorque e, ainda, sobre os agentes sociais e econômicos envolvidos. Bouças havia recebido de Oswaldo Aranha a incumbência de acompanhar Numa de Oliveira para ajudá-lo nas negociações com os credores americanos, sobre os créditos congelados. Mencionou ao embaixador os nomes de pessoas que, nos Estados Unidos, cooperaram nas negociações: Thomas J. Watson (Diretor do *Federal Reserve Bank* e Presidente da *International Business Machines Corporation*); general Palmer E. Pierce¹⁰⁸, Eugene P. Thomas, James S. Carson e Frederick H. Kent (Diretor do *Federal Reserve Bank* de Nova Iorque e Controlador do Câmbio) (BOUÇAS, 1933a, p. 27).

A análise do diário de Vargas permite aferir que o Presidente pressionou o Legislativo, apressando o andamento do tratado. Bouças, favorável a ele, articulou apoios junto a agências da sociedade civil capazes de fazer frente à oposição dos industriais, devidamente organizados em suas associações de classe. Essa divergência entre grupos empresariais quanto à assinatura do Tratado entre Brasil e Estados Unidos, bem como a posição de Bouças nessa disputa, foi analisada por Eli Diniz:

A campanha pró e contra o Tratado revelaria as divergências entre grupos dominantes. Enquanto os industriais paulistas dirigiam, através da imprensa, a campanha contra o acordo norte-americano, Valentim Bouças, diretor de uma firma importadora e porta-voz dos interesses do setor, destacava-se como um dos líderes da defesa do Tratado. Funcionários governamentais ligados ao Ministério da Fazenda, órgão com o qual Bouças mantinha inúmeras vinculações, seriam encarregados de escrever artigos favoráveis ao Tratado para o *Correio da Manhã* e de enviar textos mimeografados a congressistas e jornalistas influentes. As teses favoráveis aos princípios liberais consagrados pelo acordo teriam ampla repercussão em certos órgãos da imprensa, contando com o apoio da Sociedade Rural, onde os cafeicultores tinham bastante projeção (DINIZ, 1978, p. 131).

A ativa participação desses empresários nas agências governamentais está vinculada à industrialização do país e à nova forma de organização do Estado brasileiro. Uma nova etapa do desenvolvimento emergiria, fruto de disputas e conflitos entre frações das classes dominantes. É neste contexto que devemos compreender o intervencionismo

¹⁰⁸ Tratava-se de Palmer Eddy Pierce. Oficial do Exército dos Estados Unidos, formado por West Point. Aposentou-se como general de brigada em 1930. Ao sair do Exército, foi contratado pela *Standard Oil Company* para exercer a função de assistente do Presidente da empresa.

estatal em assuntos econômicos e sociais. Conforme Sônia Draibe, esse processo tinha como característica a multiplicidade

de organização das estruturas de um Estado-nação e de um Estado capitalista cuja forma incorpora, crescentemente, aparelhos regulatórios e peculiaridades intervencionistas que estabelecem um suporte ativo ao avanço da acumulação industrial (DRAIBE, 1985, p. 82).

O processo de centralização econômica culminou na criação de organismos diretivos e executivos responsáveis pela formulação de políticas setoriais ou gerais contando com a colaboração de vários órgãos de caráter consultivo, deliberativo e normativo incumbidos de elaborar

políticas referentes a grandes áreas da atividade econômica ou esferas mais abrangentes da ação estatal. Eram comissões ou conselhos de caráter inter ou supraministerial, dos quais alguns se constituíram em fóruns de especial importância no debate econômico, ou mesmo lograram aglutinar, ainda que temporariamente, instrumentos de controle velhos e novos, ainda dispersos pela máquina estatal (DRAIBE, 1985, pp. 90-91).

No entanto, ao analisar a participação dos empresários industriais no Estado restrito devemos ter em vista que esta não se limitou a instituições da sociedade política. É impossível compreender a complexidade dos grupos de pressão atuantes no complexo superestrutural da economia capitalista sem considerar a função estratégica das agências da sociedade civil. Assim, temos uma interconexão entre aparelhos privados de hegemonia e órgãos do Estado-governo. As lideranças orgânicas que representavam as classes e/ou frações no interior de entidades de classe cumpriram função estratégica na guerra de posição travada entre várias agências do Estado Integral.

Em princípio de 1934, a *Associação Comercial do Rio de Janeiro* pleiteou a Oswaldo Aranha que o Ministério da Fazenda fixasse “uma audiência semanal permanente” para os representantes da ACRJ. Deste modo, todas as partes interessadas e associações de classe poderiam apresentar suas demandas, tendo “certeza de que, por intermédio da Associação Comercial, elas seriam encaminhadas regularmente ao conhecimento dos poderes públicos, dentro do mais elevado espírito de colaboração.”¹⁰⁹

A ACRJ atuava como um partido político cujos intelectuais que compunham a diretoria, vice-presidência e presidência da entidade se organizavam para influenciar junto a agências do Estado restrito. A diretoria da Associação ressaltou que, no ano de 1934, tratou

¹⁰⁹ **Boletim Semanal da Associação Comercial do Rio de Janeiro**. Número 27. Ano 2. 17 de abril de 1936. p. 21. Acervo da Biblioteca da Associação Comercial do Rio de Janeiro, RJ/Brasil.

e solucionou com a ajuda do Ministro Oswaldo Aranha muitos dos problemas de interesse das Autodenominadas “classes produtoras”. Dentre as questões resolvidas, enumerou as de maior relevância. (i) anistia para as multas dos impostos em atraso; (ii) multas aplicadas às terceiras vias de conhecimentos de embarque; (iii) novo Regulamento do Selo; (iv) questão dos direitos aduaneiros pagos a mais em 1933; (v) dívida flutuante; (vi) exigências da fiscalização bancária; (vii) regulamento de vendas mercantis; (viii) a situação dos viajantes de casas de joias obrigados ao pagamento de pesados impostos em cada Estado que visitam; (ix) apreensão de veículos que transportam mercadorias não seladas; (x) tarifas da Alfândega e (xi) suspensão da venda de selos ao comerciante multado. A ACRJ ressaltou que o proveitoso entendimento com o Ministério da Fazenda “tornou-se uma praxe aceita, sem restrições, pelos sucessores do Dr. Oswaldo Aranha, (...) cômicos (...) do alto valor dessa troca de sugestões e soluções.”¹¹⁰

No que se relacionava a Valentim Fernandes Bouças, apesar de sua ativa participação nas negociações diplomáticas com os credores brasileiros no exterior, também envolveu-se em outras atividades econômico-sociais. Participou dos Acordos de Washington, escreveu trabalhos sobre o programa de produção da borracha brasileira, sobre a economia cafeeira, o direito de greve e a dívida externa na Assembleia Nacional Constituinte, por exemplo.

Os assuntos financeiros também despertavam o interesse da burguesia industrial. Em Conferência realizada no Mackenzie College, em São Paulo, a 08 de abril de 1931, Roberto Simonsen, um dos maiores intelectuais orgânicos da indústria, criticou o limitado desenvolvimento do aparelho bancário brasileiro, observando que os bancos existentes eram essencialmente de depósito, fator que os impedia de investir numerário a longo prazo. Em período de crise tais bancos eram

os primeiros a sofrer e agravam a situação do comércio e da produção pelas restrições a que são obrigados em seus negócios. Nos países adiantados são os bancos de negócios e o público que, com suas economias, financiam a longo prazo a produção por intermédio dos mercados de valores onde se colocam as ações preferenciais e os títulos de crédito mobiliário da indústria e da agricultura (SIMONSEN, s.d., p. 48).

Isto posto, a classe industrial também dependia dos capitais estrangeiros investidos no Brasil. Conforme ressaltou Mendonça, o empresariado industrial fora o ator social que mais se beneficiou das transformações políticas e econômicas do Estado brasileiro nos pós-

¹¹⁰ **Boletim Semanal da Associação Comercial do Rio de Janeiro**. Número 27. Ano 2. 17 de abril de 1936. p. 21. Acervo da Biblioteca da Associação Comercial do Rio de Janeiro, RJ/Brasil.

1930. O grau de inserção das lideranças industriais junto aos centros decisórios da sociedade política patenteia seu poder de organização e pressão política nos núcleos de poder. Assim, de acordo com a análise da autora, estão equivocados os que postulam o papel inexpressivo da burguesia industrial no campo da política econômica e, ainda, sua incapacidade “de constituir-se enquanto grupo de pressão junto aos núcleos de poder” (MENDONÇA, 1986, p. 18). A participação de intelectuais orgânicos do empresariado na reorganização econômico-financeira do Estado capitalista brasileiro no período em questão deixa transparecer o grau de articulação entre agências das sociedades civil e política.

Em dezembro de 1931, o *Centro Industrial do Brasil* alterou seus estatutos e mudou sua razão social, assumindo a denominação de *Federação das Indústrias do Rio de Janeiro*. As evidências disponíveis nas Atas de reunião e Relatórios da *Federação Industrial do Rio de Janeiro* deixam claro o papel dessa agência da sociedade civil situada na então Capital Federal. A organização/mobilização do empresariado por meio de um conjunto de associações de classe criou o que podemos chamar de *redes de organização político-empresarial*.¹¹¹

Tratava-se de um intrincado conjunto formado por aparelhos privados de hegemonia, atuando de forma a organizar a vontade coletiva da(s) classe(s) e suas frações, visando inserir seus projetos e intelectuais orgânicos junto às agências da sociedade política. Na ata da Assembleia Geral Ordinária da FIRJ de 20 de novembro de 1934, presidida por Francisco de Oliveira Passos¹¹², houve menção aos “companheiros da administração, presos aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. (...)”¹¹³ O industrial Euvaldo Lodi fora

¹¹¹ Assim conceituamos o conjunto intrincado formado por agências da sociedade civil, nas quais as lideranças empresariais cumprem sua função político-pedagógica na organização da vontade coletiva da(s) classe(s) e suas frações, tendo como objetivo inserir seus projetos e intelectuais orgânicos junto às agências da sociedade política.

¹¹² Era filho de Francisco Pereira Passos, ex-prefeito do Distrito Federal – com exercício de 1903 a 1906. Francisco de Oliveira Passos graduou-se, em março de 1901, em engenharia civil na Alemanha – cursando em Dresden a Real Escola Superior Politécnica da Saxônia. Quando retornou ao Brasil, trabalhou como engenheiro na *Leopoldina Railway* e na *Estrada de Ferro Central do Brasil*. “De 1904 a 1908, foi consultor técnico da Prefeitura do Distrito Federal.” Devido ao falecimento do irmão Paulo Pereira Passos, Francisco de Oliveira Passos assumiu a direção da empresa *Comércio e Indústria Paulo Passos S/A*, “especializada na indústria e no comércio de madeiras e outros materiais de construção.” Na sociedade civil, foi Presidente do Centro Industrial do Brasil – exercício de 1926 a 1931; Presidente da Federação Industrial do Rio de Janeiro no exercício de 1931 a 1935, tendo sido reeleito no cargo para biênio administrativo de 1934 a 1936. Foi membro do conselho diretor do Clube de Engenharia. Em julho de 1933 foi eleito deputado classista à Assembleia Nacional Constituinte. Para maiores detalhes, vide no DHBB o verbete biográfico de Francisco de Oliveira Passos – escrito por Sônia Dias. Na sociedade civil, presidiu o *Centro Industrial do Brasil* e a *Federação das Indústrias do Rio de Janeiro* de 1926 a 1935. Ele foi quem “comandou a mudança do CIB em FIRJ e também tentou criar no Rio de Janeiro, um partido de empresários, o Partido Economista. Enquanto seu esforço do lado corporativo foi bem sucedido, o Partido Economista não se sustentou numa conjuntura de turbulências políticas.” Para maiores detalhes, vide o livro de Maria Antonieta LEOPOLDI, 2000, p. 78 e segs.

¹¹³ Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

um dos associados da FIRJ que trabalhava como representante classista na formulação da Carta de 1934.

Grupos de pressão das classes e/ou frações burguesas industriais liderados por intelectuais orgânicos, tinham na inserção junto às agências da sociedade política uma das estratégias de luta por sua afirmação hegemônica. Antes de prosseguirmos na análise, cabe uma pergunta. Em uma tese que se propõe a estudar a economia capitalista, qual a relevância de abordar a sociedade civil como *locus* organizativo de frações da classe burguesa? Em resposta a tal questionamento, recorreremos a eloquentes palavras de Carlo Cipolla.

Para explicar o funcionamento e o desempenho de uma dada economia, o historiador econômico deve tomar em consideração todas as variáveis, todos os elementos, todos os fatores em jogo. E não só as variáveis e os fatores econômicos (CIPOLLA, 1993, s.p.).

Eric Hobsbawm apresentou considerações que vão de encontro às de Cipolla. O marxista inglês afirma que os historiadores podem e devem usar modelos, técnicas e modos de discussão da economia, não devendo, contudo, ficar confinados apenas a eles. A economia sofre, invariavelmente, as “mudanças provocadas pela história” (HOBSBAWM, 1998, pp. 107, 123). Isso implica em inserir as relações econômicas em uma totalidade social, articulando-se com o âmbito político e suas disputas. O problema a considerar aqui, contudo, refere-se à sociedade civil como arena central para a organização das demandas de frações da classe burguesa, o que não pode ser feito desconsiderando-se o papel do Estado Integral nesse processo.

O estudo do desenvolvimento da economia capitalista está diretamente relacionado ao fortalecimento da burguesia como ator político. Assim como a sua congênere europeia, a classe burguesa no Brasil manifestou, desde sua origem, fortes inclinações ao autoritarismo. Mesmo quando se aproximava das ideias tipicamente liberais da democracia representativa, o empresariado industrial o fez somente naquilo que lhe convinha. No Brasil, os movimentos políticos burgueses foram debilmente providos de caráter liberal-democrático, tendo predominado a tendência autoritária como legado transmitido pelo patriarcado rural ao empresariado urbano. Segundo Sérgio Buarque de Holanda,

um dos efeitos da improvisação quase forçada de uma espécie de burguesia urbana no Brasil está em certas atitudes peculiares, até então, ao patriarcado rural logo se tornarem comuns a todas as classes como norma ideal de conduta. Estereotipada por longos anos de vida rural, a mentalidade de casa-grande invadiu as cidades (...) (HOLANDA, 1995, p. 87).

Os resquícios dessa mentalidade autoritária constituem forte traço da burguesia brasileira, com características específicas segundo suas diferentes frações e *modus operandi* para com os grupos subalternos. Isso repercutiu e repercute, até hoje, na forma como os industriais se articulam em agremiações civis para formular seus planos de organização de demandas com vistas ao poder. Todavia, se na luta entre dominados e dominantes predominaram relações autoritárias, o mesmo não aconteceria entre as classes que compunham o bloco no poder. À luz desta interpretação, as associações de classe dos industriais viabilizaram a construção de um consenso entre os representantes do capital industrial.

A documentação analisada mostra que Euvaldo Lodi era intelectual orgânico e, portanto, agente de atuação política e cultural ordenadora da ação de classe. Sua participação no complexo superestrutural *Assembleia Nacional Constituinte e Assembleia Legislativa* – durante período constitucional; *Associação Comercial do Rio de Janeiro, Centro Industrial do Rio de Janeiro, Federação Industrial do Rio de Janeiro, Federação das Indústrias de Minas Gerais, Confederação Nacional da Indústria, Conselho Federal do Comércio Exterior, Conselho Nacional de Tarifas Ferroviárias, Conselho Nacional de Similares e Coordenação da Mobilização Econômica*, por exemplo, vinha de encontro ao projeto de integrar politicamente as frações da classe industrial tendo por finalidade transformar a ordem econômico-social.

Através de agências da sociedade civil, Lodi executava uma atuação construtiva e educadora das vontades dos grupos econômicos aos quais se vinculava. Immanuel Wallerstein também apresentou o Estado como espaço estratégico no capitalismo, permitindo orientar as relações de poder em direção favorável. Assim, segundo o autor,

Fazer política é mudar as relações de poder numa direção mais favorável ao próprio interesse, alterando a direção dos processos sociais. Para ter êxito, nesses casos, é preciso encontrar as alavancas da mudança que permitam a maior vantagem ao menor custo. Dada a estrutura do capitalismo histórico, as alavancas mais efetivas de ajuste político tem sido as estruturas do Estado, cuja própria construção (...) foi uma das realizações institucionais do capitalismo histórico. Assim, não é por acidente que o controle do poder estatal, a conquista do poder de Estado, tenha sido o objetivo estratégico central de todos os principais atores da esfera política ao longo da história do capitalismo moderno (WALLERSTEIN, 2001, p. 42).

Antes de prosseguir na análise do Estado é preciso, contudo, tomar cuidado para evitar generalizações simplificadoras. Não se deve reduzir a finalidade do Estado e suas agências à mera condição de “manipuladoras” das vontades e do poder. Tal análise pecaria

por cometer aquilo que chamamos simplismo funcionalista, subestimando a capacidade de luta dos dominados. Na medida em que as agências do Estado Integral trabalham para organizar as classes e frações dominantes, empenham-se, de igual modo, em desorganizar as classes dominadas. A hegemonia é sempre de uma classe social e/ou fração. Se, por um lado, para fazer-se hegemônica a classe dominante precisa organizar/educar a ação de seus iguais, por outra, deve desorganizar/desmobilizar suas classes efetivamente antagônicas, curto-circuitando potenciais alianças entre grupos opostos a seu projeto (POULANTZAS, 2000, p. 144).

3.4. A sociedade civil como espaço organizativo da ação política

Em 28 de novembro de 1930 o *Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro* encaminhou relatório sobre a situação da indústria algodoeira a Lindolfo Collor, então Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio¹¹⁴. No documento, os dirigentes da associação discorriam sobre os problemas enfrentados pelos industriais do setor¹¹⁵, solicitando ao Ministro ajuda para superar a crise que, de acordo com o Centro, atingira as indústrias nacionais desde 1925, prolongando-se até 1930 (*apud* CARONE, 1977, p 82).

As evidências disponíveis nas fontes analisadas sugerem não ser improvável que embora a luta da burguesia industrial pela hegemonia anteceda o período de 1930, a conjuntura que se abriu a partir do Governo Provisório teria sido estratégica para a fração de classe organizar-se tanto na sociedade civil, quanto na sociedade política. O Relatório ressaltava que a indústria algodoeira tinha

¹¹⁴ Exercício na pasta de 26/11/1930 a 04/04/1932.

¹¹⁵ É importante ter em conta que a indústria de produtos de algodão além de ter sido a primeira atividade fabril que se desenvolveu no Brasil, era também a mais organizada para cobrar do governo políticas que defendessem seus interesses. O setor fabril de tecidos de algodão usando processos manuais, por meio de máquinas simples (teares a mão e roca), se iniciou no “Brasil” no século XVIII. Em 1785, temendo concorrência aos fabricantes lusos e também para evitar que a mineração e a agricultura perdessem força de trabalho para as fábricas, a Coroa portuguesa proibiu as indústrias de transformação na Colônia. “Com exceção das manufaturas de tecidos grosseiros de algodão para vestir escravos e pessoas pobres” (SUZIGAM, 2000, p. 131). Na região Nordeste, os estados produtores de algodão – Alagoas, Bahia e Pernambuco – concentravam suas fábricas. Esse setor produtivo começou seu maior desenvolvimento a partir de 1844, sob a proteção da tarifa Alves Branco à indústria. Contudo, foi no início da República, com a expansão do crédito, que o setor conheceu grande expansão, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Até 1939, a indústria têxtil foi o setor industrial de transformação mais importante do Brasil. Para maiores detalhes sobre o setor têxtil do algodão, vide SUZIGAM, 2000, p. 130 e segs. As considerações de Celso Furtado a respeito da sociogênese da indústria de tecidos no Brasil também são esclarecedoras. Cf. FURTADO, 2000, 27^a ed. p. 249.

seus interesses ligados aos interesses de cerca de 5.000.000 de cultivadores de algodão, refletindo a sua situação, o seu desenvolvimento, ou a sua crise, na vida, na economia e na prosperidade de toda a nação (*apud* CARONE, 1977, p. 82).

Apresentando seus interesses econômicos como ligados aos do setor agrário cotonicultor e afirmando que sua prosperidade e/ou crise teria reflexos sobre toda a nação, as frações industriais do setor têxtil articularam-se ao bloco no poder formado em 1930 com a finalidade de difundir o suposto “interesse nacional”. Demandavam apoio fiscal e legal, indicando ainda que, o Banco do Brasil poderia conceder à indústria empréstimos e incentivos creditícios (*apud* CARONE, 1977, p. 84).

As lideranças orgânicas oriundas da classe industrial e organizadas em seus aparelhos privados buscavam, uma vez no Estado restrito, obter medidas protecionistas capazes de atenuar os impactos da depressão econômica mundial. Com o propósito de minimizar os efeitos da crise de superprodução no Brasil, em 1931 o Ministro Lindolfo Collor proibiu a importação de novas máquinas para a indústria.

Em matéria publicada no *Diário de S. Paulo*, em 17 de março de 1931, Octávio Pupo Nogueira, ligado ao *Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão de São Paulo*, elogiou o decreto do Governo Provisório proibindo a importação de máquinas para as fábricas durante os próximos três anos. No artigo, Nogueira mostrava-se favorável à política restritiva, entendida como necessária para salvar a indústria brasileira da superprodução que afetava as indústrias em todo o mundo.

Diversos foram os fatores favoráveis ao “desenvolvimento da indústria têxtil brasileira a partir da metade do século XIX.” Dentre eles destaque: 1º – Presença abundante de matéria-prima: o algodão, nas regiões Nordeste, Norte e, durante certo tempo, em São Paulo; 2º – Crescente demanda de sacaria para produtos agrícolas como açúcar, cereais e café, por exemplo; 3º – Crescimento da demanda por vestuário; 4º – Existência de força de trabalho barata, embora não qualificada; 5º – Proteção da concorrência estrangeira (SUZIGAN, 2000, pp. 129-130). A facilidade que os empresários do setor encontravam para importar máquinas e montar fábricas têxteis no Brasil, devido ao pouco capital necessário, estimulou a superprodução para o mercado interno. Assim, segundo Octávio Pupo Nogueira,

(...) as indústrias do mundo inteiro estão a braços com uma crise de superprodução. As que fabricam máquinas adotaram o sistema fácil das vendas a prestação e, hoje [1931], qualquer pessoa pode montar uma fábrica de tecidos recorrendo a este cômodo sistema. Como há superprodução também entre nós, certas matérias-primas, como o fio, podem ser adquiridas com notáveis facilidades de pagamento. Em suma, é possível a montagem de uma fábrica de tecidos no Brasil com pequeno e até pequeníssimo emprego de capital (*apud* CARONE, 1977, pp. 328-329).

O mesmo acontecia, ainda segundo Nogueira, com os industriais dos setores produtivos de chapéus e calçados, a título de exemplo. As lideranças orgânicas dos industriais compreendiam como positiva a atitude do Governo Provisório, mas assinalavam, contudo, que determinados cuidados deviam ser tomados pelo novo regime para que esta política não se tornasse empecilho à importação das máquinas necessárias ao aperfeiçoamento e aparelhamento das fábricas. Em resposta à solicitação, o decreto do Ministro Collor continha a seguinte diretriz:

O Ministério do Trabalho, [Indústria e Comércio] poderá permitir, durante o prazo pré-fixado no artigo antecedente, a importação a que o mesmo se refere, quando o interessado provar que a máquina que pretende importar vai substituir alguma outra paralisada e inaproveitável, por qualquer causa, ou vem melhorar a qualidade da produção da sua fábrica (*apud* CARONE, 1977, pp. 329-330).

A medida visava evitar que as frações do capital industrial afetadas pela superprodução brasileira sofressem restrições que resultassem na queda da produtividade, obstaculizando o aperfeiçoamento e/ou manutenção de máquinas, equipamentos e insumos essenciais à produção fabril. Segundo Amaury Gremaud, Flávio Saes e Rudinei Júnior, embora existam divergentes interpretações,

a respeito do desenvolvimento industrial brasileiro entre 1930-1964, é consensual admitir que o ano de 1930 [constituiu] (junto com os eventos que [ganham] forma a partir desse ano) um marco fundamental na história da economia brasileira (GREMAUD et al, 1997, p. 105).

Os industriais ameaçados por problemas decorrentes da superprodução se organizaram em agremiações na sociedade civil para cobrar medidas de apoio e proteção a seus interesses das agências do Estado restrito. O exemplo da atuação dos industriais do setor têxtil é bastante elucidativo, como no caso de Euvaldo Lodi que também tinha investimentos nesse setor, sendo proprietário da *S/A Fábrica de Tecidos de Seda Santa Helena*, localizada em Petrópolis, Rio de Janeiro (MOURÃO, 1992, p. 61).

Convém ter em conta a importância e força política detida pela indústria têxtil no país. Pollini Júnior apontou a articulação dos industriais do setor, através de suas associações privadas, para defender seus interesses e reivindicar medidas protetoras do Estado restrito. Além de buscar amparo público contra a crise de superprodução que atingiu seu ponto crítico em 1928, estes empresários temiam a concorrência estrangeira. Denunciaram “a existência de um *dumping* dos tecidos de algodão ingleses” (POLLINI JÚNIOR, 1996, p. 30).

A partir de 1929 os líderes do setor intensificaram sua pressão junto ao Estado-governo, utilizando-se de suas agências na sociedade civil. A “revolução” de 1930 ampliara a influência da burguesia industrial junto a determinadas agências estatais, de tal modo que “dois renomados industriais têxteis” ocuparam posições-chave no Governo Provisório: Jorge Street – na Divisão Industrial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio – e Manuel Guilherme da Silveira Filho¹¹⁶ – na presidência do Banco do Brasil. Pressionado por eles, em 07 de março de 1931, o governo restringiu “a importação de máquinas têxteis. A restrição previa a proibição da importação de máquinas [com exceção de] casos destinados à substituição de máquinas obsoletas ou que precisassem ser substituídas” (POLLINI JÚNIOR, 1992, pp. 04; 34 - 35).

A década de 1930 foi bastante conturbada no cenário político e econômico internacional. Expressivas mudanças sociais, políticas e econômicas estavam em curso e a turbulência provocada por tais acontecimentos levou à ruptura com todo um antigo sistema econômico e político, sepultando o que restava do século XIX. A inviabilidade de se retomar e reconstruir tanto a sociedade, quanto as instituições liberais em vigor no Brasil até fins dos anos 1920, foi o que tornou o movimento de 1930 inovador.

Quando, em 1930, a Grã-Bretanha abandonou o padrão-ouro, lançou os alicerces de uma nova era a partir da qual pôs-se em xeque a credibilidade do *mercado auto regulável*, condenando o liberalismo à bancarrota (POLANYI, 2000, p. 39). Ao eclodir em 1939 a nova fase da Guerra Mundial – a Guerra dos 31 anos, segundo Hobsbawm (HOBSBAWM, 1995, p. 30) – o que ainda persistia das ideias liberais foi estilhaçado como um gigantesco vitral atingido por meia dúzia de monolitos.

Tais acontecimentos afetaram o mercado interno e o setor produtivo industrial era bastante sensível às crises da economia capitalista, levando à intervenção da sociedade política para evitar o colapso. Cabem algumas questões. 1. Será que restringir a compra de

¹¹⁶ Manuel Guilherme da Silveira Filho. Formado em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, especializando-se em pediatria. Atuou, posteriormente, como clínico geral. Trabalhou como diretor-médico da fábrica têxtil *Companhia Progresso Industrial Fábrica Bangu*. Em 1915, avaliou títulos de crédito do seu cunhado, diretor-geral da referida fábrica. Como pagamento, recebeu a maioria das ações da fábrica, assumindo a presidência em 1922. Foi presidente do Banco Português no período de 1928 e 1929. Em 1935, tornou-se o “primeiro secretário do *Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro*.” Em 1936 ocupou a vice-presidência dessa organização sindical. Durante a Segunda Guerra Mundial, a empresa têxtil de Manuel Guilherme da Silveira Filho ampliou e diversificou sua produção. Em 1940, ele tornou-se membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças, órgão consultivo vinculado ao Ministério da Fazenda. Foi presidente do Banco do Brasil nos seguintes períodos: 11/09/1929 a 24/10/1930. Posteriormente, presidiu a referida instituição financeira de 24/11/1945 a 02/06/1949. Foi ministro da Fazenda, exercício de 10/06/1949 a 31/01/1951. Na atividade empresarial, também se tornou acionista da *Companhia Nacional de Gás Esso*. Para maiores detalhes, vide no DHBB o verbete biográfico de Manuel Guilherme da Silveira Filho – escrito por Mônica Kornis.

máquinas dos países fornecedores de bens de produção e bens intermediários ao mercado brasileiro poderia ter alguma implicação no campo das relações internacionais?; 2. Levando em conta que muitos desses países eram consumidores do café brasileiro, isso poderia resultar em retaliações ao produto responsável por parte expressiva das receitas decorrentes da pauta de exportações brasileira?; 3. Como reagiram a essa lei os empresários brasileiros que atuavam na condição de representantes comerciais de grandes corporações do setor de máquinas como a IBM?

Em artigo publicado no *Diário de S. Paulo*, Otávio Pupo Nogueira argumentou que não haveria retaliação, uma vez que países como Alemanha, EUA e França vendiam muitas mercadorias ao Brasil e, portanto, não lhes interessaria iniciar uma guerra de represálias. Segundo Nogueira, no quinquênio de 1926-1931, “a França mandou para o Brasil mercadorias no valor de £ 25.351.552; a Alemanha exportou para cá artigos de importância global de £ 52.670.239 e os Estados Unidos de £ 117.127.639” (*apud* CARONE, 1977, p. 330). Nogueira era favorável à intervenção do Governo Provisório em limitar a compra de máquinas no exterior, posto avaliar que a medida vinha de encontro à importância de proteger o mercado interno dos efeitos da superprodução. Mesmo deduzindo-se o valor das máquinas vendidas ao Brasil por esses três países, cuja receita somava £ 9.037.083, ainda restava-lhes no Brasil um mercado cujas importações atingiam a cifra de £ 186.112.347 (*apud* CARONE, 1977, p. 330).

As evidências disponíveis nas atas das Conferências de Londres e Washington em 1933, assim como aquelas das conferências com banqueiros americanos em Nova Iorque, no mesmo ano, deixam evidente que uma das formas de pressão usadas pelos capitalistas das grandes potências era ameaçar de boicote o café brasileiro. Valentim Bouças como representante de empresas estadunidenses no Brasil era contrário a medidas restritivas ao capital oriundo deste país. Seria imprudente negligenciar as pressões externas e internas sofridas pelas frações da classe industrial brasileira. Florestan Fernandes percebeu três forças comprimindo os interesses da burguesia brasileira no pós-1930:

De um lado, uma pressão *de fora para dentro*, nascida das estruturas e dinâmismos do capitalismo monopolista mundial. Fortificando-se num [crescimento] avassalador, essa pressão ameaçou vários interesses econômicos internos e pôs em causa a própria base material do poder de certos setores da burguesia brasileira. Essa pressão continha um elemento político explícito: condições precisas de ‘desenvolvimento com segurança’, que conferissem garantias econômicas, sociais e políticas ao capital estrangeiro, às suas empresas e ao seu crescimento. (...) De outro lado, *dois tipos distintos de pressão interna*. Uma, *procedente do proletariado e das massas populares*, que expunha a burguesia na iminência de aceitar um novo pacto social. (...) Outra, *procedente das proporções assumidas*

pela intervenção direta do Estado na esfera econômica (FERNANDES, 2006, p. 254).

A atuação de Lodi na *Federação Industrial do Rio de Janeiro* oferece relevante exemplo de sua trajetória como intelectual orgânico e de como isso pautou o *modus operandi* político da fração industrial por ele representada. A organização/ação política de classe teve e tem, até os nossos dias, a sociedade civil como *locus privilegiatum*. Analisando as atas de reunião da FIRJ evidencia-se que a agremiação funcionava como um partido, que dava forma orgânica à vontade coletiva de certas frações da classe industrial, dirimindo conflitos entre distintos setores do capital. A FIRJ também se ocupava de viabilizar a inserção de porta-vozes do capital industrial junto a agências da sociedade política, de modo a persuadir pelo atendimento de suas demandas.

No início dos anos 1930 o Governo Provisório lançou mão de medidas “para reformar a tarifa de 1900.” Como o Congresso estava “fechado, o debate sobre as tarifas ficou circunscrito à Comissão de Tarifa e às associações de classe.”¹¹⁷ Ao se posicionar nos debates sobre a reforma tarifária, Euvaldo Lodi, “defendeu em 1932 a manutenção da cobrança em ouro da tarifa.” Sugeriu ainda que as taxas passassem por “uma revisão anual, para adequá-las aos preços de origem dos produtos importados.” Para Lodi, o Conselho Nacional de Tarifas devia ficar responsável por tal revisão (LEOPOLDI, 2000, pp. 114-115). Os industriais tiveram destacada participação na revisão tarifária encampada pelo Governo Federal. Novamente recorremos às palavras de Leopoldi

Em 1932, o governo Vargas constituiu nova Comissão Revisora da Tarifa, na qual tiveram assento os representantes das associações regionais da indústria. Vicente Galliez representou a *Confederação Industrial do Brasil*, a [*Federação das Indústrias do Rio de Janeiro*] e o [*Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão*]; a [*Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*] e o *Sindicato Patronal das Indústrias Têxteis de São Paulo* enviaram Otávio Pupo Nogueira; Euvaldo Lodi representou a *Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais* e Walter James Gosling o [*Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul*] (LEOPOLDI, 2000, p. 115).

As associações industriais não eram apenas agências organizadoras de projetos e ação política das frações de classe industriais, mas, também, um espaço de formação e preparação de intelectuais provenientes do próprio capital industrial. Nesse caso, era na sociedade civil que os intelectuais cumpriam seu papel educativo, formando intelectuais

¹¹⁷ A Comissão era composta por 15 pessoas. Três representantes da FIESP, a agricultura não possuía representantes e o “comércio importador tinha menos porta-vozes que a indústria” (LEOPOLDI, 2000, p. 114 / nota 47).

orgânicos habilitados a formular as diretrizes político-pedagógicas que mobilizariam toda a classe.

O relatório da diretoria da *Confederação Industrial do Brasil* de 1933 indica a preparação desses intelectuais para atuar na Assembleia Nacional Constituinte. Pelo Decreto n. 22.621, de 05 de abril de 1933, o Governo Provisório “dispôs sobre a convocação da Assembleia Nacional Constituinte e prefixou o número de deputados de que a mesma se devia compor” (*apud* CARONE, 1977, p. 562). Foi estabelecido que dos 254 deputados, 40 seriam eleitos pelas associações civis de funcionários públicos e de profissionais liberais – existentes nos termos da lei civil – e, ainda, pelos sindicatos legalmente reconhecidos. Como nessa época muitos industriais não se vinculavam a sindicatos, tal medida incentivou o interesse dos industriais por tal vínculo. Cabe aqui uma questão relevante. Por que motivo o governo concedeu às associações de servidores públicos e profissionais liberais prerrogativas políticas que negava às associações burguesas?

Foi o modo encontrado para forçar o vínculo a sindicatos reconhecidos pelo Estado e, portanto, subordinados a sua tutela. Sentindo-se discriminadas a *Confederação Industrial do Brasil* e a *Federação das Associações Comerciais do Brasil* enviaram telegrama ao Chefe do Governo Provisório. A correspondência, provavelmente datada de março de 1931, foi assinada por Francisco de Oliveira Passos – presidente da primeira – e Serafim Valandro¹¹⁸ – presidente da segunda. O apelo das agremiações não foi atendido por Vargas, o que levou o dr. Vicente de Paulo Galliez a ter uma entrevista com Salgado Filho, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (*apud* CARONE, 1977, pp. 563-564). Na negociação ficou acertado que o governo

permitiria a sindicalização de pessoas jurídicas (empresas, firmas, sociedades anônimas) juntamente com pessoas naturais (indivíduos) e que, em caso de absoluta necessidade a circunscrição dos sindicatos profissionais de empregadores

¹¹⁸ Nasceu em 01 de outubro de 1883 no RS, em Santa Maria da Boca do Monte. “Até 1909 residiu em sua cidade natal, dedicando-se ao comércio, ao jornalismo e à política, tendo sido membro destacado do Partido Federalista. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1909. Estabelecido na Capital Federal, dedicou-se ao comércio de cereais e charque, fundando um estabelecimento comercial que levava seu nome. Foi intelectual orgânico vinculado a aparelhos privados do empresariado comercial. “Em 1922, foi designado representante da Associação Comercial de Santa Maria junto à Federação das Associações Comerciais do Brasil (FACB). A princípio exerceu o mandato interinamente, em substituição a Mário Petrucci. Efetivado mais tarde, foi indicado também como representante de Cachoeira do Sul (RS).” Foi eleito diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro em 1929. Foi presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), gestão de 1930 a 1933. Na sociedade civil, também foi membro do Conselho Superior da Sociedade Nacional de Agricultura. Quando faleceu, em 21 de setembro de 1933, “acumulava a presidência da ACRJ e da FACB com a do conselho fiscal do Banco do Brasil.” Para maiores detalhes, vide no DHBB o verbete biográfico Serafim Valandro – escrito por Sônia Dias.

poderia ser estendida a todo o Estado, em vez de ficar limitada ao município como até então estava sendo exigido (*apud* CARONE, 1977, p. 564).

A exigência da sindicalização mantida pelo governo Vargas não deu aos industriais outra alternativa para eleger seus deputados. Para isso, os aparelhos privados do capital industrial incentivaram a sindicalização de seus quadros. Dessa forma, em sessão de 19 de abril de 1933, o Conselho Deliberativo da CIB designou os empresários responsáveis por organizar a sindicalização de seus filiados – cada qual se encarregaria de uma ou mais agências da sociedade civil. Euvaldo Lodi, da *Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais*; Francisco de Oliveira Passos, da FIRJ; Antônio Jacob Renner, do *Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul*; Horácio Lafer, da FIESP (*apud* CARONE, 1977, p. 564).

Lodi foi um dos industriais eleitos no pleito para a Câmara dos Deputados em 25 de julho de 1933. No dia seguinte, Diretoria e Conselho Deliberativo da CIB homenagearam os candidatos eleitos. Tratava-se de iniciar os preparativos com a finalidade de organizar, educar, formar e nomear prepostos das agências de industriais da sociedade civil com o propósito de atuar como legisladores na Constituinte. As evidências disponíveis no relatório da *Confederação Industrial do Brasil* deixam claro que os industriais preparavam a estratégia da “guerra de posição” junto às agências do Estado Integral. Disso dependia o aprofundamento de seu raio de atuação nas instituições da sociedade política. São esclarecedoras as palavras proferidas por Euvaldo Lodi durante o referido evento de 26 de julho de 1933.

Os industriais do Brasil devem se congregarem em torno das associações, na defesa dos seus interesses, afim de que, unidos e coesos, em um só bloco, possam apresentar suas reivindicações e colaborar eficientemente com os poderes públicos no estudo e solução dos elevados problemas nacionais. Referiu-se a questão da representação das classes e afirmou ser um dos mais decididos defensores dessa íntima cooperação das classes produtoras na administração, que só terá benefícios com essa adiantada e inteligente modalidade construtiva dos poderes públicos (*apud* CARONE, 1977, p. 567).

O projeto político dos industriais passava pela organização coletiva da classe tendo em vista participar mais ativamente na administração Estatal visando, de alguma forma, interferir junto às políticas destinadas ao setor. Lodi ascendeu na condição de líder e representante das frações industriais no Legislativo.

A ata da *Federação Industrial do Rio de Janeiro* de 20 de novembro de 1934 registra os nomes dos industriais eleitos para funções diretivas na entidade. A fração industrial da metalurgia escolheu como seus representantes José Augusto Prestes e Euvaldo

Lodi, sendo que a 28 de setembro de 1934, este último seria eleito para compor o Conselho Diretor da FIRJ. Além dele, também foram escolhidos Antônio Bezerra Cavalcanti e Wolff K. Klabin (setor fabril do papel); Vicente de Paula Galliez (setor têxtil, comercial, seguros e mineração) e Mário de Andrade Ramos¹¹⁹ (*Energia Elétrica Rio-Grandense, Força e Luz de Ribeirão Preto e Jaú, Cia Brasileira de Telegrafia sem Fio*), por exemplo.

O grupo econômico dirigido por Euvaldo Lodi enfrentava a concorrência de capitais estrangeiros interessados no setor siderúrgico. Lodi sofria ainda, a rivalidade de industriais brasileiros àqueles aliados. Em 1936 Lodi reclamou com importante dirigente “do grupo industrial francês *Pont-à-Mousson*¹²⁰ (PAM), ‘que vendia a baixos preços o ferro-gusa de seus altos-fornos ao sr. Baldomero Barbará¹²¹, que fazia enormes lucros sobre os tubos com ele produzidos” O conglomerado econômico de Lodi se opunha ao do industrial Baldomero Barbará (TAMBASCO In: TAMBASCO, 2008, p. 196).

O temor do conglomerado econômico Lodi com relação ao poder político do grupo representado por Barbará não era, contudo, despropositado. Assim como Euvaldo Lodi, Barbará também cortejava o Chefe do Governo Provisório. Em seu diário, Vargas registrou que em 03 de dezembro de 1932, visitou

a fazenda do sr. [Baldomero] Barbará, no município de Arcozelo, estado do Rio, vasta propriedade com uma área de cerca de oito léguas, com muitas instalações confortáveis, e destinadas a criação de gado (VARGAS, 1995a, p. 159).

Vargas não compareceu sozinho ao churrasco na fazenda do empresário, fazendo-se acompanhar por mais de trinta pessoas, dentre elas os Ministros do Trabalho, Indústria e Comércio e da Viação e Obras Públicas – respectivamente Joaquim Pedro Salgado Filho¹²² e José Américo de Almeida¹²³ – além de Juracy Montenegro Magalhães¹²⁴, Interventor federal da Bahia. A comitiva também incluía membros dos respectivos gabinetes (VARGAS, 1995a, p. 159).

¹¹⁹ Na sociedade civil, foi membro do conselho diretor do *Clube de Engenharia* e da *Associação Comercial do Rio de Janeiro*.

¹²⁰ A PaM foi fundada na região siderúrgica da Lorena, França, em 1857. Tornou-se líder mundial na comercialização e produção de tubos de ferro fundido. Vide **90 anos evoluindo com o saneamento no Brasil** – link arrolado na Webliografia.

¹²¹ Estancieiro em Uruguaiana – RS. Barbará expandiu seus negócios pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, estado onde arrendou a fazenda Arcozelo. Foi o fundador da *Companhia Metalúrgica Barbará*. Ele faleceu em 1945 (VARGAS, 1995b, p. 510). Até o presente momento desconhecemos em que agências da sociedade civil esse empresário atuava.

¹²² Exercício de 06/04/1932 a 23/07/1934.

¹²³ Exercício de 24/11/1930 a 25/07/1934.

¹²⁴ Primeiro governou como Interventor Federal – exercício de 1931 a 1935, depois como Governador do Estado – exercício de 1935 a 1937.

Não encontramos na documentação registros que indiquem a finalidade desta visita, mas, certamente, não se tratava de passeio, nem tampouco de um simples churrasco. Todavia, podemos inferir o capital social¹²⁵ acumulado pelo fazendeiro e industrial, a ponto de mobilizar o chefe de estado, dois ministros e um interventor até sua fazenda. A não ser que fosse assunto importante, nada parece justificar a ida de todos esses políticos e técnicos numa penosa viagem de trem que, segundo o diário de Vargas, durava mais de quatro horas na ida e o mesmo na volta (VARGAS, 1995a, p. 159).

Sabemos que as forças produtivas permanentemente redefinidas implicam no estabelecimento de novas relações de produção, que permitam a preservação dos interesses das classes dominantes, confundindo-os com os de toda a nação (SODRÉ, 1997, p. 70). Fundamentados nessa premissa é que analisamos os empresários Euvaldo Lodi e Valentim Bouças no intrincado sistema de relações sociais imbricado ao Estado restrito capitalista. As grandes indústrias dos trustes e/ou cartéis norte-americanos vendiam ferro-gusa ao Brasil por preços abaixo dos custos¹²⁶ da produção ferro-guseira brasileira. É certo que o truste mineiro do ferro-gusa via com temeridade essa ação das grandes corporações siderúrgicas, dentre as quais figurava a francesa *Cie des Hauts-fourneaux et Fonderies de Pont-à-Mousson* (MOURÃO, 1992, p. 59-60).

Em seu diário, Vargas registrou que em 02 de janeiro de 1933 recebeu o embaixador francês, que frequentemente procurava tratar “da defesa de companhias francesas que empregaram capitais no Brasil” (VARGAS, 1995a, p. 173). Apesar de não mencionar diretamente a *Pont-à-Mousson*, fica patente a ação de representantes diplomáticos do capital francês junto ao Governo Federal.

O *dumping* dos produtos siderúrgicos praticado por empresas estrangeiras lesava os interesses dos grupos econômicos vinculados a Lodi. A primeira firma á qual o industrial mineiro se associou, a *J. S. Brandão e Cia* sofreu as consequências dessa política levada a cabo pelos importadores de produtos siderúrgicos, chegando a falir, o que a fez perder tanto

¹²⁵ Esse tipo de capital simbólico ocorre na forma dos múltiplos contatos estabelecidos através das relações sociais, a exemplo de casamentos, amizades e sociedades estabelecidas. É preciso ter em conta a importância que as relações sociais desempenham na ação política, pois a obtenção de determinados contatos e amizades pode transformar-se em matéria-prima para que uma classe ou fração obtenha o poder político. Esse capital simbólico deve se entendido no campo das relações sociais, através das quais é possível fazer alianças que possibilitam maior participação e influência em agências do Estado Integral. Portanto, capital político é concebido como uma forma simbólica de capital. Trata-se de um capital simbólico que confere poder, prestígio e influência ao seu portador (BOURDIEU, 2004, pp. 194 -196).

¹²⁶ Tratava-se da prática de *Dumping*, um sistema agressivo de comércio internacional que incentiva a exportação lançando produtos no mercado estrangeiro por preços de custo ou, não raro, abaixo do custo da produção dos concorrentes estrangeiros. Os preços baixos eram o compensados pela grande quantidade de produtos postos no mercado. Para maiores detalhes, vide o **Novíssimo Dicionário de Economia**, p. 187.

sua capacidade de operar, quanto os empréstimos concedidos pelas casas bancárias (MOURÃO, 1992, p. 60). A solução encontrada foi buscar um modo de injetar mais capital na firma, o que somente poderia ser feito mediante sua transformação em sociedade anônima. Dessa forma, seria obtido o capital necessário para manter e expandir o negócio. Por conseguinte, em 02 de março de 1931 a *J. S. Brandão e Cia* foi dissolvida, surgindo em seu lugar a *Companhia Ferro Brasileiro S/A*. Segundo Mourão,

O elevado capital da empresa possibilitou que se fizesse uma considerável ampliação de suas instalações industriais, permitindo o desenvolvimento de um novo e importante programa de produção. Anteriormente fabricando apenas o gusa para moldagem, o programa da empresa foi modificado no sentido de constituir-se em fábrica de tubos centrifugados de ferro-gusa, para abastecimento de água e outros usos (MOURÃO, 1992, p. 60).

Muito embora fortalecer-se no campo econômico, aumentando o capital da firma com a participação de novos investidores fosse medida importante para resistir às investidas dos grupos de pressão a serviço do capital estrangeiro, isso não era suficiente. Convém apontar que a disputa entre frações do capital não se restringia tão somente ao espaço dos mercados consumidores. Era preciso sistematizar estratégias que viabilizassem a participação político-empresarial junto ao Estado restrito. Em outras palavras, organizar um projeto tendo por meta ocupar postos no aparelho de Estado, os industriais disputaram a “direção política do processo de transformação do capitalismo no Brasil” (DRAIBE, 1980, p. 16).

Portanto, é impossível analisar a trajetória social de uma determinada liderança empresarial sem passar pelos aparelhos privados de hegemonia aos quais se achava ela vinculada. É neles que as lideranças organizam a ação coletiva da classe ou fração dela de modo a torná-la coerente e sistemática, em suma, orgânica. À luz desta interpretação a economia capitalista precisa ser estudada através das interconexões entre o público e o privado, arenas de disputa de projetos que almejavam tornar-se hegemônicos nas agências do complexo superestrutural que formam o Estado Ampliado.

Segundo Michel Burawoy, “a sociedade civil está inteiramente conectada ao Estado, que passaria ele próprio por uma expansão, incluindo aí os aparatos tanto ideológicos como repressivos” (BURAWOY, 2010, pp. 66 - 67). É no âmbito desse Estado Integral que se formam as redes de organização político-empresariais responsáveis pela formulação do que Gramsci denomina de “a grande política”. Para elucidar o conceito, recorremos a Álvaro Bianchi.

A grande política abraça as questões vinculadas com a fundação de novos Estados e com a luta pela defesa e conservação de uma determinada estrutura social política. (...) A luta pela destruição, defesa [e] conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais [também é grande política] (BIANCHI, 2008, p. 158).

Na alta política o que está em jogo “é a confirmação de uma nova hegemonia, de um novo bloco histórico cuja possibilidade está inscrita na totalidade social” (BIANCHI, 2008, p. 158). Embora as lideranças orgânicas do capital industrial, comercial e financeiro disputassem espaço no Estado restrito no pós-1930, ocupando postos estratégicos em suas agências, nenhum grupo foi capaz de afirmar uma nova hegemonia burguesa no seio do Estado capitalista brasileiro. A fórmula autoritária que culminou com a ditadura estadonovista deixa transparecer, justamente, a crise de hegemonia que desembocou numa solução cesarista.

Euvaldo Lodi foi um dos intelectuais orgânicos da burguesia industrial brasileira incumbido da tarefa de criar e ampliar o consenso junto às agências do Estado Integral – i.e., sociedade civil e sociedade política. Em outras palavras, ele devia elaborar e por em prática um método de ação capaz de dar organicidade à vontade coletiva da fração de classe que representada no interior do bloco no poder, assumindo funções estratégicas capazes de lhe assegurar condições de influenciar nas decisões governamentais. Segundo Eli Diniz,

se a burguesia não deteve a hegemonia do processo de instauração de uma nova ordem econômica e social, foi um ator estratégico do esquema de alianças que permitiria a consolidação e o amadurecimento do novo regime. Sua participação seria particularmente significativa no que diz respeito ao processo de definição de um projeto econômico voltado para a industrialização do país e de conscientização crescente do esgotamento do modelo primário-exportador nos moldes até então vigentes, vale dizer, calcado exclusivamente nas atividades primárias de exportação (DINIZ, 1978, p. 94).

A adoção de uma postura nacionalista voltada para questões que atendessem aos próprios interesses econômicos foi à estratégia ideológica usada na luta travada pelos industriais para se protegerem da intervenção do capital estrangeiro junto a setores em que este pudesse atuar em condições mais vantajosas que as próprias empresas brasileiras. Tal prática se coadunava com o projeto nacionalista autoritário formulado pelos ideólogos do governo Vargas, como Antônio José de Azevedo Amaral, Francisco Luís da Silva Campos e Francisco José de Oliveira Vianna – p.ex.

Um exemplo histórico desse nacionalismo pautado pelos interesses dos industriais, relacionava-se à defesa dos potenciais hidráulicos e riquezas do subsolo “contra as empresas estrangeiras” (DINIZ, 1978, p. 100). A participação de Lodi como Constituinte legislando a

esse respeito, permite-nos perceber a apropriação da plataforma nacionalista por parte do empresariado brasileiro. Segundo Diniz,

Euvaldo Lodi, representante da indústria na Constituinte, relatando o capítulo ‘Ordem Econômica e Social’, [abordou] a questão das minas e quedas d’água, de acordo com esse princípio. Segundo o ponto de vista que então defendeu, as minas e as jazidas minerais deveriam constituir propriedades distintas da do solo e as concessões deveriam ser conferidas exclusivamente a brasileiros e a empresas organizadas no país. No caso das minas e jazidas consideradas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar da nação, manifestou-se favorável à nacionalização (DINIZ, 1978, pp. 100-101).

Para Hobsbawm, quando se analisa a “questão nacional” é preciso ter em conta seus pontos de interseção com a política, a tecnologia e a transformação tecnológica. Assim, as “nações e seus fenômenos associados devem, portanto, ser analisados em termos das condições econômicas, administrativas, técnicas e outras exigências” (HOBSBAWM, 1990, p. 19). No ponto relativo a outras exigências, inserimos os conflitos de interesse entre o capital industrial e suas frações nas agências do Estado capitalista.

No entanto, no que concerne ao capital industrial brasileiro e sua relação com o capital estrangeiro devemos considerar que não havia necessariamente oposição e choque de interesses. A análise histórica mostra que se tratava de uma relação dialética, caracterizada por interesses conflitantes em alguns pontos e, não raro, complementares em outros. O estudo do caso de Euvaldo Lodi e a empresa *Companhia Ferro Brasileiro S/A* é verdadeiramente ilustrativo. Com o falecimento do sócio José da Silva Brandão, Lodi, acionista majoritário, vendeu o controle acionário da firma aos “industriais franceses do grupo *Point-à-Mousson*” (MOURÃO, 1992, p. 60), demonstrando a complexa dialética das relações econômico-sociais entre grupos econômicos estrangeiros e nacionais, que devem ser analisadas cautelosamente para evitar as “armadilhas” subjacentes à retórica nacionalista.

José Carlos Tambasco corrobora a rivalidade entre Lodi e Baldomero Barbará, que também tinha investimentos no setor metalúrgico. Associado a João Pinheiro, Barbará fundou, em 1929, a *Companhia Mineira de Metalurgia*¹²⁷, sediada em Caeté e cujo diretor técnico, Fernando Arens Júnior¹²⁸, era co-inventor do processo de centrifugação do ferro e

¹²⁷ Em 1931, a *Companhia Mineira de Metalurgia* passou por alteração de sua razão social, tornando-se *Barbará S/A* (TAMBASCO, 2008, p. 195).

¹²⁸ Denominado *Processo Sensaud-Arens*, foi inventado em 1914 por Fernando Arens Júnior e Dimitri Sensaud de Lavaud – em Santos, São Paulo. Ambos fundaram a *Companhia Brasileira de Metalurgia* (1915), tendo como objetivo fabricar “tubos de ferro fundido” Para maiores detalhes, vide J. C. Vargens Tambasco, 2008, pp. 192-195. Também são interessantes as informações localizadas em **90 anos evoluindo com o saneamento no Brasil** – devidamente arrolados nas referências bibliográficas e webliográficas.

um dos proprietários da patente. Em 1932 Barbará comprou a *Companhia Brasileira de Metalurgia* de Fernando Arens Júnior.

Diante da necessidade de resistir a investidas de grupos rivais, industriais brasileiros do setor, tendo Euvaldo Lodi como liderança, organizaram-se em uma sociedade específica para atender as demandas setoriais. Assim surgiu a *Sociedade Siderúrgica Ltda*, formada pelas seguintes pessoas jurídicas: *Companhia Ferro Brasileiro S/A*, *Usina Queiroz Júnior Ltda*, *Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira S/A* e *Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas S/A*. Tratava-se do truste mineiro do ferro-gusa, do qual Lodi era integrante, conforme mencionamos anteriormente (TAMBASCO, 2008, p. 197).

De acordo com Wirth, foi em 1931 que a *Companhia Belgo-Mineira* se associou ao truste siderúrgico do qual fazia parte Euvaldo Lodi. No entanto, os grupos industriais envolvidos negavam que sua organização fosse um truste: argumentavam tratar-se apenas de um acordo que regularizava quotas de preços e vendas entre as usinas, visando à proteção da indústria. É inegável, contudo, que os grupos siderúrgicos mineiros, organizados junto a ARBED, usaram seu poder para pressionar contra o projeto da *Itabira Iron*, chegando, inclusive, a pagar “para que alguns altos-fornos não entrassem em funcionamento” (WIRTH, 1973, p. 71).¹²⁹

A tal medida somava-se à disputa nas sociedades civil e política para aproximar-se dos centros decisórios. Para tal, era importante construir um consenso nacional com as lideranças industriais atuantes no novo bloco no poder. A crescente participação junto a órgãos técnicos e consultivos integrou o projeto desses industriais. Conselheiros-empresários como Horácio Lafer, Euvaldo Lodi, Roberto Simonsen e Valentim Bouças foram figuras de proa nesse processo.

3.5. Os estatutos da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro: regras de conduta e fundamentos da integração orgânica de empresariado industrial

Uma das formas mais expressivas utilizadas pela burguesia industrial para construir as bases de sua direção foi sua organização em entidades de classe. Durante o primeiro Governo Vargas essas agremiações da sociedade civil foram o espaço político onde as frações de classe industriais se reuniam para eleger as lideranças que iriam compor o seu

¹²⁹ De 1921 a 1938, a *Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira* lutou contra o grupo *Itabira Iron*, tendo em vista acabar com o projeto ferroviário de Farquhar destinado a “desenvolver o Vale do Rio Doce” (WIRTH, 1973, p. 71).

“Estado Maior” sendo, portanto, responsáveis pela representação de cada setor produtivo. Em nosso entender, essas entidades patronais foram partidos – na acepção gramsciana – junto aos quais os grandes empresários do setor buscaram se organizar tanto para obter maior participação na sociedade política, quanto para defender interesses específicos.

Se as frações da burguesia agrária haviam predominado até então na vida pública, a conjuntura aberta a partir de 1930 viabilizou que a burguesia industrial tivesse uma participação política mais ativa. Teria início um longo processo de edificação hegemônica pelo qual os industriais buscavam se inserir nos múltiplos órgãos do Estado restrito, influenciando suas políticas.

No entanto, a maior participação junto à sociedade política exigia uma conduta moral adequada a este novo papel em construção. Examinando os Estatutos da *Federação das Indústrias do Rio de Janeiro* pode-se verificar um indício daquilo que identificamos como o princípio de uma preocupação com questões de natureza moral, apontando para o surgimento de normas pelas quais os objetivos da entidade deveriam se orientar, dentre os elas

promover, de acordo com as possibilidades da indústria, a adoção de regras e normas que visem beneficiar e aperfeiçoar os sistemas de fabricação, os seus métodos comerciais, assim como o bem estar físico, moral, higiênico e cultural dos empregados.¹³⁰

Conforme mencionado anteriormente, normas e regras surgiam para orientar quer as relações sociais no setor da produção fabril, quer a metodologia a ser aplicada nos negócios havendo, ainda, a intenção de impô-las aos trabalhadores imersos em relações sociais mais diretamente imbricadas ao circuito trabalho-fábrica-produção.

Conquanto já tenhamos feito referencia à aplicação do que classificamos como uma *pedagogia disciplinar industrial*¹³¹, voltada para a classe trabalhadora, ratificamos que o objeto central de nosso estudo é a burguesia industrial, à qual dedicaremos maior atenção.

¹³⁰ **Estatutos da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro.** Capítulo I. Constituição, sede, foro base territorial e objetivos. Art. 2º – D. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

¹³¹ Trata-se de uma ação pedagógico-disciplinadora pela qual as classes empresariais preparam aqueles que com ela se relacionam, através de uma matriz ideológica comum. No caso do período pesquisado, essa matriz primária se apresentava pela premissa da colaboração entre as classes – patrões e empregados. Outro ponto importante para essa ação pedagógica era a negação do conceito de luta de classes, pedra fundamental para a construção ideológica de uma relação harmônica entre patrões e empregados. Para implementar essa ação político-pedagógica, o empresariado industrial contava com a colaboração dos órgãos estatais que tinham como objetivo “adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do desenvolvimento continuado do aparelho econômico de produção, portanto elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade. (...)” (GRAMSCI, 1980, p. 91).

Ao ler toda a documentação pesquisada¹³² constatamos que entre os empresários mais atuantes nas entidades da classe industrial no Rio de Janeiro os princípios morais estavam melhor inseridos no plano político, orientando-se por relações socioeconômicas e sociopolíticas que dialogavam com os interesses da burguesia industrial como um todo.

Essas normas de conduta são apontadas nos Estatutos da FIRJ e pontuam os direitos e deveres dos empresários a ela agremiados, explicitando os princípios através dos quais deveriam pautar sua inserção na complexa correlação de forças que emergira no pós-1930. De acordo com os Estatutos, era

dever da FEDERAÇÃO a observância rigorosa da lei e dos princípios de moral e compreensão dos deveres cívicos, bem como a abstenção de quaisquer propagandas de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses nacionais.¹³³

Através dessas normas, buscava-se integrar os industriais ao regime político em formação, possibilitando sua composição junto a um bloco orgânico integrado pelas instituições governamentais que seriam os múltiplos espaços políticos abertos à sua participação.¹³⁴ Com isso, não seria precipitação ou equívoco afirmar que essas normas tinham um propósito mais político do que propriamente moral ou econômico, posto que, ao defenderem a compatibilidade entre instituições e interesses nacionais, criavam-se condições para que o juízo fosse político e não moral (GRAMSCI, 1980, p. 161). Destacamos um fragmento de um discurso de Francisco de Oliveira Passos, – então presidente da FIRJ – registrado em ata:

O Presidente Dr. Oliveira Passos (...) fez eloquente [discurso], no sentido de que os industriais se mostrem sempre a altura da alevantada missão que a nova Constituição atribuiu as classes produtoras na organização social, econômica e política do Brasil, evitando os erros de uma subjetividade excessiva, para fazer predominar na solução dos problemas nacionais a objetividade compatível com a sobreposição dos interesses da coletividade aos dos indivíduos.¹³⁵

Dentre os deveres dos sindicatos filiados a FIRJ destacamos dois, dentre os cinco pontos arrolados no Art. 11: “respeitar em tudo a lei e acatar as autoridades constituídas” e

¹³² O *corpus* documental usado será arrolado de forma mais detalhada na bibliografia.

¹³³ **Estatutos da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro.** Art. 4º – Parágrafo Único. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

¹³⁴ São exemplos expressivos o Conselho Federal do Comércio Exterior e o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda.

¹³⁵ **Ata da Assembleia Geral Ordinária da FIRJ**, realizada em 20 de Novembro de 1934. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. s.p.

“concorrer, de um modo geral, para o preenchimento dos fins sociais”.¹³⁶ Trata-se de pontos complementares, posto que os fins sociais não poderiam ser atingidos sem que a burguesia industrial se ajustasse às normas de conduta estatutariamente apresentadas, o que significava aceitar, ao menos em princípio, a adesão à estrutura corporativa em construção pelo Estado restrito. Em verdade, CIRJ e FIRJ mantinham a mesma diretoria, assegurando o vínculo entre este aparelho privado de hegemonia e a Federação.

Os Estatutos também exigiam certa frequência dos afiliados às sessões, eliminando da representação do seu respectivo sindicato o membro “do Conselho de Representantes ou da Diretoria” que faltasse a seis ou mais sessões consecutivas, sem apresentar a devida justificativa. Era ainda prevista a expulsão daqueles que demonstrassem “uma má conduta profissional, espírito de discórdia ou [cometessem] falta contra o patrimônio moral ou material da FEDERAÇÃO (...)”. Investindo na defesa de seu *patrimônio moral*, insistindo na repetição deste termo, o Estatuto destaca que seriam “eliminados da representação” aqueles que cometessem, “(...) na esfera particular, crime infamante ou [fossem] protagonistas de escândalos públicos que os diminuam no seio da sociedade.” Os Estatutos previam, ainda, o afastamento dos que professassem “doutrinas ou ideologias contrárias as instituições ou aos poderes constituídos.”¹³⁷

Com base nestas normas parece-nos clara a forte relação existente entre os princípios morais e o projeto de construção da hegemonia¹³⁸ das frações da burguesia industrial que, através dos Estatutos, buscavam definir as regras pelas quais todos os grupos empresariais integrantes da Federação deveriam orientar-se para obter o consenso necessário ao equilíbrio no próprio interior da sua estrutura orgânico-política.¹³⁹ Esse

¹³⁶ **Estatutos da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro.** Capítulo I. **Constituição, sede, foro base territorial e objetivos.** Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

¹³⁷ **Estatutos da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro.** Capítulo II Da filiação, direitos e deveres dos sindicatos filiados e dos seus delegados. Art. 18. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

¹³⁸ A hegemonia que estava em construção dependia do entendimento político entre as muitas classes e frações que compunham o bloco no poder. Embora nenhuma classe ou fração em particular detivesse a hegemonia, o governo de 1930-1945 apenas foi possível porque as classes dirigentes se mantiveram unidas por conta de variáveis externas (Depressão Econômica, crise do liberalismo, II Guerra Mundial e por último, mas não menos importante, a sombra vermelha da revolução bolchevique) e internas (crise do modelo primário-exportador e esgotamento do pacto oligárquico Minas-São Paulo) que originaram um denominador comum aos interesses dessas classes dirigentes.

¹³⁹ Entendemos como estrutura orgânico-política a composição de um bloco político capaz de criar condições estáveis para sustentar o pacto político entre dirigidos e dirigentes. No caso do Primeiro Governo Vargas, embora composta por diferentes classes e frações dominantes, tendo inclusive interesses diversos, sua composição política encontrou na via cesarista de caráter progressista a forma de representar os interesses comuns das diferentes classes envolvidas na construção da hegemonia. Assim, representou os interesses dos setores progressistas da burguesia (industrial, comercial, bancária) sem abandonar os setores tradicionais ligados ao empresariado agromercantil (cafeicultores, produtores de açúcar, erva-mate, cacau, algodão, borracha, madeira), sem esquecer, ainda, a pecuária (couros, carne, leite) – por exemplo.

propósito somente seria alcançado mediante a criação de um espaço político que fosse suficientemente verticalizado em sua ossatura burocrático-administrativa sem, no entanto, perder sua capacidade de absorver demandas dos industriais que, embora participantes da FIRJ, não ocupassem cargos de destaque junto ao estado-maior – Conselho de Representantes e Diretoria – da instituição.

O empresário filiado que não portasse nenhum dos impedimentos morais apontados nos Estatutos poderia indicar dois de seus integrantes para representá-lo junto ao Conselho de Representantes. Cabe destacar que a conduta moral se apresentava ainda sob uma dimensão material, ou melhor, financeira: aqueles que não pagassem em dia a soma estabelecida pelo Conselho de Representantes eram afastados pela Diretoria, Estado-maior da Federação.¹⁴⁰ Todavia, a expulsão não era algo irreversível, o que significa afirmar que existia certa permeabilidade nos valores morais cobrados aos sócios da FIRJ.

Mesmo diante de casos sujeitos à pena de expulsão por transgredirem as normas estatutárias, isso não seria feito sem que fosse concedido o direito de defesa ao acusado, valendo ressaltar que a expulsão de um membro atingiria a própria agremiação da qual era representante. Por conta disso, o Art. 19 dos Estatutos estabelecia que “a aplicação de penalidades, em qualquer caso, [deveria] proceder à audiência do sindicato interessado que [poderia] produzir, por escrito, a sua defesa.”¹⁴¹

Quanto aos casos de afastamento por atraso no pagamento¹⁴², que era na verdade uma espécie de contribuição dos sindicatos filiados para manter a Federação, eles não significavam, em hipótese alguma, a exclusão definitiva do quadro social da FIRJ. Para apresentar a norma que regulamentava o que classificamos como reingresso corporativo, reproduziremos na íntegra o Art. 20 dos estatutos da FIRJ:

Os sindicatos eliminados por atraso de pagamento poderão reingressar no quadro social mediante nova proposta [de filiação] desde que, previamente, liquidem seus débitos, sujeitando-se, ainda, às demais condições para a admissão. Os sindicatos eliminados por outro motivo poderão voltar ao convívio agremiativo desde que se

¹⁴⁰ **Estatutos da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro.** Artigos 13 e 16A. Além das condições já apontadas, era preciso estar em dia com a taxa de contribuição fixada pelo Conselho de Representantes. Sendo que o atraso de mais de três prestações implicava na suspensão de um sindicato filiado (Art. 13), havendo expulsão quanto o atraso fosse de seis prestações ou mais (Art. 16 – A). Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

¹⁴¹ Acervo da Biblioteca da Firjan. **Estatutos da FIRJ.**

¹⁴² Tratava-se do pagamento das joias e contribuições financeiras fixadas regularmente pela federação. Em conformidade com os **Estatutos da FIRJ**, Art. 11, alínea c. Cf. também os Artigos 13 e 53. Nesse caso, entenda-se por joia o valor que deve ser pago a uma associação, pelo filiado, no ato de sua inscrição. Os valores que deveriam ser pagos eram fixados pelo Conselho de Representantes – Art. 13. As contribuições financeiras eram dever das pessoas físicas e jurídicas filiadas. Vide pp. 03, 04, 11.

reabilitem, plenamente, a juízo do Conselho de Representantes, mediante proposta aprovada por dois terços dos seus membros.¹⁴³

Nesse sentido, se por um lado o artigo citado apresentava uma prerrogativa pela qual era permitido o reingresso aos que fossem banidos, nem por isso abria-se precedente quanto à sujeição às normas exigidas pelos Estatutos. Em verdade, reforçava-se a ideia de que era essencial haver, da parte do representante que fosse novamente aceito no núcleo agremiativo da FIRJ, a plena reabilitação e sujeição às regras estabelecidas, o que implicava em afirmar que os filiados precisavam aprender a conviver e, sobretudo, a se integrar à estrutura corporativa e orgânico-política da Federação.

Essa tentativa de criar uma estabilidade nas relações entre as distintas frações da burguesia industrial vinculadas à Federação relacionava-se com a necessidade de evitar qualquer instabilidade política entre os associados capaz de comprometer a ação política da entidade. Para manter boas relações com os órgãos governamentais, de modo que a burguesia industrial alcançasse maior participação junto ao Estado-governo – conselhos, comissões e demais órgãos técnicos –, não poderia haver nenhuma cisão entre eles. Neste sentido, as normas dos Estatutos, ao pretenderem orientar a conduta coletiva, criavam condições para sua própria orientação política. Tratava-se, portanto, de uma moral burguesa direcionada a uma finalidade específica: a construção da hegemonia da burguesia industrial.

No que se refere à ossatura político-administrativa da FIRJ, os empresários de seu Estado-maior dividiam-se em dois núcleos de poder: o Conselho de Representantes e a Diretoria. Ao descrever sua formação e suas atribuições, as normas estatutárias definiam os fundamentos orgânicos aos quais as próprias lideranças empresariais estariam sujeitas, estabelecendo-se regras para os pleitos e duração dos mandatos. Com isso, ficava definido que o

Conselho de Representantes [era] o poder soberano da Federação, composto de dois delegados de cada sindicato filiado, eleitos, pela assembleia geral respectiva, com mandato por dois anos.¹⁴⁴

Entre as competências do Conselho de Representantes figuravam “eleger e empossar os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal”; conhecer e decidir sobre a aprovação de documentos como relatórios da Diretoria, pareceres emitidos pelo Conselho Fiscal, balanços e contas. Em verdade, a autoridade do Conselho parecia bastante ampla, pois lhe cabia o direito de “decidir (...) sobre tudo o que [pudesse] interessar à Federação”,

¹⁴³ **Estatutos da FIRJ**. Art. 20. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

¹⁴⁴ **Estatutos da FIRJ**. Capítulo III: Da Administração e Representação. Art. 23. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

bem como exercer as funções que lhes foram atribuídas nos Estatutos e também pela legislação vigente no período.¹⁴⁵

Consideramos equivocado o pressuposto weberiano de que a moralidade que orientava o pensamento social do empresariado filiado a FIRJ tinha seus fundamentos em uma *ação racional legal*. Por esse pressuposto reducionista, a relação entre fundamentos éticos e ação social indicaria o modo pelo qual se estabeleceram as conexões entre relações sociais, princípios morais e atuação política. Isso significaria que essa *ação racional* era orientada por valores e crenças comuns (princípios morais) que permitiam aos empresários filiados à Federação orientarem seus valores para compor uma articulação política adequada a seus interesses de classe (WEBER, 2000, pp. 15-16).

Essa teoria contribui para despolitizar a ação dos empresários – sejam eles industriais ou não –, posto que é inapropriada para percebê-la em sua totalidade social nas agências do Estado capitalista. Não concordamos com a análise de Max Weber e, portanto, a ela contrapomos a formulada por Gramsci, para o qual moral e ética estão vinculadas a política. Tratava-se de uma moral público-política formulada pelos intelectuais orgânicos do empresariado industrial com a finalidade educativa e mobilizadora da vontade coletiva da classe (GRAMSCI, 2011b, p. 231).

É preciso, portanto, tomar cuidado com o equivocado conceito formulado pelo sociólogo alemão, segundo o qual a ação racional estaria voltada para atingir fins e valores. Tal instrumento teórico é ineficaz para analisar as variadas nuances da disputa pelo poder que ocorre nas agências do Estado capitalista. Em contraposição a esse tipo de análise compreendemos que as lutas pela hegemonia entre frações da classe dominante e sua estratégica mobilização a partir de aparelhos privados com o propósito de organizar, educar e mobilizar a classe tornam factível a elaboração de projetos contra-hegemônicos para as sociedades civil e política, além da formação de novos intelectuais orgânicos provenientes da própria classe. Decorre desse contexto a existência inegável de constante tensão mesmo entre frações dominantes no interior do bloco no poder.

A organização/educação da vontade coletiva tal como concebida por Antônio Gramsci, nos parece ser a chave analítica mais apropriada para uma leitura dos Estatutos da FIRJ e sua função pedagógica. Os Estatutos resultaram do trabalho de intelectuais orgânicos, buscando normatizar os princípios através dos quais as frações de classe filiadas à

¹⁴⁵ **Estatutos da FIRJ**. Capítulo III: Da Administração e Representação. Art. 25. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

agregação deveriam se orientar. Eles não apenas normatizavam, como também disciplinavam, a participação política no interior da *Federação Industrial do Rio de Janeiro*, dando sustentação à disciplina e à hierarquia. Os Estatutos, em suma, sintetizavam os projetos de organização sociocultural, equacionando as normas de conduta que, por sua vez, presidiriam a disputa política.

3.6. Princípios morais da participação política nos Estatutos da FIRJ

A criação e organização de uma estrutura político-administrativa verticalizada embora, ainda assim, mais aberta à participação dos empresários industriais, foi essencial para sedimentar o consenso em torno ao qual se construiria a “moral” das frações de classe industriais que, organizadas pela Federação, adquiriram o aprendizado político para sua participação, quer na sociedade civil, quer no Estado restrito redefinido a partir de 1930. Conforme já apontado, os Estatutos da FIRJ forneciam os princípios ético-políticos reguladores da conduta dos membros da federação. Todavia, essas normas se orientavam, essencialmente, pela complexidade das relações sociais como um todo e, portanto, teriam como fio condutor a atuação política das frações da burguesia industrial agregadas pela *Federação Industrial do Rio de Janeiro*.

Usando as palavras de Moore Jr (1999, pp. 22-23), diríamos que “o epíteto moral era especificamente político e acrescentava um sabor de respeitabilidade” à burguesia industrial.¹⁴⁶ Assim, nas relações de poder organizadas entre as lideranças dos sindicatos empresariais vinculados à FIRJ, a respeitabilidade ético-moral que presidia a atuação desses empresários industriais teria nos Estatutos a base de sua integração social.

Essa integração se justificava em nome do objetivo maior do *interesse nacional*, expressão que emerge com frequência nas atas de reunião da entidade, da mesma forma que o termo *interesses da coletividade*. Quanto à questão do “amor à produção” – tendo primazia sobre o lucro – não cremos que se tenha apresentado como um tipo de postura moral dos empresários da Federação. Não havia nenhuma norma que recomendasse – ainda que sutilmente – ser “moralmente melhor” para os empresários, se contentarem com pequenos lucros. Suas relações com o poder público evidenciam, justamente, sua preocupação em

¹⁴⁶ Não obstante o autor tenha usado a expressão para se referir às dimensões morais dos homens de negócios nas sociedades pré-industriais (particularmente na Inglaterra), e posteriormente ao início do processo de industrialização inglesa, assumimos o risco de pensar como essa moralidade influenciou as relações sociais da burguesia industrial brasileira.

acumular cada vez mais capital econômica, política e socialmente suficiente através da defesa de seus interesses próprios.

No caso do lento processo que, a partir de 1930, permitiria à burguesia industrial estabelecer e consolidar padrões morais e princípios éticos capazes de direcionarem sua ascensão política junto a postos estratégicos nos múltiplos organismos do Estado restrito, não podemos esquecer o papel desempenhado pela Depressão dos anos 1930, uma vez que a crise mundial favoreceu uma maior autonomia relativa do Estado brasileiro, permitindo que as frações industriais participassem mais efetivamente das agências do poder público.

O pressuposto a partir do qual a burguesia industrial buscou legitimar sua atuação política baseava-se na a ideia da existência de interesses gerais ou coletivos e nacionais. Nos Estatutos de FIRJ, destaca-se dentre seus objetivos:

amparar e defender os interesses gerais das indústrias que congrega e representar essas indústrias perante os poderes públicos federais, estaduais e municipais, colaborando com os mesmos no estudo e solução de todos os assuntos que, direta ou indiretamente, possam, de qualquer forma, interessar às atividades produtoras e à expansão da economia nacional.¹⁴⁷

No âmbito da grande política, a postura dos empresários filiados à FIRJ e sua relação com o poder Estatal vinculava-se a um movimento mais abrangente que extrapola seus próprios muros. A formação de um grande número de organizações patronais em busca do reconhecimento do poder público estatal era indício de que o poder político da burguesia industrial tornava-se cada vez mais sedimentado no pós 30.

Embora os industriais ainda não detivessem a hegemonia, eles certamente davam início à construção de seus alicerces. As frações da burguesia industrial que integraram órgãos técnicos criados após o movimento de 1930 formavam os múltiplos “Estados-maiores” que deram um contorno específico ao processo de ação política do empresariado industrial brasileiro no Estado capitalista. Tal fato, portanto, se fez acompanhar pela lógica da acumulação de capital político através da simbiose entre a “rede de empresas industriais ou comerciais” e as muitas esferas do poder público (BOURDIEU, 2004, p. 194).

Para consolidar-se neste espaço específico era indispensável uma ação política organizada e nisso a burguesia agrária estava em vantagem, pois se empenhara neste projeto desde a Primeira República. A multiplicação dos seus aparelhos privados de hegemonia propiciou às frações industriais construir uma rede de contatos que foi fundamental a este processo.

¹⁴⁷ **Estatutos da FIRJ.** Art. 2º – Letra: A. Acervo da biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Ao mesmo tempo, para atenuar potenciais conflitos intraclasse, argumentava-se que todas as classes se uniam pelo “bem comum” e que a luta de classes deveria ser substituída pela colaboração entre elas. Podemos afirmar que, ao criar um código moral próprio a suas expectativas político-econômicas, a burguesia conciliou a vontade coletiva e a vontade política dos diversos grupos integrantes da *Federação Industrial do Rio de Janeiro*.

Seguindo uma abordagem gramsciana, podemos pensar a FIRJ como um grande partido e, neste sentido, suas normas de conduta adquirem contorno específico, evidenciando a ligação visceral entre valores morais (e, portanto, cultura) e ação política. Logo, os Estatutos representavam mais do que princípios de conduta, tornando-se a expressão dos interesses coletivos deste grupo traduzidos pelos que integravam o núcleo dirigente da agremiação (GRAMSCI, 1980, pp.7-24).

3.7. A Federação Industrial do Rio de Janeiro como *locus* organizativo da ação coletiva do empresariado

Estamos convictos de que o estudo da ação coletiva do empresariado brasileiro por meio da análise de suas distintas agremiações associativas na sociedade civil põe em xeque as teses defensoras da passividade e do desinteresse do empresariado brasileiro pela política, evidenciando tratar-se de posição dotada de um forte viés mitológico (BIANCHI, 2007, p. 117). Semelhante perfil jamais coube ao empresário industrial brasileiro e tampouco acreditamos que caiba ao empresariado dos demais países da América Latina. Se mapearmos as organizações do capital em agências da sociedade civil, por meio da ação educativa e pedagógica de seus intelectuais orgânicos, isso pode ser facilmente testado.

Para corroborar tal proposição analisamos as Atas de reunião da FIRJ, do CIRJ e da FSIDF, além dos Relatórios da primeira. Tais documentos mostram os debates travados no interior dessas associações da burguesia industrial, assim como a organização e o direcionamento político e sociocultural que suas lideranças orgânicas deram à ação coletiva de seus representados.

Os estudiosos do empresariado industrial brasileiro que insistem em atribuir-lhe uma “fraqueza orgânica” desconsideram a função política e fortemente mobilizadora das entidades agremiativas da sociedade civil. E, insatisfeitos em cometer essa negligência analítica, ainda tratam o Estado como se este fosse uma “força” autônoma a arbitrar demandas divergentes, “pairando” sobre a sociedade. Isso faz com que o conceito liberal do

Estado seja, na melhor das hipóteses, uma *contradictio in subjecto* posto ignorar que este também é uma relação social, marcada por tensões e lutas.

Na condição de partido de algumas frações classe industrial, a FIRJ atuava como força educadora e disciplinadora de seus filiados, criando condições para o consenso entre os empresários a ela vinculados. É atribuição das associações de classe promover projetos e ideologias historicamente orgânicas por cujo intermédio seus filiados atinjam aquilo que Gramsci chamou de *catarsis* – i.e. a passagem do momento puramente econômico, ao momento ético-político da consciência de classe (GRAMSCI, 1991, p. 53).

Cumprir enfatizar que ao estudar o processo da construção-organização de um projeto para o Estado restrito, é preciso deixar claro que dele participaram intelectuais orgânicos ligados às mais diversas frações do capital. E dentre os integrantes da nova geração de intelectuais orgânicos do setor industrial que, a partir de 1930, exerceram intensa atividade política no complexo superestrutural do Estado capitalista, destacamos Euvaldo Lodi, Roberto Simonsen, Horácio Lafer e Wolff Klabin. Esses intelectuais do capital industrial organizavam a ação coletiva em busca de políticas estatais que atendessem a suas demandas.

No que se refere a grande depressão econômica do entreguerras, Horácio Lafer, então deputado federal pelo Partido Constitucionalista, apresentou considerações sobre a situação econômico-financeira do país. Em sessão de 30 de maio de 1935 na Câmara, discursando sobre desenvolvimento e industrialização, Lafer teceu interessantes ponderações acerca das crises econômicas e sua periodicidade na história da economia. Orientando-se por uma referência de Karl Marx, asseverou que as crises eram “passageiras e antecessoras de um surto de progresso ainda maior do que o lhe procedeu” [*sic*] (LAFER, 1988, p. 232).

[Karl] Marx dizia que nos domínios da Lógica talvez fosse possível [explicar], mas não no da Economia Política. A lógica aplaudia, o axioma da economia clássica de que implicando cada oferta a procura, não podia haver superprodução. A Economia Política mostra, entretanto, que a crise de 1929 deriva da desproporção extra-produção e a capacidade de consumo. (...) O Brasil, pois, não poderia escapar aos efeitos desintegradores do grande colapso econômico, cuja fase culminante coincidiu com o ‘crack’ da Bolsa de Nova Iorque, em 1929. Nação, até aquele período, pelo menos dependente da ‘economia de um único produto exportável’, que era o café, sem capitais acumulados, vivendo de recursos do crédito internacional, como poderia o Brasil eximir-se ao cotejo de malefícios, que se abateram sobre todo o mundo civilizado, ricocheteando sobre a nossa estrutura econômica? (LAFER, 1988, pp. 232-323).

É elucidativo o fato do industrial e deputado ter buscado respaldo justamente na Economia Política e, mais ainda, em Karl Marx. Numa conjuntura de crise do liberalismo como paradigma capaz de solucionar os abalos “sísmicos” da economia capitalista em

tempos de depressão, somente a proposição e organização de outro paradigma Econômico-social tornaria exequível a superação de problemas estruturais do sistema capitalista.

Se, durante a Primeira República, os grandes proprietários agroindustriais do eixo SP-MG¹⁴⁸ faziam os Presidentes da República, controlando as políticas econômicas estatais, o movimento de outubro de 1930 ampliara condições para que novos atores sociais se inserissem mais ativamente nas tomadas de decisões que tornariam a industrialização um imperativo histórico. Com a redefinição das posições no interior do bloco no poder, abria-se a possibilidade para que representantes de frações de classe vinculadas, sobretudo, ao capital industrial, ampliassem sua atuação na sociedade política.

Apesar de, inicialmente, os industriais terem organizado suas associações de classe tendo por objetivo oporem-se àquelas do proletariado, com o tempo ficou evidente a valiosa função partidária que esses aparelhos privados desempenhavam como núcleos organizativos de seus próprios interesses. A questão da existência de uma determinada convergência ou complementaridade básica de interesses entre empresários, no campo econômico e mesmo político, não os eximiu de enfrentarem conflitos e lutas entre classes e mesmo intraclasse. Bianchi assinala a relevância de se refletir acerca da pluralidade formada por “muitos empresários, vários interesses [e] múltiplas associações.” A existência dessa variedade resultaria em que “a pluralidade encerra a possibilidade da heterogeneidade” (BIANCHI, 2007, p. 118).

O ponto de convergência de interesses das várias frações do capital é a necessidade de assegurar sua direção sobre as classes subalternas. Para tanto, o apoio do Estado restrito seria fundamental. Em ata da Assembleia Geral Ordinária da *Federação Industrial do Rio de Janeiro*, de 20 de novembro de 1934, presidida por Francisco de Oliveira Passos, consta que, esse período

(...) foi um dos mais difíceis para a [FIRJ], pois [compreende] exatamente a fase em que [se iniciou] no Brasil a adoção da legislação trabalhista, em cuja [elaboração] as classes [filiadas], por intermédio desta Federação, tiveram, muitas vezes, de intervir.¹⁴⁹

¹⁴⁸ Durante a I República, dos onze Presidentes da República eleitos apenas dois não eram de São Paulo ou Minas Gerais. Contudo, em nenhum governo a grande burguesia agromercantil cafeeira deixou de ser generosamente beneficiada em suas demandas. Sempre que os preços do café oscilavam no mercado internacional, resultando em queda das exportações, o [Estado-governo] intervia contraindo empréstimos no exterior e comprando a produção excedente com a finalidade de restabelecer o nível dos preços e socializar o prejuízo dos cafeicultores (SCOREL, 1990, disco 01).

¹⁴⁹ Ata da Assembleia Geral Ordinária da **Federação Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 20 de novembro de 1934. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. Folha 04.

A ata transparece a intervenção da FIRJ na formulação da legislação trabalhista junto à sociedade política. Sua análise revela que esta entidade de classe foi um dos principais partidos da burguesia industrial na Capital Federal. Qual seria, mais especificamente, a finalidade de um aparelho privado como a *Federação Industrial do Rio de Janeiro*? Compreendemos que seu maior propósito consistiria em criar um projeto sociocultural e difundi-lo junto aos demais órgãos da sociedade civil, configurando processo bastante complexo, posto implicar não apenas na organização de uma cultura da fração de classe, mas, também, em disseminar seus valores junto aos dominados. Em outros termos, tratava-se de uma luta pela própria desorganização da cultura das classes subalternas, impedindo ou restringindo sua capacidade de organizar aparelhos privados que lhes fossem próprios.

De maneira análoga, a luta entre frações do capital assumiria, *mutatis mutandis*, uma lógica parecida. A FIRJ contava com uma ampla gama de filiados, vinculados a uma abrangente esfera empresarial e, portanto, com vínculos plurais na sociedade civil. Vejamos o quadro IX a seguir, relativo aos representantes classistas dos setores empresariais indicados para representar suas agremiações junto ao Conselho Diretor da FIRJ, no biênio 1934-1936:

QUADRO IX

Sindicatos e seus representantes na FIRJ, 1934 a 1936

Sociedade Civil	Titular	Substitutos
Associação dos Construtores Cíveis do Rio de Janeiro.	Francisco de Magalhães Castro; L. Remy.	Não tem
Centro de Indústria de Calçados e Comércio de Couros.	César Augusto Bordalho; Avelino Ferreira Souto da Motta Mesquita.	Adão Gonçalves de Carvalho; José Gonçalves Nunes.
Centro dos Industriais de Serrarias.	Francisco de Oliveira Passos; João Manoel Pedro Muller; Arthur Donato.	Não tem.
Centro Industrial de Fiação e Tecelagem.	Carlos da Rocha Faria; Antônio de Andrade Botelho; Octávio Pedro dos Santos; Antonio G. Seabra; Vicente de Paulo Galliez.	Não tem.
Classe Metalúrgica ¹⁵⁰	José Augusto Prestes; Euvaldo Lodi.	Não tem.
Sindicato dos Industriais de	Américo Ludolf; Etienne	Não tem.

¹⁵⁰ A fonte não especifica o aparelho privado que os escolheu. Sabemos, porém, que em 09 de junho de 1938, Euvaldo Lodi tornou-se representante do *Sindicato dos Industriais de Siderurgia e Fundição*. O referido sindicato foi fundado em 09 de setembro de 1937. No dia 15 de setembro desse mesmo ano obteve o reconhecimento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por meio da carta sindical assinada por Agamenon Magalhães – titular da pasta. Cumpre ressaltar que Luiz Ribeiro Pinto e Raul dos Santos Carvalho também representaram o referido Sindicado na *Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal*. Vide a ata de reunião da *Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal*, de 09 de junho de 1938. Cf. ainda o link do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas do Município do rio de Janeiro.

Cerâmica e Vidro.	Esberard.	
Sindicato dos Industriais de Lã, Seda e Pelo.	José Pinto de Almeida Filho; Aldo Mader; Julio Pedroso de Lima Jr; Waldemar Freire de Mesquita; Bruno Leopoldo Werner.	Não tem.
Sindicato dos Industriais do Papel do Rio de Janeiro.	Antonio Bezerra Cavalcanti; Wolff Klabin Kadischewitz.	Não tem.

FONTE: Ata da Assembleia Geral Ordinária da **Federação Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 20 de novembro de 1934. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. Folhas 06 a 08.

(*) Não conseguimos obter informações sobre todos os agentes que aparecem nesse quadro. Nos quadros que apresentaremos nas páginas seguintes, conseguimos informações sobre os integrantes da associação analisada. Lá apresentamos o perfil de alguns desses empresários.

Em reunião de 14 de agosto de 1936¹⁵¹, os industriais do setor metalúrgico escolheram Euvaldo Lodi e José Augusto Prestes para representá-los no Conselho Diretor da FIRJ no citado biênio. Ressalte-se que outros importantes intelectuais orgânicos da indústria também foram eleitos por suas agremiações de classe para o Conselho Diretor da *Federação*: Guilherme Guinle¹⁵², Mario de Andrade Ramos, Raymundo Ottoni de Castro Maya e Wolff Klabin¹⁵³.

¹⁵¹ Ata da Reunião Especial do Conselho Diretor da **Federação Industrial do Rio de Janeiro** para a eleição da nova Diretoria, durante o biênio administrativo de 1936 a 1938, realizada aos 14 de agosto de 1936. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. Folha 17.

¹⁵² Empresário, com atuação em diversos setores. Em 1905 formou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Fez estágio na General Electric e em outras empresas do setor de eletricidade dos Estados Unidos. Foi presidente da Artes Gráficas Indústrias Reunidas, Companhia Nacional de Seguros, Companhia Segurança Industrial, Companhia Nacional de Tecidos de Juta, Fábrica de Tecidos Aliança, Usina São José, Banco Boavista S/A, Indústria Brasileira de Regeneração de Óleos S/A, Moinho Selmi-Dei S/A, Companhia Brasileira de Educação, Companhia Territorial Jardim Guilhermina, Companhia de Cigarros Souza Cruz, Fábrica de Tecidos Santa Helena, Companhia Telefônica Nacional, Indústria da Seda Nacional, Mesbla S/A e Guinle e Irmãos. Foi membro do conselho executivo da Companhia Belgo-Mineira, do conselho administrativo da Panair do Brasil. Ocupou o cargo de delegado do Tesouro Nacional para a Carteira de Emissão do Banco do Brasil. “Em março de 1940, Guilherme Guinle foi convidado por Vargas para assumir a presidência da recém-criada Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional.” Guinle foi eleito o primeiro presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, exercendo o cargo até 1945, “quando passou à condição de membro do conselho consultivo da empresa.” Na sociedade civil, Guilherme Guinle participou do *Centro Industrial do Brasil*, ocupando o cargo de segundo vice-presidente durante a gestão de Francisco de Oliveira Passos (1931-1936). Em 1937, devido a imposição pelo governo Vargas de novas regras para a organização sindical no país, o CIB transformou-se em *Federação Industrial do Rio de Janeiro*, mantendo a mesma diretoria. e fez parte do círculo de empresários ligados a Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório formado depois da vitória da Revolução de 1930. Em 1936 Guilherme Guinle deixou a diretoria da FIRJ, ingressando “no conselho deliberativo da Confederação Industrial do Brasil, fundada em 1933 e transformada cinco anos depois na Confederação Nacional da Indústria.” Foi presidente do Banco do Brasil, exercício de 06/11/1945 a 22/11/1945. Vide no DHBB o verbete biográfico de Guilherme Guinle – escrito por Sônia Dias.

¹⁵³ Industrial dos setores de papel, celulose e azulejos. Em 1925, casou-se com Rose Haas, com quem teve três filhos: Israel, Armando e Daniel Klabin. Rose era filha de Arthur Dieudonné Haas, um empresário que em meados dos anos 1920 já contava com uma boa fortuna e era muito bem relacionado em Belo Horizonte – MG. Em 1924 a Casa Arthur Haas atuava como distribuidora da Ford no Brasil, sendo que em 1926 rompeu com a Ford e tornou-se representante da General Motors, com as franquias Oakland e Chevrolet. Formado em contabilidade, Wolff Klabin ascendeu como um dos mais proeminentes empresários industriais da segunda geração do grupo econômico Klabin. Na sociedade civil, participou do conselho fiscal da *Federação Industrial do Rio de Janeiro* e representou o *Sindicato dos Industriais do Papel* no Rio de Janeiro. Entre as empresas das

Já tratamos do conflito entre os conglomerados econômicos Barbará e Lodi. De igual modo, seria possível identificar conflitos de interesses com o grupo ligado a Valentim Fernandes Bouças? Vimos no Capítulo I que a proximidade entre Brasil e Estados Unidos, defendida por Oswaldo Aranha e Bouças, contou com a oposição dos industriais. Examinaremos agora como se dava essa oposição no plano político-social. Uma vez que as ideias são a expressão de uma época, veremos nos estudos realizados por Bouças e Lodi a essência de sua concepção política. Na condição de intelectuais orgânicos de distintas frações do capital, é importante buscar como, em seu pensamento, se delineava tal conflito entre grupos de empresários brasileiros e estrangeiros.

Outro ponto de atrito entre os grupos empresariais filiados a *Federação Industrial do Rio de Janeiro* no que se refere ao capital estrangeiro, aparece no tocante à cobrança da empresa *Light & Power*¹⁵⁴ pelo fornecimento de energia elétrica para o setor industrial do Distrito Federal. Com a finalidade de tomar medidas para obter energia a custos mais baixos, a FIRJ se organizou para negociar com a fornecedora estrangeira e agentes do Estado restrito. Para tanto, os industriais da *Federação* buscaram o apoio da Diretoria de Concessões da Prefeitura do Rio de Janeiro, para que fosse formulada uma nova tabela de preços da energia elétrica ao setor fabril da Capital. Além da Prefeitura, fizeram contato com Pedro Ernesto Batista¹⁵⁵, Interventor Federal do estado do Rio de Janeiro, a quem requisitaram que as referidas tabelas fossem publicadas para serem analisadas pelas partes interessadas antes de sua aprovação definitiva. Euvaldo Lodi participou dessa reunião e reiterou a necessidade de procurar, novamente, o Interventor Federal da Capital para tratar do assunto.¹⁵⁶

quais era sócio proprietário, destacamos a *Klabin Irmãos & Cia*, a *Manufatura Nacional de Porcelanas* e a *Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A* (MARGAHO, 2008, p. 117). Vide ainda CONY & LAMARÃO, 2001.

¹⁵⁴ Subsidiária da holding *Brazilian Traction Light and Power*, a *Light & Power* era uma empresa de capital canadense que, ao ser instalada no país, expandiu a ponto de monopolizar o setor de fornecimento de energia elétrica para residências, empresas e transportes nos centros urbanos mais importantes. A produção de energia elétrica ganhava, assim, escala industrial no Brasil. Para maiores detalhes, vide o artigo de Gilberto Cunha Franca. Disponível em < http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/97/pdf_10 > acesso em 27/novembro/2014.

¹⁵⁵ Como Interventor, exercício de 1931 a 1934. Depois, como Governador eleito, exercício de 1934 a 1936. Vide *Nosso Século, 1930/1945 (I)*. p. 13.

¹⁵⁶ **Federação Industrial do Rio de Janeiro**. Relatório da Diretoria, apresentado a Assembleia Geral Ordinária do ano de 1934. Volume II. Anais. RJ: Typ. Do Jornal do Comércio, Rodrigues & C. 1936. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. pp. 194-195.

3.8. Interesses econômicos e conflitos políticos nas trajetórias de Euvaldo Lodi e Valentim Bouças

As correspondências constituem rica fonte para análise do capital social acumulado nas relações interpessoais do grupo Lodi. Em carta de 21 de dezembro de 1933, Jurandir Lodi¹⁵⁷, irmão de Euvaldo, escreveria a Gustavo Capanema¹⁵⁸, então Interventor Federal interino no estado de Minas Gerais, informando que participara de algumas conversas que permitiam deduzir que Capanema seria “convidado para a pasta da Educação.”¹⁵⁹

As correspondências analisadas descortinam uma relação de proximidade entre Euvaldo Lodi, Jurandir Lodi e Gustavo Capanema. O capital social acumulado por Euvaldo e Jurandir Lodi era bastante valioso para qualquer político. Não localizamos as fontes de informação sobre a provável indicação de Capanema à Pasta da Educação e Saúde Pública. Contudo, dispor dessa informação confidencial implicava em grande vantagem no jogo político. Em telegrama a Euvaldo Lodi, de 13 de dezembro de 1933, Capanema assim prestava agradecimento

meus agradecimentos pelas generosas demonstrações [de] apreço com que me distinguiu e através das quais pude avaliar a lealdade, devotamento e desassombro de sua ação pública. (...) Continuarei, com prazer, as suas ordens.¹⁶⁰

As relações sociais de Euvaldo Lodi, deixam transparecer os vínculos mantidos por empresários industriais com agentes da sociedade política. Em carta confidencial a Capanema, de 09 de dezembro de 1933, E. Lodi tratou das articulações políticas em curso na Constituinte, chegando a mencionar uma crise ministerial que tinha como protagonistas Oswaldo Aranha e Afrânio de Mello Franco. A análise da correspondência não nos permitiu esclarecer a que crise se referia o industrial mineiro. No entanto, fica evidente a função estratégica do deputado constituinte como aliado do Governo Provisório no Legislativo. Lodi ainda informava a Capanema que estivera com o Oswaldo Aranha que “declarou que, estando o governo a agir mais para a direita, entendeu, por motivos de ordem pessoal,

¹⁵⁷ Jurandir Lodi foi diretor da Divisão de Ensino Superior no Ministério da Educação e Saúde Pública (SCHWARTZMAN et al, 2000, p. 51).

¹⁵⁸ Ao tomar posse no governo do Estado de Minas Gerais em setembro de 1930, Olegário Maciel convidou Gustavo Capanema para ser seu chefe-de-gabinete. Tendo apoiado a revolução de 1930, aos 30 anos de idade Capanema foi nomeado secretário do Interior de Minas Gerais no governo Olegário Maciel, Presidente do Estado de Minas Gerais (1930-1933). O Exercício da função de secretário do Interior significava ser o chefe de polícia, vinculando-se a segurança pública no Estado de Minas. (SCHWARTZMAN et al, 2000, p. 41 e segs.). Para maiores detalhes, vide o livro de Simon Schwartzman, Helena Maria Bousquet Bomeny e Vanda Maria Ribeiro Costa. A biografia presente no **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** também é uma rica fonte de informação.

¹⁵⁹ CPDOC, FGV-RJ. Arquivo Jurandir Lodi. GC b / LODI, J. Rolo 04. Fot. 0389 a 0390.

¹⁶⁰ CPDOC, FGV-RJ. Arquivo Euvaldo Lodi. GC b. / LODI, E. Rolo 04. Fot. 16.

salvaguardar-se com a entrega da pasta; mas que isso não implicaria oposição ao Getúlio [Vargas], a quem continuaria a apoiar.”¹⁶¹

Na correspondência Lodi mencionaria discurso de desagravo pessoal lido por Virgílio de Mello Franco, a ser publicado na imprensa. Neste, Mello Franco declarou que Vargas lhe falara “que estava no propósito de nomeá-lo Interventor em Minas.”¹⁶² Todavia, Vargas nomeou Capanema¹⁶³ o que resultou em desgaste político com Mello Franco, que o deputado Euvaldo Lodi tentava contornar.

Lodi atuava no campo parlamentar como aliado do Governo Federal, mediando conflitos e informando a Vargas sobre as tensões desenroladas na Assembleia Constituinte. Deste modo, supunha estar evitando desgastes na relação entre Executivo e Legislativo Federal. Na mesma correspondência o industrial mineiro informava a Capanema sobre seu encontro com Vargas que, por sua vez, mantinha-se calmo, apesar do alarde feito por Virgílio de Mello Franco.¹⁶⁴ Capanema foi informado por seu aliado Euvaldo Lodi que a

opinião geral ficou favorável a Getúlio [Vargas], porque o que se declarara antes era que o mesmo havia convidado a Virgílio [de Mello Franco]; verificava-se agora que apenas houve o propósito.¹⁶⁵

Dizia, ainda, que “o Góis [Monteiro], o Flores [da Cunha], a bancada gaúcha e quase toda a Constituinte manifestaram-se favoráveis ao governo.”¹⁶⁶ Concluindo a missiva Euvaldo Lodi afirmava que o discurso de Mello Franco não encontrara ressonância entre os constituintes. As cartas examinadas permitem concluir que havia uma aliança entre Capanema e Euvaldo Lodi, que prestava informações valiosas ao primeiro.

Em outra carta, escrita em 21 de dezembro de 1933, o industrial e constituinte mineiro informava a Capanema que Vargas promoveria uma reorganização ministerial, estando “apenas aguardando a criação do Banco Rural, para o qual irá o Antunes Maciel.” Informava também que o nome de Capanema fora cogitado para a pasta da Justiça.¹⁶⁷ As evidências disponíveis nas correspondências analisadas indicam que Lodi atuava na Assembleia Nacional Constituinte na condição de articulador entre os interesses do Governo Federal e os dos demais parlamentares, revelando-se aliado de Vargas na instável correlação

¹⁶¹ CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Gustavo Capanema. GC b Lodi, E. Microfilme: rolo 04, fot. 378.

¹⁶² CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Gustavo Capanema. GC b Lodi, E. Microfilme: rolo 04, fot. 378.

¹⁶³ Devido ao falecimento de Olegário Maciel, Presidente do Estado de Minas Gerais em 05 de setembro de 1933, Gustavo Capanema assumiu como Interventor Federal Interino. Foi substituído por Benedito Valadares, que governou o Estado de 05 de dezembro de 1933 a 04 de novembro de 1945.

¹⁶⁴ CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Gustavo Capanema. GC b Lodi, E. Microfilme: rolo 04, fot. 378.

¹⁶⁵ CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Gustavo Capanema. GC b Lodi, E. Microfilme: rolo 04, fot. 378.

¹⁶⁶ CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Gustavo Capanema. GC b Lodi, E. Microfilme: rolo 04, fot. 378.

¹⁶⁷ CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Gustavo Capanema. GC b Lodi, E. Microfilme: rolo 04, fot. 378.

de forças vigente no âmbito do Estado restrito, tentando organizar o consenso no interior do bloco no poder.

Naquele período, o apoio do Legislativo era algo de que Vargas não podia prescindir. Segundo Skidmore, Getúlio fora eleito pelo Congresso Nacional em julho de 1934, com mandato que iria até janeiro de 1938, quando ocorreriam eleições diretas. Em outubro de 1934 realizaram-se eleições para os legislativos estaduais e, em seguida, para governadores dos Estados. O resultado desses pleitos confirmou a força política das lideranças estabelecidas nos principais Estados, tais como Benedito Valadares (Minas Gerais); Flores da Cunha (Rio Grande do Sul) e Armando de Sales Oliveira em São Paulo (SKIDMORE, 2000, p. 40).

No âmbito da luta política parlamentar, a análise da correspondência de Euvaldo Lodi apresenta a irrefutável evidência de que o industrial desempenhava importante função como aliado para a eleição de Vargas a Presidência da República pela Assembleia Legislativa. Escrevendo a Capanema em 09 de junho de 1934, Lodi explicava como ocorrera seu embate na casa legislativa, mencionando que os deputados haviam terminado a votação das disposições transitórias¹⁶⁸ em 08 de junho de 1934. Informava ainda a Capanema que, no final da semana seguinte seria votada sua redação final assegurando, ainda, que entre 20 e 25 de junho de Vargas seria eleito e empossado no cargo de Presidente da República.¹⁶⁹

Para levarmos adiante essa análise do papel de Euvaldo Lodi como parlamentar, é imprescindível considerar o estudo de Gramsci acerca do papel do legislador. Em nosso entender, a chave analítica apropriada se apresenta na relação conceitual entre legislador e político. Gramsci trata do conceito de legislador em sentido amplo, que pode ser interpretado como um intelectual responsável por formular “o conjunto de crenças, sentimentos, interesses e raciocínios difundidos numa coletividade num determinado período histórico.” Portanto, não está restrito a funcionários de órgãos da sociedade política, aplicando-se, também, à sociedade civil (GRAMSCI, 2011, pp. 301-302).

Em sentido restrito, o marxista sardo conceitua legislador como o responsável por elaborar “diretrizes que se devem tornar norma de conduta para os outros e, ao mesmo tempo, elabora os instrumentos através dos quais as próprias diretrizes serão ‘impostas’ e

¹⁶⁸ Para conceituar disposições transitórias, buscamos a definição de dois pensadores do campo jurídico. De acordo com Wolgran Junqueira Ferreira “o ato das disposições transitórias contém normas de caráter não permanente, destinadas a conciliar, no período de transição, algumas regras respeitáveis do regime anterior com as do novo regime” (FERREIRA, 1988, p. 1187). José Afonso da Silva, por sua vez, ressaltou que as disposições transitórias têm por finalidade específica “regular e resolver problemas e situações de caráter transitório, geralmente ligados a passagem de uma ordem constitucional a outra” (SILVA, 1998, p. 05).

¹⁶⁹ CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Gustavo Capanema. GC b / Lodi, E. Rolo 04, fot. 0380.

será controlada sua aplicação” através da sociedade política. Tais formulações ajudam-nos a compreender o ato de legislar em sua dinâmica política, conectada aos interesses de classe. Mais que formulador de dispositivos de coerção, o legislador aparece como preparador do consenso, sem perder seu vínculo com os dispositivos legais de coerção. O Legislativo exerce a política combinando consenso e coerção. Assim, segundo Gramsci:

O poder legislativo máximo reside no pessoal estatal (funcionários eleitos e de carreira) que têm à disposição as forças coercitivas legais do Estado [restrito]. A capacidade máxima do legislador pode se deduzir do fato de que, à perfeita elaboração das diretrizes, corresponde uma perfeita predisposição dos organismos de execução e de controle e uma perfeita preparação do consenso ‘espontâneo’ das massas, que devem ‘viver’ aquelas diretrizes, modificar seus hábitos, sua vontade e suas convicções de acordo com aquelas diretrizes e com os objetivos que elas se propõem atingir (GRAMSCI, 2011, pp. 301-302).

A definição do legislador em sentido restrito, isto é, como parte da sociedade política que elabora as diretrizes e regula sua aplicação, é essencial para pensar a relação entre Lei, Estado e Hegemonia. Se, em Poulantzas, a lei guarda uma relação inseparável com o uso e a regulamentação da violência pelo Estado restrito, através de seus aparelhos repressivos, em Gramsci, sem desconsiderar este último aspecto, a lei é apresentada como instrumento de organização e criação do consenso, implicando em pensar o Legislativo também como terreno de luta de classe. No que tange aos vínculos empresariais de Euvaldo Lodi e Valentim Bouças, vide quadro 10.

QUADRO X

Empresários e conglomerados econômicos

Empresário	Grupo Econômico
Valentim Fernandes Bouças	International Business Machines Corporation; Companhia de Serviços Hollerith; Companhia Nacional de Máquinas Comerciais; Adressograph-Multigraph do Brasil S/A; Companhia Imobiliária Santa Cruz; Companhia Goodyear do Brasil; Ferro Enamel S/A; Companhia Swift do Brasil; Panair do Brasil; Companhia Brasileira de Material Ferroviário; American Bank Note Co.; Armco Industrial e Comercial S/A; Companhia Internacional de Seguros; Instituto Brasileiro de Mecanização; O Observador Econômico e Financeiro; Banco de Crédito da Borracha.
Euvaldo Lodi	Companhia Carbonífera Metropolitana; Eletrometal S/A; S/A Fábrica de Tecidos de Seda Santa Helena; Fábrica Rheem Metalúrgica S/A; Companhia Ferro Brasileiro S/A; Companhia Industrial de Ferro; Diretor da Sociedade Siderúrgica Ltda – no RJ; Vice-presidente da firma Elevadores Swiss do Brasil S/A.

FONTES: MOURÃO, Eliana. **Euvaldo Lodi – fragmentos de memória.** Belo Horizonte, SENAI-MG, 1992 (Coleção Memória SENAI, 4). Acervo da Biblioteca da Firjan; **Morreu Tragicamente o Deputado e Industrial Euvaldo Lodi.** In: O GLOBO, Ano XXXI – Rio de Janeiro, Quinta-feira, 19 de janeiro de 1956. N. 9113. PRC-SPR 00054. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil; **Euvaldo Lodi.** In: JORNAL DA COMMÉRCIO. Rio de Janeiro. Quinta-feira, 19 de janeiro de 1956. N. 94. PRC-SPR 00001. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil; **O Sr. Valentim Bouças** In: JORNAL DO COMMÉRCIO. Rio de Janeiro. Quinta-feira, 03 de dezembro de 1964. p. 6. CPR-SPR 1 (722). Acervo da Fundação Biblioteca

Nacional – Brasil; **Valentim Bouças: meio século de Serviços ao Progresso do Brasil** In O GLOBO. 02 de dezembro de 1964. p. 17. PRC-SPR 54. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil; **Altas personalidades Presentes ao sepultamento de Valentim Bouças**. In O GLOBO. 03 de dezembro de 1964. p. 5. PRC-SPR 54. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil; Ata da **Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha**, sessão de 03 de setembro de 1946. *Apud* BOUÇAS, Valentim Fernandes. **Estudos Econômicos e Financeiros: meio século de trabalho**. Edições Financeiras S/A, RJ: 1955. Vol. III.

O quadro acima demonstra que os empresários Euvaldo Lodi e Valentim Bouças mantinham vínculos econômico-sociais com diversas empresas, sendo lideranças orgânicas desses grupos empresariais junto ao Estado Vargasista, do qual participaram ativamente. Em reunião da Assembleia Geral Ordinária da *Federação Industrial do Rio de Janeiro*, realizada a 17 de setembro de 1936, estava presente o Ministro Agamenon Magalhães, da Pasta do Trabalho, Indústria e Comércio, o qual afirmaria que sua

presença (...) valia pela confiança do governo na indústria brasileira, que não era hoje uma iniciativa, uma aspiração, mas uma esplêndida realidade (...). O parque industrial brasileiro, que se afirma cada vez mais em surtos de iniciativas, tem hoje uma base econômica. As estatísticas demonstram que uma indústria que, no seu início, importava 60% de matérias-primas estrangeiras e utiliza hoje 70% de matérias-primas nacionais, é uma indústria vitoriosa (...). O governo, fazendo-se representar (...), vinha fazer justiça a esse esforço. [Concluiu] dizendo que a [FIRJ], naquele momento, marcava uma nova etapa na evolução de suas patrióticas finalidades.¹⁷⁰

Por ocasião deste discurso, Lodi, além de exercer mandato como deputado, integrava o Conselho Diretor da FIRJ. Na mesma reunião estiveram presentes Ernani Cardoso (Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro), Mário Piragibe (Secretário das Finanças da Prefeitura do Rio de Janeiro); Vicente Piragibe (Desembargador); Heitor Beltrão (Vereador) e José Lourdes Salgado Scarpa (Presidente da *Associação Comercial do Rio de Janeiro*). A análise da ata demonstra a articulação entre aparelhos privados da indústria e agências da sociedade política onde os representantes dos primeiros fizeram-se representar.¹⁷¹

A ata da reunião conjunta da Diretoria e do Conselho Diretor da *Federação* realizada em 20 de novembro de 1936, permite elucidar o grau de articulação do empresariado industrial no tocante à reivindicação de seus interesses econômico-sociais. Consta no registro do expediente da FIRJ um “ofício da *Confederação Industrial do Brasil* solicitando a realização de um inquérito nas atividades industriais sobre a repercussão, entre elas, do tratado comercial com os Estados Unidos.” Os industriais temiam que os efeitos

¹⁷⁰ Ata da Assembleia Geral Ordinária da **Federação Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 2ª convocação aos 17 de setembro de 1936. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. Folhas 22, 23.

¹⁷¹ Idem, folha 24.

danosos do Tratado de Comércio entre Brasil e EUA (1935)¹⁷² pudessem incidir sobre a indústria brasileira. Consta, ainda, registo de outro ofício da CIB pedindo às indústrias interessadas nos favores do *drawback* que enviassem lista contendo os nomes dos profissionais que seria remetida a Arthur de Souza Costa, Ministro da Fazenda, com a finalidade de escolher os assistentes da *Comissão de Similares*.¹⁷³ Outro ponto de disputa no plano político era, conforme já visto, a questão tarifária. Segundo Maria Antonieta Leopoldi, no triênio de 1934 a 1937, período em que o Congresso ainda estava em funcionamento,

a tribuna parlamentar e a Comissão de Finanças da Câmara também foram arenas decisórias sobre a política tarifária. Com o golpe de 1937 e o fechamento do Congresso até 1945, as agências do Executivo passaram a ser arenas exclusivas da política tarifária (LEOPOLDI, 2000, p. 129).

Vargas foi o primeiro Presidente do Brasil eleito sob a nova Constituição elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934. É conveniente ter em conta que o texto constitucional não permitia reeleição e que a disputa pela sucessão presidencial começaria a se desenhar a partir de meados de 1937, com a aparição de dois candidatos. José Américo de Almeida – “um antigo tenentista, romancista e político, da Paraíba” – se destacou como um dos líderes da Aliança Liberal de 1930 e como porta-voz das medidas nacionalistas autoritárias defendidas pelos tenentes no primeiro biênio dos anos 1930. De um modo geral ele era considerado como candidato do governo, faltando-lhe o endosso formal de Vargas. O segundo candidato era o Governador de São Paulo, Armando de Sales Oliveira, que contava com o apoio da União Democrática Brasileira¹⁷⁴. Todavia, em junho de 1937, os Integralistas indicaram seu líder, Plínio Salgado, como candidato ao pleito de 1938 (SKIDMORE, 2000, pp. 44 - 45).

Na medida em que a campanha presidencial prosseguia, os conselheiros mais próximos a Vargas argumentavam que somente ele teria condições de “salvar” o Brasil dos extremismos de esquerda e direita. As classes dominantes que compunham o bloco no poder

¹⁷² A Insurreição Comunista de 1935 apresenta um fator relevante para compreender a conjuntura nacional. Após a derrota dos insurretos, o Governo Federal pôs em prática uma violenta repressão contra todas as forças sociais opositoras – inclusive contra pessoas que não tiveram nenhum envolvimento nos levantes organizados pelo PCB em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Não é nosso objetivo aprofundar o tema. Para maiores detalhes, vide Abelardo BLANCO, In: MENDES JÚNIOR & MARANHÃO, 1989, pp. 139 – 144. Para uma análise detalhada da história do PCB, seus dirigentes e a organização do partido, vide o trabalho de Leôncio Martins RODRIGUES, publicado na coleção HGCB, Tom. 3. Vol. 10.

¹⁷³ Ata da **Federação Industrial do Rio de Janeiro**. Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor, realizada em 20 de novembro de 1936. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. Folha 38

¹⁷⁴ Partido político de âmbito nacional fundado em 10 de junho de 1937 com a finalidade de apoiar a candidatura de Armando de Sales Oliveira à presidência da República. Foi extinto pelo Decreto nº 37, de 02 de dezembro do mesmo ano, após a instalação do Estado Novo. Vide no DHBB o verbete do referido partido Vide no DHBB o verbete do referido partido político – escrito por Plínio de Abreu Ramos.

mostravam-se dispostas a apoiar uma solução continuísta tendo Vargas à frente do Executivo Federal (SKIDMORE, 2000, p. 46). As frações do capital comercial e industrial igualmente apoiaram Vargas para que fortalecesse o Executivo Federal.

Em publicação no periódico *O Observador Econômico e Financeiro*, de fevereiro de 1936, Bouças divulgou seu programa político-econômico para o Brasil. Seu plano continha dez temas que deveriam orientar a política do Estado: 1 – dívida pública externa; 2 – importação e exportação; 3 – sistema tributário; 4 – Banco Central e Agrícola; 5 – reforma monetária e estatística; 6 – funcionalismo público; 7 – receita, despesa e balanço de contas públicas; 8 – leis imigratórias; 9 – cooperativismo agrícola; 10 – educação econômica.

Em termos da política voltada para as dívidas públicas externas recomendou que fosse feita uma revisão completa “do serviço das dívidas externas da União, Estados e Municípios.”, devendo reajustar taxas juros e, se possível, do capital, tendo como “base o valor real, no mercado, dos respectivos títulos, de acordo com os seus portadores – revisão cujos estudos preliminares” foram “iniciados durante a vigência do Decreto 23.829, de 05 de fevereiro de 1934, verdadeira taxa de seguro que o Brasil paga pela manutenção de seu crédito.”¹⁷⁵

No que se relacionava à importação e exportação, o plano propunha que, uma vez que a situação das dívidas públicas externas brasileiras fosse reajustada, o livre mercado deveria ser aplicado ao movimento importador e exportador como um todo. “Com exceção provisória da taxa especialmente criada para atender ao serviço e resgate do empréstimo de 1930.”¹⁷⁶ No Estado Novo, o empresariado comercial e industrial intensificaria sua atuação nos órgãos governamentais, através da crescente participação de seus intelectuais orgânicos nos conselhos técnicos e consultivos.

¹⁷⁵ *O Observador Econômico e Financeiro*. Ano I – Fevereiro de 1936. N. I. p. 04. Acervo da Biblioteca do Ministério de Fazenda, RJ/Brasil.

¹⁷⁶ *Idem*, p. 04.

CAPÍTULO IV

FRAÇÕES DO CAPITAL EM DISPUTA NO ESTADO NOVO

4.1. Empresariado industrial e política

O conjunto de evidências até aqui analisadas demonstra que, mesmo durante o período autoritário do Estado Novo, os empresários industriais brasileiros jamais deixaram de exercer ativa participação político-social. As lideranças orgânicas provenientes das frações de classe industriais organizadas junto a seus aparelhos privados participaram, como assessores, dos órgãos técnicos e consultivos dotados de papel estratégico dentre as agências da sociedade política. Os debates e disputas pela legitimação de seus projetos foram deslocados do extinto Legislativo para o epicentro do Executivo.

O mesmo Estado Autoritário que criara todo um aparato de controle político-social desde 1935, preparando as bases do Estado Novo, seria um dos grandes impulsionadores do processo de industrialização brasileiro, implementado às custas de rigorosa intervenção junto à classe operária e suas entidades sindicais. Segundo Luiz Werneck Vianna, o Estado Novo foi a opção autoritária que as classes e frações dominantes encontraram para

a solução do impasse orgânico, institucional e político, que os grupos organizados na sociedade civil se [sentiam] incapazes de resolver. O Estado, livre de injunções políticas e posto em situação arbitral em relação às frações dominantes, retifica, corrige e promove coercitivamente novos caminhos de realização para as classes econômica e socialmente dominantes (VIANNA, 1978, pp. 118-119).

Segundo Mendonça, ao se inserirem nessas instituições os industriais participaram politicamente do Estado-governo, endossando tanto a diretriz da integração do mercado interno, quanto aquela de garantir *a proteção à produção nacional*. Conquanto tais órgãos não tivessem função deliberativa funcionavam como formuladores de pareceres, tornando-se instâncias de informação e formação de opiniões, tornando-se canais de expressão das demandas das frações de classe envolvidas no projeto de modernização (MENDONÇA, 1985, pp. 19-20). Lideranças como Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi, Valentim Bouças, Horácio Lafer e Wolff Klabin destacaram-se na sociedade política brasileira do período, viabilizando a consolidação de sua posição estratégica no Estado brasileiro, o que lhes assegurava boa margem de influência junto às orientações governamentais, sobretudo no tocante às políticas restritivas da organização das classes subalternas, que enquadraram suas agremiações em moldes corporativistas. Se a relação com as entidades privadas do Trabalho

foi caracterizada pela predominância da coerção, o mesmo não aconteceu com as associações privadas do capital industrial.

Segundo Marx, em *O 18 Brumário*, a república significa “a forma política da revolução da sociedade burguesa e não sua forma conservadora de vida” (MARX, 1997, p. 31). Nesse sentido, o Estado Novo deve ser entendido como uma forma política de organização das frações burguesas em tempos de crise do liberalismo e contração econômica resultante da depressão econômica. Acrescente-se a isso o temor da classe operária se mobilizar, tendo sua vontade coletiva organizada pelas lideranças orgânicas ligadas ao PCB que, na época, encontrou sua maior representação na figura de Luiz Carlos Prestes.

Assim, o Estado Novo seria o coroamento da república burguesa que, se ainda não tinha o empresariado industrial como classe dirigente, decerto tornou-o valoroso aliado dentro do bloco no poder (MARGALHO, 2008, p. 135). Os veículos de propaganda coordenados pelo *Departamento de Imprensa e Propaganda* usavam a retórica nacionalista para tentar evitar a eclosão de qualquer conflito entre Capital e Trabalho. O papel do DIP era bastante complexo, não se limitando a simples repressão, tal como o definiu Virgínia Fontes:

O DIP cumpria as duas funções simultaneamente: a repressiva, por meio do controle, censura e impedimento às formas de expressão de vozes dissonantes, e a sistematizadora, envolvendo a produção de uma reflexão sobre o Estado, o Estado Novo, a cultura nacional, atuando ativamente na constituição do chamado “mito Vargas” e divulgando-o pela propaganda, exatamente como a divulgação de uma mercadoria. A coerção se exercia aberta e diretamente pela estreita relação entre o DIP e as Delegacias de Ordem Política e Social, com seus correlatos nos Estados, os Deops. Desmantelavam-se as pequenas gráficas que produziam e distribuíaam textos críticos; livros eram apreendidos e queimados publicamente; a censura atuava como uma verdadeira caça às bruxas, de perfil acentuadamente anticomunista (FONTES, 2005, p. 192).

A violência seletiva do Estado Novo abriu espaços para frações industriais da classe dominante influenciarem nas decisões políticas. A leitura dos *Boletins do Conselho Federal do Comércio Exterior*, subordinado ao Ministério da Fazenda, fornece dados significativos para mapearmos a rede de relações entretecidas pelos empresários industriais. Euvaldo Lodi participava do CFCE representando os interesses dos grupos econômicos apresentados no Quadro X no capítulo III. O capital industrial passara a integrar uma nova correlação de forças capaz de concretizar, junto ao Governo Federal, seu projeto econômico-social, não mais a reboque do projeto agromercantil exportador. Em reunião do CFCE de 14 de abril de 1941, contando com a presença de Lodi, consta a seguinte diretriz:

O Brasil pode e deve continuar a ser o grande celeiro, de onde, aliás, os combatentes de hoje esperam, amanhã, uma boa parte do alimento para sua fome;

mas já não pode contentar-se com ser o país essencialmente agrícola dos nossos recentes antepassados. Nem as duas atividades, a agrícola e a industrial, se chocam, mas, pelo contrário, podem completar-se.¹⁷⁷

Mas qual era a função exata do CFCE? Segundo Pedro Dutra da Fonseca, o Conselho não se limitava a “opinar sobre [as] exportações, mas também sobre [as] importações”, fossem estas últimas, “de bens de consumo ou de bens de capital, diziam respeito diretamente a indústria interna” (FONSECA, 1989, p. 206).

O documento mostra que não existia no Brasil um profundo antagonismo entre as frações burguesas agrárias e industriais, tal como na Europa. Não obstante, se as lideranças industriais ressaltavam a complementaridade dos interesses econômicos entre empresários agrários e fabris, o mesmo não se dera no tocante à afirmação de um novo projeto hegemônico. A luta pela hegemonia implicaria no gradativo enfraquecimento do poder das frações da classe dominante agrária junto a agências da sociedade política.

Muito embora o Estado Novo fosse caracterizado por marcante autoritarismo, que impôs graves restrições às liberdades individuais nas mais variadas instâncias da formação social brasileira, é inegável que ele respondeu por um expressivo crescimento da economia brasileira. A produção urbano-industrial deveu seu *take-off* em boa parte aos incentivos fornecidos pelo Estado Autoritário que, além de auxílio financeiro e creditício ao setor fabril, mantinha a classe trabalhadora sob controle.

4.2. O empresariado industrial na luta política pós-1937

O golpe de 10 de novembro de 1937 contou com o apoio do empresariado que o considerava como consolidação do que já se havia iniciado com a “revolução” de 1930. Nesse sentido, vinculavam o processo de modernização que resultava da industrialização ao Estado Nacionalista Autoritário, tido como progressista. As palavras do empresário Valentim Fernandes Bouças são bastante esclarecedoras:

Sendo a Revolução de 1930 uma etapa de progresso, o regime nacionalista de 1937 foi precisamente a sua confirmação em sentido de aparelhamento e de organização, necessidades concretas face a um mundo ameaçador, em plena transformação política. O Estado Novo é, portanto, uma etapa essencialmente progressista da civilização brasileira, e ele representa a independência de que tanto precisávamos para o engrandecimento do país e o enriquecimento do povo. A sua realidade pode ser figurada na evolução de nosso industrialismo (BOUÇAS, 1942, p. 67).

¹⁷⁷ Ata da Sessão de Instalação do **Conselho Federal do Comércio Exterior**, reunião realizada dia 14 de abril de 1941. p. 05. Acervo Arquivo Nacional, RJ/Brasil.

O fortalecimento do poder estatal relacionava-se à necessidade de aprimorar os instrumentos de supervisão e controle “das diferentes esferas da vida social”, assim “como os mecanismos de integração e consolidação do poder nacional” (DINIZ, In: FAUSTO, 2007, Tom. 3, Vol. 10. p. 96). Tal fortalecimento valorizou o dispositivo de representação dos interesses empresariais junto a órgãos corporativos, resultando na maior participação do empresariado industrial “nas decisões estratégicas de cada setor, e [no] controle do Estado [restrito] sobre as entidades de classe” (LEOPOLDI, In: PANDOLFI, 1999, p. 118).

Desde 1936, a criação do Conselho Federal do Serviço Público Civil – sucedido pelo Departamento Administrativo do Serviço Público em 1938 – aprimorava as condições para a crescente centralização de poderes junto ao Estado capitalista durante o Estado Novo. Segundo Sônia Draibe este processo foi orientado por dois princípios concomitantes: *centralização dos comandos e descentralização funcional ou administrativa*.¹⁷⁸

A instável conjuntura derivada da crise do liberalismo propiciou que a burguesia industrial participasse mais ativamente do bloco histórico consolidado a partir de 1937. É equivocado supor que o Estado Novo tenha excluído a burguesia industrial dessa participação. Bem ao contrário, ela adquiriu papel decisivo na manutenção da estabilidade nuclear do bloco no poder.

Diniz mostrou que os industriais compartilhavam a ideologia autoritária com outras frações dominantes no bloco no poder e que, apesar de muitos industriais serem contrários ao projeto de centralização política, estavam “impregnados de concepções típicas do autoritarismo” (DINIZ, 1978, p. 106). A análise da correspondência mantida por Valentim Bouças com o Presidente Vargas desde começos do Governo Provisório evidencia o quanto mostrava-se disposto a apoiar um Estado centralizado.¹⁷⁹

Conforme salientou Diniz, o cunho centralizador do Estado brasileiro criou condições favoráveis a um elevado grau de autonomia nas relações do Estado com a sociedade (DINIZ, In: FAUSTO, 2007, Tom. 3, Vol. 10. p. 95). Disso resultava que as frações dominantes exerceriam maior controle sobre os subalternos através das agências coercitivas vigentes a partir de novembro de 1937.

¹⁷⁸ Segundo Sônia Draibe, Moacyr Briggs, diretor da Divisão de Organização e Coordenação do DASP, ressaltou o princípio de descentralização administrativa como a solução encontrada pelos modernos estadistas “para atender (...) o tríplice problema: administrativo (...), político (...) e econômico (...). No panorama (...) da administração pública brasileira, destacam-se (...) as entidades paraestatais (...): econômica (produção, crédito, seguro, etc); industriais (execução dos serviços públicos de natureza industrial); previdência social (institutos e caixas de aposentadoria e pensões); corporativas (Ordem dos Advogados, etc)” Vide Moacyr Briggs, *O Serviço Público Federal do decênio Getúlio Vargas*. In: Revista do Serviço Público, abril, 1941. p. 219. apud DRAIBE, 1985, pp. 84 - 85.

¹⁷⁹ CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Getúlio Vargas. GV 33.03.08/01. X-62. 0310/2.

Ao contrário do ocorrido com o “movimento rebelde de 1930”¹⁸⁰, o golpe de 1937 não suscitou oposição dos setores empresariais. Se estes, por um lado, não assumiram posição de “liderança na implantação da nova ordem”, por outro “constituíram fator importante no jogo de pressões que a desencadeariam.” Roberto Simonsen, por exemplo, manifestou “seu apoio ao novo regime, em nome da defesa de uma política de ‘paz social’, capaz de garantir a disciplina e a estabilidade, consideradas essenciais para a expansão das atividades econômicas” (DINIZ, 1978, pp. 107 - 108). O empresariado brasileiro ocupou espaços estratégicos nos núcleos decisórios da administração pública.

Desde o Governo Provisório a participação dos líderes industriais junto ao *Conselho Superior de Tarifas* ratificava a disputa entre as frações do capital industrial por postos avançados na sociedade política. Segundo Leopoldi, entre 1934 e 1944, as associações de classe da indústria indicaram representantes para este Conselho, tais como Francisco de Magalhães Castro¹⁸¹ (que exerceu o cargo de 1934 a 1937); Jair Negrão de Lima¹⁸² (no cargo de 1937 a 1939); João Baylongue¹⁸³ (indicado pela *Confederação Nacional da Indústria*, no cargo de 1939 a 1944). Euvaldo Lodi fez parte da *Comissão de Similares*, entre 1934 e 1937 (LEOPOLDI, 2000, p. 129).

Ao inscrever-se nessas instituições o empresariado industrial buscou tanto promover uma integração do mercado interno, quanto garantir *a proteção à produção nacional*. Cumpre ressaltar que, embora tais órgãos não tivessem propriamente uma “função deliberativa ou executiva, eles funcionavam como formuladores de pareceres, tornando-se instancias de informação a formação de opiniões, sendo canais de expressão das demandas” das classes atuantes no projeto de modernização (MENDONÇA, 1985, pp. 19-20). Convém apontar que é equivocado

interpretar a ditadura do Estado Novo como uma total restrição à atividade política do empresariado, fazendo uma leitura vertical do poder estatal que desconsidere que o Estado é uma relação social. Leitura essa que não cabe ao estudo da história e que tampouco é apropriada para estudar as relações sociais que emergiram da complexa correlação de forças entre as múltiplas classes que se relacionavam no

¹⁸⁰ Denominação cunhada pelo historiador José Honório Rodrigues.

¹⁸¹ Não encontramos informações sobre ele.

¹⁸² Advogado e político mineiro vinculado ao Partido Social Democrático. Foi vice-Prefeito de Belo Horizonte. Ele era o irmão mais novo de Francisco Negrão de Lima, Chefe de Gabinete (1938-1941) do Presidente Vargas, Ministro interino da Justiça (1939 e 1941) e Governador do antigo Estado da Guanabara (1965-1971), e de Otacílio Negrão de Lima, Ministro do Trabalho no governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra. Disponível em < <http://www.oexplorador.com.br/jair-negrao-de-lima-advogado-e-politico-mineiro-do-extinto-psd-foi-vice-prefeito-de-belo-horizonte/> > acessado em 05/agosto/2014.

¹⁸³ J. Baylongue era representante, na FIRJ, do *Sindicato das Indústrias Mecânicas e do Material Elétrico*. Vide **Relatório da Diretoria da FIRJ**, exercício de 1943, p. 03.

sentido de estabilizar os conflitos através de uma aliança política. As relações políticas passaram a se dar, cada vês mais, no interior desse Estado Autoritário, que buscou representar os anseios das muitas classes que formavam a ossatura orgânica do bloco no poder através da intermediação das relações de classe nas malhas de um regime autoritário que representaria a nação brasileira, símbolo máximo dos interesses coletivos (MARGALHO, 2008, p. 76).

As disputas pela legitimação do projeto formulado por segmentos do capital industrial passavam, inevitavelmente, pela ocupação de postos em órgãos da sociedade política. Se o curso da ação era planejado na sociedade civil, seria no Estado restrito que as lideranças orgânicas da indústria lutariam pela materialização de seus interesses. Nesse caso, tanto Euvaldo Lodi quanto Valentim Bouças foram homens de ação que mobilizavam a vontade coletiva dos grupos econômicos que representavam.

No decorrer do Estado Novo consolidou-se a aproximação entre o Estado-governo e o empresariado industrial iniciada a partir de 1930. Primeiramente processou-se uma centralização econômica a nível federal, visando ao planejamento e controle da produção. E como o setor industrial crescia em importância, os empresários industriais tiveram participação direta em boa parte das agências criadas com o propósito de planejar e controlar a economia (LEME, 1979, p. 60).

O Estado Novo assegurou aos industriais a proteção tarifária contra as grandes corporações industriais estrangeiras. O advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) incentivou a formação de uma economia de guerra no Brasil e, por conseguinte, maior proteção aos interesses de grupos industriais ligados a Lodi, por exemplo. O Estado Novo foi a solução cesarista encontrada para a crise de hegemonia dos anos 1930, tendo Vargas contado com o apoio dos dois empresários analisados, bastante beneficiados por essa relação. Vargas era visto como símbolo de uma nova era econômica. Segundo Valentim Bouças,

A profunda intimidade que os acontecimentos guardam entre si e com certos homens predestinados, enche as páginas da nossa história. É assim que podemos ver na abertura dos portos a Independência política, na Abolição a República, na Revolução de [1930] o Estado Nacional e no Estado Nacional a Independência Econômica, da mesma forma que Cairú se associa ao fim do período colonial, Mauá ao fim do período feudal e Getúlio Vargas ao início do período industrial propriamente dito.¹⁸⁴

¹⁸⁴ BOUÇAS, Valentim. *apud Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças – Ministério da Fazenda*. Ano II. RJ: Outubro de 1942. Ns. 22 / 23. p. 27. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

Em nossa análise priorizamos uma visão integrada das relações entre o empresariado industrial e o Estado no Brasil. E na medida em que os empresários industriais eram os agentes organizadores do processo de produção fabril, ao incentivar a industrialização de setores estratégicos, o governo Vargas não podia prescindir da participação política das frações industriais nas agências da sociedade política responsáveis por planejar políticas industriais. Uma análise das atas e relatórios da *Federação das Indústrias do Rio de Janeiro* e da *Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal* mostra que ambos os aparelhos privados empenharam-se em participar da organização Estado surgida entre 1930 e 1945.

Em sua condição de intelectuais orgânicos, Euvaldo Lodi e Valentim Bouças formularam projetos destinados a consolidar a vontade coletiva das frações do capital por eles representadas, atuando nas agências da sociedade política. O tipo de Estado que começou a ser desenhado após outubro de 1930, consolidado a partir de 1937, apresentava-se como a real garantia de proteção aos interesses do capital (FERNANDES, 2006, p. 255).

Uma vez que Vargas assumira o governo frente a uma crise de hegemonia que impossibilitava que uma fração de classe específica impusesse seu projeto às demais frações, somente um Estado cesarista progressista poderia contornar a crise e, assim, estabilizar o bloco no poder. Na medida em que, conforme ressaltou Nicos Poulantzas, “o Estado possui a função particular de constituir o fator de coesão dos níveis de uma formação social” (POULANTZAS, 1977, p. 42), as frações dominantes perceberam a necessidade de agirem no sentido de reorganizar o Estado restrito em outros moldes. As palavras de Vargas expressam como era planejada a intervenção nos partidos políticos durante o Estado Novo.

Nos períodos de crise, como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais a vida e a condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade [da] pátria e põe em perigo a existência da Nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil (VARGAS, 1938a, p. 21).

Cumpramos ressaltar que a aquisição de produtos da empresa alemã Krupp¹⁸⁵ pelo Governo Vargas em 1937 e 1938 evidencia mais um aspecto da forte atuação de frações do capital germânico nas relações teuto-brasileiras. Os contratos celebrados entre governo brasileiro e a indústria alemã destinavam-se a fornecer material bélico ao Exército brasileiro e seu custo atingiu “10 milhões de libras” (TRONCA, In: FAUSTO, 2007, Tom. 3, Vol. 10.

¹⁸⁵ Complexo industrial alemão que atuava na produção siderúrgica, de munição e armamento. Vinculada ao III Reich, a Krupp tornou-se um poderoso império no campo da indústria bélica nazista. O referido grupo industrial sinalizava ao governo Vargas com a possibilidade de financiar a construção do parque siderúrgico em Volta Redonda, RJ. Vide THORP, In: BETHELL, 2009. Vol. VI. p. 82.

p. 416). Em 31 de março de 1938, Vargas registrou em seu diário que recebeu do major Brasil “a exposição do ministro da Guerra¹⁸⁶ com a cópia dos contratos de armamentos firmados com a Casa Krupp para aparelhamento completo do Exército” (VARGAS, 1995b, p. 120).

As evidências disponíveis nas fontes analisadas permitem concluir que o truste mineiro liderado por Euvaldo Lodi buscava obter do Governo Federal os incentivos financeiros e a proteção a seus interesses. No caso dos incentivos concedidos ao setor produtivo industrial por agências do Estado restrito, este desempenhava papel capital como incentivador das demandas do empresariado industrial como um todo. Paul Baran demonstrou a função estratégica do Estado-governo no incentivo a atividades econômicas, podendo ser feito por meio da promoção, no estrangeiro, dos interesses dos capitalistas nacionais, do financiamento da construção de estradas de ferro ou pela imposição ou isenção de tarifas alfandegárias – conforme a dialética dos interesses econômico-sociais em jogo (BARAN, 1972, p. 155).

A situação da indústria siderúrgica mineira era bastante delicada, pois a região onde se localizava era de baixa produtividade agrícola. Disso resultava que o custo de vida na região era bastante elevado, o operariado mal remunerado, enfermo e móvel. Havia, ainda, problemas de saneamento e uma precária rede de comunicação rodoviária. Apesar dos problemas, o empresário Valentim Bouças ressaltava que “o Estado de Minas Gerais [precisava] urgentemente explorar os seus grandes depósitos de ferro em bases econômicas racionais”, o que implicava em alterar o sistema de trabalho siderúrgico na região como um todo (BOUÇAS, 1953, pp. 203-204).

Dentre os incentivos concedidos à indústria siderúrgica brasileira pela União, destacaram-se a abertura de créditos às usinas em formação, a permissão para extração madeireira para fábricas de carvão vegetal de modo a produzir combustível para os altos-fornos; além da concessão de privilégios de não tributação e isenção de direitos alfandegários. Para Bouças, a nação precisava dar início à produção de seu minério de ferro em escala industrial, uma vez que se vinculava ao desenvolvimento da grande siderurgia a evolução econômica nacional e os grandes empreendimentos futuros. Caso o setor não se desenvolvesse adequadamente, o progresso do Brasil “sofreria inevitavelmente os revezes naturais a todas estruturas econômicas dependentes do ferro importado” (BOUÇAS, 1953, p. 204).

¹⁸⁶ Tratava-se do General-de-divisão Eurico Gaspar Dutra, exercício na pasta de 05/12/1936 a 09/08/1945. Vide a listagem disponível no DHBB.

Vale lembrar que desde o Governo Provisório, Vargas e sua equipe econômica intervieram no setor carvoeiro nacional. Segundo Capanema, em 09 de junho de 1931, fora baixado o Decreto nº 20.089, regulamentando as condições para o aproveitamento do carvão nacional. Capanema ressaltou que esse decreto foi decisivo para incentivar o desenvolvimento da indústria carvoeira nacional, cuja produção anual atingiria 2000.000 toneladas em 1931. Ele também obrigava os consumidores do carvão estrangeiro a adquirirem 10% do carvão nacional, exceto “nos casos em que as empresas de mineração nacionais não pudessem fornecer as quantidades necessárias” (CAPANEMA apud SCHWARTZMAN, 1983, p. 564). Cabe ressaltar que Euvaldo Lodi tinha investimentos no setor carvoeiro, sendo proprietário da *Companhia Carbonífera Metropolitana*, além de ser industrial do setor metalúrgico, o que fazia com que partilhasse do interesse pelo setor carvoeiro para abastecer seus altos-fornos.

O citado decreto isentava as empresas mineradoras de carvão nacional do pagamento das taxas e impostos estaduais e municipais por um período de dez anos. Além disso, isentava-as, em igual período, do pagamento do “imposto de indústrias e profissões no Distrito Federal e da taxa de viação federal sobre o transporte da respectiva produção.” Os vapores e demais embarcações que se encarregavam exclusivamente de transportar carvão nacional, receberam favores e incentivos especiais do Governo Federal (CAPANEMA, apud SCHWARTZMAN, 1983, p. 565).

Em conferência pronunciada na *Associação Comercial de Belo Horizonte* em 17 de março de 1938, Valentim Bouças argumentava que a criação da grande siderurgia, a colonização do Vale do Rio Doce e a exploração do minério de ferro em elevada escala dependiam da colaboração imediata do capital estrangeiro, desde que este estivesse disposto a cooperar sem exigir grandes privilégios. Defendia ainda que o Brasil não poderia perder a oportunidade de firmar-se nos mercados externos como grande fornecedor de minério de ferro (BOUÇAS, 1953, p. 227).

O temor do grupo econômico representado por Lodi da livre atuação de corporações siderúrgicas estrangeiras no Brasil, inseria-se nesse contexto de luta travada pelo capital industrial pelo domínio de territórios ricos em recursos minerais. Parece-nos igualmente procedente a argumentação de que, além de uma disputa para submeter a sociedade consumidora, os capitalistas empreendiam uma luta política e econômica pela supremacia de seu capital no país. A dialética resultante dessa tensão e a aliança entre grupos empresariais em luta contra o fator Trabalho – e, por conseguinte, a sociedade consumidora – torna-se notória quando se percebe que a *Companhia Siderúrgica Belgo-*

Mineira associava-se a um grupo belga-luxemburguês, *Aciéries Réunies de Burbac-Esch-Dudelange* (TAMBASCO, 2003, pp. 54 - 55).

À luz desta interpretação, tal associação corrobora a tese de Luxemburgo sobre a importância das tarifas aduaneiras como instrumento na luta de grupos capitalistas nacionais contra grupos estrangeiros (LUXEMBURGO, 2010, p. 59). Nesse caso, havia uma aliança entre uma fração do capital industrial brasileiro com o grupo ARBED para fazer frente a outros grupos estrangeiros que ambicionavam as reservas de minério e o mercado brasileiro. A firma foi adaptada com a finalidade de fabricar, no Brasil, tubos de ferro fundido para suprir a demanda do mercado interno. Com isso, a partir de 1937,

o mercado de tubos de ferro fundido, no Brasil, [seria] inteiramente suprido [por] duas empresas, a primeira, de capital nacional, a *Barbará S/A* (...), e a segunda, controlada pelo capital internacional, a *Companhia Ferro Brasileiro* (TAMBASCO, 2003, p. 82).

Foi no decurso das décadas de 1930 e 1940, bastante refratárias ao liberalismo político, que o empresariado industrial ascendeu a uma posição de prestígio no complexo superestrutural do Estado restrito. Os intelectuais orgânicos do capital industrial ampliavam suas redes de organização político-empresarial interconectando público e privado. Em outros termos, ampliavam as superestruturas do Estado ao inserirem-se junto a agências da sociedade civil das quais provinham como representantes de frações específicas do capital disputando a legitimação de seus projetos.

Nos anos 1930, Lodi despontou como um dos mais expressivos intelectuais orgânicos da burguesia industrial, participando das seguintes agências da sociedade civil: *Associação Comercial de Minas*, *Associação Comercial do Rio de Janeiro*; *Clube de Engenharia do Brasil*; *Confederação Industrial do Brasil*, *Sociedade Mineira de Engenheiros*; *Sindicato dos Industriais do Ferro de Minas Gerais*, *Federação Industrial do Rio de Janeiro*, *Centro Industrial do Rio de Janeiro* (presidente de 1942 a 1945) e a *Confederação Nacional da Indústria* (presidente de 1938 a 1954), cargo que acumulou com a presidência da FIRJ.

A análise das atas da Federação Sindical dos industriais permite concluir que os empresários não eram os únicos pretendentes a participar ativamente do Estado restrito durante o Estado Novo. Os próprios integrantes da sociedade política pretendiam aproximar-se dos industriais, conforme registrado em Ata da Assembleia Geral Ordinária da *Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal*, realizada em 09 de Junho de 1938:

O dr. Américo Ludolf, com a palavra, mostra a necessidade de se intensificar as relações das classes produtoras com as autoridades do Ministério [do Trabalho, Indústria e Comércio]. Acrescenta o orador que, em recente conferência do titular da pasta¹⁸⁷ trabalhista, S. Excia afirmou que é pensamento do governo estreitar cada vez mais os elos de ligação entre o Poder Público e os representantes da indústria. (...) ¹⁸⁸

Além do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os representantes do capital industrial estenderam sua influência à Pasta da Fazenda. A esse respeito, recorreremos ao fragmento de uma declaração de Euvaldo Lodi, registrada na Ata da Assembleia Geral do Conselho de Representantes da *Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal*, realizada em 17 de maio de 1939:

Declara o sr. presidente [Euvaldo Lodi] que já tem conversado (...) com o sr. Ministro da Fazenda¹⁸⁹ da parte de quem (...) encontrou manifesta boa vontade em relação as contas da indústria. De fato, da imperiosa necessidade de estudar o Poder Público, com a colaboração das classes, um limite da fiscalidade em relação ao bem econômico da coletividade.¹⁹⁰

Ao solicitar uma limitação da fiscalidade buscava-se diminuir as perdas com a declaração dos lucros provenientes dos negócios. Embora argumentasse que se tratava de algo destinado a beneficiar um “bem econômico da coletividade”, os verdadeiros beneficiados seriam os industriais. Não se trata de investigar se os valores morais apresentados pela burguesia industrial eram falsos ou verdadeiros. Sabemos que a industrialização representava, no discurso dos seus defensores, algo vital para os interesses da nação. Para isso, a burguesia industrial apresentava seus interesses e valores como compatíveis àqueles defendidos pela Federação, uma das representantes dos interesses gerais dos sindicatos empresariais a ela filiados. Assim, a FIRJ se comprometia em seus Estatutos a

organizar e manter todos os serviços que possam ser úteis aos sindicatos filiados e prestar-lhes assistência e apoio, desde que não contrariem os interesses gerais das indústrias representadas pela FEDERAÇÃO.¹⁹¹

É curioso observar que o mito do interesse geral é ativado sempre que um partido representativo de uma classe busca organizar as normas que regulamentarão o processo de

¹⁸⁷ Tratava-se do Ministro Valdemar Cromwell do Rego Falcão, exercício de 25/11/1937 a 13/06/1941.

¹⁸⁸ Acervo da Biblioteca da Firjan. RJ/Brasil.

¹⁸⁹ Tratava-se do Ministro Arthur de Souza Costa, exercício de 24/07/1934 a 29/10/1945.

¹⁹⁰ Ata da Assembleia Geral do Conselho de Representantes da **Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal**, realizada em 17 de maio de 1939. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. Folha 37 – sessão presidida por Euvaldo Lodi.

¹⁹¹ **Estatutos da FIRJ**. Capítulo I / Art. 2º – F. Acervo da biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

transformação social pretendido. Para não sairmos do eixo proposto nesse trabalho, nos ateremos à discussão sobre como isso ocorreu com o empresariado industrial. Ao levarmos em consideração que a burguesia não configurava um bloco monolítico, apresentando-se dividida em distintas frações cujos interesses muitas vezes se opunham, podemos inferir que, em sua complexidade, as relações sociais que dialogavam com o processo histórico não se sustentariam por muito tempo em nome dos interesses gerais, coletivos ou nacionais socialmente criados e orientados por uma classe. Era preciso formular o consenso entre as diversas frações do capital e suas agremiações de classe desempenhariam função estratégica nesse processo. As normas estatutárias organizavam as vontades dos filiados, buscando construir um consenso e materializar um “perfeito entendimento existente entre as classes comerciais e industriais do país. (...)”¹⁹²

Cabe ressaltar que a construção do consenso entre empresários do setor comercial e do setor industrial na FIRJ não se relacionavam apenas com a busca do equilíbrio político mediante aceitação das normas contidas em seus Estatutos. Os interesses políticos que orientavam os princípios morais em gestação ligavam-se aos interesses econômicos dos empresários e estes não podiam deixar de ter no lucro sua principal motivação, do contrário perderiam sua característica central, o núcleo-nervo da sua existência, que consiste na busca pela realização de um empreendimento através do qual seja possível realizar um negócio o mais rentável possível.¹⁹³

Cabe ressaltar que, se por um lado, coube a burguesia industrial papel decisivo nesse processo, por outro ela não foi a única partícipe dessa complexa engenharia político-ideológica. Não obstante a relutância de algumas frações das multifacetadas classes dominantes em abandonar o liberalismo, a crise do Estado no primeiro quinquênio dos anos 1930 não encontrou solução capaz de evitar a ruptura com o modelo. A ausência de consenso entre as frações de classe integrantes do bloco no poder, bem como a incapacidade

¹⁹² Ata de Reunião da Diretoria da **Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal**. 06 de julho de 1939. Acervo da biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. Folha 45 – sessão presidida por Euvaldo Lodi.

¹⁹³ Guardadas as devidas proporções e especificidades, ao compararmos os negociantes da Idade Média com os homens ligados a grandes empresas mercantis da Idade Moderna e os primeiros empresários das sociedades industriais, veremos que embora seus empreendimentos se realizassem em uma realidade histórica distinta, todos tinham no lucro o propósito maior de suas atividades. Essa constatação permite-nos concluir que, mudando-se os métodos empregados nos negócios, os valores morais e as normas de conduta que separam os períodos em questão, alcançar uma taxa de lucro o mais alta possível era e, sem sombra da dúvida, continuando sendo a meta central a ser atingida nas atividades empresariais, cuja finalidade é a acumulação e controle de elevada quantidade de capital. Motivo maior da realização social do capital investido pelos empresários. Portanto, nos parece improvável que a proposição de B. Moore Júnior a respeito do amor a produção prevalecer sobre o apego ao ganho material esteja bem fundamentada, assim como não acreditamos que houvesse a preferência aos lucros modestos sobre os altos lucros. Destacamos que os códigos de conduta e os valores morais não perduram em uma sociedade caso se tornem inflexíveis o suficiente para obstaculizar as mudanças exigidas pela diversidade de interesses sociais em jogo.

de um grupo específico em fazer valer seu projeto criou condições políticas para que se buscasse, pela via cesarista, a estabilidade política desejada (GRAMSCI, 1980, pp. 55-56).

Em conferência pronunciada em julho de 1938, perante a Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística, Bouças discorreu sobre a função da estatística na organização de planos econômicos. Ele assumia sua posição na discussão acerca do planejamento econômico e indagava porque o Brasil não tivera, até aquela data, um plano econômico. Respondia que tal ocorrera porque no Brasil o progresso industrial, a evolução da economia, a evolução da legislação proletária e o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho

Não foram paralelos ao avanço da nossa educação científica, não corresponderam ao lento caminhar de nossa cultura econômica – do que é prova o atraso, que até bem pouco tempo lamentávamos, de nossos métodos e serviços estatísticos – em cuja excelência repousam as bases de qualquer planificação econômica (BOUÇAS, 1953, p. 246).

Na condição de diretor-presidente da *Companhia Serviços Hollerith*, o empresário santista alinhou-se aos defensores da planificação, posto que a ausência de elementos fundamentais de formulação e controle do cálculo – como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – dificultava o surgimento de planos econômicos. Segundo Bouças, caberia ao IBGE o mérito de “demonstrar a premência inadiável da elaboração de um plano econômico brasileiro.” Era preciso compreender que os planos econômicos somente poderiam ser formulados a partir de “um mapa econômico” que indicasse o melhor caminho para alcançar “a meta desejada.” Ele afirmou que os elementos estatísticos disponíveis permitiam demarcar “a verdadeira conjuntura econômica do Brasil” (BOUÇAS, 1953, pp. 248-249).

Não obstante defendesse a participação da assessoria técnica de especialistas junto a agências da sociedade política, é possível perceber que o critério técnico tampouco excluía disputas políticas. Bouças formulou críticas aos técnicos formados pelo pensamento de esquerda e vinculados ao materialismo histórico, que defendiam ser a democracia uma farsa e que a economia capitalista levaria o Brasil à falência. Ele igualmente criticava os grupos de direita liberal por recusarem-se a aceitar um Estado forte como organizador dos planos econômicos (BOUÇAS, 1953, p. 250-251).

Muito embora o discurso da conferência tratasse, inicialmente, da estatística como ferramenta para a elaboração de um planejamento sistemático e racional, ele explicitava igualmente a preocupação do intelectual para com a questão política de fins dos anos 1930.

Nesse caso, Bouças agia como “cientista político” dos grupos econômicos por ele representados quando estabelecia indagações como:

“Qual a orientação que devemos dar a um plano econômico nacional?”

“Qual o critério técnico que mais vantajosamente servirá aos interesses da comunidade brasileira?”

“Qual a política econômica que devemos abraçar para que nossa economia se assente sobre bases sólidas, que consultem simultaneamente às necessidades do meio e as condições da vida brasileira?” (BOUÇAS, 1953, p. 249).

O empresário ressaltava que, para tornar o planejamento exequível, não bastava saber “qual a finalidade do plano. [Era] mister indagar ainda para quem” a política seria traçada, qual setor econômico seria disciplinado e controlado e, por fim, “qual o corpo de técnicos, isto é, qual a orientação dos homens que vão influir na elaboração desse plano.” Sintetizando suas reflexões sobre a formulação do planejamento e seus critérios políticos, Bouças afirmava ser preciso perguntar: para quem, por quem e com que finalidade devem ser elaborados os planos econômicos no Brasil. Tais questões o levaram a tratar das tendências políticas dos distintos grupos sociais que poderiam tornar-se elaboradores dos planos econômicos. Assim, discorreu o empresário santista acerca de três correntes políticas: “a ala da esquerda, a ala da direita e o grupo do centro” (BOUÇAS, 1953, pp. 249-250). Segundo ele,

A Esquerda não só deixa de reconhecer qualquer merecimento nos planos elaborados por *individualistas* (sic), ou por estadistas filiados a uma facção política qualquer, como não admite a ideia de que um plano econômico possa sair do palácio de um rei ou imperador. A Direita não admite nenhum plano de ordem coletiva. O Centro considera que não há diferença fundamental entre os planos dos conquistadores ou dos ditadores, mesmo de um ditador ‘proletário’, e os planos concedidos pelos reacionários ‘capitalistas’, porque, a seu ver, ambos são arbitrários e desequilibrados, embora supostamente erigidos com a finalidade de garantir a felicidade do povo. Ambos estão interessados em cimentar a sua força ditatorial, em consolidar seu prestígio, embora ambos também estejam interessados em aumentar a prosperidade do seu povo (BOUÇAS, 1953, p. 250).

O empresário percebia a impossibilidade dos grupos políticos citados assumirem o projeto do planejamento econômico, devido a suas divergências. Isto posto, justificava sua opção por um Estado centralizador interrogando-se, diante disso, se os planos econômicos deviam ser formulados de modo ditatorial ou democrático? Ou seja, o que seria mais vantajoso, a centralização ou a descentralização?

A análise da conferência de Bouças demonstra que o critério técnico não excluía a luta política. Sua preocupação com a visão de mundo do corpo técnico é um interessante

indicativo disso. Para ele, os técnicos de esquerda defendiam “que a democracia é uma farsa e que a única verdade reside na teoria marxista”, postulando que o sistema de lucros pela concorrência do capital leva o país da crise para a total bancarrota. A direita, por sua vez, lutava contra modificações do regime. O grupo do centro acreditava que a concorrência, o individualismo e a democracia, mesmo em momentos de conflito, “são os instrumentos mais capazes para a elaboração de planos econômicos do que os concedidos por um grupo de homens detentores de poderes irrestritos” (BOUÇAS, 1953, pp. 250-251).

O pensamento político do empresário mostrava que deveria haver muita cautela na seleção do pessoal do Estado, evitando que as contradições e divisões no bloco no poder se manifestassem nas agências técnicas onde os planos viessem a ser formulados. Contudo, a análise cuidadosa dos relatórios e pareceres formulados por Bouças demonstram que, ele próprio, não deixou de entrar em conflito com representantes dos demais grupos empresariais.

Podemos afirmar que Valentim Bouças procurou realizar uma articulação orgânica entre teoria e prática ou, em outros termos, articular pensamento social e ação política nas agências do Estado capitalista. O pensamento social de Bouças alinhava-se ao projeto nacionalista autoritário em gestação desde 1930. Além de participar da política interna do governo Vargas, ele também desempenhou função relevante na política exterior, conforme analisado em capítulo precedente. Segundo Wirth, Bouças – homem de negócios pró-EUA – teria sido um dos personagens-chave em quem Oswaldo Aranha¹⁹⁴, Ministro do Exterior, buscou apoio para combater a penetração econômica e política da Alemanha no Brasil (WIRTH, 1973, p. 74).

4.3. A Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal

A Federação foi o aparelho privado de hegemonia que antecedeu a *Federação Industrial do Rio de Janeiro* e, pela determinação do regime corporativo, a FSIDF tornou-se FIRJ. Para compreender a função da *Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal* como partido do empresariado industrial, analisaremos suas atas já que ela era fruto da união de sindicatos das várias frações do capital industrial.

A análise das atas da agremiação deixa claro o *modus operandi* do empresariado e, ainda, sua função na organização das demandas das frações de classe industriais. Com o fechamento dos partidos políticos eleitorais no Estado Novo, as lideranças industriais

¹⁹⁴ Exercício na pasta das Relações Exteriores, 15/03/1938 a 23/08/1944.

concentrariam seus esforços em seus aparelhos privados onde exerceram papel de educadores da vontade coletiva dos associados.

As atas demonstram, outrossim, uma interconexão entre a *Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal* e agências da sociedade política, uma vez que suas lideranças, além de participarem ativamente de órgãos técnicos e consultivos do Governo Federal, mantinham contatos com Ministros, Governadores e Interventores, por exemplo. A Federação congregava inúmeros sindicatos patronais que, uma vez aceitos, escolhiam um nome dentre seus quadros para representá-los junto a FSIDF. Também elegiam, por voto secreto, os dirigentes da Federação. Euvaldo Lodi, vinculado a vários segmentos do capital industrial, foi eleito presidente em 09 de junho de 1938. Durante essa reunião Lodi mencionou que seriam escolhidos, nos termos da legislação em vigor, “três representantes do quadro social e três suplentes para comporem a lista de empregadores membros da Comissão de Salário Mínimo do Distrito Federal.”¹⁹⁵ Isso evidencia a íntima coexistência e interconexão existente entre agências das sociedades civil e política. Coube a FSIDF a função de escolher os industriais que a representariam na *Comissão de Salário Mínimo do Distrito Federal*.

Em 1937, Euvaldo Lodi assumiu, na gestão de Roberto Simonsen, o cargo de segundo “vice-presidente da Confederação Industrial do Brasil, quando apoiou o enquadramento da entidade sobre sindicalização.” Dois meses após a fundação da *Confederação Industrial do Brasil*, ele foi “escolhido para incentivar a fundação de sindicatos patronais junto à *Federação das Indústrias de Minas Gerais*” (MOURÃO, 1992, p. 71). Em outros termos, Lodi foi incumbido de persuadir as demais frações do capital industrial a adotar o modelo corporativista em suas agências da sociedade civil.

No que se relaciona ao processo de construção da hegemonia convém ressaltar que, embora as relações políticas necessitem da chancela da sociedade política para obter a formalidade do *status* jurídico, os meios pelos quais as lideranças da burguesia industrial procuraram valer-se para dar forma orgânica à classe industrial não se limitaram, apenas, à ação política formal junto a agências do Estado-governo. Os vínculos de amizade tiveram peso expressivo no exercício da política. Frequentemente as relações¹⁹⁶ cultivadas em

¹⁹⁵ Ata da Assembleia Geral Ordinária da **Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal**, realizada em 09 de junho de 1938. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. Folha 07.

¹⁹⁶ A estratégia de Bouças e Lodi é análoga a que foi usada pelos empresários industriais Horácio Lafer e Wolff Klabin. Intelectuais orgânicos de frações industriais, os representantes do grupo Klabin-Lafer além de sua atuação em agências da sociedade civil e política, buscaram acumular capital social no campo das relações interpessoais. Entre as quais destacamos o empresário Francisco de Assis Chateaubriand, e os políticos Manuel

espaços privados são de grande valor para a criação de laços interpessoais, potencializando e/ou formando novas alianças entre agentes de classes sociais distintas. Ao estabelecer relações amistosas com atores proeminentes visando consolidar seu projeto como representativo de inúmeras frações da classe burguesa, Euvaldo Lodi e Valentim Bouças tornaram-se orientadores e executores da disputa política entre os grupos que representavam.

Lodi e Bouças promoveriam a “unidade cultural-social” dos grupos econômicos representados de modo a configurar a vontade coletiva das facções industriais em torno de um mesmo objetivo, a obtenção da hegemonia. E, para tanto, era preciso manter relações sociais ativas junto à sociedade civil para, posteriormente, valer-se de tais vínculos uma vez inseridos na sociedade política. Segundo Gramsci: “o homem é essencialmente ‘político’, já que a atividade para transformar e dirigir conscientemente os homens realiza a sua ‘humanidade’, a sua ‘natureza humana’” (GRAMSCI, 1991, pp. 36-37, 48).

Em 06 de junho de 1938, Guilherme Guinle apresentou trabalho onde pontuava as medidas necessárias à defesa da indústria do ferro. Citando normas estabelecidas pelo Código de Minas¹⁹⁷, que havia sido modificado pelo decreto n. 66 de 14 de dezembro de 1937, o empresário carioca ressaltou as medidas tomadas pelo Governo Federal no sentido de assegurar a brasileiros, pessoas físicas ou jurídicas, a exploração das riquezas minerais do subsolo nacional (GUINLE, apud CARONE, 1977, pp. 132-133). O referido decreto em seu artigo 2º, número IV, parágrafo 1º, estabelecia que “as sociedades para fins de mineração poderão adotar qualquer forma admitida em lei, contando que os sócios ou acionistas sejam brasileiros ou *pessoas jurídicas brasileiras*, e as ações sejam sempre nominativas¹⁹⁸” (apud CARONE, 1977, p. 133).

Ribas, Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha – p. ex. Para maiores detalhes, vide na bibliografia os trabalhos sobre o grupo Klabin.

¹⁹⁷ Promulgado pelo decreto nº 24. 642, de 10 de julho de 1934, o Código de Minas aboliu o vínculo jurídico que tornava “as riquezas do subsolo um acessório do solo.” Com isso, desvinculou-se a propriedade do solo do patrimônio mineral que poderia ser encontrado no subsolo. A Constituição de 10 de novembro de 1937, em seu artigo 143, estabeleceu que “o aproveitamento das minas e jazidas minerais, ainda que de propriedade privada, [dependia] de autorização federal, [modificando] a forma legal prescrita no Código de Minas para o aproveitamento das riquezas do subsolo consideradas de propriedade particular.” Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De1066.htm > Acessado em 25/novembro/2014. Segundo Gustavo Capanema, “a Constituição de 1934 e conseqüentemente o Código de Minas libertaram nossas jazidas minerais do regime de acessão [criado] pela constituição de 1891 [que, em seu Artigo 72, § 17, estabelecia que as minas pertenciam aos proprietários do solo – a exceção de limitações que fossem estabelecidas por lei (CAPANEMA, apud SCHWARTZMAN, c1983, p. 568).

¹⁹⁸ Assim denominamos as ações que correspondem, cada uma, simplesmente a uma unidade do capital social que compõe sociedade anônima. Diz-se, também, das ações que têm o nome do seu proprietário escrito em sua face e cuja venda deve ser registrada em livro especial na empresa que a emitiu. Disponível em < <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/293005/acoes-nominativas> > Acessado em 25/novembro/2014.

Em março de 1938, Bouças participou da Conferência dos Secretários de Fazenda, expondo trabalho intitulado “Política Financeira do Brasil”, onde tratava de assuntos como aspectos da produção, fontes de receita, situação orçamentária e financeira dos estados. Ao discorrer sobre a questão financeira, Bouças destacou que as dívidas externas estaduais somavam um total de quatro milhões e trezentos e doze mil contos. Acrescentou, ainda, que devido aos numerosos empréstimos contraídos pelos estados, suas despesas com os juros se elevavam “a quase 25% do total da despesa.” Quase todos esses empréstimos haviam sido contraídos para cobrir déficits orçamentários, sendo raros os casos em que houve inversão desses capitais na construção ou fomento de alguma atividade produtiva (BOUÇAS, 1953, pp. 237-238).

As palavras do empresário santista expressas no trabalho criticavam o procedimento dos Estados signatários de empréstimos internacionais. O conjunto de evidências disponíveis na documentação analisada ratifica uma vez mais, relações econômico-sociais existentes entre Valentim Bouças, Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha e Arthur de Souza Costa, explicitando que o primeiro exercera relevante atribuição na grande política do Governo Vargas junto aos credores internacionais.

Conforme demonstra Francisco Corsi, em face da delicada circunstância decorrente da situação cambial, “uma das primeiras medidas decretadas pelo Estado Novo foi declarar a moratória da dívida externa” (CORSI, 2000, p. 67). A diretriz do Estado Novo seria a de renegociar com os credores formas alternativas de pagamento dos serviços das DPEX que não prejudicassem o crescimento da economia brasileira.

A partir da eclosão da Segunda Guerra Mundial acentuou-se a necessidade do Estado investir cada vez mais na formação das indústrias de base. Os órgãos técnicos e consultivos exerceram papel proeminente nos estudos que nortearam as diretrizes governamentais. Vargas esperava que as indústrias do ferro e siderurgia se consolidassem por volta de 1939, ressaltando que as pesquisas para a concretização deste projeto haviam sido encaminhadas a laboratórios e economistas. Destacou, ainda, que os Conselhos Técnicos também foram incumbidos do estudo da questão (VARGAS, 1940, p. 198).

Em correspondência remetida a Vargas, em 1939, Bouças informava sobre a missão que vinha desenvolvendo nos EUA, tendo visitado Cordell Hull e Sumner Welles, respectivamente Secretário e Subsecretário de Estado do Presidente Roosevelt.¹⁹⁹ Para John Wirth, Welles era conhecido de Oswaldo Aranha desde os tempos em que este fora

¹⁹⁹ CPDOC-FGV/RJ. Arquivo Oswaldo Aranha. OA 39.01.06 / 3 cp. Fot. 0293.

embaixador do Brasil nos EUA e ambos mantinham boas relações no campo político. Aranha sabia que Sumner Welles era “adepto da Política Rooseveltiana da Boa Vizinhança e arquiteto de relações excepcionalmente cordiais entre os Estados Unidos e o Brasil.” Desde setembro de 1934, por intermédio de Cyro de Freitas-Valle – parente próximo de Oswaldo Aranha –, banqueiros do círculo financeiro nova-iorquino foram sondados por representantes do governo Vargas, desejoso de obter o crédito de que o Brasil necessitava (WIRTH, 1973, p. 11).

O governo dos EUA, através do Departamento de Estado chefiado por Sumner Welles, negociava com Bouças os termos da ‘colaboração’ com a diplomacia financeira do Estado Novo. Em 08 de janeiro de 1939, dois dias após a visita de Bouças ao Secretário Welles, o empresário e secretário do *Conselho Técnico de Economia e Finanças* recebeu telegrama do Presidente Roosevelt avisando-o que o receberia no dia seguinte. Na reunião Roosevelt afirmou esperar que o acordo firmado com Oswaldo Aranha se tornasse “a pedra fundamental de um grande monumento consagrado à amizade e aos mútuos interesses de ambas as nações.” Dito isso, Roosevelt declarou-se contrário ao comércio de compensação, argumentando que este obrigava as nações providas de poucos recursos a fornecerem suas matérias-primas em condições miseráveis, em troca de produtos manufaturados, em condições que não permitiam o desenvolvimento industrial nos países fornecedores de produtos primários.²⁰⁰

Diferentemente do que mencionou o Presidente dos EUA, além do seu grande mercado consumidor, o Brasil interessava aos Estados Unidos, inclusive, por ser um país rico em recursos naturais. Defensor da aproximação com Washington, Bouças era peça-chave na neutralização da influência do capital alemão junto às relações comerciais brasileiras. A gestão Roosevelt tinha no empresário Valentim Bouças aliado valioso na disputa com a Alemanha pela influência no Brasil. Seus contatos com políticos próximos ao Presidente dos EUA ajudaram-no a se aproximar de importantes grupos financeiros. Fora Welles quem apresentara o secretário do CTEF e representante do Ministério da Fazenda do Brasil ao presidente do *Bankers Trust*, com quem o governo brasileiro pretendia negociar a compra de produtos nacionais.²⁰¹

Em 09 de março de 1939, Vargas recebeu Valentim Bouças, que veio acompanhado de Thomas Watson – presidente da IBM. À noite, o Presidente Vargas foi à casa do Bouças, jantando com ele e o presidente desta empresa americana, ao qual Vargas se referiu em seu

²⁰⁰ CPDOC-FGV/RJ. Arquivo Oswaldo Aranha. OA 39.01.06 / 3 cp. Fot. 0293.

²⁰¹ CPDOC-FGV/RJ. Arquivo Oswaldo Aranha. OA 39.01.06 / 3 cp. Fot. 0293.

diário como sendo “alta personalidade do comércio internacional” (VARGAS, 1995b, p. 207). Isso demonstra o vínculo econômico-social de Bouças com o projeto de alinhamento do Brasil aos Estados Unidos, em contraposição as relações comerciais e políticas com a Alemanha.

Segundo Gérson Moura, até o final da década de 1930 as relações comerciais Teuto-Brasileiras cresceriam muito. O governo Roosevelt manteve-se vigilante a esse respeito, embora tenha evitado impor represálias ao Brasil, uma vez que tal medida poderia aproxima-lo mais ainda da Alemanha (MOURA, c1982, p. 581). Foi nessa conjuntura que Bouças se reuniu com agentes econômicos e políticos dos Estados Unidos, em suas negociações. O pensamento do empresário brasileiro, expresso na documentação analisada, demonstra sua trajetória como agente da alta política do Governo Vargas.

Em 30 de novembro de 1940, Vargas registrou em seu diário ter recebido Marques dos Reis²⁰² – que retornava de viagem dos Estados Unidos, onde negociara 25 milhões com o *Banco do Brasil* e o *Export and Import Bank* – e Valentim Bouças que trouxe a exposição sobre a borracha e tratou de outros assuntos administrativos relacionados à sua função de Secretário da *Comissão de Defesa da Economia Nacional* e o *Conselho Técnico de Economia e Finanças* (VARGAS, 1995b, p. 335).

O empresariado industrial brasileiro manteve ativa organização política mesmo durante a ditadura estadonovista, ampliando seus aparelhos privados. Ao subsidiar e equipar essas agências da sociedade civil o capital industrial agiu como força social, direcionada aos interesses das frações burguesas a elas filiadas (BIANCHI, 2006, p. 120). Uma vez fechados os partidos políticos eleitorais, o empresariado industrial concentrou suas forças no complexo formado por agências da sociedade civil – educadoras e diretoras da ação coletiva.

4.4. Industriais e luta política

Em Reunião Especial do Conselho de Representantes da *Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal*, de 04 de dezembro de 1941, foram debatidas as providências necessárias à integração da Federação ao sistema corporativo. Como presidente

²⁰² As evidências disponíveis permitem concluir que se tratava de João Marques dos Reis. No Governo Vargas, ocupou a pasta do Ministério da Viação e Obras Públicas – exercício de 25/07/1934 a 29/11/1937. Pouco tempo depois da decretação do Estado Novo, ele deixou a pasta para ocupar a presidência do Banco do Brasil – exercício de 30/11/1937 a 06/11/1945. J. Marques dos Reis foi superintendente das instituições financeiras: Caixa de Mobilização Bancária (1943-1944) e Caixa de Mobilização Bancária e Fiscalização (1944-1945).

da FSIDF, Euvaldo Lodi dirigiu a reunião, assessorado por Mario Leão Ludolf²⁰³ e Ary Lomba. A análise da documentação mostrou a participação de intelectuais da indústria na organização dos filiados da nova associação de classe, denominada *Federação das Indústrias do Rio de Janeiro*, que substituíra a FSIDF. Lodi afirmou em plenário “que a união de todos os elementos da indústria se [fazia] necessária para vencer a crise decorrente da guerra e da perturbação da economia mundial.”²⁰⁴ Declarou, ainda, que os presentes receberiam

um anteprojeto formulado pela secretaria da federação, segundo as diretrizes e os princípios das leis em vigor e o sentido (...) do corporativismo no Brasil. Euvaldo Lodi [pediu] aos delegados que [manifestassem] seu pensamento a respeito do corporativismo. Tendo os delegados presentes expressado seu consentimento a adesão ao modelo corporativo do governo (...).²⁰⁵

A reunião que debatia a adesão ao sistema corporativo continuou no ano de 1942, conforme veremos. Apresentamos no Quadro XI os nomes das lideranças industriais que julgamos mais expressivas então presentes.

QUADRO XI

Filiados a *Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal em 1941*

<i>Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal em 1941</i>	
Sindicato	Representante
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas	Euvaldo Lodi Luis Ribeiro Pinto
Sindicato da Indústria do Papel	Antônio B. Cavalcanti ²⁰⁶ Wolff K. Klabin ²⁰⁷

²⁰³ Era filho do empresário Américo Ludolf, fundador da *Companhia Cerâmica Brasileira*, da qual era maior acionista. Mário Leão Ludolf formou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1923. Em seguida, viajou para Europa, onde permaneceu estudando durante dois anos, a fim de se especializar. Ao retornar ao Brasil, estabeleceu-se em São Paulo, trabalhando como engenheiro em muitas obras públicas. Transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1932, onde assumiu a direção e, depois, a presidência da Companhia Cerâmica Brasileira. Exerceu ativa participação nas agências da sociedade civil como, por exemplo, a Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal, como representante do Sindicato das Indústrias de Cerâmica e Vidro. Em 1942, a FSIDF passou a chamar-se Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Identificados em suas posições frente aos problemas da indústria e possuindo diretorias comuns, o CIRJ e a FIRJ desenvolvem uma atuação conjunta na luta pelos interesses das frações do capital industrial das quais eram representantes. Para maiores detalhes, vide o verbete biográfico no DHBB – escrito por Sônia Dias.

²⁰⁴ Ata da Reunião Especial do Conselho de Representantes da **Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal**, realizada em 04 de dezembro de 1941. Folha 55. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

²⁰⁵ Idem, folhas 57-58.

²⁰⁶ Antônio Bezerra Cavalcanti. Empresário vinculado a Companhia Industrial de Pirahy. *O Papel em face da Guerra: convocados os seus produtores no estado do Rio*. In: *O Globo*, 23 de outubro de 1940. s.p. Arquivos O Globo.

²⁰⁷ Wolff Klabin. Empresário com forte atuação nos setores comercial, industrial e financeiro. Foi presidente e sócio proprietário das empresas Indústrias Klabin do Paraná de Celulose, Indústrias Klabin Irmãos do Rio de Janeiro e Banco Mercantil de São Paulo. Também era sócio da Companhia Universal de Fósforos, Empresa de Caolim Ltda, Manufatura Nacional de Porcelanas e Klabin Irmãos e Cia. Vide *Wolff Klabin* In: **Correio da Manhã**. Sábado, 16 de março de 1957. pp. 08-09. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Sindicato da Indústria de Cerâmica para Construção	Mario L. Ludolf ²⁰⁸ Luis Carlos Bergallo
Sindicato da Indústria da Construção Civil	Francisco de M. Castro Octávio Penna
Sindicato da Indústria do Fumo	Eric Botelho Octávio Lopes S. Campos
Sindicato da Indústria de Fósforos	João Dale Luis Ribeiro Pinto

FONTE: Ata da Reunião Especial do Conselho de Representantes da **Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal**, realizada em 04 de dezembro de 1941. Folha 55. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

(*) Lamentavelmente não encontramos informações sobre todos os componentes dos quadros da FIRJ no ano de 1941. Assinalamos em notas de rodapé os agentes a respeito dos quais conseguimos obter dados mais detalhados.

Maria Verônica Secreto menciona que Bouças era também grande acionista do BCB, vice-presidente da *Rádio Internacional do Brasil* e vice-presidente da Goodyear (SECRETO, 2011, p. 104). O próprio Valentim Bouças confirmaria que durante o período da entrada do Brasil na Guerra, adquirira ações do *Banco de Crédito da Borracha*, subscrevendo Cr\$ 10.000,00 em seu nome e Cr\$ 5.000,00 em nome de cada um de seus filhos.²⁰⁹ Em palestra pronunciada em setembro de 1940, no Departamento de Educação dos Serviços Hollerith, Bouças mencionou que, durante viagem aos Estados Unidos, procurou os

grandes fabricantes que empregam a borracha, [sugeriu que] enviassem ao Brasil técnicos para, conjuntamente, examinarmos a razão pela qual não estavam comprando maior quantidade de látex do Brasil. Tive, então, o prazer de verificar que os nossos amigos de Goodyear nos Estados Unidos, com a aprovação do Departamento de Agricultura de Washington, correspondendo a esta ideia, sem nenhum ônus para o Governo brasileiro, mandaram imediatamente vir do Oriente um de seus técnicos, e outro da Costa Rica. Encontramo-nos na Ilha de Trindade, e juntos viemos ao Pará, onde, sem demora, procuramos entrar em contato com a realidade (BOUÇAS, 1953, p. 317).

O fato de Bouças ser grande acionista do *Banco de Crédito da Borracha* ressalta também sua atuação junto ao setor financeiro vinculado à exploração da borracha do Amazonas, o que repercutiu em suas ideias econômicas. Segundo Beauclair, “a preocupação com o problema do crédito levou o Governo a [estudar melhor] o comportamento de tais entidades no Brasil.” Em ata de reunião do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, datada de 27 de outubro de 1939, Bouças chamava atenção para o fato de que “tornava-se indispensável proceder a uma revisão das medidas que regulavam esta modalidade de inversão de capitais estrangeiros” (BEAUCLAIR, 1974, p. 54).

²⁰⁸ Para rever informações sobre Mario Leão Ludolf, vide a nota 203, página anterior.

²⁰⁹ Ata da **Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha**, sessão de 03 de setembro de 1946. Apud BOUÇAS, 1955, p. 326. Vol. II.

Beauclair ressalta, ainda, que o interesse do Governo na expansão do crédito vinha de encontro à necessidade de obter recursos para o financiamento do setor produtivo industrial (op. cit., pp. 53-54).

Em seus discursos, Bouças realçava a necessidade de uma orientação econômica que capacitasse o Brasil a acelerar seu processo de industrialização. Durante outra conferência, dessa vez pronunciada em março de 1943 no auditório da *Associação Brasileira de Imprensa*, o empresário ressaltou que tanto a exploração, quanto a produção em larga escala do ferro e do aço culminou “com a instalação da grande siderúrgica em Volta Redonda.” Ele reafirmou a importância da produção da borracha no Brasil – se o aço e o ferro constituíam os “ossos” da nação, a borracha representava seus “músculos”. Com essa afirmação, justificava as políticas de incentivo ao ressurgimento da extração da gomífera e sua industrialização por empresas como a Goodyear. A política financeira e creditícia de fomento a esta atividade extrativa, não contou somente com o incentivo do *Banco do Brasil* e do *Banco de Crédito da Borracha S/A*.²¹⁰ O BCB foi criado por capital “subscrito pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos e cujas atividades, orientadas por brasileiros e norte-americanos completam no setor financeiro os esforços que o país realiza (...)” (BOUÇAS, 1953a, pp. 07, 10, 18).

Embora houvesse interesse na obtenção de recursos creditícios para atender às demandas das frações de classe industriais, por certo outros grupos empresariais como o extrativista da borracha, por exemplo, não deixaram de ser contemplados. Sendo igualmente

²¹⁰ O BCB tinha sede na cidade de Belém. Inicialmente as inversões de capital nessa instituição eram de 50 milhões de cruzeiros. Tendo em vista elevar o poder de suas operações financeiras, esse capital foi aumentado “para 150 milhões de cruzeiros, dividido em 150 mil ações comuns, nominativas, no valor de 1.000 cruzeiros cada uma.” Assim, o capital estava distribuído em “87.500 ações subscritas pelo Tesouro Nacional, 60.000 pela *Rubber Development Corporation*, sucessora da *Rubber Reserve Company*, e 2.500 por pessoas físicas ou jurídicas de nacionalidade brasileira” (BOUÇAS, 1953a, p. 43). O relatório apresentado por Arthur de Souza Costa ao Presidente Getúlio Vargas, relativo ao exercício de 1943, também apresenta relevantes informações a esse respeito. Corroboram e complementam as informações dadas por V. Bouças sobre o BCB. A fundação do *Banco de Crédito da Borracha S/A* foi autorizada pelo Decreto-lei nº 4.451, de 09 de julho de 1942. Inicialmente, dispunha de um capital de 50 milhões de cruzeiros – o qual foi elevado, mais tarde, para a importância da 150 milhões de cruzeiros. Elucida um acordo celebrado entre o estado do Mato Grosso, a Comissão de Controle dos Acordos de Washington, o BCB e a *Rubber Development Corporation*. Pelo acordo, esta última estava obrigada a fornecer ao referido estado “a importância de Cr\$ 2.000.000,00, para o melhoramento das estradas e da navegação fluvial, bem como para [a] construção de novas vias de comunicação.” Por sua vez, Júlio Strubling Müller, Interventor Federal do Mato Grosso, se comprometeu em tomar medidas que promovessem tanto a exploração dos seringais que estavam localizados em terras devolutas quanto a dos que estavam abandonados (SOUZA COSTA, 1945, p. 131). Os Acordos de Washington também garantiam ao Brasil “o financiamento de Cr\$ 280.000.000,00 destinados à reconstrução da Estrada de Ferro Vitória-Minas e ao reaparelhamento das minas de Itabira (...)” (BOUÇAS, 1953a, pp. 11-12). Para maiores detalhes sobre as políticas de incentivo aos seringais e demais atividades da produção gomífera e seu financiamento, vide o referido relatório de A. de Souza Costa – mais especificamente as páginas 129 a 134.

ligado a setores vinculados a essa atividade, podemos inferir que Bouças simbolizava sua organização de modo a inserir-se nas agências da sociedade política brasileira.

A primeira metade dos anos 1940 seria um período decisivo para que o empresariado industrial brasileiro encontrasse condições de afirmar, cada vez mais, sua ação de classe junto ao complexo superestrutural do Estado capitalista no Brasil. Se durante o interregno democrático a atuação de ambos os empresários deu-se através da participação em agências da sociedade civil e do Legislativo, durante o Estado Novo verificou-se uma mudança nesse sentido. Decerto foram alterados os canais de acesso à sociedade política, mas isso não impediu sua participação em instituições dotadas de papel consultivo no Estado restrito.

É expressiva a transcrição de um fragmento da ata de Reunião Especial do Conselho de Representantes da FSIDF, datada de 26 de fevereiro de 1942, onde Lodi acentuava “(...) o alto espírito associativo dos grupos industriais do Distrito Federal que, a sombra do aparelho comum de classe, buscam fortalecê-lo e orientá-lo em bem dos interesses gerais da economia da produção na Capital do País. (...)”²¹¹ Nessa mesma reunião os industriais presentes debateram a adaptação da *Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal* ao sistema corporativo.

4.5. O Centro Industrial do Rio de Janeiro

Não obstante a legislação sindical do Estado Novo tivesse tornado obrigatória a vinculação das associações privadas ao modelo corporativo autoritário, o empresariado industrial teve condições de burlar tal imposição, através da preservação de seus aparelhos privados de hegemonia. No caso da Capital Federal, os industriais mantiveram o *Centro Industrial do Rio de Janeiro*, fortemente articulado à FIRJ. Euvaldo Lodi presidiu a ambas as associações.

Em reunião conjunta da diretoria e conselho diretor do *Centro Industrial do Rio de Janeiro*, realizada em 27 de agosto de 1942, os industriais votaram sua posição acerca Estado de beligerância. Durante a sessão presidida por Lodi e secretariada por Ibsen de Rossi²¹² e Júlio Pedroso de Lima Júnior²¹³ o plenário manifestou apoio ao estado de guerra

²¹¹ Ata de Reunião Especial do Conselho de Representantes da **Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal**, realizado a 26 de fevereiro de 1942. Folha 60. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

²¹² Presidente do Club de Regatas de Botafogo, entre 1935 e 1937. Fez parte de diretoria do Moinho Fluminense S/A. Vide Jornal do Brasil, 06 de agosto de 1963. p. 14. Disponível em < <http://news.google.com/newspapers?nid=1246&dat=19630806&id=AaIVAAAAIIBAJ&sjid=3wsEAAAAIIBAJ&pg=3859,1269638> > Acessado em 23/dezembro/2014.

decretado pelo Governo Federal contra as forças do Eixo como resposta ao “afundamento de diversos navios brasileiros, em águas do norte do país.” Lodi explicou ao plenário que, dois dias antes, em 25 de agosto, estivera pessoalmente no Palácio Guanabara para transmitir ao Presidente Vargas “o apoio integral e irrestrito das forças produtoras às medidas tomadas pelo Governo em defesa da honra e da dignidade da nossa terra, injusta e violentamente agredida pelos inimigos totalitários.”²¹⁴ O quadro XII apresenta a lista dos navios mercantes brasileiros afundados por ação de submarinos.

QUADRO XII²¹⁵

Navios brasileiros afundados por submarinos na II Guerra

Navios	Tonelagem	Data	Proprietários
1 – Cabedelo	3.557	14/02/1942	Lloyd Brasileiro – P.N.
2 – Buarque	5.152	15/02/1942	Lloyd Brasileiro – P.N.
3 – Olinda	4.082	18/02/1942	Cia Carbonífera Riograndense
4 – Arabutan	7.874	07/03/1942	Pedro Brando (fretado à Org. Lage)
5 – Cairu	5.152	08/03/1942	Lloyd Brasileiro – P.N.
6 – Parnaíba	6.692	01/05/1942	Lloyd Brasileiro – P.N.
7 – Gonçalves Dias	4.996	24/05/1942	Lloyd Brasileiro – P.N.
8 – Alegrete	5.970	01/06/1942	Lloyd Brasileiro – P.N.
9 – Pedrinhas	3.666	26/06/1942	Cia de Cabotagem de Pernambuco
10 – Tamandaré	4.942	26/07/1942	Lloyd Brasileiro – P.N.
11 – Piave	2.547	28/07/1942	Lloyd Nacional S/A
12 – Barbacena	4.772	28/07/1942	Lloyd Brasileiro – P.N.
13 – Baependi	4.801	15/08/1942	Lloyd Brasileiro – P.N.
14 – Araraquara	4.871	15/08/1942	Lloyd Nacional S/A
15 – Aníbal Benévolo	1.904	16/08/1942	Lloyd Brasileiro – P.N.
16 – Itagiba	2.055	17/08/1942	Cia Nacional de Navegação Costeira
17 – Arará	1.075	17/08/1942	Lloyd Nacional S/A
18 – Jacira	89	20/08/1942	Norberto Hilário dos Santos
19 – Osório	2.730	27/09/1942	Lloyd Brasileiro – P.N.
20 – Lages	6.573	27/09/1942	Lloyd Brasileiro – P.N.
21 – Antonico	1.243	28/09/1942	Mel. Leônidas de Albuquerque
22 – Porto Alegre	5.187	03/11/1942	Cia Carbonífera Riograndense
23 – Apalóide	3.766	22/11/1942	Lloyd Brasileiro – P.N.
24 – Brasilóide	6.076	18/02/1943	Lloyd Brasileiro – P.N.
25 – Afonso Pena	3.539	02/03/1943	Lloyd Brasileiro – P.N.
26 – Tutóia	1.125	30/06/1943	Lloyd Brasileiro – P.N.
27 – Pelotasóide	5.228	04/07/1943	Lloyd Brasileiro – P.N.
28 – Bagé	8.235	31/07/1943	Lloyd Brasileiro – P.N.
29 – Itapagé	4.965	28/09/1943	Cia Nacional de Navegação Costeira
30 – Campos	4.663	23/10/1943	Lloyd Brasileiro – P.N.
TOTAL:	131.196		

²¹³ Presidente da firma Júlio & Cia. Fez parte do Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado da Guanabara. Vide *Júlio Pedroso de Lima Júnior*. In: **Correio da Manhã**, Quinta-Feira, 17 de Novembro de 1960. p. 06. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

²¹⁴ Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor do **Centro Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 27 de agosto de 1942. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. s.p.

²¹⁵ Somente entre os dias 15 e 17 de agosto, no período de 48 horas, foram torpedeados e afundados cinco navios nacionais, na proximidade de foz do rio Real, resultando em mais de 600 mortes. Dos trinta navios afundados, dois foram abatidos por tiros de metralhadora e canhão – Jacira e Antonico –, os outros foram torpedeados. Assim como as informações disponíveis nesta nota, os dados do quadro 12 foram colhidos de SCHWARTZMAN, 1983, pp. 268-269.

O apoio do empresariado a este ato não foi endossado apenas durante a reunião do CIRJ, mas também na da FSDIF, realizada em 27 de agosto de 1942. Euvaldo Lodi exercia, então, a presidência de ambas as agremiações. As frações do capital industrial começavam a planejar e organizar sua ação de modo a influenciar nas decisões governamentais em tempos de economia de guerra.

O plenário da CIRJ concedeu a Lodi plenos poderes para, “de acordo com as entidades sindicais” adotar junto a *Confederação Nacional de Indústria* “todas as medidas julgadas necessárias à defesa nacional e ao estabelecimento de uma política econômica compatível com a situação.” O industrial mineiro esclareceu que, segundo verificara nos meios oficiais, o Governo iria “expedir uma série de atos de natureza política e de índole financeiro-econômica, de modo a preparar todas as forças vivas da nação, para a luta e o esforço de guerra.”²¹⁶

Essa afirmação torna evidente a diretriz política das lideranças industriais no sentido de expandir seu raio de influência na sociedade política. Apesar de Lodi não ter especificado de qual agência governamental proveio a informação, é perfeitamente lícito concluir que o acesso privilegiado a ela decorria de sua participação nos conselhos técnicos e consultivos do período.

Em reunião da CIRJ de 1º de outubro de 1942, também presidida por Lodi, chamou nossa atenção a articulação dos industriais junto à mobilização econômica posta em prática pelo governo em face da declaração de guerra ao Eixo. Euvaldo Lodi informou que o governo criara a *Coordenação da Mobilização Econômica*²¹⁷, com a finalidade de organizar a produção para o esforço de guerra. Discorrendo sobre as medidas que a indústria precisaria tomar com a entrada do Brasil na Segunda Guerra, E. Lodi informou que tivera a oportunidade de declarar a João Alberto Lins de Barros (presidente de *Coordenação da Mobilização Econômica*) “que as classes produtoras do país [estavam] prontas a empregar todos os esforços e iniciativas em favor da mobilização econômica.”²¹⁸ O presidente da CIRJ

²¹⁶ Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor do **Centro Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 27 de agosto de 1942. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. s.p.

²¹⁷ Órgão criado em setembro de 1942 pelo Governo Federal, com o propósito de coordenar a economia brasileira durante o período emergencial resultante da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Estava diretamente subordinado ao Presidente da República. Sua sede ficava no Rio de Janeiro, mas a CME tinha escritórios regionais localizados nas principais capitais do País. Seus três coordenadores foram João Alberto Lins de Barros, Carlos Vidal e o Gal. Anápio Gomes. Vide verbete no DHBB.

²¹⁸ Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor do **Centro Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 1º de outubro de 1942. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. pp. 2-4.

informou aos presentes que Lins de Barros lhe assegurara que, através da CNI, a indústria seria “um dos elementos marcantes do seu trabalho.”²¹⁹

De acordo com Marisa Saens Leme era atribuição da *Coordenação da Mobilização Econômica* orientar a agricultura, a mineração, a pecuária e a indústria; controlar a exportação e a importação; tomar medidas necessárias ao racionamento de combustíveis e energia; estabelecer e controlar os preços e intervir no mercado de trabalho (LEME, 1978, p. 68).

A luta política dos empresários industriais do setor metalomecânico representados por Lodi concentrou-se, cada vez mais, em suas associações privadas e, ainda, nos órgãos técnicos e consultivos criados pelo Governo Federal. Esse é o ponto da análise em que convém reiterar que vários aparelhos privados dos industriais, como o *Centro das Indústrias do Rio de Janeiro* p.ex., obtiveram de Vargas o *status* de órgão consultivo do governo.

Ainda segundo Leme, o Estado Novo deu lugar a medidas por parte do governo no sentido de intervir na estrutura das associações privadas organizadas pelas frações industriais nos anos 1930, tornando-as corporativistas. Na condição de organizador e mobilizador da ação coletiva do empresariado industrial junto a muitas agências da sociedade civil, Lodi defendeu a manutenção da organização classista do capital industrial.

Disso resultaria um conflito com Francisco José de Oliveira Vianna, consultor jurídico do Ministério do Trabalho, que propusera que as entidades de classe se organizassem numa estrutura vertical e por ramos de atividade, inspirada no corporativismo fascista italiano. Tal proposta limitaria a esfera de ação das federações que, obrigadas a vincular-se à *Confederação Nacional da Indústria*, somente “poderiam tratar de questões administrativas e trabalhistas. Os problemas econômicos seriam do âmbito da *Confederação Nacional da Indústria*.” Oliveira Vianna propôs, ainda, que a representatividade do setor industrial nos sindicatos fosse de um terço e que houvesse “rotatividade nos quadros da direção, impedindo-se a reeleição” (LEME, 1978, pp. 23-24).

Conforme ressalta Luís Antônio Cunha, a tendência ao autoritarismo se explicitou muito cedo nas estruturas do governo Vargas. Mesmo durante o Governo Provisório o fascismo não era estranho, nem tampouco desconsiderado por agentes que ocupavam elevadas posições nas agências governamentais. Sendo que, no período em que ainda presidia o estado do Rio Grande do Sul, Vargas “declarou que sua diretriz de governo se

²¹⁹ Idem, p. 4.

pautaria pelo corporativismo, segundo a ‘renovação criadora’ que estaria se processando na Itália fascista” (CUNHA, c1982, p. 442).

Quando o Decreto nº 1.403, de 05 de julho de 1939 regulamentou as associações em sindicatos, restringindo a representatividade dos aparelhos privados de hegemonia de um modo geral, a reação do empresariado não tardaria a manifestar-se. Mais uma vez partiu da sociedade civil a organização de um bloco de pressão, composto por empresários comerciais e industriais, contrários a tal medida. Em repúdio ao decreto, intelectuais orgânicos de associações comerciais e industriais

de várias partes do país reuniram-se na *Associação Comercial de São Paulo*, (...) [tornando] mais significativo o apelo dirigido (em memorial [...]) a V. Exa. [Getúlio Vargas] no sentido de ser reconhecido o direito de as associações civis continuarem a exercer as suas atividades, sempre orientadas pelo mais elevado espírito de colaboração com os poderes públicos, na defesa dos interesses gerais de seus associados (LEME, 1978, p. 25).

Como resultado dessa pressão, o decreto não teria efeito prático. “Em 1941, a *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo* [foi] reconhecida pelo governo federal como órgão de colaboração, tal qual as classes conservadoras reivindicavam” (LEME, 1978, p. 25).

4.6. As lideranças industriais e os órgãos técnicos e consultivos

Pelo Decreto-lei nº 1.163, de 17 de março de 1939, o *Conselho Federal de Comércio Exterior* foi reorganizado como órgão consultivo da Presidência da República, para auxiliar na formulação do planejamento econômico e das políticas públicas (Vargas, 1995b, p. 208). Essa medida legal reforçou sua condição de agência estratégica para a ação política das lideranças do empresariado industrial em defesa de seus interesses.

Segundo Jorge Monteiro e Luiz Roberto Cunha, a principal finalidade do CFCE era “a centralização da política de comércio exterior (...), reunindo representantes de órgãos governamentais” (MONTEIRO & CUNHA, Fev. 1974, vol. 04, n. 01, p. 05). José Murilo de Carvalho, por sua vez, ressaltou a participação dos militares nos órgãos técnicos e consultivos, a exemplo do *Conselho Federal de Comércio Exterior* (CARVALHO, In: D’ARAUJO, 1999, p. 70). No entanto, o conjunto de evidências analisadas mostra que os industriais também detiveram importante atuação nessas agências da sociedade política. Outra variável essencial para compreender o período é a mobilização dos industriais através

de seus aparelhos privados, muitos dos quais reconhecidos como órgãos consultivos do Governo Federal.

Em 24 de fevereiro de 1941, o boletim do *Conselho Federal de Comércio Exterior* registrou que o estado do Rio de Janeiro ocupava o quinto lugar “entre os Estados de maior produção manufatureira do Brasil.” Segundo o periódico, o Rio de Janeiro consolidava, a cada ano, “a sua posição como centro industrial.”²²⁰ A disputa entre frações do capital industrial brasileiro no Estado Vargas não se limitava ao campo econômico, estendendo-se no político.

De acordo com Eli Diniz, em 1943 a *Coordenação da Mobilização Econômica* enfrentaria a oposição dos industriais quando tentou colocar em prática um “levantamento dos custos da produção industrial, tendo em vista os inúmeros protestos contra os ‘lucros exorbitantes’ da indústria”. Ao emitir duas portarias que impediram “o aumento dos preços dos produtos industriais com o objetivo de represar os preços continuamente em alta e combater a inflação”, a Coordenação se depararia com o antagonismo dos industriais. Estes, para conseguir a revogação das portarias, pressionariam constantemente, justificando o aumento como consequência da elevação dos preços das matérias-primas importadas, dos aumentos salariais, das tarifas de transporte e dos preços dos combustíveis (DINIZ, 1978, pp. 78-79).

Ainda segundo Diniz, diante desse impasse entre a *Coordenação da Mobilização Econômica* e os industriais “a questão foi levada ao *Conselho Federal de Comércio Exterior*, onde foi apresentado um projeto, sugerindo esse levantamento”. Por iniciativa de Euvaldo Lodi, representante da indústria, o projeto foi sustado. Organizados no CFCE e liderados por esse industrial, os demais conseguiram suspender a discussão do projeto e adiar sua votação por dois meses. Quando a votação foi realizada, o projeto sairia derrotado. Isso demonstra que havia uma defasagem entre as intenções e os atos do governo Vargas, resultante da existência de certa “permeabilidade dos centros de decisão às pressões que se definiam, se articulavam e se desencadeavam a partir da sociedade civil” (DINIZ, 1978, pp. 79-80).

Leme ressalta que o *Conselho Federal de Comércio Exterior* tornou-se “o organismo econômico mais importante do Estado Novo.” No que tange a indústria, essa agência prestou serviço especial aos planos da grande siderurgia brasileira – concretizados com a criação da Usina de Volta Redonda –, além do incentivo à produção de bens e

²²⁰ **Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior**. Ano IV. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1941. n. 7. p. 01. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

serviços essenciais ao desenvolvimento industrial. Como, por exemplo, a produção de soda cáustica, combustíveis e eletricidade.

No CFCE, os projetos dos industriais eram elaborados por Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen, seus representantes (LEME, 1978, p. 61). No *Conselho Técnico de Economia e Finanças*, destacava-se a participação de Valentim Bouças e Horácio Lafer. Havia, portanto, uma disputa entre as lideranças que representavam frações do capital industrial e financeiro dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais (como Euvaldo Lodi), e outros que representavam frações do estado de São Paulo (como Roberto Simonsen). Valentim Bouças era representante de grupos empresariais organizados, principalmente, no Rio de Janeiro. Horácio Lafer, por seu turno, representava o grupo Klabin-Lafer, com forte atuação em São Paulo e Rio de Janeiro.

Valentim Bouças também reconhecia a função construtiva que “os órgãos federais” exerceram durante o Estado Novo, ressaltando, dentre eles: *Comissão de Defesa da Economia Nacional, Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, Conselho Federal do Comércio Exterior, Comissão de Defesa da Economia Nacional, Conselho Nacional de Águas e Energia, Conselho Nacional de Siderurgia e Metalurgia, Conselho Técnico de Economia e Finanças, Conselho de Segurança Nacional, Departamento Administrativo do Serviço Público, Departamento Nacional do Petróleo, Instituto Nacional de Resseguros e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (BOUÇAS, 1942, p. 67).

Tais agências eram espaços de luta política entre as frações da classe dominante que compunham o bloco no poder. Representavam, em igual medida, espaços de conflito com o Governo Federal. Em mensagem encaminhada em 31 de dezembro de 1938 aos membros do *Conselho Federal de Comércio Exterior*, o Presidente Vargas criticou os integrantes do Conselho por ter-lhe apresentado um pedido de demissão coletiva. Não obstante a crítica, Vargas acataria apenas parcialmente o pedido. Disso resultou a solicitação aos Conselheiros para que continuassem no exercício de suas funções até que o governo reorganizasse os quadros do CFCE (VARGAS, 1940, pp. 177-178).

Não descobrimos o motivo do referido pedido de demissão coletiva e tampouco que componentes do Conselho haviam feito tal solicitação. No entanto, esse acontecimento é significativo para mostrar que as frações da classe dominante que colaboravam com o Estado Novo tinham formas de pressionar o governo, de modo a tomar atitudes que prejudicassem o andamento dos trabalhos de interesse da administração Vargas. Trata-se de evidência bastante interessante de um conflito entre grupos dominantes e o governo – um

aspecto das marchas e contramarchas na luta política no interior de uma agência da sociedade política.

CAPÍTULO V

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO POLÍTICO-EMPRESARIAL SOB O ESTADO NOVO

5.1. A economia de guerra no Brasil segundo Valentim Bouças

Um aspecto que não poderíamos deixar de ressaltar é o pensamento econômico-social do empresário santista no tocante à política econômica do governo Vargas durante o período do conflito mundial. É relevante analisar a palestra proferida por Bouças na Rádio Cruzeiro do Sul, Rio de Janeiro, em setembro de 1942. O documento revelava o quanto o conflito mundial alterava o intercâmbio entre as nações, o que deveria ser resolvido pela mobilização econômica organizada pelo Estado (BOUÇAS, 1953, pp. 345-346).

A guerra estrangulava o comércio internacional com mercados asiáticos fornecedores de matérias primas aos parques industriais das grandes potências capitalistas da América e Europa que, com a finalidade de suprir tal demanda, voltaram-se ao Brasil. Outro problema decorrente da guerra mundial foi o fechamento dos mercados para produtos fabricados pelas indústrias das grandes potências capitalistas ocidentais, levando-as a buscar, ainda mais, os mercados consumidores de países da América do Sul. Segundo Bouças

a guerra circunscreveu o intercâmbio [comercial] aos continentes. A Alemanha dominou a Europa e, o Japão, a Ásia. Desapareceram para as potências democráticas esses vastos mercados consumidores e abastecedores. Ao mesmo tempo, as necessidades da produção de guerra, por parte das referidas potências, determinaram uma procura mais intensa de matérias primas estratégicas, assim como, por parte das demais nações – em consequência do desaparecimento de alguns dos seus antigos fornecedores e das limitações características à mobilização de outros – uma procura angustiosa de manufaturas indispensáveis ao viver de seus povos (BOUÇAS, 1953, p. 347).

Para Francisco Corsi, desde a segunda metade da década de 1930, o governo brasileiro via-se pressionado pelas duas potências capitalistas – EUA e Alemanha. Nesse contexto, as disputas interimperialistas por área de influência, repercutiram na política externa dos países latino-americanos. Ao que no interessa especificamente, trataremos do caso brasileiro. A agressiva política comercial e ideológica que a Alemanha pôs em prática na região

chegou a ameaçar a posição dos EUA e sobrepujou, em vários países, a posição comercial da Grã-Bretanha. Os acordos de comércio bilateral, baseados em marcos de compensação, foram a fórmula encontrada pelos alemães para intensificar o

comércio exterior em uma situação de carência de moedas fortes²²¹ (CORSI, 2000, p. 52).

Esse é o ponto em que convém reiterar ter sido Bouças vinculado a grandes corporações estadunidenses e, nesse sentido, exercia relevante função de atuar em prol dos interesses dos EUA nessa disputa com o capital germânico pela influência no Brasil. Em 1939 a IBM iniciou suas atividades industriais fora dos Estados Unidos ao inaugurar uma fábrica “no bairro de Benfica, no Rio de Janeiro” (ESPINA, 1998, p. 47). No *website* da empresa consta que essa foi a primeira fábrica da IBM na América do Sul e que Bouças estendera as atividades da subsidiária da empresa a “diversas e importantes organizações privadas da Indústria e do Comércio”.²²²

Com a entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados, as frações do capital estadunidense venceram decisiva etapa na batalha econômica contra a influência de corporações germânicas no Brasil. Segundo Bouças, a entrada do Brasil na guerra foi um ato que caracterizou sua lealdade frente aos demais países do Continente Americano, sendo os Estados Unidos o país com que o Brasil mais se relacionara no plano da política interamericana. Ele afirmava que este alinhamento seria vantajoso para o Brasil tanto para obter material bélico, quanto bens de produção, uma vez que o país tornara-se aliado “na luta contra os inimigos da humanidade.” Mencionava que, apesar dos sacrifícios exigidos, a guerra representava um passo em direção ao progresso técnico e econômico (BOUÇAS, 1953, pp. 348, 349, 350, 351).

Em palestra na Rádio Valentim Bouças exercia a função de persuasor do povo em relação à importância dos esforços exigidos pela mobilização econômica. Sendo o rádio valioso instrumento de propaganda política do Estado Novo, a palestra objetivava também convencer os trabalhadores – ouvintes – de que sua função na produção voltada à economia de guerra era tão relevante quanto a função de um soldado na frente de batalha. O programa radiofônico informava que, no decurso da Segunda Guerra Mundial, não havia “mais distinções entre os *fronts*. Uma vez em guerra, toda a nação faz parte das operações [de combate]. Os exércitos lutam nas frentes de batalha e o povo luta na batalha da produção” (BOUÇAS, 1953, pp. 352-353).

²²¹ “Esses acordos funcionavam da seguinte maneira: o país que exportava para a Alemanha não recebia em moedas conversíveis, mas em marcos bloqueados em uma conta bancária. Esses recursos só poderiam ser despendidos na compra de produtos alemães. Desta forma, importações e exportações se equilibravam. Além disso, existia um sistema de cotas, que determinava o volume das importações e subsidiava as exportações. Por meio desse sistema, o Estado alemão exercia rígido controle sobre o comércio exterior” (SEITENFUS apud CORSI, 2000, p. 52 – nota 01).

²²² Vide na webliografia o link do *website* **A IBM no Brasil** – p. 01.

Confrontando o conteúdo desse documento com um fragmento do discurso do Ministro da Fazenda e do Presidente Vargas percebe-se as nuances de um projeto de convencimento da força de trabalho de que o seu máximo empenho a serviço do capital representava, também, relevante colaboração na luta contra as forças totalitárias. A guerra fez com que a preocupação em equipar as forças produtivas nos setores empresariais – dotando-as do potencial de aperfeiçoamento técnico, sobretudo quando se tratava do setor urbano-industrial – estimulasse a implementação de uma política econômica voltada para o desenvolvimento de indústrias destinadas ao abastecimento do mercado interno.

Durante o Estado Novo, “o governo Vargas transferiu a formulação da política tarifária do Congresso para o Ministério da Fazenda. (...) A tarifa passava a ser cada vez mais uma área regulamentada pelo governo e pela indústria” (LEOPOLDI, 2000, p. 128). Com a conflagração do conflito, a intervenção do governo no estímulo a setores estratégicos assumiria papel decisivo. O Ministro de Souza Costa, assim ressaltou a diretriz política a ser seguida em tempos de guerra:

Enganam-se os que pensam que somente pela ação militar se vencem as guerras. As guerras decidem-se pela política, e nesta prepondera a economia, cuja organização é condição decisiva. Ganha-se a guerra aparelhando-se os elementos necessários à produção, ganha-se a guerra produzindo-se em condições econômicas, melhorando os processos e cogitando do aproveitamento dos lucros mais no interesse da coletividade ou no aperfeiçoamento dos métodos de produzir que no benefício particular, quando o seu emprego representa desperdício inútil.²²³

Ao acentuar as necessidades de assegurar que a produção de lavouras e fábricas suprisse o mercado interno sem descuidar do externo, a conjuntura dos anos de guerra beneficiou muitos empresários, sobretudo os do setor industrial. Destacamos as palavras do Presidente Vargas:

No momento, a nossa tarefa nas lavouras, nas manufaturas, nas minas e estaleiros é preencher os claros de importação e fabricar em quantidades exportáveis o que apenas bastava ao consumo interno. A palavra de ordem a que devemos obedecer é produzir, produzir sem desfalecimento, produzir cada vez mais. O máximo que se obtiver da terra e das máquinas não será excessivo.²²⁴

²²³ Arthur de Souza Costa – Discurso Proferido em BH, no banquete oferecido pelo Governador Benedito Valadares, em 04 de junho de 1942. In: **Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda**. Ano II, RJ, Junho de 1942, Nº 18. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda – RJ/Brasil.

²²⁴ Getúlio Vargas – Discurso Proferido nas comemorações do Dia do Trabalho, em 1º de Maio de 1942. In: **Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças**. Ano II, RJ, julho de 1942, Nº 19. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda – RJ/Brasil.

Novamente insistimos em lembrar que, muito embora a burguesia industrial não tivesse ainda conseguido tornar-se hegemônica, seus intelectuais exerceram importante papel na formulação de projetos políticos junto a agências do Estado. Em sua palestra na rádio, Bouças afirmou que as gerações contemporâneas tinham a tarefa de conquistar a independência econômica do Brasil, o que somente poderia ocorrer “sob o comando supremo de Getúlio Vargas.” Para tanto, ratificava ser imprescindível a mobilização da força de trabalho nacional, para que atuasse na “batalha da produção” (BOUÇAS, 1955, p. 354).

Compreendemos tais ideias como síntese de uma época marcada pela forte vinculação ao pensamento autoritário. A participação no *Conselho Técnico de Economia e Finanças* representou sua ascensão como intelectual orgânico a serviço do governo. Na condição de porta-voz de frações do capital estadunidense, ele participaria tanto da formulação, quanto da orientação das políticas governamentais. No interior dos órgãos técnicos e consultivos os industriais coordenavam a ação dos grupos empresariais na luta pela consecução de seus interesses. Assim os representantes das forças produtivas do capital industrial desenvolviam sua ação para além dos limites meramente econômico-corporativos, visando “alcançar a fase de hegemonia ético-política na sociedade civil e tornar-se dominante no Estado” (GRAMSCI, 2011, p. 47).

5.2. O bloco burguês industrial no poder

O Estado Novo foi uma solução cesarista progressista encontrada pelas frações da classe dominante para deter a crise de hegemonia inaugurada na década de 1920. Diante da impossibilidade de uma fração específica do capital hegemônizar as demais, assumindo sua função dirigente, o Estado Autoritário representava a fórmula política encontrada para resolver o problema. Em *O 18 Brumário*, Marx ressaltou a função de Napoleão Bonaparte I na criação das condições favoráveis ao desenvolvimento das forças produtivas industriais da França na passagem do século XVIII para o XIX (MARX, 1997, p. 22). Guardadas as devidas proporções, as forças produtivas das várias frações do capital apoiaram a centralização política sob Vargas porque percebiam que seu governo teria condições de organizar um ambiente mais favorável a seus interesses econômicos e sociais. O Estado Novo foi o “18 Brumário” de Vargas e seus aliados sobre o que ainda restavam das estruturas liberal-democráticas do Governo Constitucional.

As contribuições de Nicos Poulantzas são de grande ajuda para analisar as relações entre Estado restrito e classes dominantes. Segundo o autor, cabe ao Estado a função de

organizar seus interesses políticos no interior do bloco no poder. Caberia a uma classe ou fração hegemônica criar condições que equilibrassem a unidade conflituosa existente entre a multiplicidade de interesses das frações dominantes que compõem a formação social capitalista. Essa função de dar unidade e coesão a diversos grupos dominantes não seria tarefa de um único aparelho do Estado, “mas, em diferentes graus e gêneros, do conjunto de seus aparelhos, inclusive seus aparelhos repressivos por excelência (exército, polícia, etc.) que, também eles, desempenham essa função.” Por possuir uma relativa autonomia em relação aos interesses particulares das frações burguesas é que “o Estado pode preencher essa função de organização e unificação da burguesia e do bloco no poder” (POULANTZAS, 2000, p. 129).

A luta política perpassa o campo das próprias relações sociais, dentre elas aquelas que constituem e/ou instituem o próprio, ele mesmo uma condensação de relações. Essa chave analítica torna-se especificamente valiosa para analisarmos a complexa correlação de forças vigentes no decorrer do Estado Novo. Em fins de 1940, Valentim Bouças, Secretário do *Conselho Técnico de Economia e Finanças*, concedeu à Agência Nacional entrevista que seria publicada por veículos da imprensa de todo o país. A matéria afirmava o caráter do Conselho como órgão técnico e consultivo, formado por economistas os “quais se [reuniam] sob a presidência do sr. Ministro da Fazenda”, a ele cabendo emitir pareceres sobre as “questões econômico-financeiras da União, Estados e Municípios”²²⁵. Segundo Bouças, em 1940 houvera um aumento significativo do número de temas confiados ao exame do CTEF, que encaminhava ao Governo Federal cópias dos estudos e pareceres realizados por seus integrantes.²²⁶

Dentre os assuntos tratados pelo Conselho figurava a questão referente às dívidas públicas externas tanto da União, quanto de estados e municípios. A *Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças* prosseguia “no estudo, escrituração e fiscalização” dos serviços das Dívidas Públicas Externas. Na entrevista o Secretário Técnico do Conselho afirmou que, ao reatar o pagamento dos serviços das DPEX, o governo brasileiro dava um “atestado de honestidade e boa vontade em relação aos compromissos assumidos no exterior, não obstante as grandes repercussões da luta europeia”²²⁷ na vida econômico-financeira do país”²²⁸. O CTEF veio a substituir a *Comissão de Estudos Econômicos e*

²²⁵ **Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças**. Ano I, RJ: Janeiro de 1941, n. 01. p. 04. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

²²⁶ Idem, 1941, pp. 4; 22.

²²⁷ Referência às batalhas travadas no continente Europeu em decorrência da conflagração mundial de 1939.

²²⁸ Idem, 1941, p. 04. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

Financeiros dos Estados e Municípios, tornando-se a agência técnica responsável pelas questões econômico-financeiras antes atribuídas a sua predecessora.

A ação do CTEF no campo dos estudos voltados à legislação tributária de estados e municípios era outro tema que não podemos deixar de destacar. A Secretaria Técnica do Conselho foi incumbida pelo Presidente Vargas de estudar os sistemas tributários dos estados e municípios de modo a verificar os múltiplos aspectos de suas formas de cobrança. Os resultados seriam apresentados na Conferência de Legislação Tributária dos Estados e Municípios, convocada pelo Presidente para abril de 1941.

O principal propósito desta Conferência seria reorganizar as diretrizes fiscais de estados e municípios de modo a corrigir falhas e aumentar a arrecadação aos cofres públicos. A participação do *Conselho Técnico de Economia e Finanças* junto ao evento evidenciou sua centralidade na formulação de estudos sobre a política tributária do Estado Novo, tendo realizado um inquérito sobre a “circulação intermunicipal e interestadual de mercadorias” como subsídio à busca de soluções para os problemas econômicos existentes no mercado interno.²²⁹

O conjunto de documentos analisados mostra que os empresários industriais detentores de cargos junto a órgãos técnicos e consultivos contavam com papel proeminente no delineamento dos projetos de intervenção do Estado capitalista nas diversas instâncias da sociedade, dentre eles Euvaldo Lodi e Valentim Bouças. Segundo Pedro Dutra Fonseca, no que se relacionava, especificamente, à economia, o Estado Novo aprofundou “a tendência centralizadora iniciada no limiar da década de 1930 (...) e, juntamente com ela, a ideologia oficial incorporou verdadeira apologia ao Estado” (FONSECA, 1999, p. 253).

5.3. O Banco do Brasil e a economia brasileira na primeira metade dos anos 1940

Uma análise do Relatório do Banco do Brasil apresenta-nos interessante painel da conjuntura econômico-social do país no período. A documentação considera que os acontecimentos que distinguiram o ano de 1940 faziam parte de uma situação anômala, não podendo, portanto, serem explicados pelos índices imprevistos nos campos do consumo e da produção.²³⁰

²²⁹ Idem, 1941, p. 04.

²³⁰ **Relatório do Banco do Brasil**, apresentado a Assembleia Geral de Acionistas na Sessão Ordinária de 28 de abril de 1941. Jornal do Comércio, Rodrigues & Cia, RJ: 1941. p. 15. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

Segundo a referida instituição financeira, embora o Brasil estivesse em auspiciosa fase de industrialização, continuava apresentando acentuado perfil agrícola, sujeito às influências externas. Nesses termos, o documento evidencia que o processo econômico-social se manifestava “em estreita correlação e em relação de dependência com as condições da produção nacional e com as variações dos seus preços-ouro, pelos quais se exprimem as exigências dos mercados externos.”²³¹

A dependência da receita procedente da exportação de artigos primários, sobretudo café e algodão, era percebida como perigoso em tempos de guerra. A depreciação no valor-ouro do algodão e do café atingiu, respectivamente, 29% e 31% sobre os valores totais de 1939. Com a finalidade de minimizar o impacto sobre o café exportado, a equipe de Vargas assinaria em Washington, em 28 de novembro de 1940, um Convênio “que fixou para o Brasil uma quota de 9.300.000 sacas ou 59,8% das importações americanas desse produto.”²³² Somado a medidas complementares já tomadas pelo governo, como a manutenção do financiamento à cafeicultura, o principal produto da pauta de exportação brasileira tinha assegurado, para si, uma fatia do mercado estadunidense.

Segundo Carlos Manuel Peláez e Wilson Suzigan, o impacto da Segunda Guerra na Europa teve resultado crítico “no mercado de café.” Com o fechamento dos mercados europeus após a conflagração “as exportações caíram sensivelmente e os preços atingiram seu nível mais baixo.” Estima-se que a perda das exportações brasileiras de café ultrapassava “07 milhões de sacas por ano, enquanto a de outros produtos talvez tenha ultrapassado 10,2 milhões de sacas.” Ambos os autores sinalizaram o caráter político dos Estados Unidos ao assinarem acordo comprometendo-se a comprar o café brasileiro (PELÁEZ & SUZIGAN, 1981, p. 222).

Tratava-se de uma estratégia formulada pelo Governo Roosevelt com a finalidade de “impedir o estabelecimento de alianças entre os países latino-americanos e os poderes do Eixo e, sendo o café uma importante atividade econômica em vários países, passaram a pagar preços mais elevados em troca de uma possível aliança” (Op. Cit., 1981, p. 222). No que tange às importações brasileiras, o relatório acusava a preponderância dos bens de capital sobre os de consumo²³³, conforme o quadro XIII a seguir.

²³¹ Idem, 1941, p. 16.

²³² Idem, 1941, p. 17.

²³³ Idem, 1941, p. 17.

QUADRO XIII
Importações brasileiras em 1939 e 1940

	Libras-ouro (1000)	
	1939	1940
Bens de Produção ²³⁴		
Máquinas, aparelhos e ferramentas.....	6.307	4.576
Manufaturas de ferro e aço.....	2.830	2.722
Automóveis.....	1.827	1.918
Outros veículos e acessórios.....	1.505	1.399
Combustíveis.....	3.603	4.238
Bens de Consumo		
Trigo.....	2.380	2.987
Produtos químicos e farmacêuticos.....	1.846	1.714
Papel e pasta de madeira.....	1.221	1.294
Frutas de mesa.....	476	390
Azeite de oliveira.....	214	193

FONTE: Banco do Brasil. Relatório de 1940. Apresentado à Assembleia Geral de Acionistas na Sessão Ordinária de 28 de abril de 1941. Jornal do Comércio, Rodrigues & Cia, RJ: 1941. p. 18. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

(*) Cabe, aqui, criticar a fonte. Automóveis não são *bens de produção*, mas sim *bens de consumo duráveis*. Combustíveis são *bens complementares* e manufaturas de ferro e aço pode se referir, também, a *bens intermediários*. Para detalhes sobre esses conceitos, vide o **Novíssimo Dicionário de Economia**, organizado por Paulo SANDRONI.

Muitos dos bens intermediários e de produção importados vinham atender a demandas das inversões de capital realizadas por industriais brasileiros em fábricas nacionais ou de fábricas estrangeiras que instalaram subsidiárias no Brasil. Em 1937, havia começado a negociação entre a Goodyear dos Estados Unidos e o governo Vargas para a instalação de uma sucursal no Brasil. Contudo, somente em setembro de 1939 a empresa inauguraria sua primeira fábrica no estado de São Paulo. Nos anos 1930, considerando a crescente importação de automóveis, ficou patente a existência de um considerável mercado consumidor não apenas de pneus, mas, também, de outros bens necessários a manutenção dos veículos. Em 14 de agosto de 1943, atendendo a uma encomenda da matriz nos EUA, a Goodyear de São Paulo fabricou o primeiro lote de pneus para avião.²³⁵

²³⁴ Também são chamados de Bens de Capital. São bens que são usados na produção de outros bens, como automóveis, bens intermediários, máquinas, instrumentos de trabalho, material de transporte e instalações para a indústria – por exemplo. Vide SANDRONI, 1999, p. 51.

²³⁵ É interessante ressaltar que a Ford inaugurou sua linha de montagem no Brasil em 1926. No ano seguinte, foi criada a Varig, empresa brasileira de aviação comercial. Portanto, havia nas grandes cidades brasileiras um mercado consumidor de pneumáticos. **Goodyear do Brasil: 90 anos rumo ao futuro**. pp. 22, 26, 29, 34. (Publicação Especial da Goodyear do Brasil). Abril de 2009. Disponível em < http://www.goodyear.com.br/local/90_anos/livro/pdf/Goodyear_90Anos.pdf > Acessado em 30/novembro/2014.

A expansão da importação de máquinas e bens intermediários para o setor produtivo industrial correspondia aos interesses das frações do empresariado fabril dos mais diversos setores. Sendo Euvaldo Lodi vinculado a setores como o metalúrgico, siderúrgico e têxtil, a importação de bens de capital vinha, em boa medida, de encontro a seus interesses empresariais. Os setores industriais de siderurgia, celulose e papel, por exemplo, importaram maquinário para compor seu parque industrial. Segundo Geraldo Beauclair, a dependência brasileira do comércio exterior para expandir a economia nacional era percebida como problemática pelo Governo Federal. O próprio Presidente Vargas

asseverava ser preciso não esquecer que os graves males do comércio internacional durante o período de 1930 a 1939, decorriam, principalmente, do desequilíbrio do movimento de preços entre as matérias-primas e alimentos e os preços das manufaturas e combustíveis (BEAUCLAIR, 1974, p. 28).

Segundo Pedro Malan, o Governo Vargas apresentou, em janeiro de 1939, seu primeiro *Plano Quinquenal* de gastos públicos. Tratava-se do *Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional* com forte ênfase no problema da Segurança Nacional e previsto para vigorar até 1944, quando seria sucedido pelo *Plano de Obras e Equipamentos* que enfatizava o setor de indústrias básicas e infraestrutura. Este último fora definido para “vigorar até 1948”, mas, devido a problemas de financiamento, seria abandonado em 1946²³⁶ (MALAN et al, 1977, p. 16).

O incentivo creditício fornecido pelo Banco do Brasil ao desenvolvimento agrícola e industrial brasileiro foi considerável. As atividades de ambos os setores requeriam maior assistência da rede bancária e o *Banco do Brasil S/A* era a maior instituição financeira do país. Em 1940, por meio da sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, o banco incrementou suas operações resultando num aumento de 22% no total dos empréstimos destinados às atividades econômicas nacionais. A CREAMI exerceu relevante função como financiadora de empresas agrícolas e industriais. No período de um ano o saldo de seus empréstimos apresentou alta considerável, passando de 198.000 contos de réis em dezembro de 1939, para 435.000 contos de réis em dezembro de 1940.²³⁷

A partir de 1942, os saldos reais dos empréstimos realizados ao setor privado pelo Banco do Brasil e bancos comerciais cresceram a uma taxa de 20% ao ano. A CREAMI, criada em 1937, exerceu função capital na expansão da política creditícia governamental durante o

²³⁶ O recorte cronológico da nossa tese se limitará a abordar o Primeiro Governo Vargas. O trabalho supracitado, escrito por Pedro Malan, Regis Bonelli, Marcelo de Paiva Abreu e José Eduardo de C. Pereira, compreende o período que vai de 1939 a 1952. Para uma análise da conjuntura do Segundo Pós-Guerra, vide o livro dos referidos autores.

²³⁷ **Relatório do Banco do Brasil...**, 1941, pp. 61, 63.

primeiro quinquênio dos anos 1940 (PAIVA ABREU, In: PAIVA ABREU, 1990, p. 95). Desde 1937 a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil financiava

a implantação de indústrias de papel, metal e alumínio, fornecendo também créditos para a compra de máquinas e equipamentos industriais. Em todo o período do Estado Novo e também nas décadas seguintes, o Banco do Brasil [foi] o maior banco do país, detendo de 20 a 30% do total dos depósitos bancários e sendo responsável pela maior parte dos empréstimos feitos à agricultura, aos bancos privados, à indústria, ao comércio e ao Tesouro (LEOPOLDI, In: PANDOLFI, 1999, p. 128).

O Relatório do Banco do Brasil de 1941 ratifica a preocupação em incentivar o desenvolvimento industrial na medida em que auxiliaria na recuperação econômica do Segundo Pós-Guerra. Mesmo vivenciando o advento da produção agrícola nacional fortemente estimulada pelo atendimento à demanda de produtos primários pelas potências envolvidas com a guerra, o Brasil deveria estabelecer “sua armadura industrial”. Ao lançar “as bases da indústria siderúrgica em larga escala” o Governo Vargas plantou os alicerces dessa reestruturação econômica nacional.²³⁸

No que tange ao comércio internacional, Villela e Suzigan ressaltam que, entre 1939 e 1945, “os preços do café no mercado internacional quase duplicaram, (...) passando de 7, 50 centavos de dólar americano por libra-peso a 13, 37.” Os autores afirmam, ainda que, durante a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento industrial “esteve intimamente ligado às condições do comércio exterior” (VILLELA & SUZIGAN, 1975, pp. 207, 211). Foi durante a guerra que foi firmado o importante acordo que criou as bases para as inversões de capital no Brasil, destinados a atuar como aporte financeiro ao projeto siderúrgico do Estado nacionalista autoritário. Novamente as considerações formuladas pelos autores citados são bastante elucidativas.

Foi durante a guerra que se tomou uma das decisões mais importantes para a industrialização do País – a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, a primeira usina integrada de aço da América Latina. Sua construção foi realizada com o auxílio do Export-Import Bank dos Estados Unidos, que financiou a compra do equipamento importado e com crédito do Tesouro Nacional e subscrição de ações por instituições de previdência e particulares. Todavia, sua produção só se iniciou no pós-guerra (VILLELA & SUZIGAN, 1975, pp. 211).

Auxiliado por sua equipe econômica, Vargas foi cauteloso na regulamentação do preço da borracha. Em telegrama ao Ministro da Fazenda entre os meses de fevereiro a

²³⁸ **Relatório do Banco do Brasil**, apresentado a Assembleia Geral de Acionistas na Sessão Ordinária de 30 de abril de 1942. Jornal do Comércio, Rodrigues & Cia, RJ: 1942. p. 16. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

março de 1942, Leonardo Truda, que estava em Washington, advertiu Souza Costa quanto ao perigo de se elevar demasiadamente o preço da borracha, uma vez que tal medida poderia resultar em “graves inconvenientes à indústria nacional.” Entretanto, seguindo a diretriz política traçada pelo Presidente, o Ministro Costa fixou “um preço equitativo que consultasse ao mesmo tempo os interesses dos produtores [da borracha] e [dos] industriais brasileiros” (BOUÇAS, 1953a, p. 15).

Antônio Gramsci assinala a relevância de se analisar as atividades econômicas de um país em sua relação com o mercado internacional. Para ele, a avaliação da economia nacional precisa considerá-la como inserida na “unidade internacional”, o que implica em aceitar que, *mutatis mutandis*, é impossível estabelecer realmente um “‘balanço’ puramente nacional da economia, nem para seu conjunto, nem sequer para uma atividade particular.” Em seu cômputo global, a economia nacional se projeta “no excedente que é exportado em troca de uma correspondente importação” (GRAMSCI, 2011, pp. 291-292).

As considerações formuladas por Marx, em *Grundrisse*, são pertinentes para explicar a coexistência e interconexão entre campos de produção no plano nacional e internacional (MARX, 2011, pp. 61-63). A fim de elucidar a questão, partindo das premissas de Marx e Gramsci, concluímos que as atividades econômicas e, inclusive, a política econômica de um país, são a síntese de uma multiplicidade de relações econômicas e sociais que ocorrem internacional e nacionalmente.

O relatório do Banco do Brasil referente a 1941 abordou a situação econômico-financeira decorrente do conflito militar que “sacudia o mundo”. A fonte ressalta o prejuízo no campo econômico, em virtude da destruição sistemática de estradas, instalações portuárias, frotas, usinas, grandes edifícios e, não raro, cidades. A fim de elucidar a amplitude do prejuízo, o relatório afirma que este não se limitava a perda visível na infraestrutura. Ocorria, outrossim, “a devastação e a ruína, em horas, apenas, de um golpe militar, de avultados capitais acumulados em dezenas de anos por gerações inteiras.”²³⁹

No que tange às medidas tomadas pelo Banco do Brasil para incentivar a indústria nacional, os recursos creditícios abertos pela CREA para o setor aumentaram de 54 mil contos de réis, em 1940, para 236 mil contos de réis, em 1941.²⁴⁰ Tais cifras demonstram tratar-se de aumento significativo, que mais que quadruplicou em um ano. Segundo Geraldo Beauclair, se levarmos em conta que a quantidade de empresas fabris era inferior às do “setor agrícola e pecuário”, veremos que os empresários industriais foram os mais

²³⁹ Op. Cit., 1942, p. 15-16.

²⁴⁰ Op. Cit., 1942, p. 59.

beneficiados pela concessão do crédito (BEAUCLAIR, 1974, p. 45). Além disso, cumpre ressaltar que, em 1941, o Banco do Brasil criou a Carteira de Exportação e Importação, agência que regulava o comércio exterior, dotada de importante papel no “protecionismo industrial através do controle das importações” (LEOPOLDI, In: PANDOLFI, 1999, p. 123).

No que diz respeito aos empréstimos concedidos ao setor produtivo industrial pela Carteira do Banco do Brasil, vale mencionar alguns casos referentes ao período 1940-1941 e que chamaram nossa atenção. Em 1940, a CREAÍ subsidiou com 26.500 contos de réis a empresa *Eletroquímica Brasileira S/A*, que instalou “em Outro Preto, no Estado de Minas Gerais, [a] a primeira usina metalúrgica de alumínio, dotada de aperfeiçoada aparelhagem”. Em fevereiro de 1941 a CREAÍ emprestou para as *Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A*, 60.000 contos de réis para subsidiar “a compra e a instalação de aparelhagem destinada à produção de celulose em grande escala (...), empreendimento de excepcional interesse para” o governo e setores econômicos vinculados as empresas jornalísticas. Em dezembro de 1941, a *Companhia Brasileira de Alumínio* recebeu 69.000 contos de réis como aporte financeiro “para a instalação de grande usina metalúrgica de alumínio, na estação de Rodovalho, no Estado de São Paulo.”²⁴¹

Com o propósito de facilitar aos industriais o pagamento dos empréstimos concedidos, o Governo Federal, pelo decreto-lei 4.125, de 24 de fevereiro de 1942, elevou de cinco para dez anos o prazo desses pagamentos, desde que o capital tivesse sido usado na aquisição, aperfeiçoamento ou reforma de maquinaria para as indústrias que fossem “consideradas genuinamente nacionais.”²⁴²

O ano de 1943 se caracterizou pelas transformações decorrentes dos efeitos da economia de guerra no Brasil. Se, por um lado, analistas econômicos do Banco do Brasil percebiam que a guerra resultava em excessivo aumento dos meios de circulação e produção, por outro, viam-na também como o mais eficaz agente de seu desgaste. É conveniente esclarecer que, em consequência disso, as frações de classes que compunham o bloco no poder compreendiam caber ao Estado-governo a tarefa de regulamentar a política econômica, orientando os agentes econômicos para que fossem capazes de satisfazer as crescentes imposições “do estado de beligerância.”²⁴³

²⁴¹ Op. Cit., 1942, p. 59-60.

²⁴² Op. Cit., 1942, p. 60.

²⁴³ **Relatório do Banco do Brasil**, apresentado a Assembleia Geral dos Acionistas na Sessão Ordinária de 27 de abril de 1944. Jornal do Comércio, Rodrigues & Cia, RJ: 1944. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil. pp. 15 - 16.

Não obstante o discurso presente na fonte possa dar a compreender que o Governo Federal, por meio de suas agências, orientava e regulamentava a economia de modo a excluir a participação dos empresários, isso não correspondeu à realidade. Vale ter em conta que os relatórios são discursos políticos, formulados e direcionados por um agente e/ou agência a um interlocutor específico. No caso acima, tratava-se da apresentação do relatório da diretoria do Banco do Brasil a seus acionistas e, inclusive, ao Presidente e seu Ministro da Fazenda. A análise e confrontação dessa fonte com as atas e relatórios da *Federação das Indústrias do Rio de Janeiro*, bem como com as atas do *Centro Industrial do Rio de Janeiro*, demonstram que os empresários industriais participavam da formulação das diretrizes que orientariam as políticas do governo Vargas, em muitos aspectos.

Uma vez que o Banco do Brasil apresentava cópias dos seus relatórios ao Ministério da Fazenda, faz-se importante cruzar as informações obtidas junto aos relatórios do Banco com aquelas constantes dos relatórios do Ministro da Fazenda. O Ministro Souza Costa definiu o ano de 1943 como momento em que se intensificaram os preparativos para a participação ativa do país na Segunda Guerra Mundial (SOUZA COSTA, 1945, s.p.). O empresariado industrial brasileiro se aproveitou dessa conjuntura e direcionou suas atividades fabris para que a produção atendesse às demandas do mercado interno brasileiro. De acordo com a *Federação das Indústrias do Rio de Janeiro*, o ano de 1943 também se caracterizou como

uma etapa de grande atividade na vida industrial do país, em consequência da guerra e do esforço enorme que as atividades produtoras fizeram (...) no sentido de atender as dificuldades decorrentes da própria beligerância.²⁴⁴

No que tange, especificamente, aos setores fabris de metalurgia e siderurgia, aos quais Euvaldo Lodi estava vinculado, durante a II Guerra houve uma expansão de suas atividades. Estudo publicado em 24 de fevereiro de 1941 no *Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior* mostrou que durante a guerra, houve aumento considerável na produção brasileira de ferro gusa, aço e ferro laminado. Chamou nossa atenção a exportação de ferro gusa brasileiro, durante o período de 1937 a 1940. Conforme apresentado nos quadros a seguir:

²⁴⁴ **Federação das Indústrias do Rio de Janeiro**. Relatório da Diretoria, exercício de 1943. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. p. 05.

QUADRO XIV

Exportação Brasileira de ferro gusa, 1937 a 1940

Ano	Quantidade (kg)	Valor cobrado
1937	120.850	47:445\$000
1938	2.328.000	746:428\$000
1939	23.413.520	8.739:556\$000
1940	22.147.472	11.321:604\$000

FONTE: Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior. Ano IV, RJ: 24 de fevereiro de 1941. n. 07. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil. p. 04.

QUADRO XV

Exportação brasileira de ferro gusa, por países de destino (1939 e 1940)

Países	Quilo		Mil-Réis	
	1939	1940	1939	1940
Argentina	17.862.520	20.164.672	7.156.912	10.477.263
Japão	-----	1.312.800	-----	607.819
Suécia	1.505.000	500.000	443.607	132.409
Uruguai	200.000	170.000	127.439	104.113
União Belgo-Luxemburguesa	3.596.000	-----	948.737	-----
Estados Unidos	105.000	-----	33.598	-----
Noruega	100.000	-----	29.268	-----
Total:	23.413.520	22.147.472	8.739.556	11.321.604
Equivalente em ouro	-----	-----	57.767	72.965
Valor médio por unidade	-----	-----	\$ 373	\$ 511

FONTE: Idem, ibidem. p. 04.

A análise dos quadros acima demonstra que os setores siderúrgicos do Brasil forneceram ferro gusa, matéria-prima para a produção de aço, a outros países. Chama a atenção, em especial, o fornecimento, em 1940, desse produto ao Japão.²⁴⁵ Aníbal Villela e Wilson Suzigan assinalaram que o comércio exterior brasileiro “passou por uma fase de expansão” durante o período da Segunda Guerra, da qual se beneficiou a produção industrial. Cumpre ressaltar que a guerra impôs limitações às importações necessárias ao projeto de industrialização em curso, daí resultando maior dificuldade tanto na compra de matérias primas, quanto na de bens intermediários e de capital de que as fábricas precisavam (VILELLA & SUZIGAN, 1975, pp. 210-212). Segundo Corsi, se por um lado, a complexa

²⁴⁵ Por acordo assinado em 1940, o Japão aderiu formalmente ao bloco fascista formado por Alemanha e Itália. Surgiu, assim, o chamado Eixo Roma-Berlim-Tóquio. “Aos olhos dos seus idealizadores, o eixo afigurava-se de suma importância no plano político, econômico e estratégico, pois dividia as forças aliadas” (AZEVEDO AMARAL, 1999, p. 170). Contudo, foi somente após o bombardeio a base dos EUA em Pearl Harbour, em 07 de dezembro de 1941, que o Japão entrou em estado de guerra contra os Estados Unidos. Logo, esse fornecimento de ferro gusa ao Japão antecede a declaração de guerra entre este país e os EUA. Segundo Eric Hobsbawm, foi o ataque japonês a Pearl Harbour que deu a guerra o seu caráter mundial. Em poucos meses, as forças armadas japonesas tomaram “todo o Sudeste Asiático, continental e insular, ameaçando invadir a Índia a partir da Birmânia no Oeste, e o vazio Norte da Austrália a partir da Nova Guiné” (HOBSBAWM, 1995, p. 48).

situação externa colocava para o governo brasileiro condições favoráveis “para uma mudança de rumo de sua política externa e de sua política econômica”, por outro,

tornava evidente as debilidades do país. O governo Vargas considerava que o Brasil vivia um momento difícil, pois as políticas de caráter expansionista levadas a cabo pelas grandes potências tornava vulnerável a posição dos países fracos e pouco desenvolvidos (CORSI, 2000, p. 53).

Se, por um lado, a retração do mercado devido à beligerância, tornou mais premente a necessidade do Estado restrito brasileiro incentivar as inversões de capital na indústria de base, por outro, a isso corresponderia a crescente organização e atuação dos empresários industriais na sociedade civil. Em 1943, setores do capital minero-metal-mecânico se organizaram compondo um aparelho privado próprio. Dessa articulação político-empresarial, surgiu a *Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração*, fundada em 10 de novembro de 1944 (NEVES & CAMISASCA, 2013, pp. 69-70). Não encontramos registro direto da participação de Euvaldo Lodi junto a esta associação de classe. Todavia, dentre as empresas a ela vinculadas figurava a *Companhia Brasileira de Usinas Metalúrgicas S/A*, ligada à *Sociedade Siderúrgica Ltda*²⁴⁶, que compunha o truste mineiro do ferro gusa liderado por Lodi e integrado pelas pessoas jurídicas da *Companhia Ferro Brasileiro S/A*, da *Usina Queiroz Júnior Ltda* e da *Companhia Siderúrgica Belgo Mineira S/A* (TAMBASCO, 2003, p. 134).

Nesse ponto da análise, reiteramos que economia brasileira não pode ser compreendida se desconectada da totalidade social na qual se inseria. Em outras palavras, os interesses empresariais precisam ser analisados não apenas sob os aspectos econômicos vinculados às atividades que lhes eram características, mas também a partir de suas ações políticas junto ao complexo superestrutural do Estado capitalista. Nesse sentido, é importante mapear a trajetória social das lideranças empresariais, buscando reconstruir as interconexões entre seus interesses econômicos e ações políticas. Empresários como, por exemplo, Euvaldo Lodi, Valentim Bouças, Horácio Lafer e Wolff Klabin, foram habilidosos na composição das *redes de organização político-empresarial*.

Esses empresários exerceram função sociocultural de peso na expansão dos interesses de seus grupos empresariais junto ao Estado. Na condição de intelectuais planejaram e organizaram, a partir das agências da sociedade civil, a vontade coletiva das frações de classe visando à ação política. Uma vez definida sua finalidade específica, a

²⁴⁶ Euvaldo Lodi exerceu o cargo de diretor, no Rio de Janeiro da *Sociedade Siderúrgica Ltda* – cuja sede social ficava na Rua Primeiro de Março, no Rio de Janeiro (MOURÃO, 1992, p. 62), (TAMBASCO, 2003, p. 134).

“vontade” de uma classe ou fração necessitaria “centralizar-se organizativa e politicamente.” As forças privadas da classe não podiam “deixar de influir sobre seu ‘moral’, sustentando-o e fortalecendo-o.” Na condição de homem de ação, o intelectual orgânico induz à ação (GRAMSCI, 2011, pp. 57, 64, 65), o que implica na capacidade de (re)orientar a(s) estratégia(s) usada(s) na guerra de posição junto ao Estado Integral para formular os projetos e aplicação por meio de agências específicas da sociedade política. Analisaremos, a seguir, a *Federação Industrial do Rio de Janeiro* como *locus* da ação política das lideranças industriais.

5.4. O capital industrial e a formulação da grande política

Tal como já o afirmamos, se o empresariado industrial não detinha, ainda, a hegemonia na sociedade civil e no Estado capitalista formado no Primeiro Governo Vargas, nem por isso deixou de exercer relevante influência na formulação das diretrizes políticas pelas quais se orientaram agências da sociedade política. Em relatório da diretoria da *Federação das Indústrias do Rio de Janeiro* consta que, no ano de 1943, a Federação participou ativamente de

todas as questões de interesse da indústria, não só no campo administrativo e fiscal, como, ainda, na esfera da legislação trabalhista, intervindo, com suas sugestões e alvites, e colaborando com o Governo nos problemas de interesse geral. E o fez, sobretudo, (...) articulada com as suas congêneres nos Estados, através da Confederação Nacional da Indústria.²⁴⁷

As evidências disponíveis na fonte não deixam dúvidas quanto à influência exercida pelos industriais através da ação coletiva organizada a partir de suas entidades da sociedade civil. A *Confederação Nacional da Indústria*, partido das frações de classe industriais, funcionava como um ‘catalisador’ das forças políticas dos aparelhos privados a ela filiados. Segundo Gramsci, forças politicamente semelhantes “podem fundir-se num organismo novo através de uma série de compromissos ou pela força das armas, unindo-se num plano de aliança ou subordinando uma à outra pela coerção” (GRAMSCI, 2011, p. 70).

Essa análise é bastante apropriada para compreender o processo de filiação das associações privadas do capital industrial e suas frações à CNI. Havia aí a variável da coerção, uma vez que, se a filiação a *Confederação Nacional da Indústria* não era obrigatória, a não filiação, por seu turno, limitaria bastante a esfera de atuação dos não agremiados, excluídos do reconhecimento pelo Estado. De acordo com Leopoldi, embora a

²⁴⁷ **Federação das Indústrias do Rio de Janeiro.** Relatório da Diretoria, exercício de 1943. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. p. 04

Constituição de 1937 concedesse liberdade para a associação sindical ou profissional, somente os sindicatos reconhecidos pelo Estado-governo teriam

o direito de representação legal dos que participarem da categoria de produção para que foi constituído e de defender-lhes os direitos perante o Estado e as outras associações profissionais (Art. 138). A economia da produção será organizada em corporações, e estas (...) colocadas sob a assistência e a proteção do Estado, são órgãos deste e exercem funções delegadas do poder público (Art. 140). (Constituição de 1937. Artigos 138 e 140, apud LEOPOLDI, 2000, p. 81).

A CNI apresentava-se como o grande partido ao qual associações privadas do capital se filiavam com o propósito de obter o reconhecimento do Estado restrito. A fim de elucidar melhor a finalidade político-pedagógica da *Confederação Nacional da Indústria*, é essencial ressaltar seu papel na formação de intelectuais orgânicos do empresariado industrial. Estes atuavam como educadores das frações de classe às quais se vinculavam e das quais seriam porta-vozes. Exerciam função pedagógica e mobilizadora da vontade coletiva formando, persuadindo e direcionando-a.

A função político-pedagógica desses educadores, formados junto aos partidos do capital industrial consistia em unificar a luta política – ação social – pela hegemonia, bem como em inscrevê-los junto a agências Estado restrito. Formavam e ampliavam o horizonte sociocultural na sociedade civil organizada, transmitindo e universalizando tais valores, valendo-se também, para isso, das mais variadas agências do Estado Integral. Segundo Leopoldi, em 1943 a FIRJ e a FIESP “já haviam se organizado como sindicatos, mantendo paralelamente o CIESP (...) e o CIRJ (...) como entidades privadas, reconhecidas pelo Ministério do Trabalho como *órgãos técnicos e consultivos do governo*.” (LEOPOLDI, 2000, p. 86).

A pesquisa nas atas e relatórios da *Federação Industrial do Rio de Janeiro* corroborou a existência de uma ação coletiva organizada dos agentes do capital industrial e suas diversas frações, mobilizando os sindicatos filiados a FIRJ que, segundo o próprio relatório, agiam não apenas em prol “do prestígio do órgão de classe, como, ainda, do próprio progresso da economia nacional.”²⁴⁸ Essa retórica presente no relatório do ano de 1943 mostra o trabalho dos intelectuais desses aparelhos privados em caracterizar a indústria como responsável pelo progresso da economia e da nação.

Entre as “principais questões” tratadas pela FIRJ junto a órgãos da sociedade política, cumpre ressaltar: 1) o imposto de consumo; 2) o imposto sindical; 3) o imposto

²⁴⁸ Op. Cit., 1943, pp. 04.

sobre os lucros extraordinários; 4) o imposto de renda; 5) a política cambial; 6) a exportação de mercadorias; 7) o aumento dos salários; 8) o código da propriedade industrial.²⁴⁹ É importante demonstrar, a seguir, a composição social da *Federação Industrial do Rio de Janeiro* no ano de 1943. Para tanto, apresentamos os quadros a seguir:

QUADRO XVI

Diretoria da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro eleita para ano de 1943

FIRJ: Diretoria Eleita para ano 1943	
Membros efetivos	Suplentes
Euvaldo Lodi	Octávio Lopes Sá Campos
Arthur Tavares de Moura	Alceu Rodrigues
Antônio Bezerra Cavalcanti	Armando Bordallo
Octávio Moreira Penna	Edmundo Pereira Leite
Nestor Moura Brasil	João Baylongue

FONTE: Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. **Relatório da Diretoria, exercício de 1943. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. p. 02.** Os dados dos Quadros a seguir, XVII e XVIII foram colhidos nessa mesma fonte.

QUADRO XVII

Federação Industrial do Rio de Janeiro, Conselho Fiscal eleito para o ano de 1943

FIRJ: Conselho Fiscal para o ano de 1943	
Membros efetivos	Suplentes
Mario Leão Ludolf	Ary C. Lomba
Luiz Ribeiro Pinto	Carlos Garcez
Pedro Rapozo Lopes	Sebastião Oliveira e Silva

QUADRO XVIII

Sindicatos filiados a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro ano de 1943

Sindicatos Filiados à FIRJ no ano de 1943	
Sindicato	Representante
Sindicato da Indústria do Açúcar	Arthur Tavares de Moura Antônio da Silva Vilhena
Sindicato da Indústria de Artefatos de Papel	Edmundo Pereira Leite Antenor de Matos Martins
Sindicato da Indústria de Alfaiataria e Confeção de Roupas de Homem	Ary C. Lomba Mario Vaz de Carvalho
Sindicato da Indústria de Bebidas e Cerveja de Alta Fermentação	Jarbas da Costa Ferreira Otavio Walker
Sindicato da Indústria de Cerâmica para Construção	Mario Leão Ludolf Luís Carlos Augusto Bergallo
Sindicato da Indústria de Calçados	Armando Bordallo Jayme Abrunhosa
Sindicato da Indústria de Conserva de Pescado	Alceu Rodrigues Mario de Lima Matos Souza
Sindicato da Indústria de Construção Civil	Francisco de Magalhães Castro Octávio Moreira Penna
Sindicato da Indústria de Fósforos	João Dale Luiz Ribeiro Pinto

²⁴⁹ Op. Cit. , 1943, pp. 04-05.

Sindicato da Indústria do Fumo	Eric Botelho Pullem Octávio Lopes Sá Campos ²⁵⁰
Sindicato da Indústria da Lavanderia	Edilberto Guilmar Domingues da Silva Waldemar Baptista Alves Cruz
Sindicato das Indústrias Mecânicas e do Material Elétrico do Rio de Janeiro	João Baylongue ²⁵¹ Augusto de Paiva Moniz Coelho ²⁵²
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas	Euvaldo Lodi Luiz Ribeiro Pinto
Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria	Ernani Reis Anthero Augusto Seixas Lopes Corrêa
Sindicato da Indústria do Papel	Antônio Bezerra Cavalcanti Wolff Klabin
Sindicato da Indústria de Perfumarias e Artigos de Toucador	João Constant de Magalhães Serejo Pedro Rapozo Lopes
Sindicato da Indústria de Pinturas, Decorações, Estuques e Ornatos	Sebastião de Oliveira e Silva Libertario Roli
Sindicato da Indústria de Tamancos	Carlos Garcez Domingos Ferreira Júnior
Sindicato da Indústria de Torrefação e Moagem de Café	José Mendes de Oliveira Castro João Dias Afonso
Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos	Nestor Moura Brasil Orlando Soares de Carvalho

FONTE: Op. Cit.

(*) Lamentavelmente não encontramos informações sobre todos os componentes dos quadros da FIRJ no ano de 1943. Assinalamos em notas de rodapé os agentes a respeito dos quais conseguimos obter dados mais detalhados.

Essas vinte organizações sindicais vinculadas à *Federação Industrial do Rio de Janeiro* em 1943 apresentavam um aspecto significativo na composição social da Federação. Conforme demonstra o quadro XVIII o conjunto de filiados apresentava um perfil bastante abrangente. A Diretoria era composta por representantes dos setores industriais metalúrgico, fumo, açúcar, papel, conserva e pescado, calçados, construção civil, artefatos de papel, produtos farmacêuticos e mecânico e do material elétrico. Já do Conselho Fiscal, por sua vez, faziam parte representantes os setores fabris de cerâmica para construção, alfaiataria e confecção, fósforos, tamancos, perfumaria e artigos de toucador e pinturas, decorações, estuques e ornatos. Os cargos de presidente, secretário e tesoureiro da FIRJ eram ocupados, respectivamente, por Euvaldo Lodi, Francisco de Magalhães Castro (construção civil) e Octávio Lopes Sá Campos (indústria de fumo). Isso demonstra a organização e ação conjunta de diferentes setores do capital industrial, representados na FIRJ através de suas lideranças sindicais.

²⁵⁰ Presidente da *Companhia Lopes Sá Industrial de Fumos*. Vide *Octávio Lopes Sá Campos* In: **A Noite**. Quarta-feira, 18 de fevereiro de 1953. p. 10. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

²⁵¹ Empresário vinculado ao capital comercial e financeiro. Fez parte da diretoria da *Mesbla S/A*. Vide *Relatório da Diretoria da Mesbla S/A*. In: **Correio da Manhã**. Domingo, 11 de agosto de 1963. p. 11. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

²⁵² Diretor Comercial da Fundação Americana S/A. Vide *Augusto de Paiva Moniz Coelho* In: **Correio da Manhã**. Quarta-feira, 24 de fevereiro de 1960. p. 16. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

5.5. Intelectuais orgânicos e ação política

Para desenvolver a análise do papel desempenhado pela *Federação Industrial do Rio de Janeiro* junto à correlação de forças vigente no próprio cerne do Estado restrito brasileiro, é imprescindível levar em conta sua relação com outras agências da sociedade civil. Julgamos pertinente considerar a analogia entre a atuação da FIRJ e do CIRJ. Em reunião de diretoria e conselho diretor do *Centro Industrial do Rio de Janeiro*, de 12 de fevereiro de 1943, registra-se a participação desta associação junto ao Governo Federal na condição de assessora para assuntos ligados ao interesse dos industriais por ela agremiados.

Na ata, consta comunicado de Euvaldo Lodi – então presidente do CIRJ – segundo o qual o governo Vargas havia acabado “de expedir um decreto concedendo ao Centro a prerrogativa de órgão técnico-consultivo do Estado, na solução dos problemas relativos às atividades que coordena”²⁵³. Alcançava ele, assim, *status* análogo ao dos órgãos técnicos e consultivos criados do Governo Federal. As informações contidas na documentação explicitam um desentendimento entre o CIRJ e a *Coordenação da Mobilização Econômica* quando, em portaria de seu Coordenador, foi concedido aumento do salário mínimo de 25% nas capitais e Distrito Federal, “e de 30% nas localidades do interior.”²⁵⁴

Durante reunião do *Centro Industrial do Rio de Janeiro*, Euvaldo Lodi afirmou ter a medida provocado controvérsias no interior das associações de classe e empresas afetadas pelo aumento nos vencimentos da força de trabalho. Como agência maior do capital industrial brasileiro, a *Confederação Nacional da Indústria* mobilizou seus filiados no sentido de formular um consenso acerca da CME quanto “a adoção de uma fórmula que [atendesse] aos interesses em jogo e se [harmonizasse] com os imperativos da hora difícil²⁵⁵ que o país [atravessava].”²⁵⁶

Outro ponto de divergência entre o CIRJ e a CME referiu-se a outra medida desta última, ao criar a Comissão Federal de Preços e demais órgãos do gênero em instâncias regionais, visando estabelecer limites ao aumento dos preços no comércio e nas fábricas. A meta do governo era conter especulações que, na visão dos dirigentes, causava “injustificado aumento no custo de vida.” Os industriais alegavam que a nova diretriz governamental

²⁵³ Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor do **Centro Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 12 de fevereiro de 1943. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. p. 01.

²⁵⁴ Idem, p. 02.

²⁵⁵ Referência ao esforço de guerra que foi resultado do ingresso no Brasil na Segunda Guerra Mundial, em agosto de 1942 e que teve consequências nas atividades produtoras.

²⁵⁶ Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor do **Centro Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 12 de fevereiro de 1943. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. p. 02.

colocava seus negócios em difícil situação, uma vez que, apesar de submetidos a “tarifas baixas de preços”, as matérias-primas e “muitos outros elementos da produção sofreram e [vinham sofrendo] altas sensíveis [nos preços].” Lodi informou que a CNI estava estudando o problema em busca de uma solução que dirimisse as “dificuldades e [permitisse] entrar em entendimentos com a [Coordenação da Mobilização Econômica].”²⁵⁷

Segundo Leme, em 1943 a CME realizou acordos com alguns setores industriais com o fito de assegurar o controle sobre sua produção e, assim, “garantir o abastecimento a preços populares.” Indústrias do ramo de calçados, tecidos e produtos farmacêuticos, dentre outras, estavam incluídas nesse plano do governo (LEME, 1978, p. 68). Diniz acusa a existência de conflitos entre a Coordenação da Mobilização Econômica e demais agências do Estado. A autora menciona que, em entrevista à imprensa, Jorge Kafuri, que fora diretor do Setor de Preços da Coordenação da Mobilização Econômica, sugeriu que

a existência de conflitos entre órgãos era o fator determinante da dificuldade de implementação de certas medidas aprovadas pelo governo, uma vez que as decisões tomadas por um órgão eram frequentemente bloqueadas pela falta de apoio de outras unidades do sistema administrativo (DINIZ, 1978, p. 78).

Conforme demonstrado pela documentação, a oposição à regulamentação das atividades econômicas não partia somente das agências da sociedade política. Aparelhos privados como o *Centro Industrial do Rio de Janeiro* estavam entre as instituições em conflito com a CME. Os industriais representados pelo complexo político-empresarial FIRJ/CIRJ/CNI manifestaram, ainda, reações no próprio interior de agências da sociedade política por meio de sua participação nos conselhos técnicos e consultivos. Os aparelhos privados do capital industrial, portanto, cumpriam função nada irrelevante na organização da luta política das classes e frações junto ao Estado.

A *Confederação Nacional de Indústria* tinha a incumbência de unificar as forças sociais dos aparelhos privados provenientes das distintas classes e frações do capital industrial brasileiro. Fundir, (re)orientar, (re)organizar, (re)direcionar a ação coletiva das múltiplas agências da sociedade civil do empresariado industrial brasileiro. Tal medida potencializava o poder dos intelectuais orgânicos comprometidos com essa unificação, legitimando-os como representantes da classe capitalista em seu conjunto.

Em uma conjuntura econômica mais acentuadamente dirigida por agências da sociedade política, a unificação de várias associações classistas da indústria e outras a ela vinculadas, através da filiação à CNI, não pode ser explicada simplesmente como

²⁵⁷ Idem, p. 03.

decorrência da imposição do modelo corporativo Vargasista. É preciso levar em conta que também se tratava de uma estratégia política para fortalecer o poder de pressão da classe industrial brasileira junto ao Estado restrito. Sob essa ótica o *Centro Industrial do Rio de Janeiro* convertia-se no partido industrial por excelência, o qual, em conjunto com a FIRJ, atuava no Distrito Federal. Não é demais destacar ser o CIRJ uma associação de classe desvinculada do modelo sindical imposto pela legislação de 1939. Logo, manteve sua condição de aparelho privado de hegemonia no sentido pleno do termo.

Essa estratégia do empresariado industrial de organizar-se em representações paralelas na sociedade civil foi apontada por Leopoldi. Ela informa que, em 1942, atendendo à exigência da Lei Sindical de 1939, a *Federação das Indústrias do Rio de Janeiro*, tornou-se entidade oficial dos industriais na Capital Federal, mantendo-se o *Centro Industrial do Rio de Janeiro* como entidade privada. No Estado de São Paulo, também em 1942, caso análogo ocorreu com a *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*, que se tornou entidade oficial, permanecendo o *Centro das Indústrias do Estado de São Paulo* como aparelho privado de hegemonia.²⁵⁸

Isso demonstra que o empresariado industrial resistiu às pressões do corporativismo de Estado, preservando o funcionamento autônomo de seus aparelhos privados de hegemonia. O caso do CIRJ é interessante, considerando que obteve do governo um decreto que o reconhecia como órgão técnico-consultivo, tal como já mencionado. A ação político-empresarial do CIRJ junto ao Estado-governo permitiu que seus dirigentes participassem da formulação do anteprojeto da CLT, encaminhado ao governo Vargas. Como órgão técnico-consultivo esta associação participava, até mesmo, da política externa, tendo recebido Eric Jonhston (*sic*), presidente da *Câmara de Comércio de Washington* e do *Comitê Interamericano*, em visita ao Brasil na comitiva do Presidente Roosevelt.²⁵⁹

Quando, em 1941, o governo Vargas estabeleceu acordo diplomático com Washington, do qual resultou o surgimento da estatal *Companhia Siderúrgica Nacional*, com a finalidade de abastecer parte da demanda por aço dos aliados, o capital industrial brasileiro tornou-se acionista da empresa. O *Centro Industrial do Rio de Janeiro* tentou adquirir Cr\$ 100.000,00 em ações da Companhia. Todavia, em reunião da diretoria e conselho diretor do CIRJ, a 28 de maio de 1943, sob a presidência de Euvaldo Lodi – e secretariada por Waldemar Freire de Mesquita e Ibsen de Rossi – foi esclarecido que devido

²⁵⁸ Vide LEOPOLDI, 2000. Mais especificamente o quadro 1.1 – **Organização corporativa da indústria brasileira, 1904-1942**. Anexo do livro.

²⁵⁹ Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor do **Centro Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 12 de fevereiro de 1943. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. pp. 04 - 05.

ao fato de ter conseguido pagar somente a primeira prestação (abril/1941) no valor de Cr\$ 20.000,00, o Centro transferiu as referidas ações para a *Confederação Nacional da Indústria*, que se comprometeu a honrar as demais parcelas da aquisição dos ativos da CSN.²⁶⁰

No campo da legislação trabalhista, a colaboração dos dirigentes da indústria na formulação da CLT patenteia-se através de declaração de Lodi durante reunião realizada no CIRJ em 14 de setembro de 1943, quando o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Machado Filho²⁶¹ recebeu – e aproveitou – parte das sugestões a ele encaminhadas pelos industriais. Lodi acrescentou, ainda, que o governo acolheria as críticas que reputasse justas, de modo a “expandir novos atos regulando os pontos merecedores de alterações.”²⁶²

A ação político-empresarial dos industriais deu-se, ainda, através da participação de seus intelectuais orgânicos na formulação do anteprojeto de reforma do imposto de renda. Em reunião do *Centro Industrial do Rio de Janeiro*, Euvaldo Lodi declarou que os estudos sobre o tema achavam-se bastante adiantados e que os encontros deste grupo de trabalho eram presididos pelo Ministro da Fazenda, que contava “com a assistência da indústria”, devidamente representada por Jair Negrão de Lima, seu consultor jurídico.²⁶³

Quando do ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial o governo aprovou taxas de tributo adicionais para vigorarem durante os exercícios de 1944 e 1945, tendo contado com o apoio das entidades civis da indústria. Os critérios e normas para o aumento destes impostos adicionais não ocorreram sem a anuência dos industriais. O anteprojeto sobre o aludido tributo contou com a colaboração dos industriais mediante presença de seus delegados nas reuniões presididas pelo Ministro da Fazenda, onde “tiveram o ensejo de examinar e criticar o anteprojeto confeccionado por uma comissão de técnicos oficiais.”²⁶⁴

Segundo Lodi, as taxas do imposto admitiam

um acréscimo para as pessoas físicas, nos rendimentos superiores a 200 mil cruzeiros, e uma elevação de 2% a 1%, respectivamente, no tributo das sociedades econômicas e das sociedades civis, no âmbito das pessoas jurídicas. A indústria, diante da situação premente que o país atravessava, não podia deixar de anuir ao

²⁶⁰ Ata da Reunião da Diretoria e do Conselho Diretor do **Centro Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 28 de maio de 1943. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. p. 01.

²⁶¹ Exercício na pasta de 29/12/1941 a 29/10/1945.

²⁶² Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor do **Centro Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 14 de setembro de 1943. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. pp. 01-02.

²⁶³ Idem, p. 03.

²⁶⁴ Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor do **Centro Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 1º de outubro de 1943. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. pp. 01-02.

apelo do fisco para um aumento da arrecadação, com o objetivo de cobrir os gastos extraordinários resultantes do momento.²⁶⁵

Por iniciativa do *Sindicato da Indústria Têxtil*, a *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo* promoveu estudo visando ao aumento geral dos salários do operariado fabril. As evidências disponíveis sugerem não ser improvável que esta ideia tivesse relação com a conveniência de colocá-los dentro da margem tributável do imposto extraordinário para a receita do Estado-governo em tempo de guerra mundial. Após comunicar aos presentes a proposta encaminhada pela FIESP, Lodi, presidente da CNI, solicitou aos representantes das demais associações de classe que se manifestassem. Foi estabelecido pelos industriais do CIRJ que deliberariam sobre a questão na reunião seguinte.²⁶⁶

Outro ponto que chamou-nos atenção ao analisar a ata de reunião do CIRJ de 04 de fevereiro de 1943 foi o engajamento dos industriais na realização do *I Congresso Brasileiro de Economia*²⁶⁷, que contaria com representantes das “classes econômicas sob a presidência de honra do chefe do Governo.” Lodi, presidindo a reunião, incentivou os industriais a participarem ativamente do evento, distribuindo-lhes o programa e reiterando ao colegiado a relevância da presença dos intelectuais da indústria no evento.²⁶⁸ A percepção de que o congresso envolveria economia e política foi levantada por João Daudt d’Oliveira – presidente do *I Congresso Brasileiro de Economia* – ao afirmar que “todos deveriam reconhecer que ‘a política e a Economia são interdependentes’ (...)” (IANNI, 1986, p. 62).

Merece atenção o discurso de Euvaldo Lodi, proferido no aludido Congresso, onde avaliava que o evento era “um movimento amadurecido na consciência das classes produtoras do Brasil, confluindo no propósito de fixar e estudar (...) problemas [brasileiros].” Tratava-se de formular princípios que orientassem o desenvolvimento industrial e a utilização dos recursos naturais do país. No encontro, os empresários também

²⁶⁵ Idem, p. 02.

²⁶⁶ Idem, p. 03.

²⁶⁷ I Congresso Brasileiro de Economia. Realizado no Rio de Janeiro, de 25 de novembro a 18 de dezembro de 1943. Dele participaram 192 entidades, representadas por 234 membros que, por sua vez, apresentaram 94 teses a respeito dos mais variados assuntos nacionais. Entre os participantes, figuravam agricultores, banqueiros, comerciantes, economistas, industriais, professores e técnicos, que se reuniram para debater os problemas econômico-sociais do Brasil. Destacaram-se Roberto Simonsen – organizador do evento; Euvaldo Lodi – presidente da CNI; João Daudt d’Oliveira – presidente da *Federação das Associações Comerciais do Brasil*; Otávio Gouveia de Bulhões; Eugênio Gudín; Gastão Vidigal; Gileno de Carli; Glycon de Paiva e outros. Esse congresso deu às classes e frações empresariais a oportunidade de analisarem, em conjunto, os problemas decorrentes organização econômica brasileira durante a guerra e, inclusive, para o Segundo Pós-Guerra. Para maiores detalhes, vide no DHBB verbete institucional CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, I, escrito por Mônica Kornis. Vide, também, IANNI, 1986, p. 62 / nota 56.

²⁶⁸ Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor do **Centro Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 22 de outubro de 1943. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. p. 02.

debateram sobre “a conveniência da intervenção do Estado na economia.” Ainda de acordo com Lodi, a questão do permanente amparo à produção agrícola brasileira foi tratada “com um carinho todo especial pelo Congresso” (LODI, apud CARONE, 1977, pp. 353, 354, 355). Não é demais ressaltar que este ponto passava pelo fornecimento de crédito²⁶⁹ para a modernização agrícola, com vistas a incentivar a mecanização através da produção de máquinas e bens intermediários pelas indústrias brasileiras.

Euvaldo Lodi ainda ressaltou perante o Congresso a importância estratégica do “plano do Presidente Vargas em relação ao Vale Amazônico”, afirmando que o êxito do projeto era essencial ao fornecimento das matérias primas de que necessitavam as fábricas de artefatos de borracha instaladas no país. Quanto às inversões do capital estrangeiro no Brasil, não havia oposições, desde que elas não confrontassem os interesses de grupos econômicos brasileiros (LODI, apud CARONE, 1977, pp. 355).

Como evidência da crescente imbricação das agremiações de industriais no complexo institucional formado pelas agências da sociedade política, é importante elucidar que, pelo Decreto nº. 12. 321, de 1943 (sic) a *Confederação Nacional da Indústria* foi declarada “coordenadora dos interesses econômicos das atividades produtoras em todo o território nacional”²⁷⁰.

Prosseguiu-se o debate iniciado na reunião do CIRJ de 1º de outubro de 1943, sobre a proposta encaminhada pela FIESP ao CNI, versando sobre “o aumento dos salários [pagos aos] trabalhadores [pelos] industriais.” A FIESP pediu que a CNI realizasse inquérito sobre o assunto entre os sindicatos de patrões e empregados.²⁷¹ Os industriais reunidos no *Centro Industrial do Rio de Janeiro* rejeitaram a proposta da *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*, julgando pertinente analisar o caso com mais cuidado.

Alegaram que a situação econômica das indústrias no território nacional era diversa e que, em face da guerra, algumas fábricas tiveram maior procura por seus produtos, variável que resultou no aumento dos lucros. Outras, porém, tiveram seus lucros reduzidos, devido à falta ou escassez de matéria-prima, prejudiciais a suas atividades. Foi consenso na

²⁶⁹ Embora as evidências permitam concluir que havia interesse dos industriais brasileiros em fornecer máquinas e equipamentos para o setor agrícola, a partir do Segundo Pós-guerra eles se depararam com a competição com o grande capital estadunidense. Em 1945, um acordo bilateral entre Brasil e EUA fez do segundo o fornecedor da tecnologia e da técnica para as propriedades agrícolas brasileiras. O conglomerado empresarial do grupo Rockefeller foi um dos interessados nesse setor do mercado brasileiro. Para maiores detalhes, vide tese de mestrado de Pedro Cassiano Farias de Oliveira (2013).

²⁷⁰ Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor do **Centro Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 22 de outubro de 1943. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. p. 02.

²⁷¹ Idem, p. 03.

reunião do CIRJ que, em lugar de aumentar o percentual dos salários, fosse promovida uma retificação do salário mínimo.²⁷²

A análise comparativa da atuação das agremiações de empresários industriais mostra seu papel como força social junto ao Estado restrito no pós-1930. Quando não tinham condições objetivas para influenciar as tomadas de decisão no âmbito estatal, conseguiam, ao menos, organizar uma ação capaz de vetar deliberações governamentais que julgassem ser-lhes prejudiciais. Isso foi muito bem demonstrado por Álvaro Bianchi em artigo sobre a ação coletiva dos empresários. A posição privilegiada dos capitalistas em sua condição de investidores nos projetos das classes dirigentes explicaria o poder de veto por eles exercido “sobre as decisões governamentais.” O desinteresse dos investidores privados “poderia tanto abalar as condições macroeconômicas²⁷³ necessárias para viabilizar as políticas governamentais como diminuir a arrecadação tributária necessária para implementar tais políticas” (BIANCHI, Jun., 2007, p. 120).

Em escala análoga, a dependência do Estado restrito “em relação ao capital” não pressupunha a mesma dependência das classes e frações capitalistas em relação àquele. Como o demonstra Bianchi, embora as associações empresariais não tivessem criado essa assimetria estrutural no campo das relações entre agências da sociedade política e aparelhos privados do capital, as primeiras exploraram politicamente essa desigualdade (BIANCHI, Jun., 2007, p. 120). Quando a CNI tornou-se acionista da CSN, assumiu condição de parceira do projeto siderúrgico estatal, suprindo parte da demanda do governo por capitais. A exploração habilidosa das ‘brechas’ políticas resultantes dessa assimetria nas relações entre Estado e Capital dava aos dirigentes da indústria vantagem significativa quando precisavam negociar com as demais frações das classes dominantes.

Discordamos das análises pautadas por matrizes teóricas que interpretam o Estado como uma força profundamente racional, monolítica e, portanto, isenta de conflitos de interesses. A máquina nacionalista autoritária Vargasista era, inegavelmente, a expressão de um Estado transpassado pelas classes sociais e, portanto, não deixava de apresentar como sua característica fundamental o permanente estado de luta de classes. A análise e a explicação da estrutura social do Estado Novo, com suas conexões nas agências da

²⁷² Idem, p. 03.

²⁷³ É importante definir o conceito de macroeconomia. Trata-se do campo da ciência econômica que estuda o funcionamento do sistema econômico e seus fenômenos como um todo. Isto é, considerando-os como constituindo uma totalidade. A macroeconomia tem como finalidade analisar as relações estabelecidas entre os grandes agregados estatísticos: os investimentos, a poupança, o consumo, o nível dos preços e do emprego e a renda nacional. Essa abordagem se justifica a partir do pressuposto “de que é possível explicar a operação da economia sem que haja necessidade de compreender o comportamento de cada” agente econômico – empresa ou indivíduo – que dela participam. Para maiores detalhes, vide SANDRONI, 1999, p. 359.

sociedade civil e política, demanda a percepção que inexistente governante que esteja acima das classes sociais ou, ainda, que independa do apoio de determinadas classes e/ou frações dominantes que compõem o bloco no poder que lhe dá sustentabilidade política (MARGALHO, 2008, p. 109).

Não obstante o empresariado industrial não tivesse conseguido tornar-se hegemônico no período em foco, as fontes analisadas permitem concluir que ele ocupou lugar de relevo no Estado Novo. Tal constatação nega, de forma absoluta, que a industrialização tenha resultado, tão somente, das diretrizes políticas do Estado restrito que tinha o Presidente Vargas e sua equipe técnica como organizadores da industrialização brasileira pós-1930. Com isso, desmontamos o ‘mito’ de Vargas como símbolo de um Leviatã generoso e ilustrado que, valendo-se de sua habilidade política, seria o grande responsável pela expansão da acumulação urbano-industrial. Pensar assim é subestimar tanto a capacidade organizativa das forças sociais vinculadas ao capital industrial, quanto seu poder como bloco de pressão e, também, colaborador junto ao Governo Federal.

Estabelecendo uma analogia entre as trajetórias dos empresários Euvaldo Lodi e Valentim Bouças, encontramos semelhanças com outros intelectuais orgânicos da burguesia industrial, tais como Wolff Klabin e Horácio Lafer. O mérito desses intelectuais residiu em sua capacidade de: 1) expandir sua ação política através da realização de uma guerra de posição que os consagrasse como lideranças de suas respectivas frações de classe no interior do bloco no poder; 2) acumular capital político (amizades, casamentos e contatos), que se materializava em aliança(s) a eles favorável(eis); 3) assumir e desempenhar a função de educadores, disciplinadores e mobilizadores da vontade coletiva dos grupos empresariais dos quais eram representantes e sócios-gerentes; 4) acumular, nas relações sociais, expressivo poder político-social; 5) fazer-se reconhecer como porta-vozes dos interesses das frações de classe do setor produtivo ao qual se vinculavam e obter, assim, a força política necessária para a elaboração de uma engenharia político-econômica mobilizadora da ação social dos empresários industriais nas agências do Estado capitalista (MARGALHO, 2008, pp. 109-110).

5.6. A Coordenação da Mobilização Econômica: política e economia em tempos de guerra

Segundo Paiva Abreu, as tentativas do governo de conter a inflação através da criação de agências governamentais como a *Coordenação da Mobilização Econômica*, foram bastante tímidas

quando comparadas aos bem-sucedidos esforços de contenção da demanda postos em prática em países como Inglaterra e Estados Unidos, conjugando racionamento, controle de preços, incentivos fiscais ao adiamento de dispêndio e financiamento dos gastos de guerra (PAIVA ABREU In: PAIVA ABREU, 1990, p. 95).

Octávio Ianni, por seu turno, avalia que a CME teve “o caráter de um verdadeiro superministério.” Por intermédio dessa agência da sociedade política, o Governo Federal coordenou a economia brasileira durante o estado de guerra intervindo nos aspectos ligados à produção, finanças e tecnologia. Para cumprir esse propósito, “a Coordenação absorveu boa parte das atribuições do Conselho Federal de Comércio Exterior” (IANNI, 1986, pp. 59-60). O Decreto-lei nº 4.750, de 28 de setembro de 1942, em seu artigo 3º, concedia amplos poderes a CME e estabelecia que competia a seu Coordenador, como delegado do Presidente Vargas, executar amplas atribuições indispensáveis para:

“(…) I, orientar a mineração, a agricultura, a pecuária e a indústria em geral, no sentido de habilitá-las a produzir, com a máxima eficiência, os materiais e produtos mais necessários e urgentes; II, controlar, através da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, a importação e a exportação de matérias primas, produtos semimanufaturados e manufaturados, atendendo às conveniências e necessidades das forças armadas, do serviço público e do povo em geral; III, coordenar os transportes no território nacional e para o exterior; IV, planejar, dirigir e fiscalizar o racionamento de combustíveis e a utilização de mão-de-obra, no tempo e no lugar próprios; VI, investigar o custo, os preços e os lucros das mercadorias, materiais e serviços; VII, fixar os preços máximos, mínimos e básicos, ou os limites de preço pelos quais as mercadorias ou materiais devem ser vendidos ou os serviços devem ser cobrados; VIII, proibir a compra, venda ou fornecimento em base diferente dos preços fixados; IX, determinar as condições de venda de mercadorias; X, exigir dos produtores, fabricantes e demais negociantes e fornecedores de mercadorias as licenças que se fizerem necessárias; XI, fixar ou limitar a quantidade de qualquer mercadoria a ser vendida, fornecida ou distribuída ao consumo público bem como dos serviços a serem prestados; XII, levantar a coordenar dados estatísticos relativos a preços, custos e estoques de mercadorias; XIII, estudar e propor qualquer medida tendente a assegurar a defesa da economia da Nação” (*Apud* IANNI, 1986, pp. 59-60).

Assim, se o empresariado industrial foi incapaz de lançar os fundamentos de sua própria hegemonia, e com isso assumir a direção da nova ordem social que emergira durante o Primeiro Governo Vargas, não se pode deixar de atribuir a ele o papel de protagonista na formulação das estratégias sociopolíticas e socioeconômicas que caracterizaram a complexa

conjuntura do governo Vargas durante seus quinze anos de governo. Não obstante o Governo Federal tenha tido papel decisivo na formação do processo produtivo urbano-industrial, não se pode desconsiderar a participação dos intelectuais orgânicos das frações de classe industriais que, inserindo suas demandas no interior das agências da sociedade política, conseguiram inscrever-las na ossatura do Estado.

Segundo Sonia Draibe, ao atuar junto aos aparelhos burocrático-administrativos autoritários, os industriais amealharam o poder político para fazer valer seus interesses de classe (DRAIBE, 1985, p. 101). As evidências até aqui analisadas nos permitem concluir que os intelectuais orgânicos do empresariado industrial planejaram sua ação política a partir de uma articulação orgânica entre seus aparelhos privados e órgãos públicos.

No dia 08 de julho de 1943, João Alberto Lins de Barros, que exercia a chefia da *Coordenação da Mobilização Econômica*, recebeu ofício de nove empresas siderúrgicas, solicitando que o *Setor de Produção Industrial*²⁷⁴ da CME assegurasse a suas respectivas usinas o abastecimento da sucata que lhes servia como matéria-prima. No ofício, os representantes das “Usinas produtoras de ferro e aço fundido e laminado do Estado de São Paulo” esclareciam ao *Setor de Produção Industrial*, da *Coordenação da Mobilização Econômica*, sobre as dificuldades pelas quais passavam para obter sucata de ferro. Informavam que o problema acontecia tanto devido às dificuldades de transporte da sucata de ferro existente, quanto à insuficiência de fontes produtoras da mesma que, ademais, situavam-se em locais muito distantes do estado de São Paulo.²⁷⁵

Esses industriais paulistas informavam ainda ao coordenador da CME que as ferrovias brasileiras eram proprietárias de “grandes quantidades de sucata de ferro” mas que, no entanto, a venda deste material estava suspensa por determinação do Governo Federal. Pleiteavam, pois, que a Coordenação adotasse medidas visando ao abastecimento de sucata aos produtores de aço e ferro durante um período de três meses. Caso a experiência fosse

²⁷⁴ Órgão criado pela *Coordenação da Mobilização Econômica*, com a incumbência de planejar medidas que viabilizassem a expansão e o funcionamento do setor industrial brasileiro. Ao *Setor de Produção Industrial*, cabia “a) elaborar a planificação industrial do País, de modo a atender às suas necessidades militares e civis e possibilitar a sua colaboração no esforço de guerra dos países aliados; b) orientar, dirigir e controlar o programa de produção industrial do País, para isso determinando, quando necessário, a instalação, mobilização, transformação e adaptação de fábricas; c) estudar e fixar as prioridades na distribuição para a indústria de combustíveis, energia elétrica, matérias-primas, transportes e mão-de-obra; d) estudar e organizar a produção em série de produtos, e bem assim a sua simplificação e padronização quando forem julgadas necessárias; e) realizar pesquisas e estudos técnicos e econômicos que forem julgados necessários; f) promover a formação de técnicos especializados para a indústria; g) dar assistência técnica à indústria e realizar o controle de sua eficiência quando julgar necessário.” (Portaria nº 21, da Coordenação da Mobilização Econômica. *Apud*: IANNI, 1986, p. 61).

²⁷⁵ *Coordenação da Mobilização Econômica. Boletim do Setor da Produção Industrial*. nº 2, Rio de Janeiro, novembro, 1943. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil. p. 40.

satisfatória, de modo que as usinas conseguissem atingir as metas e programas de produção estabelecidos pela *Coordenação*, o fornecimento de sucata das ferrovias às siderúrgicas tornar-se-ia regra.²⁷⁶

A proposta dos signatários do ofício enviado a Lins de Barros era a seguinte: 1 – no período proposto, o total de sucata necessária ao abastecimento das Usinas seria fornecido pelas Estradas de Ferro; 2 – De acordo com as quotas de consumo mensal estabelecidas pelo *Setor de Produção Industrial da Coordenação de Mobilização Econômica*, o critério de distribuição dessa matéria-prima às usinas consumidoras teria por base os respectivos consumos das fábricas no primeiro semestre de 1943; 3 – Caberia ao *Setor de Preços da Coordenação* determinar os custos de aquisição da sucata de ferro; 4 – As siderúrgicas signatárias do ofício nomeariam uma Comissão encarregada de estabelecer os detalhes adicionais às medidas que pleiteavam, considerando aspectos como: classificação da sucata, forma de entrega e pagamento.²⁷⁷

QUADRO XIX

Siderúrgicas Paulistas, 1943

Empresas Siderúrgicas	Empresários
Companhia Brasileira de Mineração e Metalurgia	W. Mariz de Oliveira
Fábrica de Aço Paulista	Eric Tysklind ²⁷⁸
Pirie, Villares & Cia Ltda	Martinho Uchoa
Sidapar S/A	Moacyr Concílio
Metalúrgica S. Francisco	Francisco Matarazzo Neto ²⁷⁹
Laminação Júpiter S/A	João Pereira dos Santos ²⁸⁰
J. L. Aliperti & Irmão	J. L. Aliperti
Usina Metalúrgica Itaeté S/A	Aloysio R. Foz
Companhia Nacional de Ferro Puro	H. G. F. Barros.

²⁷⁶ Idem, ibidem. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil. p. 40.

²⁷⁷ Idem, ibidem. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil. p. 41.

²⁷⁸ Eric Tysklind era engenheiro. Em 1918, recebeu no Rio de Janeiro a proposta da firma Hamil & Hansell para iniciar uma fundição de aço na capital do Brasil. Ele foi diretor-presidente da *Companhia Sorocabana de Material Ferroviário S/A*. Vide os dois artigos, *Cia Sorocabana de Material Ferroviário S.A.* e *A Iniciativa Privada na Siderurgia*. In: O Observador Econômico e Financeiro. Ano V. Dezembro – 1940. Nº 59. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil. p. 22; pp. 133-134.

²⁷⁹ Formado em engenharia civil. Foi um dos líderes empresariais do grupo Matarazzo. No final dos anos 1950, associou-se ao grupo Alfa Romeu – da indústria automobilística italiana. Em 12 de abril de 1957, acompanhado de diretores do referido grupo, ele se reuniu com o Presidente Juscelino Kubitschek no Palácio do Catete, comunicando-lhe da formação, na capital paulista, de uma fábrica composta por capital ítalo-brasileiro com a finalidade de produzir automóveis de passageiros – utilizando as patentes daquela marca italiana. Vide *Fabricação de Automóveis de Passageiros em São Paulo*. In: **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, Sábado, 13 de abril de 1957. Nº 19.647. Ano LVI. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. p. 06.

²⁸⁰ Sócio da firma *Sociedade Auto Victoria Limitada*. Também conhecida como *Casa Victoria*. Esta empresa atuava, desde 1922, na manutenção e/ou venda aparelhos, acessórios, e peças de máquinas de costura industriais e domésticas. Vide *João Pereira dos Santos* In: **Correio da Manhã**. 2º Caderno – Rio de Janeiro, Domingo, 17 de janeiro de 1954. Nº 18.655. Ano LIII. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. p. 05. Vide também *Casa Victoria*. Disponível em < <http://www.casavictoria.com.br/> > Acessado em 23/janeiro/2015.

FONTE: *Coordenação da Mobilização Econômica. Boletim do Setor da Produção Industrial*. nº 2, Rio de Janeiro, novembro, 1943. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil. p. 41.

(*) Assim como nos quadros XVII e XVIII, não encontramos informações sobre todos os componentes do quadro XIX apresentado. Assinalamos em notas de rodapé os agentes a respeito dos quais conseguimos obter informações.

Em atendimento à solicitação do ofício que tinha como signatárias as pessoas físicas e jurídicas indicadas no Quadro XIX, houve negociações entre o Coordenador e esses industriais. Ficou resolvido que o *Setor de Produção Industrial* se encarregaria de examinar o problema e estudar “medidas necessárias à sua solução.” Junto com esses empresários industriais o Coordenador da CME se reuniu com representantes das Estradas de Ferro em agosto de 1943, determinando-lhes que abastecessem de sucata as siderúrgicas que lhes fossem indicadas pelo SPI.²⁸¹

Conforme elucidou Marx, “toda forma de produção forja suas próprias relações jurídicas, forma de governo, etc.” (MARX, 2011, p. 43). A evidência apresentada nos parágrafos anteriores articula-se com a proposição marxiana, posto demonstrar a organização da ação política de alguns industriais paulistas junto ao CME, visando pleitear ao Governo Federal medidas que atendessem suas demandas. Logo, o grupo siderúrgico representado por Euvaldo Lodi não era o único que se organizara para legitimar seus interesses e demandas em agências da sociedade política. Com esta mesma finalidade, frações do capital industrial brasileiro agiam como forças sociais no Estado restrito.

5.7. Os intelectuais orgânicos industriais como agentes de Estado

Segundo Marx, “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1997, p. 21). Isso implica na percepção de que pesquisar o Estado capitalista no Brasil durante o Primeiro Governo Vargas requer atenção à complexa conjuntura que, ao longo de quinze anos, forjou e caracterizou as bases econômicas, sociais, institucionais e culturais do país. Analisando o período percebemos que a centralização do poder exercido pelo Governo Federal não ocorreu, exclusivamente, por consequência da vontade de Getúlio Vargas e seus auxiliares.

Além da influência do cenário internacional é preciso levar em conta, em igual medida, as concessões que a União teve que fazer ao empresariado uma vez que mesmo um

²⁸¹ *Coordenação da Mobilização Econômica. Boletim do Setor da Produção Industrial*. nº 2, Rio de Janeiro, novembro, 1943. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil. pp. 41-42.

Estado Autoritário não encontra bases socioeconômicas para seus projetos se não obtiver o apoio das lideranças políticas e/ou empresariais – intelectuais – que formam bloco histórico em sua totalidade. A superação do federalismo oligárquico pelo governo Vargas somente foi possível porque, na ausência de condições de uma classe e/ou fração tornar-se hegemônica, as classes dominantes aderiram e apoiaram ao projeto Nacionalista Autoritário.

A fim de elucidar o que dissemos, propomos uma análise da dinâmica do Estado capitalista inserindo-o em sua totalidade social – representando, assim, o modo pelo qual funciona a interação entre interesses materiais e ação coletiva nas agências que formam o complexo superestrutural do Estado Ampliado. É preciso considerar, em igual medida, que as relações sociais resultam de múltiplas determinações do que há de concreto em uma historicidade. Em outros termos, qualquer que seja o período analisado, sua história resulta da síntese de múltiplas relações econômico-sociais e socioculturais que, por sua vez, somente são inteligíveis à luz da sua época.

Diante do exposto, para não ficarmos reféns do plano da abstração no campo analítico sobre o Estado capitalista, tomamos como norma que para analisar as agências é preciso pesquisar as trajetórias dos agentes que as compõem. Não obstante o empresariado industrial não tivesse, ainda, se tornado hegemônico, o conjunto das evidências analisadas não deixa dúvidas quanto a sua ativa participação política em agências estratégicas do Estado restrito.

Neste ponto, as contribuições do sociólogo Pierre Bourdieu acerca do Estado têm algo a acrescentar à nossa análise sobre o papel exercido pelos agentes sociais nas estruturas estatais, e ainda mais especificamente, o empresariado industrial. Ao assumirem funções dentro dos órgãos técnicos e consultivos, empresários como Euvaldo Lodi, Horácio Lafer, Roberto Simonsen, Valentim Bouças e Wolff Klabin, eram investidos de autoridade simbólica pelo governo, como agentes do Estado. Ao negociar no exterior os termos de pagamento dos serviços das DPEX, Valentim Bouças o fez em nome do governo brasileiro, devidamente investido no cargo de secretário da CEFEM e, posteriormente, da CTEF, vinculados aos Ministérios da Justiça, Fazenda e à própria Presidência da República. Lodi, por sua vez, ao participar do CFCE, foi investido de autoridade para deliberar sobre questões político-econômicas bastante abrangentes (BOURDIEU, 2014, pp. 40 - 41).

Com efeito, tornaram-se autorizados, pelo próprio Estado-governo, para auxiliar em questões específicas de ordem político-econômica, como percebemos ao analisar as agências das quais esses empresários participavam, bem como os aparelhos privados dos quais faziam parte. Ao mapear as trajetórias de Euvaldo Lodi e Valentim Bouças, concluímos que eles

eram agentes do Estado e, com isso, providos de capital político que os capacitava a, dentro de certos limites, a interferir junto às demais frações dominantes de modo a influenciar suas decisões.

Karl Marx mencionou que a burguesia industrial aclamou o golpe de Estado perpetrado por Luís Bonaparte, abrindo caminho para a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado (MARX, 1997, pp. 119-120). Em escala análoga, o empresariado industrial brasileiro apoiou o golpe de Estado de 1937 e a dissolução do Legislativo. No entanto, as lideranças industriais impuseram limites ao projeto corporativo autoritário do Estado Novo. Sua organização em agências da sociedade civil pressupõe a criação de um sistema de ação política e pedagógica, posto inexistir ação sem organização. Isso permite compreender o conceito de bloco histórico como representando uma totalidade social em ação, em movimento. A presença dos empresários industriais nas agências do Estado restrito integrava a estratégia de luta dos intelectuais de aparelhos privados de hegemonia com a finalidade de inserir seus representantes em postos estratégicos da sociedade política.

5.8. A crise do Estado Novo: novas perspectivas para os empresários industriais representados por Euvaldo Lodi e Valentim Bouças

Segundo Pedro Dutra da Fonseca, parte significativa do “êxito do regime do Estado Novo na economia e na política deve ser atribuído ao contexto de guerra no qual ele se inseriu.” O governo autoritário precedeu o início da Segunda Guerra Mundial, contudo, uma vez que a guerra tornava-se cada vez mais iminente, o Governo Federal “apelou à união de todos os brasileiros em torno da figura de Vargas” (FONSECA, 1999, pp. 277-278).

Francisco Corsi ressaltou que, até o final de 1939, o governo Vargas tinha considerável margem de manobra em sua política externa com a Alemanha e os Estados Unidos. O acordo realizado com o grupo Krupp para atender a demanda das Forças Armadas brasileiras, o comércio de compensação com a Alemanha e a moratória das dívidas públicas externas com os EUA – mesmo sob forte pressão dos credores estadunidenses, “sugeriam a possibilidade de o Brasil sair da esfera de influência dos EUA.” No plano da política interna, a situação não era menos complexa. Se, por um lado, o Estado Novo aglutinou “uma sólida base de sustentação política”, da qual fazia parte o empresariado industrial, agrário e comercial, setores do pessoal do Estado – servidores públicos e membros dos órgãos técnicos e consultivos –, por outro, até o ingresso do Brasil na guerra ao lado dos Aliados, as

Forças Armadas e as classes e frações dominantes achavam-se divididas no tocante às potenciais alianças do Brasil (CORSI, 2000, pp. 86-87).

Ao ingressar no conflito mundial junto aos Aliados contra o Eixo Roma-Tóquio-Berlim, o governo Vargas colocou-se numa situação contraditória que contribuiu para o desgaste do Estado Novo. Segundo Mendes Júnior, essa entrada do Brasil “no conflito mundial estabeleceu uma visível contradição no interior da vida política brasileira.” Como justificar o envio de tropas brasileiras para combater ditaduras fascistas na Europa, enquanto, no Brasil, a população era submetida a “uma situação semelhante, com prisões, torturas, deportações, censura á imprensa [e] partidos políticos proibidos” (ALMEIDA JÚNIOR, In: FAUSTO, 2007, Tomo 3, Vol. 10, p. 275).

De acordo com Skidmore, em 1943, conforme os rumos da guerra confluíam a favor dos Aliados, Vargas percebia a necessidade de se preparar “para a nova atmosfera política que seria criada por uma vitória aliada” (SKIDMORE, 1982, p. 73). O contexto político-social e sociocultural que resultou da participação das Forças Armadas brasileiras na luta contra o fascismo despertou entre seus oficiais um sentimento crítico ao Estado Autoritário Varguista. Em 1944 Vargas recebeu

relatórios de críticas ao Estado Novo, correntes entre os oficiais brasileiros que lutavam lado a lado com o 5º Exército Americano, na Itália. Os brasileiros tinham-se dado conta da anomalia de lutar pela democracia no exterior, enquanto persistia uma ditadura em seu próprio país (SKIDMORE, 1982, p. 73).

Em 10 de novembro de 1943, em discurso à nação, Vargas havia prometido “que, depois da guerra”, restabeleceria as liberdades democráticas, dentro da lei e da ordem. Seis meses depois, em 15 de abril de 1944, repetiu a promessa (SKIDMORE, 1982, p. 73). No que tange a nossa tese, interessa-nos saber qual o posicionamento dos grupos empresariais – principalmente Euvaldo Lodi e Valentim Bouças – acerca do final do Estado Novo.

Análise do relatório da diretoria da *Federação das Indústrias do Rio de Janeiro* relativo ao exercício de 1945 permite concluir que o empresariado industrial percebia o fim da guerra como uma boa oportunidade para o processo de redemocratização e, portanto, o fim do Estado Novo. Enfatizavam a vitória dos Aliados como o triunfo “dos ideais de justiça e liberdade” contra “as forças do mal, da desordem e do espírito maquiavélico das nações

totalitárias.”²⁸² Outra evidência que avaliamos como importante estímulo para o surgimento de ímpetos democráticos do Capital contra o Estado Novo foi a aprovação da Lei Antitruste.

A FIRJ se contrapôs a sua aprovação pelo Governo Federal, através do decreto-lei nº 7.666, de 22 de junho de 1945.²⁸³ É conveniente esclarecer que no artigo primeiro, parágrafo único, consta que, para efeitos do referido instrumento legal, a palavra *empresa* abrangia “as pessoas físicas ou jurídicas de natureza comercial ou civil que [dispusessem] de organização destinada à exploração de qualquer atividade com fins lucrativos.”²⁸⁴ Isso implicava que a intervenção do Estado recairia também sobre os aparelhos privados do capital.

Tendo ciência dos vínculos econômico-sociais de Bouças com grandes corporações estadunidenses é pertinente interrogar a respeito dos interesses do empresário santista na industrialização brasileira. Em conferência pronunciada na *Associação Comercial de Belo Horizonte*, de fevereiro de 1945, o empresário Valentim Bouças apresentou sua perspectiva sobre a função da industrialização no quadro do Segundo Pós-guerra. Para ele, a industrialização possibilitava ao Brasil obter “um futuro grandioso de nação emancipada.” Por industrialização ele compreendia, “acima de tudo, a indústria de bens de produção, indústria de máquinas que fabricam máquinas” (BOUÇAS, 1953a, p. 158).

Para se compreender a História do Brasil no período de 1930-1945 é fundamental analisar a formação da complexa teia de relações sociais que marcaram não apenas o desenvolvimento do capitalismo no país, como também as especificidades de seu processo de industrialização. Embora as frações dirigentes que assumiram o poder fossem constituídas por frações da burguesia agrária antes à margem do epicentro do poder político federal, não há como duvidar que, uma vez articulada com outras frações de classe, como as “oligarquias” tradicionais, os setores médios urbanos e a burguesia industrial, foram responsáveis por implementar o projeto de industrialização pesada, rompendo a supremacia de uma política econômica de caráter predominantemente primário-exportador.

A burguesia industrial aderiu ao projeto político autoritário porque a ela interessava um Estado centralizador capaz de integrar o mercado interno e intervir na economia de modo a assegurar tanto o equilíbrio político, como a proteção à produção nacional (MENDONÇA, 1985, p. 20). As classes que, em nome do liberalismo, se opunham ao

²⁸² **Federação das Indústrias do Rio de Janeiro.** *Relatório da Diretoria*, exercício de 1945. Acervo da Biblioteca da Firjan. RJ/Brasil. p. 6

²⁸³ Idem ibidem, p. 07.

²⁸⁴ Decreto-Lei nº 7.666, de 22 de junho de 1945. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-7666-22-junho-1945-416494-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acessado em 23/dezembro/2014.

Estado autoritário, abriram mão de seu projeto em troca da estabilidade econômico-social oferecida por este último desde 1937. Se, por um lado, perdia-se terreno no campo político, muito se ganharia no campo econômico e social (VIANNA, 1978, p. 35). A ação controladora e repressiva, resultante da estrutura corporativa, asseguraria a paz social necessária ao equilíbrio político.

A ditadura estadonovista fechou as possibilidades de participação no campo político-parlamentar, sem que isto implicasse na exclusão do empresariado comercial e industrial como ator político de peso. Embora no campo ideológico se afirmasse que “(...) o homem político deveria ceder ao homem econômico”²⁸⁵, as evidências disponíveis permitem afirmar que não se tratou de uma perda política para o empresariado que aderiu, entusiasticamente, ao Novo Estado em gestação.

Levando-se em conta a prática política como *motor da história*, posto que a transformação ou a conservação de uma formação social depende da atuação política de seus agentes, não nos parece correto afirmar que o homo-político cedeu ao homo-econômico, conforme sugerido por Oswaldo Aranha. A relação de dominação entre dirigidos e dirigentes não pode se efetivar fora do circuito *Estado-luta de classes-ação política de classes* (POULANTZAS, 1977, p. 39).

Não se deve interpretar a ditadura do Estado Novo como uma restrição à atividade política do empresariado industrial, numa leitura verticalizada do poder estatal. As relações políticas passaram a se dar no interior desse Estado, que intermediava as relações de classe num regime autoritário em nome “da nação brasileira”, símbolo máximo dos interesses coletivos. Cabe salientar que os Estatutos da FIRJ destacam como deveres dos sindicatos filiados “respeitar a lei e acatar as autoridades constituídas.”²⁸⁶

Considerando-se a turbulenta conjuntura internacional junto a qual se inseriu o Primeiro Governo Vargas, compreende-se a opção pelo *cesarismo progressista* como elemento aglutinador dos interesses dos muitos grupos envolvidos na rede institucional engendrada pela máquina política Estatal. A formação do aparelho autoritário, calcado em eficaz aparato repressivo policial foi a solução encontrada para momentos em que falhasse o consenso, implicando num tácito reconhecimento da instabilidade do equilíbrio político resultante da moral burguesa e sua relação com o Poder Público.

²⁸⁵ Vide a afirmação do Embaixador Oswaldo Aranha durante sua participação na 6ª Sessão do Conselho Técnico de Economia e Finanças, realizada em 19 de Janeiro de 1938.

²⁸⁶ **Estatutos da FIRJ**. Art. 11 – Letra: D. Acervo da biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

O bloco no poder apenas sustentaria sua dominação através de um “Estado Autoritário [que tivesse] uma doutrina em torno da qual [se pudesse] postular a existência de um consenso de opinião nacional” (AMARAL, 1938, p. 191). Se sobre as classes trabalhadoras a coerção foi determinante para dispersar opositores e segmentos que relutavam em acatar o projeto autoritário, o mesmo não se poderia aplicar como solução para as contradições inerentes ao próprio Estado-relação. Os conflitos intraestatais não se resolveriam pela coerção mas, sim, pela formação do consenso entre as muitas frações de classe junto a ele imbricadas. Segundo um dos principais pensadores autoritários de então,

O único partido admissível no atual regime é o partido do Estado e, como este se acha identificado com a coletividade nacional, esse partido é constituído pela própria Nação. (...) [No] Estado autoritário, o eixo da sua organização estrutural e o foco de irradiação do seu dinamismo é o próprio Chefe da Nação. A autoridade é a expressão dinâmica da vontade coletiva compelindo as forças da iniciativa individual a manterem-se dentro de limites compatíveis com a segurança estrutural do sistema. [No] rumo que só poderemos seguir pelas normas da democracia autoritária estão as perspectivas da consolidação da nacionalidade, da expansão das suas forças econômicas e do apuro da sua cultura. O golpe de Estado de 10 de Novembro foi a nossa primeira revolução-construtiva (AMARAL, 1938, pp. 192, 277, 279).

Embora o modelo orgânico-corporativo que lastreara a revolução-reconstrução referida por Azevedo Amaral tivesse na figura do Chefe da Nação um símbolo do consenso de âmbito nacional, ele deixa transparecer as sutilezas subjacentes a tal ideologia. A política do Estado não poderia se fazer sem a política no Estado, o que significa afirmar que a política das classes dominantes não seria viável sem a definição de uma política para as classes subalternas. O código moral que justificou a adesão de várias frações do empresariado industrial ao Estado Autoritário começou a dar sinais de esgotamento, na medida em que se aproximava o fim da guerra e dos regimes totalitários. Novos valores precisariam ser criados diante do novo horizonte político do pós-guerra.

Assim como um partido, o ditador não está acima das classes, ao contrário, representa os múltiplos interesses das classes que configuram seu alicerce político. As decisões do chefe da nação não eram tomadas à revelia dos agentes que sustentavam a *ossatura organizacional* do Estado restrito que lhe dava suporte (POULANTZAS, 1985, pp. 154-155). Se o líder foi escolhido para acabar com a crise de hegemonia que ameaçava os interesses dos setores burgueses por ele representados, sua legitimidade política dependia da existência de um denominador comum que, por representar uma grande ameaça àqueles que o colocaram no poder, mantivesse sua integração no interior do bloco no poder.

Quando, ao se aproximar o final da Segunda Guerra, a mudança da conjuntura internacional indicava que as ameaças poderiam ser enfrentadas por governos democráticos, deu-se uma fissura no bloco de sustentação da máquina autoritária getulista. O relativo resgate do liberalismo repercutiria no Brasil, lembrando-se que, muitos dos aliados de Vargas eram, em verdade, influenciados por tal matriz, dentre eles José Maria Whitaker, Arthur de Souza Costa, Eugênio Gudín Filho e os empresários Horácio Lafer e Valentim Bouças.

Se, por um lado, é inegável que o apoio do Estado restrito foi essencial para o processo de industrialização intensificado no pós 1937, por outro, é equivocado atribuir uma condição de fragilidade e/ou debilidade ao empresariado industrial brasileiro, sob o argumento de que suas inversões de capital no Brasil somente obtiveram êxito porque puderam contar com a intervenção do Governo Federal. O conjunto de evidências analisadas permite concluir que a proliferação dos aparelhos de hegemonia da classe industrial, durante o regime autoritário demonstra, justamente, o alcance da força política da burguesia industrial, que embora não tivesse assumido a condição de classe hegemônica, decerto participava e influenciava na formulação das diretrizes políticas do Estado Novo.

Neste período, os intelectuais orgânicos do empresariado industrial fizeram dos órgãos técnicos e consultivos os efetivos aparelhos do Estado restrito, fundando uma unidade orgânica capaz de influenciar no processo de industrialização em diálogo com o Governo Federal. Portanto, tais agências foram os espaços da sociedade política que deram *status* oficial tanto à unificação orgânica das classes e frações do capital industrial, quanto a seus projetos políticos. Segundo Marx, “o capital é a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina” (MARX, 2011, p. 60). Havia uma luta de frações do capital financeiro para assegurar e/ou ampliar sua influência sobre o Brasil.

Se o poder de pressão exercido pelos portadores dos títulos das DPEX, durante o Governo Provisório, levou o Brasil a pagar acima de suas possibilidades, o mesmo não aconteceria a partir de 1937. Isso evidencia que o poder de pressão arrefeceu um pouco, possibilitando ao Governo Vargas maior margem de negociação. Segundo Paiva Abreu, a

avaliação da política relativa à dívida pública externa sugere que, enquanto nos anos iniciais da década de [1930] o Brasil pagou o serviço acima de suas possibilidades cambiais, o contrário ocorreu a partir de 1937, quando pagou menos do que indicava a sua presumível ‘capacidade de pagar’. Isto não é surpreendente na medida que se aceite que a experiência brasileira não foi exceção a regra de que argumentos econômicos cedem lugar a critérios políticos quando se trata de reajustar o montante da dívida pública externa (PAIVA ABREU, In: PAIVA ABREU, 1990, p. 100).

Desde o final do Estado Novo, intelectuais e empresários discutiam a intervenção do Estado na economia, a proteção para a indústria nacional, “a estabilização monetária e sua relação com o crescimento industrial.” Tais controvérsias ocorriam no interior dos órgãos governamentais que, com isso, acabavam tornando-se arenas de disputa intraestatal em torno das diretrizes de política econômica do pós-guerra. Constituem exemplos desses espaços de debate a *Coordenação da Mobilização Econômica*, o *Conselho Federal do Comércio Exterior* e a *Comissão de Planejamento Econômico* (LEOPOLDI, 2000, p. 132).

Com a conjuntura emergente no pós-guerra, a retomada do liberalismo justificou e acentuou “o interesse das potências hegemônicas em exportar capitais para países do Terceiro Mundo.” O modelo econômico de desenvolvimento fundado no nacionalismo e no protecionismo Estatal, como o Brasil, sofria forte pressão das grandes potências (MENDONÇA, 1985, p. 40). Novos tempos exigiam outra orientação política e o Estado Autoritário não dava mais conta das novas demandas que emergiam no Segundo Pós-Guerra. Era preciso mudar a orientação da política governamental, no rumo do liberalismo, entendendo-o como um instrumento capaz de superar tanto o modelo do Estado Vargasista, quanto seu programa econômico.

Somente com o final da guerra e o renascimento do liberalismo seriam abaladas as condições para a manutenção da autonomia relativa do Estado Autoritário no sentido de organizar e unificar as classes no interior do bloco no poder. As mudanças políticas no seio do Estado restrito também exigiam a recomposição de novas formas de organização social. Assim como o pacto político entre os grupos dirigentes, o papel orgânico desse Estado precisava ser refeito a luz do novo contexto histórico, não mais havendo espaço para uma economia voltada para dentro. O fim do Estado Novo implicou na busca de uma nova correlação de forças que permitisse a construção de um bloco no poder capaz de cumprir sua nova função social, não mais compatível com as funções políticas antecedentes.

Nesse sentido, consideramos que possibilidade da retomada da participação política nas agências do Legislativo e do Executivo no cenário emergente após 1945 tornava-se mais adequada aos interesses das classes empresariais, tendo em vista disputar uma posição hegemônica no Estado capitalista brasileiro do Segundo Pós-guerra. Em outras palavras, se o interregno autoritário Estadonovista foi importante para a formulação de projetos de hegemonia, o final do Estado Novo ofereceria melhores condições para a gradativa concretização da hegemonia de um deles, em bases mais amplas.

Cumprir elucidar que não poderia haver hegemonia de uma fração do capital fora de condições que viabilizassem a formulação de um consenso mais amplo e de uma maior

participação nas agências do Estado restrito, o que não era factível através da superestrutura jurídico-política de um Estado autoritário. Diante do exposto, as evidências analisadas indicam que o empresariado industrial compreendia que a possibilidade de retomar suas atividades no Legislativo era de importância estratégica para suas pretensões políticas no pós-1945.

A análise do relatório elaborado pelo Ministro Souza Costa, apresentado ao Presidente Vargas em 1945, permite-nos uma noção da abrangência das questões econômicas e financeiras tratadas por esta agência. Nas sessões plenárias realizadas durante 1943, o *Conselho Técnico de Economia e Finanças* examinou e se pronunciou a respeito de vários assuntos, atendendo “ao objetivo de apresentar soluções em correspondência com os elevados interesses do Estado.” Entre as questões sobre as quais o Conselho deliberou no exercício de 1943, o Ministro destacou as seguintes: i) aproveitamento industrial da mandioca e outros cereais na fabricação de álcool e de amido; ii) aproveitamento econômico da bacia Tocantins-Araguaia; iii) criação do Instituto Nacional do Trigo; iv) empréstimo no valor de Cr\$ 1.132.000,00 a ser contraído pela Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos, no estado de São Paulo; v) fixação dos preços de venda dos diversos tipos de carvão nacional; vi) imposto de produção no estado de Sergipe; vii) imposto de vendas e consignações nos estados do Amazonas e Ceará; viii) negócios da Suíça com a revenda de títulos e obrigações do Brasil; ix) organização de um banco privado de financiamento a instalações de indústrias básicas no país (SOUZA COSTA, 1945, p. 173).

Valentim Bouças exercera proeminente função na política externa do Estado Novo. Ele foi um agente da grande política do governo Vargas junto aos credores internacionais, ao formular um consenso sobre o pagamento dos títulos das dívidas públicas externas. Em discurso proferido no hotel *Waldorf Astoria*, em Nova Iorque, por ocasião do banquete oferecido em sua homenagem pela *Associação Americano-Brasileira* em fevereiro de 1944, Valentim Fernandes Bouças afirmou que aquela era a primeira vez em que ele estava sendo “procurado por pessoas realmente interessadas em aplicar seus capitais no Brasil, na construção de fábricas” (BOUÇAS, 1953a, p. 25). Neste mesmo ano, em 13 de julho, ele escreveria, do mesmo hotel, uma carta ao Presidente Vargas, onde relatava a negociação com os portadores de títulos das dívidas públicas externas brasileiras, informando ao Presidente detalhes da sua atuação nos trabalhos da *Comissão de Acordos da Dívida Externa*.

Nessa correspondência o empresário e diplomata das finanças Valentim Bouças afirmaria a Vargas “que pela primeira vez” na história financeira do Brasil, dava-se a

realização de “um acordo salvaguardando nossos interesses.” O documento deixa em evidência a pressão feita por um grupo financeiro, chefiado por Henry Schroeder (sic.), banqueiro do *Coffee Loan* (1930). Informava ao Presidente que, apesar disso, não havia cedido ao grupo, desejoso de obter do Governo um tratamento especial. Bouças notificava que assinou acordo definitivo para o pagamento dos compromissos externos pelo governo brasileiro. Concluía a mensagem a Vargas informando que foi dia de grande vitória para o Brasil.²⁸⁷

Em decorrência deste acordo, em 1944, houve a consolidação das dívidas externas da União, estados e municípios em um único serviço. Noutros termos, todas as obrigações fundiram-se numa só, totalizando 33 milhões de dólares, ou seja, 600 milhões de cruzeiros. Na condição de agência sucessora da *Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros dos Estados e Municípios*, o *Conselho Técnico de Economia e Finanças* exerceu o encargo “de analisar a todos os compromissos externos que pesavam sobre a União, os Estados e os Municípios.” Essa análise resultou na realização de uma auditoria nas Secretarias de Estado e no Tesouro Nacional, buscando aferir o teor dos contratos dos empréstimos contraídos. Para elucidar melhor as dúvidas e preencher eventuais lacunas, os membros dos órgãos técnicos secretariados por Bouças, viajaram a Nova Iorque, Washington e Londres (BOUÇAS, 1953a, pp. 114 -115).

Em artigo publicado em 26 de fevereiro de 1944, o jornalista e empresário Francisco de Assis Chateaubriand mencionou o discurso que Valentim Bouças pronunciara recentemente em Nova Iorque. Nessa ocasião ele estava nos Estados Unidos em função de suas atribuições “na *Comissão dos Acordos de Washington* e no *Conselho Técnico de Economia e Finanças*.” No exercício do cargo de diretor executivo da *Comissão dos Acordos de Washington*, Bouças estava incumbido da tarefa de negociar com o governo dos EUA condições favoráveis ao aumento do preço da borracha no mercado estadunidense. Como Secretário do *Conselho Técnico de Economia e Finanças*, o empresário santista recebeu do Ministro da Fazenda Souza Costa a tarefa de por em prática, nos Estados Unidos e Inglaterra, o plano do Ministério da Fazenda para o pagamento dos serviços da dívida externa (CHATEAUBRIAND, 1999, pp. 207-208. Vol. 21). Souza Costa tinha pressa em resolver a questão do pagamento das PDEx. Segundo Mallan, Bonelli, Paiva Abreu e Pereira, já

²⁸⁷ CPDOC-FGV/RJ. Arquivo Getúlio Vargas. GV c1944.06.13.

em princípios de 1943, ao retomar as negociações relativas à dívida externa, Souza Costa previu com exatidão que, após a guerra, as exportações brasileiras teriam dificuldades em ajustar-se à competição em um mercado mundial normalizado e que as reservas cambiais brasileiras seriam rapidamente erodidas pelo boom de importações (MALLAN et al, 1977, p. 162).

Durante discurso pronunciado em 12 de outubro de 1944, no salão nobre da Escola de Minas de Ouro Preto, quando da comemoração do 68º aniversário da fundação da Escola, o industrial Euvaldo Lodi expressou sua preocupação com os rumos do Estado capitalista brasileiro no Segundo Pós-Guerra. Afirmava que, naquele momento, “todos os países latino-americanos” estavam empenhados no estudo ou execução de “planos de organização econômica, para enfrentar os problemas de após guerra, [preparavam-se] para uma concorrência que [exigiria] a diminuição dos riscos e do custo da produção, (...) em conseguir um alto grau de produtividade.” (LODI, 1954, pp. 17-18). Convém apontar que, nesse período, o Estado Novo já vinha passando por inegável processo de desgaste sócio-político.

Ficava evidente, na perspectiva do empresariado industrial brasileiro, que com o final da guerra haveria melhores condições para o crescimento e expansão de suas atividades econômicas e que tal crescimento seria acompanhado de seu fortalecimento político-social. Novamente, o discurso de Euvaldo Lodi é elucidativo para compreendermos o pensamento que orientava as frações do capital industrial por ele representadas. Segundo Lodi, “as nações industriais [seriam] conduzidas à posição de domínio, no campo da economia, das finanças e da política.” Para tanto, era preciso convergir às forças sociais, com o propósito de estudar e organizar “um planejamento econômico, do qual decorra um sistema de leis que” possibilitasse aos brasileiros obter “a cooperação da técnica e do capital estrangeiro, especialmente americano. (...)” No entanto, esse projeto dos porta-vozes do capital industrial brasileiro não poderia prescindir do “apoio supletivo do Estado” (LODI, 1954, pp. 17-18).

O plano era elaborar um conjunto de medidas jurídico-políticas que favorecessem as inversões de capital estrangeiro no Brasil, mais especificamente o estadunidense, em atividades de atendessem às demandas do empresariado brasileiro. O mesmo objetivava criar condições legais que assegurassem sua liberdade de associação com capitalistas estrangeiros sem que, para isso, precisassem abdicar da proteção fornecida pelo Estado restrito, tivesse ele o formato que fosse. As fontes analisadas apresentam, de forma inequívoca, a ação política do empresariado industrial junto ao Estado Integral. Tais indícios acrescentam evidências a nossa hipótese segundo a qual, no que tange à correlação entre os industriais

brasileiros e o governo Vargas, não havia uma postura de subalternidade e dependência dos mesmos para com o Governo Federal. Segundo Fernand Braudel, “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado” (BRAUDEL, 1987, p. 44).

O historiador francês ofereceu substancial contribuição às relações entre Estado e economia dentro dos limites nacionais. Ele reforçou a premência de se politizar a percepção da dinâmica endógena dos interesses econômicos que se expressam em certos limites territoriais no campo do Estado-nação. Nesse sentido, o material é transformado e até mesmo direcionado pelas forças políticas no Estado. Assim, compreende-se que

uma economia nacional é um espaço político transformado pelo Estado; em virtude das necessidades e inovações da vida material, num espaço econômico coerente, unificado, cujas atividades podem encaminhar-se em conjunto numa mesma direção (BRAUDEL, 1987, p. 65).

Com base nessa constatação, podemos concluir que o plano ao qual Euvaldo Lodi se referia no discurso tinha entre seus objetivos a manutenção de condições favoráveis à permanência do Governo Federal como organizador, nas devidas proporções, dos interesses dos empresários industriais brasileiros sem, contudo, criar obstáculos aos aportes de capital estrangeiro no espaço nacional.

O Estado nacionalista autoritário varguista jamais inviabilizou que as frações da burguesia industrial participassem ativamente das agências estatais. Durante o Estado Novo, o empresariado industrial exerceu relevante papel na manutenção da estabilidade nuclear do bloco no poder. No caso dos dois empresários pesquisados, ambos tiveram atuação significativa no interior das instituições que, durante o Estado Novo, constituam o complexo superestrutural do Estado capitalista brasileiro.

Em artigo publicado em 19 de julho de 1945 no periódico *Sete Dias*, o empresário Valentim Bouças ressaltou que, em consequência das dificuldades provenientes da escassez e do frequente aumento dos preços dos gêneros alimentícios, o Brasil enfrentava problemas decorrentes da agitação das massas urbanas. Afirmava o reconhecimento do direito de greve do operariado, posto que tal medida “seria a válvula da caldeira das indústrias para evitar-lhe a explosão desastrosa, porque [o] direito de greve é o tribunal a que o operário recorre contra os excessos do capitalismo.” Além de afirmar a importância do Plano de Emergência para incentivar a produção de arroz e feijão, Bouças teceu críticas ao PCB²⁸⁸ por sinalizar que a

²⁸⁸ Em outubro de 1945, o PCB obteve novamente seu registro legal e, com isso, saiu das sombras da clandestinidade. É conveniente esclarecer que o final do Estado Novo não acabou com as estruturas do Autoritarismo. O Governo Dutra pôs em prática uma *redemocratização restringida* (democracia sob tutela do Estado-governo), posto que somente estava aberta aos pares das classes dominantes. Partia do Partido

resolução do problema da escassez de alimentos passava pela distribuição de terras e, portanto, ser contrário à concessão de crédito ao agricultor²⁸⁹ (BOUÇAS, 1953a, pp. 179-180).

O que levou o empresário santista a reconhecer, em plena vigência do Estado Novo, a necessidade de se restabelecer o direito de greve? A resposta a tal indagação passa pelo reconhecimento de que o Estado Novo tornava-se cada vez mais incapaz de resolver os conflitos e atender às novas demandas, tanto da parte do capital, quanto da parte do trabalho. Havia, da parte das frações de classe dominante representadas por Bouças, a percepção da necessidade de restabelecer o direito de greve contra casos de abuso do capital porque compreendiam que, tal medida, era uma forma de aliviar as tensões e, com isso, assegurar que o final do Estado Novo ocorresse de maneira menos traumática possível.

Outro sintoma da crise no Estado Novo pode ser percebida na ‘erosão’ política que afastava do governo seus tradicionais aliados. Mesmo aqueles mais próximos de Vargas percebiam que a deterioração e a falência do modelo autoritário era inevitável. Em março de 1944, militares começaram “a se distanciar do governo, entrando em contato com as oposições civis.” Cinco meses depois, em agosto, Oswaldo Aranha demitiu-se do Ministério

Comunista do Brasil uma expressiva e incômoda oposição ao governo Dutra. Cabe ressaltar que no pós-guerra este partido surgiu como o partido comunista mais forte da América Latina. Nas eleições de dezembro de 1945, o partido elegeu quinze membros para a Assembleia Constituinte, esses parlamentares criticavam com ferocidade os dispositivos liberais conservadores da constituição de 1946. Conflitos entre militantes comunistas e a polícia aconteciam com certa frequência. Em uma declaração polêmica, em março de 1946, Prestes afirmou que no caso de uma guerra entre o Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ficaria ao lado da URSS. O primeiro sinal da “caça as bruxas” foi dado em maio de 1946, com o expurgo pelo governo de todos os membros de repartições públicas que tinham vínculo conhecido com o Partido Comunista. Também preocupava o governo a expressiva atuação de comunistas nos sindicatos, dos quais muitos membros do PCB tornaram-se líderes sindicais. Sendo importante ressaltar que os sindicatos continuavam sujeitos a uma rigorosa intervenção Estatal, marcando a permanência das estruturas autoritárias do Estado Novo no meio sindical. Não bastando a repressão policial sobre os sindicatos atuantes, em 15 de março de 1946 o presidente Eurico Dutra assinou o decreto-lei 9.070, que na prática, era uma verdadeira lei antigreve. Nas eleições estaduais para o Congresso, realizadas em janeiro de 1947, o Partido Comunista elegeu dois deputados e um senador, aumentando para dezessete sua bancada de deputados. Sentindo-se ameaçado pela crescente força dos comunistas na máquina estatal, as classes conservadoras aprovaram para a Constituição um dispositivo legal pelo qual os partidos considerados “antidemocráticos” poderiam ser excluídos da participação na abertura política. Partindo desta cláusula legal, procuradores do governo federal declararam, por decisão judicial em 1947, ilegais as atividades do PCB. Em maio de 1947, o PCB teve seu registro cassado pelo Supremo Tribunal Federal e, em janeiro de 1948 o Congresso Nacional aprovou uma lei que permitiu a cassação dos mandatos de vereadores, senadores e deputados comunistas. Não podemos perder de vista que em março de 1947, a Doutrina Truman anunciava a pretensão dos EUA de exercer um rigoroso combate a expansão do comunismo. Nesse mesmo ano, os governos da França e Itália excluía os comunistas de participação da política governamental. A Guerra Fria começava e fazia um ‘voo razante’ sobre o Brasil. (SKIDMORE, 1982, pp. 92-94. 12ª ed.) (VIANNA In: PAIVA ABREU (org), 1990, p. 107. (RIBEIRO, 2001, Vol. 1, p. 294). (MENDES JÚNIOR & MARANHÃO, 1989, p. 24). Para um estudo mais aprofundado sobre período da Guerra Fria, ler HOBBSAWM, 1995, pp. 223-252.

²⁸⁹ Tratava-se, evidentemente, do pequeno proprietário rural, que certamente teria poucas condições de arcar com pagamento das taxas de juros impostas pelo banco – o que podia resultar em perda da propriedade para o mesmo. O que explica a divergência do PCB com relação ao empréstimo bancário como medida favorável ao pequeno proprietário.

das Relações Exteriores. Em outubro, o general Góes Monteiro afastou-se do governo Vargas (MENDES JÚNIOR & MARANHÃO, 1989, pp. 23-24). Segundo Carvalho, durante o período de declínio do liberalismo e da democracia, no início do Estado Novo, Getúlio Vargas

criou e utilizou o ator viável para o momento, que eram os militares, cujo poder estava no uso da força. A partir de 1942, Vargas sentiu a necessidade de preparar o campo para um novo tipo de luta política, em que a força seria a dos números e não a das armas. Dedicou-se, então, a construir um outro ator político, o trabalhismo. (...) [Disso decorre que os trabalhadores urbanos tornaram-se atores na luta política] (CARVALHO, In: PANDOLFI, 1999, p. 343).

“Entre 1930 e 1945, os industriais brasileiros elaboraram, paulatinamente, um programa de defesa da indústria que se consubstancia num programa para a economia do país.” Organizado em seus aparelhos privados de hegemonia, o empresariado industrial se destacou “na elaboração de um programa econômico para a indústria” (LEME, 1978, p. 173). Para o pós-45, os empresários almejavam a um conjunto de mudanças no eixo das decisões governamentais que o Estado nacionalista autoritário não estava em condições de assegurar – sobretudo no que se relacionava a reorganização das agências estatais no âmbito do Legislativo que, na leitura do capital, deveria voltar novamente às instituições do Parlamento.

As evidências analisadas demonstram que crescia, junto ao empresariado, a insatisfação para com o regime. Em 20 de julho de 1945, durante reunião da diretoria e conselho diretor do *Centro Industrial do Rio de Janeiro*, os associados voltaram a reclamar de medidas do governo que consideravam abusivas. Insatisfeitos com a Lei Antitruste, os industriais e demais empresários filiados se organizaram para, conjuntamente, protestarem contra ela. As “classes da indústria, do comércio e da agricultura” escreveram um memorial conjunto que, uma vez encaminhado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, adiou por trinta dias a entrada em vigor da lei. Tal documento resultou da ação coletiva das seguintes agremiações civis, “*Confederação Nacional da Indústria, Federação das Associações Comerciais do Brasil e a União das Associações Agropecuárias do Brasil Central.*”²⁹⁰

Durante a mencionada reunião do CIRJ, os empresários concluíram que a complexa questão envolvendo a Lei Antitruste gerara um impasse com o Governo Federal, que somente poderia ser solucionado “através de um Parlamento, onde, representados todos os

²⁹⁰ Ata da Reunião da Diretoria e do Conselho Diretor do **Centro Industrial do Rio de Janeiro**, realizada no dia 20 de julho de 1945. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. fl. 02.

matizes da opinião pública, fosse possível colher a média do pensamento nacional, nitidamente expressa”.²⁹¹ Para fazer com que os intelectuais orgânicos do capital industrial brasileiro se apresentassem no Legislativo como expressão da ‘média do pensamento nacional’ era preciso por fim, definitivamente, à ditadura varguista.

Assim como o conglomerado econômico representado por Bouças, aquele representado pelo Euvaldo Lodi também pressionava as agências estatais com a finalidade de conter o nível de carestia. Ainda durante a citada reunião conjunta do CIRJ, Lodi mencionou outra reunião que fora “realizada na véspera, sob a presidência do general Anápio Gomes, Coordenador da Mobilização Econômica, à qual compareceram representantes de todas as entidades sindicais e civis da indústria, do comércio e da lavoura” com a finalidade de auxiliar na formulação de uma política “de estabilização dos preços, dado o alarmante nível da carestia de vida atualmente reinantes nos grandes centros urbanos e no interior do país.”²⁹²

6. Conclusão

O empresariado comercial e industrial intensificou sua organização em agências da sociedade civil a partir da Primeira República. Disso resultou a formação de quadros intelectuais que fossem aptos a coordenar e direcionar, para as instituições da sociedade política, a ação coletiva das frações do capital por eles representadas. Foi nesse contexto que a formação social, profissional e intelectual dos empresários Euvaldo Lodi e Valentim Bouças, influenciada, respectivamente, pelos grupos econômicos *Lage & Irmãos* e *Gafreé-Guinle*, definiu os traços essenciais de seus vínculos econômico-sociais.

O setor produtivo industrial experimentou uma significativa expansão nos anos 1920. Foi durante a década de 1920 que surgiu a segunda geração de intelectuais orgânicos do empresariado industrial brasileiro – entre os quais estava o mineiro Euvaldo Lodi. O capital industrial financiava a expansão de todo um complexo superestrutural formado por agências de sociedade civil, que ampliariam o seu poder político e sua capacidade de ação coletiva no Estado capitalista.

A partir de 1930, o industrial Euvaldo Lodi se destacou como uma das mais proeminentes lideranças do empresariado. Na capital federal, ele participou ativamente da FIRJ, do CIRJ, do CIB e da CNI. Euvaldo Lodi ocupou a presidência da Confederação Nacional da Indústria, órgão máximo do capital industrial e suas frações, de 1938 a 1954.

²⁹¹ Idem, ibidem. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. fl. 02.

²⁹² Idem, ibidem. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil. fl. 03.

Analisar comparativamente a atuação das associações privadas dos empresários industriais demonstra sua função como força social junto às agências da sociedade política no pós-1930. Quando não tinham condições objetivas para influenciar as tomadas de decisão no âmbito do Estado-governo, de seus aparelhos privados os intelectuais conseguiam, ao menos, organizar uma ação político-empresarial capaz de vetar deliberações governamentais que julgassem ser-lhes prejudiciais.

A ação política do empresariado industrial, durante o Estado Novo, relacionou-se, no plano conjuntural, com a forte convergência existente entre lideranças industriais “e as formulações dos representantes do pensamento autoritário” (MENDONÇA, 1986, p. 21). O período que compreendeu o primeiro quinquênio dos anos 1940 foi decisivo para que as frações de classe industriais encontrassem condições para, a partir de agências da sociedade civil, consolidar sua posição de destaque junto ao Estado capitalista brasileiro.

Segundo Gramsci, representados por suas lideranças orgânicas, os empresários possuem “a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe” (GRAMSCI, 1981, p. 07). Os porta-vozes do capital percebiam que não seria mais apropriado a seus interesses a manutenção de um regime pautado pelo predomínio da coerção sobre o consentimento. Logo, o projeto de construção da hegemonia de uma classe ou fração industrial não seria exequível nas malhas de um governo autoritário.

É importante lembrar, ainda, o significado do Manifesto dos Mineiros, documento divulgado em 24 de outubro de 1943, defendendo a redemocratização e o fim do Estado Novo. Lançado por lideranças políticas do Estado de Minas Gerais, o referido manifesto tornou-se a “primeira manifestação ostensiva, coletiva e assinada, organizada por membros das elites liberais, até então ausentes de qualquer contestação pública” ao Estado Novo (BENEVIDES, 1981, p. 34). Entre seus noventa e cinco signatários, estavam Artur Bernardes, Afonso Arinos de Melo Franco, Odilon Braga e Virgílio de Melo Franco. Foi uma importante iniciativa, posto que encorajou outros setores da sociedade a formularem suas críticas e se organizarem contra a ditadura. Convém ressaltar que os empresários Euvaldo Lodi e Valentim Bouças não assinaram o documento.

Em julho/agosto de 1944, tiveram início as articulações que culminariam com a formação da União Democrática Nacional em 07 de abril do ano seguinte. Os herdeiros da máquina política getulista filiaram-se, em grande parte, ao Partido Social Democrático. No Rio Grande do Sul, o PSD foi fundado em princípios de 1945 por pessoas com posição de

destaque no círculo de relações do Presidente Vargas, tais como Protásio Vargas – irmão de Getúlio Vargas e primeiro presidente do PSD no Rio Grande do Sul; João Goulart – filho de Vicente Goulart, amigo pessoal de Vargas; e por Interventores estaduais (RIBEIRO, 2001, pp. 262-278).

Os industriais Euvaldo Lodi²⁹³ e Horácio Lafer também filiaram-se ao PSD. Não temos dados que nos permitam afirmar se Valentim Bouças filiou-se. Se, antes de se aproximar o final da guerra, o Estado Novo era considerado parte de “uma etapa essencialmente progressista da civilização brasileira, [representando] (...) a independência econômica de que [o Brasil] tanto [precisava]” (BOUÇAS, 1942, p. 67), com a derrocada dos regimes fascistas ele tornou-se um ‘entrave’ político a ser superado.

Durante o Estado Novo, Valentim Fernandes Bouças escrevia regularmente no *Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças* do Ministério da Fazenda e no *Observador Econômico e Financeiro*. As evidências disponíveis sugerem não ser improvável que a partir do ano de 1945, ele tenha intensificado sua atividade jornalística sem, contudo, romper com Getúlio Vargas. O industrial Euvaldo Lodi manteve sua posição de liderança nas agências de sociedade civil e permaneceu como aliado do Vargas.

Durante o período, que vai de 1943 a 1945, o empresariado industrial organizou e difundiu uma série de medidas que indicam, de forma inequívoca, a construção de uma hegemonia no aparelho de Estado. Apesar dos discursos de suas lideranças não sugerirem ambições hegemônicas, eles puseram em prática “uma série de medidas, estabelecendo alianças estratégicas com o governo e com os militares, criando formas de controlar o movimento operário” (LEOPOLDI, 2000, p. 87). Com o final do Estado Novo, buscariam espaço no Legislativo e no Executivo para consolidar/hegemonizar seus projetos.

A tutela nacionalista autoritária passou a ser vista pelo empresariado como um entrave a plena expansão de seus projetos nas agências da sociedade política. Do interior de seus aparelhos privados, as várias frações do capital organizaram e direcionaram o curso das ações políticas tendo como finalidade acabar com a ditadura Vargas e criar estruturas de governo mais apropriadas aos seus interesses.

No que tange ao pagamento dos serviços das dívidas públicas externas, Valentim Bouças continuou a exercer papel predominante na diplomacia financeira do Estado Novo. Na qualidade de Secretário do *Conselho Técnico de Economia e Finanças*, Bouças mantinha contato com *The National City Bank of New York* nos anos 1943/1944, negociando o

²⁹³ Em janeiro de 1947, Euvaldo Lodi foi eleito deputado federal por Minas Gerais, pelo Partido Social Democrático – exercendo o mandato de 1947 a 1951 (MOURÃO, 1992, p. 113).

pagamento dos credores estadunidenses. Em 1º de dezembro de 1943, o secretário do CTEF recebeu correspondência da referida instituição financeira, acusando recebimento de ofício enviado por ele, datado de 30 de novembro do mesmo ano, sob número S/714, fornecendo nome dos componentes da comissão brasileira que ia a Nova Iorque negociar com o banco o pagamento das DPEX (BOUÇAS, 1953a, p. 301).

Em 11 de fevereiro de 1944, Arthur de Souza Costa, Ministro da Fazenda, recebeu correspondência de C. H. Wiseley, Superintendente das Filiais *The National City Bank of New York* no Brasil. Wiseley propôs ao Ministro a organização no Brasil de uma Agência Central que servisse de intermediária entre o Governo Vargas e os interesses dos EUA. A referida agência coordenaria no Brasil “várias Agências Pagadoras dos Títulos Brasileiros em dólares.” Assegurava a Souza Costa que essa seria a melhor maneira do banco cooperar com a liquidação dos serviços do pagamento das dívidas externas (BOUÇAS, 1953a, p. 303-304). Não encontramos evidências que permitam saber se tal proposta foi ou não aceita por Souza Costa.

Entre os grupos financeiros com os quais Valentim Bouças, secretário da CEFEM e, posteriormente do CTEF, renegociou os termos de pagamento dos serviços das DPEX da União, estados e municípios do Brasil, destacamos, *National City Bank, The National City Company, Dillon Read & Company, White Weld & Company, First of Boston Corp e Ladenburg, Thalmann & C.* Nas reuniões com os representantes das empresas financeiras supracitadas, os banqueiros expressam sua insatisfação para com a preferência que o Governo Brasileiro dava a Inglaterra no que se relacionava a política cambial. Habilidade diplomata das finanças, Valentim Bouças expressou o desejo do governo Vargas de colher dados e informações a respeito dos compromissos da dívida pública e sinalizou, assim, o início de um planejamento econômico-financeiro que atendeu parte das demandas do capital financeiro estadunidense.

É perfeitamente correto concluir que o grau de articulação das ações políticas dos empresários Euvaldo Lodi e Valentim Bouças no Estado capitalista brasileiro no período de 1930 a 1945 serve de indicativo para desmontar o mito do empresário *self made man* – que vence e prospera usando tão somente a força de sua vontade e sua visão de negócios. Isso constitui, na verdade, um *self made mito*, criado por setores do empresariado interessados em reinventar a própria imagem como sendo de “empreendedores” que, mesmo sem a ajuda das políticas públicas, fizeram seus destinos.

Com a finalidade de desmontar o mito do burguês empreendedor, abordamos os empresários como agentes políticos e intelectuais que organizando a ação coletiva nas

agências da sociedade civil, lutam pela legitimação dos seus projetos nas agências do Estado-governo. As agências da sociedade política são estratégicas não apenas para consolidar os interesses econômicos, mas para a hegemonização do projeto por uma fração de classe.

O final do Estado Novo abriu ao empresariado industrial condições mais apropriadas para fazer-se hegemônico. Convém ressaltar que após 1945, alguns industriais ocuparam a pasta da Fazenda – a exemplo de Pedro Luiz Correia e Castro²⁹⁴, Manoel Guilherme da Silveira Filho²⁹⁵ e Horácio Lafer.²⁹⁶ O Primeiro Governo Vargas criou condições mais favoráveis para participação do empresariado comercial e industrial nas agências governamentais, influenciando mais diretamente na formulação das diretrizes políticas.

Em última análise, os grupos empresariais representados por Bouças e Lodi pretendiam criar condições socioculturais e político-sociais para uma reelaboração do Estado capitalista brasileiro com base em princípios que, para os interesses do capital, fossem democráticos. No entanto, evidências mostram que governo Dutra não correspondeu à formulação um regime liberal, ou seja, o pós-1945 não pode ser visto como simples retomada da democracia liberal. O capital foi e é, até os nossos dias, democrático somente no que lhe convém, e autoritário/fascista sempre que os movimentos sociais entrem em ‘rota de colisão’ com seus interesses. Segundo Leandro Konder, apesar de haver removido os “aspectos mais monstruosos do Estado Novo de Vargas [como] o famigerado DIP [e] a abominável ‘polaca’ (...), a linguagem política da extrema direita [brasileira], contudo, mudou muito pouco” (KONDER, 2010, p. 133).

²⁹⁴ Exercício na pasta da Fazenda de 21/10/1946 a 10/06/1949. Ele era empresário do setor petrolífero, controlava a *Refinaria de Exploração de Petróleo União S/A*. A empresa petrolífera norte-americana *Gulf Oil Corporation* era fornecedora de óleo cru para a refinaria de Correia e Castro. Cf. verbete biográfico em DHBB.

²⁹⁵ Exercício na pasta da Fazenda de 10/06/1949 a 31/01/1951. Era industrial do setor têxtil: *Companhia Progresso Industrial Fábrica Bangu*. Cf. verbete biográfico em DHBB.

²⁹⁶ Exercício na pasta da Fazenda de 01/02/1951 a 15/06/1953. Vinculado ao grupo empresarial Klabin-Lafer. Era acionista e proprietário da *Klabin Irmãos & Cia, Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A* – p.ex. Vide MARGALHO, texto discutido no Laboratório de História Econômico-Social, da UFF, em 25/07/2007.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Mendes de. *Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas*. In: FAUSTO, Boris (org.) **O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930 – 1964)**. – 9ª Ed., RJ: Bertrand Brasil, 2007 – (História Geral da Civilização Brasileira). Tom. 3. Vol. 10.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. RJ: Contraponto; SP: UNESP, 1996.

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. **Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos**. 3ª ed. ampl. e atualizada. RJ: Nova Fronteira, 1999.

BARAN, Paul. **A Economia Política do Desenvolvimento**. 3ª Ed. RJ: Zahar, 1972.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera de República: de 1930 a 1960**. , SP: Editora Alfa-Omega, 1985 – 5ª Edição.

BEAUCLAIR, Geraldo de. **A Evolução do Sistema Financeiro na época Vargas**. Monografia apresentada para obtenção do grau de mestre em História, orientada pelo Prof. Stanley Hilton. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 1974.

_____. **Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense, 1808-1860**. Rio de Janeiro: Studio F & S Ed., 1992.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. RJ: Paz e Terra, 1981.

BIANCHI, Álvaro. **O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política**. SP: Alameda, 2008.

BLANCO, Abelardo. *1935 – Uma Tentativa Revolucionária*. In: MARANHÃO, Ricardo & MENDES JÚNIOR, Antônio (orgs.). **Brasil História Texto e Consulta. Era Vargas**. SP: Hucitec, 1989. Vol. 04.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 7ª ed. – RJ, Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Coisas Ditas**. SP: Brasiliense, 2004a.

_____. **Razões Práticas**. 4ª ed. – SP, Campinas: Papyrus, 1996.

_____. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)**. – 1ª ed; SP: Cia das Letras, 2014.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. RJ: Rocco, 1987.

BULMER-THOMAS, Victor. *As Economias Latino-Americanas, 1929-1939*. In: BETHEL, Leslie (org.) **História da América Latina. A América Latina após 1930: Economia e Sociedade**. 1ª Ed., 1ª reimpr., SP: Edusp, 2009, Vol. VI.

- BURAWOY, Michel. **O marxismo encontra Bourdieu**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.
- CAMARGO, Aspásia. *A Revolução das Elites: Conflitos Regionais e Centralização Política*. In: **A REVOLUÇÃO de 1930: seminário internacional**. CPDOC/FGV. Brasília, D.F. Ed., UnB, c1982.
- CAMPANATO, Gastão Estevão (coordenador). **A História das Indústrias de Celulose e Papel no Brasil**. Edição: Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel. SP: Tempo & Memória, 2004.
- CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico**. 2ª Ed., RJ: José Olympio, 1940.
- CANCELI, Elizabeth. *Ação e repressão policial num circuito integrado internacionalmente*. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. RJ: Editora FGV, 1999.
- CANO, Wilson. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim & PRADO, Maria Lígia Coelho. *A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República*. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano: Estrutura de Poder e Economia (1889 – 1930)**. – 8ª ed. RJ: Bertrand Brasil, 2006 – (História Geral da Civilização Brasileira). Tom. 3. Vol. 8.
- CARDOSO, Ciro & BRIGNOLI, Héctor. **Os métodos da história**. 6ª Ed., RJ: Graal, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *Vargas e os Militares: aprendiz de feiticeiro*. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). **As Instituições Brasileiras da Era Vargas**. RJ: EdUERJ: Ed. FGV, 1999.
- _____. *Vargas e os militares*. In: _____. _____. RJ: Editora FGV, 1999.
- CARONE, Edgard. **O Pensamento Industrial no Brasil (1880-1945)**. RJ – SP: Difel, 1977.
- CHATEAUBRIAND, Assis. **O pensamento de Assis Chateaubriand**. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999. Vol. 21. Artigos Publicados em 1944.
- CHÂTELET, François [et all]. **História das Ideias Políticas**. RJ: Zahar, 1982 – Reimpressão de 1997.
- CIPOLLA, Carlo. **Introdução ao estudo da História Econômica**. Lisboa: Edições 70, 1993.
- CONTADOR, Vicente. **Modelo Econômico e Projeto de Nação Potência: Brasil 1964-1985**. São Paulo, 2007. Tese defendida no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, resultando na obtenção do título de Doutor em História Econômica.

CONY, Carlos Heitor & LAMARÃO, Sergio. **Wolff Klabin: a trajetória de um pioneiro**. 1ª Ed. RJ: Editora FGV, 2001.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. SP: Editora UNESP: FAPESP, 2000. – (Prismas / PROPP).

CUNHA, Luís Antônio. *A política educacional e a formação da força de trabalho na Era Vargas*. In: _____. CPDOC/FGV. Brasília, D.F. Ed., UnB, c1982.

DEAN, Warren. *A Industrialização durante a República Velha*. In: _____. _____. – 8ª ed. RJ: Bertrand Brasil, 2006 – (História Geral da Civilização Brasileira). Tom. 3. Vol. 8.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. RJ: FGV-CPDOC. s.d. – Versão Multimídia.

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil, 1930-1945**. RJ: Paz e Terra, 1978.

_____. *O Estado Novo: estrutura de poder. Relações de classes*. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano: sociedade e política (1930 – 1964)**. – 9ª ed. – RJ: Bertrand Brasil, 2007. – (História Geral da Civilização Brasileira). Tom. 03, Vol. 10.

DOBB, Maurice Herbert. **A Evolução do Capitalismo**. SP: Abril Cultural, 1983.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **O Crocodilo. Notas de Inverno Sobre Impressões de Verão**. SP, Ed. 34, 2000 – 3ª Edição.

DRAIBE, Sonia. **Rumos e Metamorfose: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da Industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. 5ª ed, RJ: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)**. RJ: Jorge Zahar Ed., 2001.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. – 5ª Ed.; SP: Globo, 2006.

FERREIRA, Wolgran Junqueira. **Comentários à Constituição de 1988**. – 1ª ed. Julex: 1989. Vol. 03.

FIORI, José Luís. **60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo**. RJ: Record, 2001.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1999.

FONTES, Virgínia Maria. **Reflexões Im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo**. RJ: Bom Texto, 2005.

- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. – 27^a ed. SP: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000 – (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- GALBRAITH, John Kenneth. **O Novo Estado Industrial**. 2^a Ed. – SP: Nova Cultural, 1985 – (Os economistas).
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. – 4^a Ed. RJ: Civilização Brasileira, 2011. Vol. 3.
- _____. **Cadernos do Cárcere. Os intelectuais; o princípio educativo; Jornalismo**. – 6^a Ed. RJ: Civilização Brasileira, 2011b. Vol. 2.
- _____. **Cadernos do Cárcere. Temas de Cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo**. – 3^a Ed. RJ: Civilização Brasileira, 2011c. Vol. 4.
- _____. **Cadernos do Cárcere. Introdução ao estudo da filosofia; A filosofia de Benedetto Croce**. RJ: Civilização Brasileira, 1999. Vol. 1
- _____. **Concepção Dialética da História**. – 9^a Ed. RJ: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. **Escritos Políticos**. – RJ: Civilização Brasileira, 2004. Vol. 2.
- _____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. – 4^a Ed. RJ: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Círculo do Livro, 1981.
- GARCIA, Néelson Jahr. **Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política**. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/estadonovo.pdf>> Acessado em 06/julho/2014.
- GREMAUD, Amaury Patrick [et all]. **Formação Econômica do Brasil**. SP: Atlas, 1997.
- Goodyear do Brasil: 90 anos rumo ao futuro**. (Publicação Especial da Goodyear do Brasil). Abril de 2009. Disponível em <http://www.goodyear.com.br/local/90_anos/livro/pdf/Goodyear_90Anos.pdf> Acessado em 30/novembro/2014.
- HARDMAN, Francisco & LEONARDI, Victor. *A Burguesia Industrial na Luta de Classes*. In: _____. _____. SP: Hucitec, 1989. Vol. 04.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991**. SP, Cia das Letras, 1995.
- _____. **Sobre História**. SP: Cia das Letras, 1998.
- _____. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. RJ: Paz e Terra, 1990.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26^a Ed. – SP: Cia das Letras, 1995.
- HONOTARO, Cezar Teixeira. **O polvo e o porto: a Cia. Docas de Santos (1888-1914)**. São Paulo, SP: Hucitec, 1996.

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. RJ: Civilização Brasileira, 1986 (4ª edição, revista e ampliada).

KONDER, Leandro. **Em Torno de Marx**. SP: Boitempo, 2010.

LEME, Marisa Saenz. **A ideologia dos industriais brasileiros, 1919 – 1945**. Petrópolis: Vozes, 1978 (Coleção História brasileira; 2).

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução**. 2ª Ed. SP: Expressão Popular, 2010.

_____. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo**. Edições Avante! 1975.

LEOPOPLDI, Maria Antonieta Parahyba. **Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado**. SP: Paz e Terra, 2000.

_____. *Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política*. In: _____. _____. RJ: Editora FGV, 1999.

LEVY, Maria Barbara. **A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anônimas: esboço de história empresarial**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. – 2ª Ed., SP: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

_____. **Reforma ou revolução?** 2ª Ed., Reimpressão. SP: Expressão Popular, 2010.

MARGALHO, Maurício Gonçalves. **Klabin Irmãos e Cia: os empresários, a empresa, e as estratégias de construção da hegemonia (1930-1945)** Disponível em < http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_8.pdf > Acessado em 25/ Maio /2012.

_____. **KLABIN: os empresários, a empresa, e as estratégias de construção da hegemonia (1930-1951)**. Niterói, 2008. 195 f. Tese (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Dissertação apresentada ao Departamento de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense e à Banca Julgadora como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

MALAN, Pedro [et al] **Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52)**. RJ: IPEA/INPES, 1977.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Boitempo, 2011.

_____. **Para a Crítica da Economia Política do Capital: o rendimento e suas fontes**. SP: Editora Nova Cultural, 1999 (Os Pensadores).

_____. **O 18 Brumário**. 6ª Ed. RJ: Paz e Terra, 1997.

- _____. **Manifesto Comunista**. 1ª Ed. SP: Boitempo Editorial, 1998.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. SP: Brasiliense, 1998.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Economia no Brasil: opções de Desenvolvimento**. RJ: Graal, 1985.
- _____. *As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização*. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. – 9ª ed. RJ: Elsevier, 1990 – 26ª Reimpressão.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. SP: Companhia das Letras, 2001.
- MOORE JÚNIOR, Barrington. **Aspectos Morais do Crescimento Econômico e outros ensaios**. Editora Record: RJ-SP, 1999.
- MORAES, Dênis de & VIANA, Francisco. **Prestes: lutas e autocríticas**. 3ª ed. – RJ: Maud, 1997 (Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes).
- MORAIS, Fernando. **Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand, um dos brasileiros mais poderosos deste século**. SP: Cia das Letras, 1994.
- MARTINS, Luciano. *A revolução de 1930 e seu significado político*. In: _____. CPDOC/FGV. Brasília, D.F. Ed., UnB, c1982.
- MOURA, Gérson. *A revolução de 1930 e a política externa brasileira: ruptura ou continuidade*. In: _____. CPDOC/FGV. Brasília, D.F. Ed., UnB, c1982.
- MOURÃO, Eliana. **Euvaldo Lodi – Fragmentos de Memória**. Belo Horizonte, Senai – MG, 1992 (Coleção Memória SENAI, 4).
- MROS, Günther Richter. **Origens do Paradigma desenvolvimentista: as contribuições de Oswaldo Aranha e dos Militares (1931-1935)**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Relações Internacionais como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais. Universidade de Brasília, Brasília, Março de 2011. Disponível em <
http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/9035/1/2011_G%C3%BCntherRichterMros.pdf> Acessado em 31 / Janeiro / 2013.
- NEVES, Osias Ribeiro & CAMISASCA, Marina Mesquita. **Aço Brasil: uma viagem pela indústria do aço**. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2013.
- Nosso Século. 1930/ 1945**. SP: Abril Cultural, 1980. Vol. 03.
- PAIVA ABREU, Marcelo de. *Crise, Crescimento e Modernização Autoritária: 1930-1945*. In: PAIVA ABREU, Marcelo de (org.). **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1899-1989**. RJ: Elsevier, 1990.

_____. **A economia brasileira 1930-1964**. Texto Para Discussão. N. 585. s.d. PUC-Rio – Departamento de Economia. Disponível em < <http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td585.pdf> > Acessado em: 05 / Novembro / 2012.

_____. *O Brasil e a economia mundial (1929-1945)*. In: FAUSTO, Boris (org). **O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)**. – 4ª Ed., RJ: Bertrand Brasil, 2007 – (História Geral da Civilização Brasileira). Tom. 3. Vol. 11.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da dependência imperfeita**. RJ: Edições Graal, 1989.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. **Extensão Rural e Interesses Patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974)**. Niterói, 2013. Dissertação apresentada para a Defesa, junto ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Mestre em História. Disponível em < <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1723.pdf> > Acessado em 31 / Janeiro / 2014.

PELÁEZ, Carlos Manuel & SUZIGAN, Wilson. **História Monetária do Brasil: análise da Política, Comportamento e Instituições Monetárias**. – 2ª ed. Brasília, Universidade de Brasília, 1981 (Coleção Temas Brasileiros, 15).

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. , 6ª Edição, RJ: Campus, 2000.

POLLINI JÚNIOR, Airton Brazil. **Política de Importações de 1930 a 1940 e seus reflexos na Estrutura da Indústria Têxtil**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Novembro de 1996.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4ª Ed. SP: Graal, 2000.

_____. **Poder político e classes sociais**. SP: Martins Fontes, 1977.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 43ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-Empresa: presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

RIBEIRO, Benedito & GUIMARÃES, Mário Mazzei. **História dos Bancos e do Desenvolvimento Financeiro do Brasil**. SP: Editora Pro-Service Ltda, 1967.

RIBEIRO, Carlos Alberto Campello. **Henrique Lage e a Companhia Nacional de Navegação Costeira: a história da empresa e sua inserção social (1891 – 1942)**. Rio de Janeiro, maio de 2007. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da área de sociedade e

economia, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutor em História.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. SP: Cia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *O PCB: os Dirigentes e a Organização*. In: _____. _____. – 9ª Ed., RJ: Bertrand Brasil, 2007 – (História Geral da Civilização Brasileira). Tom. 3. Vol. 10.

SAES, Décio. **República do capital: capitalismo e processo político no Brasil**. SP: Boitempo Editorial, 2001.

SANDRONI, Paulo (org.) **Novíssimo Dicionário de Economia**. SP: Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, Renata & CARLI, Cíntia. **A outra Margem do Atlântico: a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro e as relações comerciais luso-brasileiras – 1911-2011**. RJ: Documenta Histórica, 2011.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Estado Novo, um auto-retrato (Arquivo Gustavo Capanema)**. Brasília, CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, c1983 (Coleção Temas Brasileiros, 24).

_____ [et al]. **Tempos de Capanema**. SP: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das Normas Constitucionais**. – 5ª ed. SP: Malheiros, 1998.

SILVA, Salomão L. Quadros da. *A Era Vargas e a Economia*. In: _____. _____. RJ: EdUERJ: Ed. FGV, 1999.

SIMONSEN, Roberto. **As Finanças e a Indústria**. SP: Ed. Limitada, s.d.

_____. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**. SP: Editora Nacional & Editora da USP, 1973 (Brasiliana, v. 349).

SINGER, Paul. *O Brasil no contexto do capitalismo Internacional 1889 – 1930*. In: _____. _____. – 8ª ed. RJ: Bertrand Brasil, 2006 – (História Geral da Civilização Brasileira). Tom. 3. Vol. 8.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. **A democracia interrompida**. RJ: Editora FGV, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil**. 2ª Ed. RJ: Grafia, 1997.

SOUZA, Célia Aparecida de. **A Influência do IDORT na reconfiguração do Bloco do Poder durante o Estado Vargasista entre 1931 e 1937**. Dissertação apresentada ao

Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência para obtenção do grau de mestre em História, SP, 2006.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira: origem e desenvolvimento**. SP, Brasiliense, 2000.

SWEEZY, Paul Marlor. **Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista**. – 2ª ed.; SP: Nova Cultural, 1986.

TAMBASCO, José Carlos Vargens. **Do ferro cinzento ao ferro nodular: uma História da indústria de tubos centrifugados no Brasil (1915 – 1995)**. Niterói, 2003. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas, Ed. Unicamp, 2001.

_____. **Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra**. RJ: Paz e Terra, 1987.

THORP, Rosemary. *As Economias Latino-Americanas, 1939-c.1950*. In: BETHEL, Leslie (org.) **História da América Latina. A América Latina após 1930: Economia e Sociedade**. 1ª Ed., 1ª reimpr., SP: Edusp, 2009, Vol. VI.

TOPIK, Steven. **Comércio e canhoneiras: Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97)**. SP: Companhia das Letras, 2009.

TRONCA, Ítalo. *O Exército e a Industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942)*. In: _____. . _____. – 9ª ed. – RJ: Bertrand Brasil, 2007. – (História Geral da Civilização Brasileira). Tom. 03, Vol. 10.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil. Da Aliança Liberal às realizações do primeiro ano de Governo – 1930-1931**. Livraria José Olympio Editora, RJ, 1938. Vol. I.

_____. **A Nova Política do Brasil: o Estado Novo – 1937-1938**. Livraria José Olympio Editora, RJ, 1938a. Vol. V.

_____. **A Nova Política do Brasil. Realizações do Estado Novo, 1 de agosto de 1938 a 7 de setembro de 1939**. Livraria José Olympio Editora, RJ, 1940. Vol. VI.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. RJ: Revan, 1997.

_____. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. 2ª ed.; RJ: Paz e Terra, 1978.

VILLELA, Anníbal Villanova & SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889 – 1945**. – 2ª ed. RJ: IPEA/INPES, 1975 (série monografia, nº 10).

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico & civilização capitalista**. RJ, Contraponto, 2001.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. Vol. 01.

_____. **Textos Selecionados**. SP: Editora Nova Cultural, 1997 (Os Economistas).

WIRTH, John. **A política do desenvolvimento na era de Vargas**. RJ, FGV: Serviço de Publicações, 1973.

FONTES ANALISADAS

Atas de Reunião

Ata da Assembleia Geral do Conselho de Representantes da **Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal**, realizada em 17 de maio de 1939. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Ata da Assembleia Geral Ordinária da **Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal**, realizada em 09 de junho de 1938. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Ata da Assembleia Geral Ordinária da **Federação Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 20 de Novembro de 1934. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Ata da Assembleia Geral Ordinária da **Federação Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 2ª convocação aos 17 de Setembro de 1936. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Ata da **Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha**, sessão de 03 de setembro de 1946. *apud* BOUÇAS, Valentim Fernandes. **Estudos Econômicos e Financeiros: meio século de trabalho**. Vol. III. Edições Financeiras S/A, RJ: 1955. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

Ata da **Federação Industrial do Rio de Janeiro**. Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor, realizada em 20 de Novembro de 1936. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor do **Centro Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 27 de agosto de 1942. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor do **Centro Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 1º de outubro de 1942. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor do **Centro Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 12 de fevereiro de 1943. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor do **Centro Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 14 de setembro de 1943. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor do **Centro Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 1º de outubro de 1943. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor do **Centro Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 22 de outubro de 1943. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Ata da Reunião da Diretoria e do Conselho Diretor do **Centro Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 28 de maio de 1943. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Ata da Reunião da Diretoria e do Conselho Diretor do **Centro Industrial do Rio de Janeiro**, realizada no dia 20 de julho de 1945. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Ata da Reunião Especial do Conselho de Representantes da **Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal**, realizada em 04 de dezembro de 1941. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Ata da Reunião Especial do Conselho Diretor da **Federação Industrial do Rio de Janeiro** para a eleição da nova Diretoria, durante o biênio administrativo de 1936 a 1938, realizada aos 14 de agosto de 1936. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Ata da Sessão de Instalação do **Conselho Federal do Comércio Exterior**, reunião realizada dia 14 de abril de 1941. Acervo Arquivo Nacional, RJ/Brasil.

Ata de Reunião Especial do Conselho de Representantes da **Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal**, realizado a 26 de fevereiro de 1942. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Boletins

Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior. Ano IV, RJ: 24 de fevereiro de 1941. Nº 07. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

Boletins da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Especificamente os boletins relativos aos períodos de 1935, 1936, 1942 e 1943. Acervo da Biblioteca da Associação Comercial do Rio de Janeiro, RJ/Brasil.

Coordenação da Mobilização Econômica. **Boletim do Setor da Produção Industrial**. nº 2, Rio de Janeiro, novembro, 1943. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

FRANCA, Gilberto Cunha. *Capital financeiro e infraestrutura na Urbanização da cidade de São Paulo: o caso da empresa Light and Power no início do século XX*. In: **Boletim Campineiro de Geografia**. Vol. 03, N. 02, 2013. Disponível em < http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/97/pdf_10 > Acessado em 27 / Novembro / 2014.

Ministério da Fazenda. Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças. Ano I, RJ: Janeiro de 1941, n. 01. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

Ministério da Fazenda. Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda. Ano II, RJ, Junho de 1942, Nº 18. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

Ministério da Fazenda. Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda. Ano II, RJ, Julho de 1942, Nº 19. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

Ministério da Fazenda. Boletim do Conselho Técnico de Economia e Finanças. Ano II. RJ: Outubro de 1942. Ns. 22 / 23. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

Diários

VARGAS, Getúlio. **Diário (1930-1936).** São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995a. Vol. I. Acervo particular de Maurício G. Margalho.

_____. **Diário (1937-1942).** São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995b. Vol. II. Acervo particular de Maurício G. Margalho.

Discursos

LAFER, Horácio. **Discursos Parlamentares.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1988 (Organização e Seleção de Celso Lafer). Acervo particular de Maurício G. Margalho.

LODI, Euvaldo. **A Indústria e a Economia Nacional.** Irmãos Pongetti, Editores. RJ: 1949. Acervo particular de Maurício G. Margalho.

_____. **Discursos e Conferências.** RJ: 1954. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

VARGAS, Getúlio. **O Pensamento político de Getúlio Vargas.** Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Julio de Castilhos, realizadores. Porto Alegre, 2004. (O Pensamento Político). Acervo particular de Maurício G. Margalho.

Filmografia

Era Vargas: 1930 – Tempo de Revolução. Direção: Eduardo Escorel. Disco 01; Ano de Produção: 1990. País de produção: Brasil. Acervo particular de Maurício G. Margalho.

Era Vargas: 32 – A Guerra Civil. Direção: Eduardo Escorel. Disco 02; Ano de Produção: 1992. País de produção: Brasil. Acervo particular de Maurício G. Margalho.

Era Vargas: 35 – O Assalto ao Poder. Direção: Eduardo Escorel. Disco 03; Ano de Produção: 2002. País de produção: Brasil. Acervo particular de Maurício G. Margalho.

O Velho: a história de Luís Carlos Prestes. Direção: Toni Venturi. Ano de Produção: 1997. País de produção: Brasil. Acervo particular de Maurício G. Margalho.

Estatuto

Estatutos da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Mensagens ao Legislativo

VARGAS, Getúlio. *República dos Estados Unidos do Brasil. Mensagem do Chefe do Governo Provisório, lida perante a Assembleia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de Novembro de 1933.* RJ: Imprensa Nacional, 1933. Acervo da Biblioteca Central do Gragoatá, UFF, Niterói/RJ.

Outros Periódicos

Altas personalidades Presentes ao sepultamento de Valentim Bouças. In: **O Globo**. 03 de dezembro de 1964. p. 5. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Augusto de Paiva Moniz Coelho. In: **Correio da Manhã**. Quarta-feira, 24 de fevereiro de 1960. p. 16. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

BARREIRA ALENCAR, Ieda de & SOUZA BAPTISTA, Suely de & CARDOSO, Tânia Cristina Franco Santos & ALMEIDA PERES, Maria Angélica de. *Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas no contexto da aliança Brasil-Estados Unidos: II Guerra Mundial e Pós-Guerra.* Disponível em < http://www.abennacional.org.br/centrodememoria/here/n1vol1ano1_artigo1.pdf >

BIANCHI, Álvaro. *Empresários e Ação Coletiva: notas para um enfoque relacional do Associativismo.* In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, N. 28, Jun. 2007. Acervo particular de Maurício G. Margalho.

BLACK, Edwin. **IBM e o Holocausto.** *Resenha escrita por Douglas Nascimento Rechia.* Disponível em < <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=a+ibm+eo+holocausto+pdf&start=10> > Acessado em 02/janeiro/2015.

BOUÇAS, Valentim. *A Revolução e a situação financeira do Brasil, em face das dívidas externas da União, Estados e Municipalidades.* In: **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro –

Domingo, 25 de Janeiro de 1931. Ano 104. N. 22. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

CORAZZA, Gentil. *O Banco Central do Brasil: evolução histórica e institucional*. In: **Perspectiva Econômica**. V. 2, N. 1:1 – 23, Jan. / Jun. 2006. Acervo particular de Maurício G. Margalho.

CORRÊA, Maria Letícia. *Um estudo sobre o debate desenvolvimentista nas páginas de O Observador Econômico e Financeiro (1936-1954)*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, SP: julho de 2011. Disponível em < http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846361_ARQUIVO_marialeticiacorrea_anpuh_2011.pdf > Acessado em 22 / Novembro / 2012.

Júlio Pedrosa de Lima Júnior. In: **Correio da Manhã**, Quinta-Feira, 17 de novembro de 1960. p. 06. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Diário Oficial da União. Segunda-feira, 06 de fevereiro de 1950. Seção I. pp. 1815-1816. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

ESPINA, Delia Beatriz. *Valentim Bouças e a chegada da IBM ao Brasil (1917) sua trajetória até 1994*. In: **Ciência e Tecnologia Hoje**. Janeiro – Fevereiro 1998, Vol. 23, Nº 01. Acervo particular de Maurício G. Margalho.

Euvaldo Lodi. In: **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro. Quinta-feira, 19 de janeiro de 1956. N. 94. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

João Pereira dos Santos. In: **Correio da Manhã**. 2º Caderno – Rio de Janeiro, Domingo, 17 de janeiro de 1954. Nº 18.655. Ano LIII. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Jornal do Brasil. Terça-Feira, 06 de agosto de 1963. p. 14. Disponível em < <http://news.google.com/newspapers?nid=1246&dat=19630806&id=AaIVAAAAIBAJ&sjid=3wsEAAAAIBAJ&pg=3859,1269638> > Acessado em 23/dezembro/2014.

MONTEIRO, Jorge Vianna & CUNHA, Luiz Roberto Azevedo. *Alguns aspectos da evolução do planejamento econômico no Brasil (1934-1963)*. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**. RJ: Vol. 04, fevereiro de 1974 (Página 01 a 24). Acervo particular de Maurício G. Margalho.

Morreu Tragicamente o Deputado e Industrial Euvaldo Lodi. In: **O Globo**. Ano XXXI – Rio de Janeiro, Quinta-feira, 19 de janeiro de 1956. N. 9113. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

O Observador Econômico e Financeiro. Ano I – Fevereiro de 1936. Nº I. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

O Observador Econômico e Financeiro. Ano V – Dezembro de 1940. Nº 59. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

O Sr. Valentim Bouças. In: **Jornal do Comércio.** Rio de Janeiro. Quinta-feira, 03 de dezembro de 1964. p. 6. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Octávio Lopes Sá Campos. In: **A Noite.** Quarta-feira, 18 de fevereiro de 1953. p. 10. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

PAIVA ABREU, Marcelo de. *A Missão Niemeyer.* In: **Revista de Adm. Emp.** RJ, 14 (4): 7-28, jul-ago. 1974. Disponível em < http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75901974000400002.pdf > Acessado em 04 / Janeiro / 2013.

Relatório da Diretoria da Mesbla S/A. In: **Correio da Manhã.** Domingo, 11 de agosto de 1963. p. 11. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

RODRIGUES, José Honório. *O movimento rebelde de 1930: a situação econômica, social e política.* In: **Carta Mensal,** Rio de Janeiro, v. 27, n. 317, p. 11-23, ago. 1981. Acervo da Biblioteca da Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços, RJ/Brasil.

SECRETO, Maria Verônica. *Mais Borracha Para a Vitória. Campanha de recrutamento de trabalhadores e fracasso social na exploração de borracha durante o governo Vargas.* In: **Estudios Rurales, Publicación de Centro de Estudios de La Argentina Rural.** Bernal, Vol. 1, Nº 1, 2011. ISSN: 2250. (Página 79 – 107). Acervo particular de Maurício G. Margalho.

TAMBASCO, José Carlos Vargens. *Gênese da Indústria Siderúrgica no Vale Médio do Paraíba: a fabricação de tubos centrifugados em Barra Mansa.* In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** Rio de Janeiro, a. 169 (440): 191-211, Julho – Setembro, 2008. Acervo particular de Maurício G. Margalho.

Valentim Bouças: meio século de Serviços ao Progresso do Brasil. In: **O Globo.** 02 de dezembro de 1964. PRC-SPR 54. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

XEXEO, Arthur. *O retorno inesperado do Sr. Hollerith.* In: **O Globo.** Quarta-feira, 29 de julho de 2009. Segundo Caderno. p. 10. Acervo particular de Maurício G. Margalho.

ZAMBELO, Marco Henrique. **A História do Sindicalismo Ferroviário Paulista.** Disponível em < <http://sindpaulista.org.br/arquivos/materias/historia-do-sindicalismo-ferroviario-paulista.pdf> > Acessado em 26/dezembro/2013.

Pareceres e Relatórios

ARANHA, Oswaldo. *Ministério da Fazenda. Relatório apresentado a S. Excia. o Sr. Chefe do Governo Provisório Sr. Dr. Getúlio Vargas pelo Ministro dos Negócios da Fazenda Oswaldo Aranha*. Exposição relativa ao período de 03 de Novembro de 1930 à 15 de Novembro de 1933. RJ, Typ. Do Jornal do Comércio, Rodrigues & C., 1933. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

Banco do Brasil. Relatório de 1929. *Apresentado à Assembleia Geral dos Acionistas na Sessão Ordinária de 28 de Abril de 1930*. RJ: Casa Leuzinger, 1930. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

Banco do Brasil. Relatório de 1930. *Apresentado à Assembleia Geral Ordinária de 30 de Abril de 1931*. RJ: Casa Leuzinger, 1931. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

Banco do Brasil. Relatório de 1940. *Apresentado à Assembleia Geral de Acionistas na Sessão Ordinária de 28 de abril de 1941*. Jornal do Comércio, Rodrigues & Cia, RJ: 1941. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

Banco do Brasil. Relatório de 1941. *Apresentado a Assembleia Geral de Acionistas na Sessão Ordinária de 30 de abril de 1942*. Jornal do Comércio, Rodrigues & Cia, RJ: 1942. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

Banco do Brasil. Relatório, apresentado a Assembleia Geral dos Acionistas na Sessão Ordinária de 27 de abril de 1944. Jornal do Comércio, Rodrigues & Cia, RJ: 1944. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

BOUÇAS, Valentim. *Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios. Ministério da Fazenda. Finanças do Brasil. Atas e Pareceres, 1931 e 1932*. Volume IV. RJ: Imprensa Nacional. Oficina do Calabouço – 1934a. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

_____. *Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios. Ministério da Fazenda. Finanças dos Estados do Brasil. À margem da viagem aos Estados Unidos em 1933. Orçamentos Estaduais para 1932 e 1933*. Volume II. – 3ª Edição. RJ, Typ do Jornal do Comércio, Rodrigues & C, 1934b. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

_____. **BRAZIL. Economic Data, 1928-1932. As Compiled for the Washington Conversations (May, 1933) and World Monetary and Economic Conference (London, June, 1933)**. By Valentim F. Bouças. Member of the Brazilian Delegation and Technical Secretary to the Committee for Economic and Financial Survey of the States and

Municipalities of Brazil. London, July, 1933a. Acervo da Biblioteca do Ministério na Fazenda, RJ/Brasil.

_____. **Estudos Econômicos e Financeiros: meio século de trabalho.** Vol. I. Edições Financeiras S/A, RJ: 1953. Acervo particular de Maurício G. Margalho.

_____. **Estudos Econômicos e Financeiros: meio século de trabalho.** Vol. II. Edições Financeiras S/A, RJ: 1953a. Acervo particular de Maurício G. Margalho.

_____. **Estudos Econômicos e Financeiros: meio século de trabalho.** Vol. III. Edições Financeiras S/A, RJ: 1955. Acervo da Biblioteca do Ministério na Fazenda, RJ/Brasil.

_____. *Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda. Finanças do Brasil. União, Estados e Municípios. Resumo, com as estatísticas atualizadas, dos volumes I a VIII da antiga Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados, Municípios.* RJ, Typ do Jornal do Comércio, Rodrigues & Cia, 1938. Acervo da Biblioteca do Ministério na Fazenda, RJ/Brasil.

_____. **Independência Econômica.** Separata de “Os Grandes Problemas Nacionais”. DIP: 1942.

Federação Industrial do Rio de Janeiro. Relatório da Diretoria, apresentado a Assembleia Geral Ordinária do ano de 1934. Volume II. Anais. RJ: Typ. Do Jornal do Comércio, Rodrigues & C. 1936. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. *Relatório da Diretoria,* exercício de 1943. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. *Relatório da Diretoria,* exercício de 1945. Acervo da Biblioteca da Firjan, RJ/Brasil.

NIEMEYER, Otto. *Ministério da Fazenda. Reorganização das Finanças Brasileiras. Relatório Apresentado ao Governo Brasileiro por Sir Otto Niemeyer.* RJ: Imprensa Nacional, 1931. Acervo da Biblioteca do Ministério na Fazenda, RJ/Brasil.

SOUZA COSTA, Arthur de. *Ministério da Fazenda. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Dornelles Vargas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, Arthur de Souza Costa.* Exercício de 1935. RJ – Brasil: Imprensa Nacional, 1936. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

_____. *Ministério da Fazenda. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Dornelles Vargas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, Arthur de Souza Costa.* Exercício de 1943. RJ – Brasil: Imprensa Nacional, 1945. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

WHITAKER, José Maria. **A administração financeira do Governo Provisório de 04 de novembro de 1930 a 16 de novembro de 1931**. E. G. Revista dos Tribunais, SP: 1933. Arquivo da Biblioteca do Ministério na Fazenda, RJ/Brasil.

Webliografia

90 anos evoluindo com o saneamento no Brasil. Disponível em < http://www.saint-gobain-canalizacao.com.br/institucional/tempo_old.asp > Acessado em 23/setembro/2013.

82 anos do voto feminino no Brasil. Disponível em < <http://www.tre-es.jus.br/noticias-tre-es/2014/Fevereiro/82-anos-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil> > Acessado em 12/novembro/2014.

A IBM no Brasil. Disponível em < http://www.ibm.com/br/ibm/history/ibm_brasil.phtml?lnk=fsi-ibnb-brpt > Acessado em: 25/junho/2014.

A mãezinha da IBM, disponível em < http://www.istoe.com.br/reportagens/39998_A+MAOZINHA+DA+IBM > Acessado em 02/janeiro/2015.

Ações nominativas. Disponível em < <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/293005/acoes-nominativas> > Acessado em 25/novembro/2014.

Biblioteca Virtual. São Paulo: GOVERNADORES DE SÃO PAULO. Disponível em < <http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/saopaulo-governadores.php> > Acessado em 28/janeiro/2014.

Blog do Investidor. Disponível em < <http://www.blogdoinvestidor.com.br/investimentos/o-que-e-o-cupom-de-um-titulo/> > Acessado em 25/janeiro/2014.

Boston Belting Company. Disponível em < http://lcpdams.librarycompany.org:8881/R/?func=dbin-jump-full&object_id=106008&local_base=GEN01 > Acessado em 02/novembro/2013.

Caixa de Estabilização. Disponível em < <http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/1822a1970/caixas.asp> > Acessado em 05/julho/2014.

Cia Siderúrgica Mineira. Disponível em < https://www.belgo.com.br/conglomerado/historico/historia_belgo/cia_siderurgica_mineira/cia_siderurgica_mineira.asp > Acessado em 14/outubro/2013.

Clotário de Macedo Portugal. Disponível em < <http://www.seeg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=52> > Acessado em 25/janeiro/2014.

Decreto nº 5.108, de 18 de Dezembro de 1926. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5108-18-dezembro-1926-564612-republicacao-88572-pl.html> > Acessado em 05/fevereiro/2014.

Decreto-Lei nº 66, de 14 de Dezembro de 1937. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del066.htm > Acessado em 25/novembro/2014.

Decreto-Lei nº 7.666, de 22 de junho de 1945. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7666-22-junho-1945-416494-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acessado em 23/dezembro/2014.

Henrique Lage. Disponível em < http://www.navioseportos.com.br/cms/index.php?option=com_content&view=article&id=127:henrique-lage&catid=53:personagens&Itemid=80 > Acessado em 15/dezembro/2013.

Histórico do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas do Município do Rio de Janeiro. Disponível em < <http://www.sinmetal.org.br/sinmetal.php> > Acessado em 23/dezembro/2013.

Jair Negrão de Lima. Disponível em < <http://www.oexplorador.com.br/jair-negrao-de-lima-advogado-e-politico-mineiro-do-extinto-psd-foi-vice-prefeito-de-belo-horizonte/> > Acessado em 05/agosto/2014.

John H. Patterson. Ohio History Central. Disponível em < http://www.ohiohistorycentral.org/w/John_H._Patterson > Acessado em 02/novembro/2013.

MANCINI, Giulio. O que é receita cambial? Disponível em < <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20110113030445AA1cv9q> > Acessado em 29/março/2012.

NASSIF, Luís. O Café Society. CULTURA. La Insignia. Brasil, 01 de janeiro de 2007. Disponível em < http://www.lainsignia.org/2007/enero/cul_001.htm > Acessado em: 05/março/2012.

National Cash Register Company. Ohio History Central. Disponível em < http://www.ohiohistorycentral.org/w/National_Cash_Register_Company?rec=932 > Acessado em 02/novembro/2013.

Palmer Eddy Pierce. Disponível em < <http://www.findagrave.com/cgi-bin/fg.cgi?page=gr&GRid=19332544> > Acessado em 25/maio/2014.

Secretaria de Estado de Governo – Paraná. Disponível em < <http://www.seeg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=95> > Acessado em 25/janeiro/2014.

Surge a Belgo-Mineira. Disponível em < https://www.belgo.com.br/conglomerado/historico/historia_belgo/surge_belgo_mineira/surg_e_belgo_mineira.asp > Acessado em 14/outubro/2013.

VASCONCELOS, Isabella Francisca Freitas Gouveia de. **Caso IBM.** Disponível em < http://www.strategia.com.br/Casos/casos_corpo_ibm.htm > Acessado em 28/novembro/2011.

Acervos e Arquivos Consultados

ACERVO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DE KLABIN – Jundiaí, SP/ Brasil.

Acervo da Biblioteca Central do Gragoatá – BCG-UFF/RJ – Brasil.

Acervo da Biblioteca da Associação Comercial do Rio de Janeiro, RJ/Brasil.

Acervo da Biblioteca da Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços, RJ/Brasil.

Acervo da Biblioteca da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), RJ/Brasil.

Acervo da Biblioteca do Centro Cultural Banco do Brasil, RJ/Brasil.

Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Arquivo Centro Cultural Banco do Brasil, RJ/Brasil.

Arquivo Nacional, RJ/Brasil.

Arquivo O Globo, RJ/Brasil.

Biblioteca da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, SP. Acervo Digital disponível no site < <http://www.seade.sp.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/listarPublicacao.php> >

Center For Research Libraries. Arquivos disponíveis na internet através do site: < www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22 >

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC / FGV-RJ).

Arquivos Pessoais

CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Agamenon Magalhães.

CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Euvaldo Lodi.

CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Getúlio Vargas.

CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Gustavo Capanema.

CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Oswaldo Aranha.